

Moacir Pereira

História do **FISCO** Catarinense

Construindo uma Santa Catarina melhor



EDITORA  INSULAR

O Resgate da Memória

Tudo começou em 2006, quando Rogério Macanhão manifestou interesse na edição de um livro que fizesse referência ao Serviço de Fiscalização da Fazenda, voltado ao passado. Em sua gestão como Presidente do Sindifisco foi efetuada alteração estatutária para criação de uma diretoria específica que cuidaria desse trabalho: “Resgate da Memória do Sindicato”.

Esta tarefa, inicialmente, foi dada ao colega Roberto Kroeff, que deu os primeiros passos e que muito nos estimulou na continuação da ideia da obra, sonho também do Presidente Fabiano.

No início pareceu tarefa muito difícil, dado a escassez de material disponível que pudesse trazer fatos essenciais ao resgate de nossa história. Aos poucos foram aparecendo elementos, muitos deles, porém, em deplorável estado de conservação e também fotos sem vida: ausência de legenda e data. Apesar disso, apaixonei-me pelo trabalho.

A paixão pode ser um sentimento ou emoção muito forte, um desejo intenso, uma vontade incontrolável. Em razão disso, o que parecia difícil, acabou gerando, uma grande expectativa de poder realizá-la.

Valendo-me da experiência funcional e vivência de quase meio século de vida fazendária, foi possível, em mais de um ano de pesquisa permanente e muito trabalho, a obtenção de dados que enriqueceram a obra.

O tempo presente foi enfocado e contribuiu particularmente para o entendimento das relações, das percepções e das representações dos fiscais tributários.

Através de um texto de certa forma envolvente, o leitor é conduzido pelos labirintos das histórias de vida e do acervo fotográfico, para conhecer a evolução pública do Fisco Catarinense.

A pesquisa não esgotou todos os fatos e novos dados certamente serão recuperados futuramente para enriquecer novas edições.

Boa leitura!

Cidemar José Dutra

Diretor de Projetos Especiais do Sindifisco-Santa Catarina

Moacir Pereira

História do **FISCO** Catarinense

Construindo uma Santa Catarina melhor

Moacir Pereira

História do **FISCO** Catarinense

Construindo uma Santa Catarina melhor

Florianópolis – 2009

Moacir Pereira

História do **FISCO** Catarinense

Construindo uma Santa Catarina melhor

Edição

Nelson Rolim de Moura

Projeto Gráfico | Editoração

Alexandre Oliveira

Capa

Rodrigo Poeta

Ilustrações | Infográficos

Alexandre Oliveira

Revisão

Alex Gruba, Carlos Neto

Fotos

Acervo do Sindifisco

P436h Pereira, Moacir
História do Fisco Catarinense : Construindo uma Santa Catarina
melhor / Pereira. Moacir. – Florianópolis: Insular, 2009

ISBN : 978-85-7474-460-5

1. História do Sindifisco. 2. Fiscais da Fazenda. 3. Santa Catarina.
I. Título.

CDD 331.88

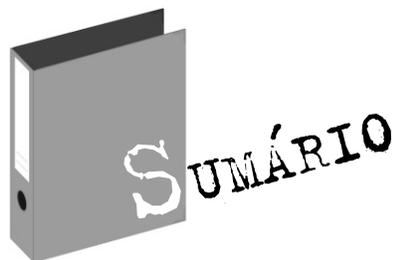
EDITORA  INSULAR

Editora Insular Ltda.

Rod. João Paulo, 226 – CEP 88030-300 – Florianópolis/SC

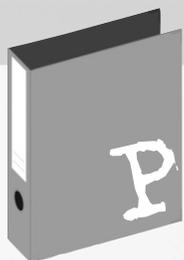
Fone/fax: 48 3232-9591

editora@insular.com.br • www.insular.com.br



Prefácio	[9]
I – Introdução	[11]
II – A Origem dos Tributos	[15]
III – A Evolução dos Tributos no Brasil	[21]
IV – O Fisco em Santa Catarina	[33]
V – A Estrutura da Fazenda	[39]
Histórico	[41]
Secretários	[43]
VI – A Fundação da Associação dos Fiscais da Fazenda (Affesc)	[51]
VII – A Fundação do Sindifisco	[65]
VIII – A História do Sindifisco por seus Presidentes	[75]
IX – O Fisco na Imprensa	[135]
X – Riscos da Função	[139]
XI – Ação Social	[144]
XII - O Incentivo aos Esportes	[155]
XIII – A Veia Artística dos Fiscais	[161]
XIV – Fiscais: Crônicas, Relatos e Casos	[167]
XV – Santa Catarina na Fenafisco	[255]
XVI – O Acordo de Resultados	[261]
XVII – Bibliografia	[269]
Associados	[271]





Prefácio

É grande a nossa alegria ao entregarmos este livro à sociedade catarinense. É um antigo desejo que somente agora se materializa. Por ser algo desejado há tempos pelos auditores fiscais, incluímos em nosso plano de ações quando nos propusemos a administrar o Sindifisco para o biênio 2007/2009, além da necessidade de marcar a passagem dos 20 anos de fundação de nosso sindicato com algo que registrasse a sua história de lutas.

Definimos que esta seria uma prioridade de nossa gestão, e dada a sua importância, um projeto desta envergadura deveria ser entregue a uma pessoa especial. Este encargo não poderia ser entregue a melhores mãos do que as do nosso colega Cidemar José Dutra, que para este fim assumiu a Diretoria de Projetos Especiais. Seus mais de 40 anos dedicados à Secretaria da Fazenda e à classe desempatava qualquer outro curriculum. E conhecendo a Fazenda e nossa história como poucos, encarou este ofício com devoção sacerdotal. Foi notável sua motivação a cada documento que lhe chegava às mãos, contagiando-nos com seu empenho e otimismo.

A próxima etapa era escolhermos o autor do livro. Aquele que organizaria nossa história. Credibilidade e competência foram dois fatores que pesaram em nossa escolha. E, novamente acertamos em cheio ao escolher o jornalista Moacir Pereira, cujo profissionalismo, capacidade e independência é reconhecida em todos os rincões. A partir daí, tivemos a certeza que esta obra ganharia “alma”.

Pesou também o fato de Moacir Pereira já nos conhecer de longa data pela nossa atuação. E, aceito o encargo, confessou-nos não imaginar que o trabalho seria tão penoso. Isto o motivou ainda mais, pois passou a conhecer outras virtudes dos fiscais da Fazenda, entre elas a artística, a esportista, a humana, a solidária e a da grande preocupação com o erário.

Procuramos resgatar neste livro a história da Fazenda catarinense desde o início do Século XIX, instituição com a qual nossa própria história se confunde. Não poderíamos também falar em Fisco catarinense sem passar pela Associação dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Affesc), que representou nossos direitos até a criação do Sindifisco, à qual podemos atribuir nosso nascimento lá em 1988.

Para registrar a passagem de todos os ex-presidentes e também homenageá-los, realizamos uma mesa redonda onde estes expuseram as principais batalhas de suas gestões. Neste encontro, pudemos compartilhar as bandeiras que nortearam a atuação do Sindifisco nestas duas décadas.

Um outro ponto que não poderia faltar em nosso livro são os “causos” ou estórias vividas em nosso cotidiano quando no desempenho das nossas funções. Casos engraçados, pitorescos e até perigosos recheiam o livro e refrescam nossa memória.

Também queremos deixar bem claro o que o Sindifisco e o Fisco catarinense representam para Santa Catarina:

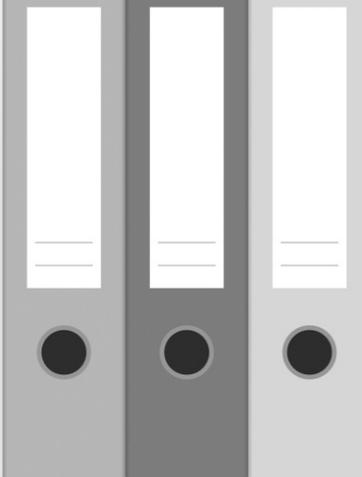
- o Sindifisco, como representante da categoria, não se limita a preocupar-se exclusivamente com a questão corporativa, mas também com questões paralelas como tributação justa e preservação e resgate da cidadania;
- o Fisco, sendo a mola propulsora do desenvolvimento catarinense, consegue através de sua atuação viabilizar a função social do Estado.

Aliás, desde 2003, consta na Constituição Federal o reconhecimento expresso de que as administrações tributárias desempenham papel fundamental para a manutenção do Estado.

Por fim, desejo em meu nome e de toda a diretoria, que o leitor tenha uma agradável descoberta no transcorrer de sua leitura e assim consiga compreender o que o Sindifisco representa para a sociedade catarinense. Trata-se de uma instituição ética, séria e comprometida com o maior valor que qualquer povo possa possuir: a cidadania plena.

Boa Leitura!

*Fabiano Dadam Nau,
presidente da gestão 2007/2009*



I Introdução

“Pode haver no Brasil muitos lugares para onde os governos nunca tenham enviado professores, médicos, alimentação, assistência social. Duvido, porém, que haja um só recanto do país onde nunca tivesse estado um agente fiscal. Somos, infelizmente, antipáticos cartões de visita da administração. E, também, as maiores vítimas dos ódios e ressentimentos que ela provoca.”

Vianna Moog, agente fiscal, escritor,
membro da Academia Brasileira de Letras

Quando Fabiano Dadam Nau assumiu a presidência do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco), fixou entre as principais metas da nova diretoria a materialização de uma antiga aspiração da classe: resgatar a história do Sindifisco a partir de dados sobre a mobilização dos fiscais da Fazenda e os esforços realizados para o aprimoramento profissional, conscientes todos de que exercem atividade fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Não foi outra motivação do Fisco ao longo das últimas décadas senão a de assegurar condições de trabalho em todo o Estado para conseguir o aumento crescente da arrecadação, condição para viabilizar a construção de Santa Catarina e o fortalecimento da cidadania.

O binômio fisco/cidadania projeta-se como a espinha dorsal da estrutura central em todas as intervenções funcionais e associativas dos fiscais, hoje auditores fiscais da Receita Estadual. A marca do espírito público está presente nas atividades diárias da corporação.

Tema central do XIV Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital, promovido pela Fenafisco em Sergipe, “A essencialidade do Fisco para a construção do Estado” transformou-se na principal cartilha dos fiscais catarinenses, sempre sob a ótica da valorização da cidadania. Seja pela garantia de receita pública para pagamento de salários do funcionalismo, seja para permitir os investimentos indispensáveis ao desenvolvimento catarinense, seja para pavimentar as conquistas sociais tão requisitadas nestes anos.

Prioridades que se comprovam, a cada novo ano, no aprimoramento constante da máquina fiscal, na melhoria da legislação tributária, na informatização do sistema de arrecadação e na nova política do Fisco, voltada mais para a orientação do que à punição dos contribuintes.

Santa Catarina possui hoje um sistema de administração tributária, considerado um dos melhores e mais avançados do Brasil, como reconheceu recentemente o Secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, e proclamou com entusiasmo o governador Luiz Henrique da Silveira, ao discursarem durante o lançamento do Profisco e assinatura do “Acordo de Resultados”, a nova conquista da fiscalização que deverá resultar em contínuo aumento da arrecadação estadual.

Aprovada a proposta inicial de elaboração de um livro comemorativo do 20º aniversário de fundação do Sindifisco, tiveram início as reuniões com o presidente Fabiano Dadam Nau e diretores para definição do roteiro preliminar. Fixado o cronograma básico, realizou-se uma reunião com toda a diretoria para troca de ideias em torno dos aspectos envolvidos no projeto original.

As primeiras pesquisas se fixaram em torno de informações históricas, seguidas do levantamento de todos os fatos e atos que marcaram durante décadas a atividade da fiscalização estadual.

Os avanços extraordinários registrados nestes últimos anos, em diferentes gestões, mereceram um evento especial: uma mesa redonda, realizada na sede do Sindifisco, com a presença do atual e dos ex-presidentes. Ali foram feitos relatos sobre as principais realizações de cada período, os problemas enfrentados, as alterações na legislação, as campanhas executadas, os avanços mais importantes, enfim, as características de cada mandato. O encontro foi gravado por um sistema fechado de televisão e permanece como um dos documentos históricos dos 20 anos do Sindifisco.

Após a degravação do áudio dessas intervenções, cumpriu-se a etapa seguinte, com a elaboração dos textos. Foram estes, então, submetidos aos respectivos presidentes para correções ou acréscimos, até chegar à redação final.

Durante o levantamento de dados, o projeto inicial foi ganhando corpo. Novos horizontes se abriram, com a incorporação de vários capítulos sobre “a ação social”, “a veia artística”, “o incentivo e a prática dos esportes” e a importância do “acordo de resultados”.

Pesquisas minuciosas realizadas durante meses e informações adicionais resultaram de um trabalho diuturno e meticoloso do diretor de Projetos Especiais, Cidemar José Dutra, incansável no propósito de investigar tudo o que seus colegas realizaram pela população catarinense e sempre determinado a mostrar o profissionalismo, a ética, a independência e a integridade do Fisco catarinense. E, revelando outra face dignificante, a solidariedade humana e o espírito público que tem pautado todas suas ações na sociedade.

O Sindifisco procurou nestas duas décadas atuar em rigorosa identidade com seus filiados e com a unidade da fiscalização da Fazenda. Para isso, adquiriu uma sede, situada no Edifício Miguel Daux, Centro de Florianópolis, onde são realizadas suas principais atividades administrativas, onde se reúnem os diretores e onde se encontram todos os dias os associados.

Prestando um serviço público relevante e mantendo toda a categoria informada, o Sindifisco mantém há cinco anos colunas quinzenais informativas nos jornais *A Notícia*, de Joinville, e *Diário Catarinense*, de Florianópolis.

Resultado do esforço de seus dirigentes, conquistou a Carteira Funcional, documento importante para o exercício das atividades em todos os pontos do território catarinense.

O melhor registro da atual diretoria fica com a histórica conquista e a aprovação da Emenda Constitucional nº 47/08 e, posteriormente, a Lei Complementar nº 442/09, do “Acordo de Resultados”, em que todos os auditores fiscais se engajam no aumento da arrecadação, combate à sonegação e aprimoramento do Fisco estadual.

A ideia central que prevalece ao longo de todo o trabalho está materializada no slogan do Sindifisco. Ele reflete o pensamento predominante entre todos os fiscais: “*Se depender da gente, Santa Catarina vive melhor*”.





A
Origem
dos
Tributos

“ As finanças públicas são um retrato da capacidade de auto-organização de uma Nação. ”

*Cid Heráclico de Queiroz,
ex-Procurador Geral da Fazenda Nacional*

A história dos tributos confunde-se, de alguma forma, com a história da humanidade. A origem do Fisco tem, por isso mesmo, retrospectiva semelhante. O período antigo vai identificar nos grandes impérios fatores essenciais ao surgimento, à expansão e à consolidação: o trabalho escravo, as novas conquistas e a cobrança de impostos.

A noção de tributo inexistia nas sociedades primitivas, mas data do mundo antigo a instituição do dízimo, contribuição mantida hoje por instituições religiosas. Clássicos do direito tributário indicam que no ano 2300 antes de Cristo a prática da cobrança de impostos já existia. Surgiram depois experiências com os egípcios, com a tomada da Grécia pelos romanos.

A própria Bíblia tem inúmeras passagens sobre cobranças de contribuições ou taxas no Antigo Testamento. Na era cristã, o registro mais conhecido e popular é do evangelista Mateus, cobrador de impostos e dono de grande fortuna que tudo abandonou para seguir Jesus Cristo.

Este registro histórico motivou o deputado Renato Hinnig (PMDB), por sugestão do Sindifisco, a apresentar projeto de lei instituindo em Santa Catarina o Dia do Auditor Fiscal. Vai ser comemorado todos os anos no dia 27 de setembro, Dia de São Mateus. Na justificativa do Projeto de Lei 0310.1/2008, o parlamentar argumenta: “Ele é padroeiro dos contadores, oficiais alfandegários, fiscais financeiros, operadores de bolsas de valores, economistas e, principalmente, dos auditores fiscais”.

Obras publicadas no Brasil sobre os impostos e a ação do Fisco têm um ponto em comum. Todos adotam por base um dos melhores livros de toda a série: *História dos Tributos no Brasil*, de autoria de Fernando José Amed e Plínio José Labriola de Campos Negreiros, Edições Sinafresp, com o patrocínio do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo.

Entre as publicações estaduais destacam-se *Guerreiros do Fisco – A história do agente fiscal na Paraíba*, de Iranilson Buriti e Xênia Fernandes Hiluey, lançado em 1999 em João Pessoa; *Memórias do Fisco candango*, escrito por Joaquim Reginaldo Dias da Mata e editado pela Associação dos Auditores Tributários do Distrito Federal, em 2003; *O processo histórico do Fisco paraibano*, de Maria José Teixeira Lopes Gomes e José Galdino Lopes Filho, publicado em 2008; *Secretaria da Fazenda: um século de história*, de Manuel Correia de Andrade, editado pela Secretaria da Fazenda de Pernambuco, em 1991; *O papel do Fisco potiguar na construção do Estado*, de Auricéia Antunes de Lima, Rio Grande do Norte, lançado em 2005.

Alguns trechos da rica edição do Sinafresp permitem uma síntese sobre a evolução dos tributos e sua relação com o Fisco:

A origem dos tributos na história da humanidade está relacionada com o aparecimento do embrião do Estado. Esta instituição, ao separar os governantes dos governados, fez com que outra série de instituições dentro do aparelho estatal fosse criada. Uma administração pública, uma força militar, além de obras públicas. Era necessário que parte da riqueza produzida pela população fosse transferida para um soberano ou agente público; isso dava-se através da tributação. Os governantes primitivos faziam pressão no sentido de legitimar essa cobrança, ligando-a ao caráter divino do poder político, ou justificando-a com a proteção que este soberano dava aos súditos em caso de conflitos com outros povos, o que realmente ocorria.

O fato é que a tributação, em modelos próximos aos que aplicamos hoje, só pode ser compreendida dentro de uma estrutura de poder coercitivo. Assim, quando das comunidades primitivas, ou seja, antes do aparecimento das Cidades-Estado, não havia necessidade da tributação, pois não havia a concepção de propriedade privada, sendo que os bens eram praticamente coletivos e a riqueza advinda do trabalho – ao utilizar-se da natureza – era dos trabalhadores, sem qualquer forma de expropriação.

Prossegue mais adiante:

O tributo das sociedades antigas que mais raízes deixou foi o dízimo, que tem as suas origens quase perdidas, pois “entre os hebreus, segundo a lei mosaica, deviam ser tributados os dízimos e primícias para o culto divino. Entre muitos povos antigos, prevalecera o costume de ofertar a décima parte dos bens da terra para o culto da divindade, ou seja, ao príncipe e ao sacerdote que o representava ou a ministrava.”

Ao destacar o período mais remoto, analisa:

Em relação à Antiguidade, porém, o papel econômico exercido pelos hebreus nunca foi de grande destaque. Apesar de uma região marcada por uma série de conflitos – muitos determinados pela localização geográfica estratégica –, as grandes civilizações dessa época encontravam-se em outros espaços. De fato, dentre os povos e impérios poderosos que dominaram espaços enormes durante séculos, a grande evidência do Mundo Antigo foi Roma. Nesta civilização, a questão tributária teve um peso importante, mesmo porque o tamanho desse império condicionava o estabelecimento de uma política fiscal bem mais organizada. Aliás, veio daí, especificamente, o termo em questão, pois “a palavra tributo vem do latim *tributum*, -i, cujo verbo tributo, -ere, significa ‘dar, conceber, fazer elogios, presentear’. Designava primitivamente as exigências em bens ou serviços que as tribos vencedoras faziam às tribos vencidas. Posteriormente, essas exigências passaram a ser feitas à própria sociedade.”

Roma notabilizou-se pela cobrança de impostos dos seus cidadãos, mas, principalmente, arrecadava-os dos povos submetidos ao seu poder. A sua prática expansionista organizava-se a partir do saque de outras regiões, com a escravização dos vencidos e a cobrança de tributos. Internamente, “o tributo era o principal imposto pago pelos cidadãos romanos. Durante a República esse imposto foi cobrado em ocasiões de guerra, cabendo ao Senado votar a parte que o cidadão, de acordo com as suas posses, deveria contribuir. O *tributum* era considerado, então, um empréstimo, e o cidadão seria reembolsado assim que a presa de guerra ou as contribuições do vencido permitissem. Após a conquista da Macedônia (168 a.C.), o *tributum* foi definitivamente extinto para os cidadãos romanos, provavelmente porque os tributos que a Macedônia devia pagar à Urbe (Roma) permitiam liberar os romanos desse dever.”

As relações entre o tributo e o Fisco merecem também uma abordagem histórica:

Muito ligado ao termo tributo, que hoje tem o seu significado ampliado a todas as obrigações fiscais que uma população paga ao Estado, Fisco também se refere à questão tributária e tem a sua origem ligada ao Império Romano. Assim, “o termo fisco vem de *fiscus*, que era o cesto de junco ou de vime em que o coletor de impostos romano ia colocando o dinheiro público que recolhia. Já no tempo de Cícero, famoso líder político da Roma Antiga, que viveu entre 106 a.C e 43 a.C., o fisco designava, por metonímia, o conteúdo, o próprio tesouro público.”

O fim das civilizações antigas, centradas na desorganização do Império Romano, trouxe para o mundo ocidental a experiência do feudalismo. Esse sistema apresentou a marca especial da completa descentralização político-administrativa, ou seja, a base de organização desse sistema era o feudo, em que uns tinham grande autonomia perante os outros, isto é, não havia o Estado centralizado. Dessa maneira, as práticas tributárias foram severamente transformadas, mas nem por isso deixaram de manter seus aspectos violentos e opressivos.

E, durante o feudalismo, como se situa a questão tributária? O livro do Sinafresp esclarece:

Na ordem feudal, a sociedade dividia-se entre o servo da gleba e o senhor feudal. Em cada feudo, havia as terras dos servos – que tinham a posse permanente sobre elas – e as terras senhoriais. Para que os servos fossem protegidos – entre outras questões –, estes deviam certos direitos ao senhor feudal. São os conhecidos direitos senhoriais. Nestes, apresenta-se o direito de cobrar parte da produção do servo para que este se utilize das instalações do feudo, como era o caso das pontes, das estradas, dos fornos e dos moinhos.

As principais obrigações devidas ao senhor feudal eram a Corvéia – trabalho forçado de servos nas terras senhoriais; em geral, três dias por semana – e as RedeANCES – retribuições pagas em produtos ou dinheiro, como a talha (parte da produção), banalidades (presentes obrigatórios), taxa de casamento (se o servo casava-se com mulher de fora do Domínio), mão-morta (trabalho pela transmissão de herança). Também o dízimo era pago para a Igreja Católica.

Na mesma Europa ocidental, a partir do século XIV, com a decadência da ordem feudal inicia-se uma lenta formação dos Estados Nacionais. Cada feudo foi abrindo mão da sua autonomia em nome da centralização político-administrativa, agora nas mãos de um rei absolutista. Este, o representante do Estado – isto quando não se confundia com o próprio Estado –, tornou-se o encarregado da cobrança tributária, a fim de que o poder público tivesse recursos para manter a máquina estatal e para colocar o poder desse Estado a serviço da expansão do capital. Caso exemplar é o das nações ibéricas, que financiaram as grandes viagens marítimas com o intuito de dominar novas áreas de comércio.

Finalmente, uma apreciação didática, depois de contextualizar a presença portuguesa, com dominação plena no Brasil, trata do início da colonização:

Nos primeiros anos da colonização brasileira, havia uma taxa adicional cobrada sobre produtos estrangeiros, além de um tipo de imposto de importação. Essa taxa era uma espécie de pagamento por serviço cobrado, já que o governo português alegava os perigos de se navegar pelo Atlântico, espaço dos ataques piratas.



Origem
e
Evolução
dos
Tributos
no Brasil

*“Ninguém está isento de contribuir
para as despesas do Estado em
proporção dos seus haveres.”*

Constituição de 1824 – artigo 179

A trajetória dos tributos no Brasil não pode prescindir de estudos sobre a situação das vilas e cidades nos primeiros séculos da colonização. Na medida em que avança a presença portuguesa, crescem as vilas e aumenta a exploração das riquezas naturais, cresce a presença dos cobradores de tributos.

No já citado livro *História dos Tributos no Brasil*, a retrospectiva desponta com clareza e se destaca na avaliação cronológica pelos principais períodos. Descreve que:

Durante os dois primeiros séculos da colonização é preciso olhar para cada uma das vilas e cidades que foram formadas. Sem dúvida, torna-se impraticável conhecer a política tributária estabelecida pelas câmaras municipais específicas de cada local – órgãos com poderes para decidir acerca das questões de fisco. Desta maneira, esta obra vai centrar a sua atenção nos primeiros anos da colonização sobre os tributos de caráter regional, dada a possibilidade de acessar a documentação pertinente. Também é impraticável elencar todos os impostos e taxas que estiveram presentes no Brasil. Mesmo com a intenção de buscar a totalidade dos mecanismos tributários, a realidade aponta para a necessidade de centrar a procura nos impostos e nas taxas mais significativos. Assim, da mesma forma como acontece hoje, existe uma infinidade de taxas, algumas marcadas pela extrema especificidade.

O relato discorre sobre os principais períodos, da Descoberta até os tempos modernos:

Brasil Colônia – 1500-1822

1500-1530 – Esse período é conhecido como Pré-Colonial, no qual a preocupação da Coroa portuguesa resume-se em manter a posse das terras “achadas” e fazer o reconhecimento das mesmas, mapeando as potencialidades da “Terra de Santa Cruz”. Nesse período, ainda não havia sido iniciada a colonização da América portuguesa, ao mesmo tempo em que a principal atividade econômica residia na extração do pau-brasil. Sobre essa atividade, uma concessão da Coroa portuguesa, recaíam impostos já existentes na legislação de Portugal. Ou seja, para se compreender essa prática tributária, especificamente, é inevitável conhecer a formação do Estado Nacional português. Será no bojo desse evento histórico que o Brasil estará inserido. Portanto, os tributos que irão recair sobre o Brasil-Colônia devem ser pensados enquanto produtos de uma nação mergulhada no mercantilismo e dependente da exploração colonial. Como também é preciso compreender que o Brasil não foi o primeiro espaço colonial dos portugueses, que aplicaram na América fórmulas de exploração de riquezas já utilizadas, por exemplo, nas Ilhas Atlânticas, como Cabo Verde e Açores. Neste mesmo período, o poder da Igreja também resultava na cobrança de

impostos que beneficiavam esta instituição religiosa. Porém, o chamado período pré-colonial, em função da quase ausência do poder português nestas terras, não permitia atividades econômicas mais significativas, o que implicava uma política tributária sem maiores relevâncias.

1530-1580 – Por vários motivos, principalmente no que se refere ao temor de perder a posse dos seus domínios na América, a Coroa portuguesa opta por iniciar a colonização do Brasil, processo que supunha o povoamento dessas terras. O governo português tinha clareza de que o Brasil só se tornaria viável com uma atividade econômica que possibilitasse uma renda para os que para cá viessem e para a Coroa. Se na América espanhola essa atividade rendosa foi a mineração, coube aos domínios portugueses no continente a produção de açúcar não-refinado. E essa opção redundou em sucesso, permitindo que uma quantidade razoável de riquezas fosse dirigida para a Metrópole. Esses fluxos monetários, ou mesmo em espécie, que deixavam o Brasil, eram verificados de duas formas básicas através de impostos diretos ou indiretos e com as relações comerciais sempre favoráveis ao erário português. Vale ressaltar que os ganhos preferenciais advinham das relações comerciais e não dos impostos ou taxas. Ao mesmo tempo, o processo de colonização obrigou os portugueses a estabelecerem no Brasil uma administração pública. Esta trazia gastos importantes, já que os escolhidos não sairiam de Portugal para ganhar pouco em terras americanas. Neste sentido, parte da arrecadação tributária visava à sustentação desses funcionários administrativos. Também eram necessários fundos para a construção das cidades voltadas a essa administração. Ainda nesse período, como nos posteriores, a posse dessas terras não era algo incontestado, sendo as mesmas objeto de desejo de várias nações européias, que, por muitas vezes, tentaram se estabelecer em partes do território português. Em termos tributários, a presença de estrangeiros – ingleses, holandeses, franceses ou espanhóis – e a sua posterior expulsão resultavam numa cobrança de novas taxas, sob a alegação da necessidade de se contratarem forças militares mercenárias, a fim de combater o inimigo invasor. Essa situação foi recorrente nesse período, como foi recorrente também a insatisfação dos colonos brasileiros, cansados de pagar taxas sobre taxas, sempre com o intuito de cobrir as despesas com as tropas mercenárias. Da mesma forma que no período antecedente, as legislações portuguesas são transportadas para o Brasil e aqui serão aplicadas.

1580-1640 – Este período da história do Brasil colonial ficou conhecido como União Ibérica, já que, devido a problemas dinásticos, a Coroa espanhola passou a controlar também a Coroa portuguesa. Assim, legalmente o Brasil passava ao controle de uma nova Metrópole: o poderoso império espanhol. Por um lado, a presença opressiva portuguesa não foi tão efetiva por todo esse período. Dessa forma, os colonos

brasileiros puderam sentir uma certa autonomia em relação aos acontecimentos europeus, principalmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros produtores de açúcar. Já por outro lado, em virtude de vários conflitos ocorrendo na Europa, muitos envolvendo a Espanha, a Holanda, então inimiga espanhola, termina por ocupar as principais regiões produtoras de açúcar do Brasil. Os holandeses se instalaram em Pernambuco. Assim, o sistema tributário passou, naquela região, a ser organizado pelos flamengos.

1640-1808 – Esse período, relativamente longo, que vai da Restauração da Coroa portuguesa até a vinda da Família Real, pode ser subdividido em dois momentos significativos, colocando-se a mineração (século XVIII), como divisor de águas.

a) 1640-1700 – A Restauração Portuguesa, evento que garante novamente a autonomia de Portugal, custou caro ao país ibérico. O resultado mais terrível desse processo de autonomia foi a perda de grande parte do seu império colonial na África e na Ásia. Além dessas perdas de espaços de exploração, outra complicada situação: Portugal liberta-se da Espanha mergulhado numa grave crise econômico-financeira. Cofres vazios, acoplados a uma falta de perspectiva econômica. Nesta situação, restou uma única saída aos colonizadores: voltar-se ao grande espaço colonial que havia sido preservado após a União Ibérica: o Brasil. Este passou a representar a maneira de desafogo da decadente economia portuguesa. Caberia, assim, às terras brasileiras o papel de tornar-se a grande fonte de renda de Portugal. Com essa consciência, o processo de colonização brasileira será novamente iniciado pelos colonizadores. Assim, a partir da volta a uma centralização político-administrativa, efetivamente se estria diante da opressão colonial portuguesa, aqui inclusive, obviamente, a opressão fiscal. Vale lembrar que a expulsão dos holandeses de Pernambuco também resultou num processo de cobrança de taxas visando a contratação de tropas mercenárias. Mais uma vez, a revolta toma conta da população. Nesse momento, a produção de açúcar continuava como a principal fonte de riqueza da elite colonial e dos colonizadores. Porém, os holandeses, expulsos do Nordeste brasileiro em 1654 – expulsão essa muito ligada a questões tributárias e de financiamento da produção –, desenvolveram a exploração do açúcar em suas possessões nas Antilhas Holandesas. Com isso, poucos anos depois, o açúcar dessa região tornou-se mais atrativo ao mercado europeu graças ao preço mais acessível. Assim, a partir da

década de 80 do século XVII, a região açucareira do Brasil começara a vivenciar um processo de crise, que jamais fora estancado plenamente. Dessa maneira, coube aos portugueses, através do trabalho dos bandeirantes paulistas, a tarefa de procurar metais e pedras preciosas com obstinação. O destino das elites de Portugal dependia dessa possível riqueza mineral.

b) 1700-1808 – Este é o momento de maior opressão colonial sobre o território brasileiro. Ao mesmo tempo em que, finalmente, os bandeirantes paulistas descobriam ouro em Minas Gerais, Portugal vinculava-se, enquanto nação economicamente dependente, aos interesses ingleses. Essa dependência se consubstanciou com a assinatura de Tratado de Methuen (1703), que designou Portugal como comprador preferencial de tecidos dos ingleses e estes, compradores dos vinhos portugueses. Esse tratado selou uma balança comercial permanentemente desfavorável para Portugal. Esta situação fez com que a Metrópole estreitasse os seus laços com a sua principal Colônia, agora com a riqueza advinda da mineração. A opressão fiscal foi inevitável. Assim, com a mineração, um sistema tributário especial seria montado, sempre dependendo de toda uma conjuntura. Ou seja, Portugal buscava a sua sobrevivência econômica através dos impostos cobrados na região mineradora, sendo comuns as mudanças nessa tributação nos momentos em que a arrecadação caía. A decadência da produção de metais preciosos data de 1750 e, a partir dessa época, a opressiva presença metropolitana tornou-se ainda mais feroz.

A derrama, cobrança periódica de impostos atrasados, é o maior exemplo dessa política opressiva. Trata-se da era pombalina, em que o poder português esteve nas mãos do marquês de Pombal, reorganizador da máquina estatal de Portugal, que aumentou os mecanismos de opressão fiscal sobre a Colônia. Não se trata de mera coincidência o fato de os primeiros movimentos que buscavam a libertação colonial terem surgido em Minas Gerais e entre os setores da elite que sentiam o peso das dívidas para com o Fisco português. A mineração domina todo o Século XVIII. Com a sua decadência, o foco de exploração colonial teve que se voltar novamente para a agricultura ligada à exportação. É interessante observar que, em muitos momentos da mineração, a política tributária não levou em conta a capacidade contributiva dos colonos e sim criou impostos fixos, per capita.

1808-1822 – O ano de 1808 é um marco na história colonial brasileira, pois o Brasil recebeu a presença da Família Real e da Corte portuguesas. Devido ao expansionismo napoleônico, restou à elite dirigente do reino lusitano refugiar-se na sua principal Colônia. Criou-se, dessa maneira, uma situação *sui generis*, pois a sede da Metrópole portuguesa passava a ser uma de suas colônias. Se a antiga estrutura tributária mantinha-se intacta, a essa foram acrescentadas novas formas de impostos, com o claro intuito de sustentar os enormes gastos da elite lusitana aportada nestas terras. Esse período ficou conhecido como governo joanino, já que era comandado pelo Príncipe-Regente D. João, mais tarde D. João VI. É um período de transição do Brasil-Colônia para o Brasil independente. Essa transição foi marcada por uma dubiedade político-econômica marcante, pois, se de um lado o Brasil não era mais uma colônia portuguesa, por outro, ainda não era um país independente. A opressão fiscal continuou tão severa quanto em outros momentos. As reações dos brasileiros, que se sentiam prejudicados, se fizeram presentes, por exemplo, na Revolução de 1817, em Pernambuco.

Tributos no Brasil Imperial – 1822-1889

1822-1831 – Esse período marca o 1º Império no Brasil, sob o comando do filho de D. João VI, D. Pedro I. A partir de um arranjo político, através da política feita nos gabinetes fechados, apenas com a participação das elites coloniais e de portugueses descontentes com os novos caminhos, a separação entre Brasil e Portugal concretizou-se. Entretanto, as estruturas econômicas, sociais e políticas do país pouco se modificaram. A economia agro-exportadora baseada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo continuava dominante. Da mesma forma, poucas mudanças ocorreram no processo tributário. A grande novidade verificada foi o fato de as elites coloniais terem contato econômico e comercial diretamente com as potências industriais da Europa. As grandes rendas do erário público continuavam sendo as de taxas alfandegárias. Porém, a hegemonia política do 1º Império coube ao imperador, que gastou muito dinheiro em aventuras militares, tanto interna como externamente. Os gastos com essas aventuras foram cobertos com empréstimos externos e com o aumento da carga tributária. Também ocorreram resistências contra o absolutismo de D. Pedro I. E para deixar as coisas ainda em pior situação, a economia voltada para a exportação de produtos primitivos não andava bem nas primeiras décadas do século passado.

1831-1840 – Este é o período das Regências. No conflito político de D. Pedro I com a aristocracia rural brasileira, a esta coube a vitória. A abdicação de D. Pedro, em 07/04/1831, foi o grande marco ratificador

da força dessa aristocracia. O novo imperador deveria ser D. Pedro de Alcântara, porém, este tinha apenas cinco anos de idade e deveria esperar até os 18 anos, para ser coroado. Assim,urgia ao país um governo regencial. Esse foi um dos períodos mais conturbados da história social e política do Brasil. Por todos os cantos do país estouraram rebeliões, as chamadas Rebeliões Regenciais – quase todas com intuítos separatistas ou de cunho federalista. Mais uma vez, a questão tributária motivou parte dessas revoltas. É o caso, por exemplo, da Farrroupilha, que abrangeu o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, motivada pelos altos custos fiscais impostos aos principais produtos da região: o charque e o couro. Os rebelados reclamavam, entre outros pontos, que a política tributária do governo federal terminava por favorecer a produção dos países platinos em detrimento da nacional. De certa maneira, o Período Regencial sintetizou as disputas entre a centralização e a descentralização político-administrativas, presentes durante todo o Império no Brasil e nas primeiras décadas deste século.

1840-1889 – Este é o período do 2º Império, sob o comando de D. Pedro II. Sua coroação, ainda que com apenas 15 anos, vinculou-se diretamente à tentativa, no caso vitorioso, de conter as rebeliões regenciais. Definitivamente, a aristocracia rural assumia o controle do poder político. O modelo econômico não se transformará e agora contava com a presença do café, enquanto mercadoria capaz de estabilizar a economia do império. Esse mesmo período pode ser subdividido em outros dois:

a) 1840-1870 – É o período do domínio da aristocracia rural do Centro Sul. A base econômica continua a ser as exportações, a partir da exploração crescente da mão-de-obra escrava. As principais fontes de renda continuavam a ser as tarifas alfandegárias. Estas, quando pareciam insuficientes para cobrir as despesas do governo imperial, receberam um reforço especial em 1844, com a Tarifa Alves Branco, que ampliou as alíquotas dos produtos importados. Mais do que uma medida de caráter protecionista para a indústria nacional, essa medida visou a aumentar as rendas do erário público.

b) 1870-1889 – Nesse período, o país começou a sentir mais fortemente os efeitos da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que acabou com o tráfico negreiro para o Brasil. Essa medida, entre outros efeitos, provocou o deslocamento dos capitais investidos na compra de escravos africanos para outros setores da economia, como indústrias, áreas portuárias e financeiras. Ou seja, ainda que de maneira tímida, outras atividades e novos interesses econômicos, sociais e políticos começavam a circular pelo

país. Os espaços urbanos eram modernizados ao receberem novos equipamentos e investimentos, principalmente dos países que vivenciavam a 2ª Revolução Industrial. Por outro lado, outra transformação importante modificaria as estruturas brasileiras: o início do processo de imigração, quando o país passa a receber um número grande de estrangeiros, com o intuito de substituir o trabalho escravo e complementar a sua ausência, já que a economia cafeeira crescia enormemente. As atividades econômicas passaram por mudanças significativas e também o sistema tributário teve que se adaptar a essa nova ordem. Assim, o setor econômico mais avançado desse período passou a ser o dos cafeicultores do Oeste paulista, onde predominava o trabalho assalariado, em detrimento do trabalho compulsório, ainda presente no Vale do Paraíba e no Norte-Nordeste. Com a expansão dessa nova mão-de-obra, certamente foram pensadas e praticadas outras formas de tributação. Até então, a ideia de renda estava quase que apenas centrada na produção extraída da terra. É importante ressaltar que a política tributária tinha um caráter centralizador, tendência que marcou toda a experiência monárquica brasileira.

Tributos do Brasil Republicano – 1889-2000

1889-1930 – O fim da Monarquia e o início da República foram resultantes, entre outros motivos, da aliança política entre o Exército brasileiro e a oligarquia cafeeira do Oeste paulista. Este grupo acabaria exercendo a hegemonia política durante quase todo esse período. A principal marca político-administrativa da época foi a extrema autonomia estadual, produto de um federalismo contemplado pela Constituição de 1891, a primeira republicana e a segunda do Brasil. Dessa maneira, a política econômica e, conseqüentemente, a tributária visavam a beneficiar as regiões mais ricas do país, ligadas à produção cafeeira. Assim, as oligarquias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, através da “política dos governadores” e do coronelismo, utilizaram o poder público para beneficiar as suas atividades econômicas. Dessa forma, o sistema tributário tinha um forte caráter local, cabendo a cada Estado da federação determinar os impostos que deveriam ser cobrados e de que maneira o fariam.

1930-1945 – Este período da história do Brasil ficou conhecido como a era Vargas. Da extrema descentralização político-administrativa do período precedente, o país organizou-se a partir de uma forte centralização. A grande ação do regime Vargas voltou-se para a eliminação

de qualquer regionalismo, fosse este político ou econômico. Buscou-se criar condições para um desenvolvimento econômico calcado na industrialização. Mexeu-se de maneira radical nas relações trabalhistas, que passaram a ser mediadas pelo Estado: daí a introdução de uma legislação trabalhista, coroada pela criação da CLT. Todos os cuidados foram voltados aos trabalhadores rurais. A exploração dos camponeses parecia estar a serviço da acumulação de capitais para as atividades urbanas. Assim, a política tributária adquiriu um caráter nacional, voltado para a nova política de investimentos na infra-estrutura industrial. Com o intuito de permitir o avanço econômico de setores específicos dessa atividade, a política tributária buscou facilitar a importação de máquinas e dificultou a importação de mercadorias que o país poderia produzir. Em relação aos períodos precedentes, a economia passava por um processo de sofisticação, fazendo com que também a política tributária a ele se adaptasse. As formas de tributação tornaram-se, com o passar do tempo, cada vez mais complexas.

1945-1964 – Trata-se do período conhecido como a República Populista. Na prática, deu-se continuidade ao crescimento econômico com bases industriais inaugurado na era Vargas. A política tributária continuou sofisticada, em função da complexidade que as atividades econômicas foram atingindo. Um momento especial nesse processo foi o governo JK, que talvez tenha inaugurado a política das isenções fiscais, seja através da SUDAM e SUDENE, seja através de benefícios concedidos às montadoras de automóveis que se instalaram durante a sua gestão (1955-1960). Vale ressaltar que o último governo desse período, o de João Goulart, defendia a necessidade de reformas amplas, entre as quais encontrava-se a da reforma fiscal.

1964-1985 – Durante o Regime Militar também houve um crescimento da economia, que atingiria níveis significativos. Já se trata de um momento contemporâneo – com um número muito grande de impostos, diretos e indiretos – também muito marcado pelas isenções fiscais, sempre beneficiando grandes grupos econômicos. Junto à questão tributária ocorre a disseminação de subsídios, principalmente para insumos industriais e produtos de consumo popular. Também é a época de vários impostos compulsórios, como o que recaía sobre a compra de carros novos, viagens ao exterior e combustíveis para automóveis. O modelo tributário adotado nesse período foi instituído pela Emenda Constitucional nº 18, aprovada pelo Congresso Nacional em 1º de dezembro de 1965 e que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1966, vigorando até a promulgação da Carta de 88.

Pós-1985 – Com a redemocratização do país, o problema tributário vem à tona, mas não é resolvido. Porém, com a possibilidade de

manifestação política de vários setores sociais, a questão tributária passa a ser questionada, inclusive através do Judiciário. A constitucionalidade de várias leis, medidas provisórias e decretos é colocada à prova junto ao Superior Tribunal de Justiça. A possibilidade de crítica também permitiu que a sociedade, através de setores específicos, reclamasse do sistema tributário brasileiro ao apontar algumas deficiências graves: a não-consideração da capacidade contributiva no momento de se decidir acerca de um imposto; uma forte carga fiscal sobre as empresas; número excessivo de impostos, gerando desentendimento geral; brechas nas leis, o que dificulta a fiscalização e facilita a sonegação, entre outras críticas. Não é sem sentido que se discute, há pelo menos uma década, a necessidade de uma ampla reforma fiscal.

Dessa maneira, cada um desses períodos é caracterizado quanto às atividades econômicas e às estruturas político-administrativas, para que dentro de um contexto específico sejam apresentadas as formas tributárias, juntamente com as maneiras de arrecadação. Tornou-se fundamental ainda avaliar como cada época recebia essa carga fiscal, ou seja, descobrir como as pessoas que deveriam pagar esses impostos reagem a esse fato. Nossa intenção é encontrar, dentro do cotidiano dos brasileiros, as várias maneiras que foram utilizadas para resistir à sede fiscal dos vários governantes que estiveram à frente do poder público no Brasil, desde a chegada dos portugueses a estas terras. Ao mesmo tempo, é preciso dimensionar o problema da evasão fiscal. Tentar conhecer os mecanismos que permitiram, através da história dos tributos no Brasil, a sonegação dos mesmos.



O FISCO

**em SANTA
CATARINA**

“A administração tributária deve ser considerada atividade de Estado, em sua essência, e sua priorização, impostergável.”

Professora Misabel Machado Derzi

Formação acadêmica, especialização, independência funcional e aprimoramento técnico permanente, entre outros, são algumas das características a evidenciar o crescente profissionalismo da Fiscalização da Fazenda na estrutura estadual. Nem sempre foi assim, conforme registros históricos constantes dos arquivos do Sindifisco.

Os primeiros servidores nomeados para a fiscalização enfrentaram incontáveis adversidades, que iam de perseguições políticas, punições funcionais, discriminações partidárias, transferências injustificáveis, atentados e até ameaças de violência física.

A origem do Fisco em Santa Catarina tem datas divergentes. O saudoso fiscal e jornalista Jaime Mendes, em crônicas publicadas nos boletins da Associação dos Funcionários Fiscais, informava que “o Serviço de Fiscalização da Fazenda foi criado no ano de 1936, no governo do Dr. Nereu Ramos, quando houve a transferência do Imposto sobre Vendas Mercantis do governo federal para os Estados, com a designação de Imposto de Vendas e Consignações”. “Os primeiros inspetores de fazenda foram Luiz Oscar de Carvalho, José Joaquim Brasil, Algemiro Guimarães”, continuava.

Jaime Mendes foi nomeado em 1941, já na vigência do Estado Novo de Getúlio Vargas e sob o governo intervencionista de Nereu Ramos. Começou em Araranguá e depois atuou em diversos municípios catarinenses, enfrentando sempre dificuldades inimagináveis, que iam das péssimas condições das estradas até a falta de combustível para cumprir a missão, isto durante a Segunda Guerra Mundial.

Naquele período, o Serviço de Fiscalização da Fazenda era subordinado ao Tesouro do Estado. Jaime Mendes fiscalizava a região de Araranguá, mas residia em Criciúma. Certo dia, apareceu no Sul o Inspetor de Coletorias Francisco Gouvea, que determinou o corte no pagamento de diárias ao fiscal. Mendes remeteu uma carta ao interventor Nereu Ramos, relatando a situação e revelando sua contrariedade com a injustiça. Resultado: Nereu Ramos assinou ato acabando com os conflitos entre a fiscalização da Fazenda e o Tesouro do Estado e determinando que o Serviço de Fiscalização fosse subordinado diretamente ao secretário Altamiro Guimarães, que providenciou a transferência, sepultando os conflitos.

Durante os dois períodos em que administrou o Estado, como governador escolhido pela Assembleia Legislativa e como interventor nomeado por Getúlio Vargas, Nereu Ramos procurou prestigiar os fiscais. Ouvia suas sugestões, acolhia projetos de aprimoramento da fiscalização, com eles conversava com frequência, sempre na perspectiva de melhoria da receita estadual. E, igualmente, punia excessos praticados no setor, tudo de acordo com os relatos de Jaime Mendes, que viria a se aposentar mais tarde ao rejeitar transferências partidárias e ameaças de adversários políticos e por ter abraçado o jornalismo no Vale do Itajaí.

O dia 24 de abril de 1947 é considerado outro marco histórico. Assinala a assinatura do Decreto nº 11 pelo governador Aderbal Ramos da Silva. Estava criada a Diretoria do Serviço de Fiscalização e assegurando-lhe mais autonomia na estrutura da Secretaria da Fazenda. Atuava como secretário de Estado da Fazenda o professor João David Ferreira Lima, que na década de 1960 fundou e durante anos foi reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O boletim da Associação dos Fiscais, de abril de 1967, destacou o trabalho realizado em 1947 pelo fiscal Pedro de Andrade Garcia, que organizou a nova diretoria, dando-lhe estrutura administrativa, esquematizando toda a fiscalização estadual, o que resultaria em avanços significativos na arrecadação estadual. “Superando um sem número de obstáculos, Pedro de Andrade Garcia, contando sempre com a incondicional cooperação de todos os colegas, levou a efeito uma radical transformação no panorama fiscal do Estado”, registra o informativo. O pequeno quadro de inspetores de fiscalização cedeu lugar à carreira de fiscais de Fazenda. Criou-se o quadro de auxiliares de provimento em comissão, ao qual pertenceram vários nomes que hoje engrandecem o Fisco catarinense. Dividiu-se o Estado em duas grandes regiões. Para chefia-las, foram nomeados os brilhantes colegas Sebastião de Miranda Cruz e José Joaquim Brasil.

O ano de 1948 constitui a terceira data de impacto no Fisco catarinense. Realiza-se o primeiro concurso público para admissão de fiscais da Fazenda Estadual. Para as 26 vagas abertas foram aprovados 24 candidatos, permanecendo vivos Orozimbo Caetano da Silva, Hermano Marinho Pereira e Waldemar Beduschi, que tiveram destacada atuação nestes últimos 60 anos. E, já falecidos, estão, entre outros, Ivan Luiz de Mattos, Olivério Vieira Corte, Nabor Teixeira Collaço, Vicente Bauer, Walmy Lueneberger, Hugo Locatelli, Honorato Tomelin, este último avô do deputado estadual Giancarlo Tomelin.

Histórias de dedicação à causa pública, de atos heróicos, de solidariedade pessoal e familiar, de apoio comunitário, combinadas com relatos dramáticos, não faltam na biografia dos fiscais que trabalharam no Estado nas últimas décadas. Como revelava em 1966, de Blumenau, Sebastião Cruz:

O fiscal da Fazenda foi um pioneiro, como autoridade, nos mais longínquos recantos de nossa terra, ali chegando antes mesmo da polícia, do professor, do médico. A cavalo ou a pé, onde não havia estrada, comendo pão com linguiça ou só rapadura, dormindo em barracas ou barracões, personalizava a lei até então ausente. Era o arauto do Estado que mais devia convencer que impor. E quanta habilidade se exigia dele. Não só para sua missão específica. Também de conhecimentos sobre direito de propriedade da terra, do comércio, de registro civil, envolvendo delicadas questões jurídicas, para atender a todos os que o procuravam.

Neste período, segundo Sebastião Cruz escrevia no *Boletim* de maio de 1966, eram 17 fiscais em todo o Estado, sem transporte e sem comunicação, contra quem eram registrados até ataques pelos remanescentes dos fanáticos do Contestado. O relato destaca até registros trágicos:

Subordinados ao Tesouro, tínhamos que conduzir dinheiro em espécie, na ausência do coletor, até 200 quilômetros, para distribuí-lo em vários bancos. Viagens sujeitas a ataques, como aconteceu com o coletor de Xanxerê, brutalmente assassinado na Serra do Coração, a caminho de Cruzeiro, quando seguia com a esposa em uma aranha.

Prossegue:

De todo o município de Chapecó, a partir da fronteira com a Argentina, o dinheiro era todo recolhido na Coletoria de Herval ou Cruzeiro, atual Joaçaba. Era tão difícil vir de Itapiranga ou Dionísio Cerqueira que o dinheiro das coletorias tinha que ser levado ao Rio Grande do Sul e de lá transferido para Florianópolis.

Outro depoimento histórico sobre os fatores adversos encontrados pelos fiscais para exercerem suas atividades no Estado foi deixado pelo saudoso Fiscal Danilo Thiago de Castro. Publicado no *Boletim*, da Affesc, reproduz o Ofício nº 161, tratando de sua posse. Seu conteúdo é o que segue:

Ofício no 161 – Palácio do Governo da Província de Santa Catarina 22 de janeiro de 1866

Pelo seu ofício no 13 de 19 do corrente e mais papéis que o acompanharam, fiquei inteirado da relutância dos tropeiros que transitam pelo Passa Dois em se submeterem ao pagamento dos impostos do gado e do mais que comunicam os agentes daquela Coletoria. Para fazer cessar essa relutância e compelir os tropeiros ao pagamento do imposto devido, tenho nesta data oficiado pelo Tenente Coronel Comandante do 4o Corpo de Cavalaria de Lages (Guarda Nacional) ordenando-lhe que faça destacar para o Passa Dois, 10 guardas do Corpo do seu comando que irão ficar ali à disposição do coletor a fim de lhe prestarem o auxílio de força de que possa carecer para se fazer respeitar. Cumpre a Vmece. recomendar ao coletor toda a firmeza e energia, ao par da convincente moderação e pendência, no empenho de convencer os tropeiros da obrigação de pagarem o imposto que a província deles pretende cobrar e ao qual não se podem desinteressar do modo porque o tem feito sem cometerem crime e outrossim lhe determine contra os

que lhe desobedecerem imediatamente da parte oficial e circunstanciada à autoridade policial que mais próxima lhe ficar, para proceder a respeito deles nos termos da lei, começando por assim praticar com os indivíduos de que fazem menção os ofícios que vieram juntos aos de Vmece. e que agora lhe devolvo. Deus Guarde a Vmece. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda Sur. Diretor da Fazenda Provincial. Conforme – Antônio Luiz do Livramento. Conforme – João Xavier Neves. (...)

Em 23 de março de 1866, outro ofício do Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, ao juiz municipal de Lages, informando que no Desterro não havendo tropas de linha e nem havendo praças disponíveis do Corpo Policial, que o Comandante do 4o Corpo de Cavalaria de Lages se virasse, mandando seus praças para o Passa Dois. Acontece, porém, que a Guarda Nacional de Lages, como nos outros lugares, foi apenas montada para festas patrióticas... calculem, não sabemos o que aconteceu.

Outro testemunho histórico sobre os desafios funcionais tem por autor José Aleixo Dellagnelo. Ao saudar o governador Colombo Salles, durante a inauguração da sede social no Centro, definiu sua visão sobre a missão dos fiscais:

O fiscal de tributos estaduais não constrói estradas, não levanta escolas, não instala postos de saúde, mas palmilha o Estado em busca de recursos devidos e necessários para que Vossa Excelência possa construir o substrato que sustentará o bem-estar da comunidade.

E completou:

O fiscal de tributos estaduais não presta assistência social, mas vai em busca de meios para que o governo tenha força de atender os desamparados, proporcionando-lhes condições de desenvolvimento. O fiscal de tributos estaduais não defende o direito e a justiça nos tribunais, mas é o agente da justiça social, indo buscar as contribuições e lembrando os deveres de muitos para que o governo possa atender aos direitos e às aspirações de todos.

Ao longo dos anos, a Diretoria de Fiscalização da Fazenda ganhou corpo, profissionalizou-se, expandiu-se por todo o Estado e passou por diferentes nomes sempre que novos governos introduziam reformas administrativas. Estas promoveram, também, denominações várias à própria Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir do governo Luiz Henrique da Silveira, passou a se chamar Diretoria de Administração Tributária (DIAT), da Secretaria da Fazenda.

A
ESTRUTURA
DA
FAZENDA



*“ Os dados disponíveis indicam
que inexistem no Brasil uma forma
tão generalizada de corrupção
quanto a sonegação fiscal. ”*

Senador João Calmon

O primeiro registro consta do livro *História de Santa Catarina*, do consagrado historiador Oswaldo Rodrigues Cabral. Relata que o presidente da Província de Santa Catarina, Feliciano Nunes Pires, que governou entre agosto de 1831 e novembro de 1835, criou a Tesouraria da Fazenda.

a) Histórico

Vem do período imperial a criação da primeira unidade dentro da estrutura do governo para cuidar dos negócios fazendários. A Lei nº 56, de 21 de março de 1837, criou a Provedoria da Província de Santa Catarina. Subordinada diretamente ao presidente da Província, era constituída de um provedor, um escrivão, um escriturário, um procurador fiscal, um tesoureiro, um porteiro e um contínuo, todos indicados e com funções definidas na lei de sua instituição.

A Provedoria destinava-se à “administração, arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalização de todas as receitas públicas”, além de ser responsável pela gestão de todo o patrimônio da Província. A lei tinha 28 artigos e regulamentava as atividades de cada um dos titulares dos novos cargos por ela criados.

Com a implantação da República, a Fazenda foi ganhando corpo e presença em todas as regiões do Estado, até a conquista de um novo patamar, com profissionalização crescente, formação acadêmica de todos seus membros e ingresso através de concurso público.

Sua importância no contexto político-administrativo de Santa Catarina está materializado até nas instalações físicas. Depois do Palácio do Governo – atual Palácio Cruz e Sousa – o segundo edifício público construído no século passado foi o da Secretaria da Fazenda. Obra do governo Irineu Bornhausen e marco da arquitetura catarinense naquele período, abrigou durante décadas o gabinete do secretário, o Tesouro do Estado e todos os serviços essenciais da pasta. Foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1955.

De acordo com o “Memorial da Fazenda”, elaborado pela Secretaria da Fazenda do governo do Estado, a unidade teve os mais diferentes nomes. As alterações registram-se durante o Império e atravessam todo o regime republicano. Na virada do novo século, a nomenclatura também se alterou. As principais alterações apontadas no Memorial da Secretaria, a partir das pesquisas feitas por seu coordenador, Edson Murilo Prazeres, são as que seguem:

1837 – Lei nº 56, de 21 de março: criou a Provedoria da Província de Santa Catarina.

1850 – Lei nº 304, de 12 de abril: a Secretaria passou a chamar-se Administração da Fazenda Provincial de Santa Catarina.

1893 – Lei nº 109: a pasta transformou-se em Secretaria dos Negócios da Fazenda.

1898 – Lei nº 328, de 23 de setembro: a Secretaria dos Negócios da Fazenda subdividiu-se em duas: a Secretaria do Interior e Justiça e a Secretaria de Obras Públicas e Finanças, com uma Diretoria de Fazenda.

1899 – Lei nº 445, de 13 de outubro: determinou a nomeação de Secretaria dos Negócios da Fazenda.

1901 – Lei nº 518, de 4 de setembro: criou a Secretaria Geral dos Negócios do Estado, centro de todo serviço administrativo, e restabeleceu o “Thesouro do Estado”.

1907 – Decreto nº 319, de 15 de março: durante o governo Gustavo Richard, determinou que a administração da Fazenda passaria a ser composta pelo Tesouro do Estado, como repartição central, e pelas estações fiscais, como subsidiárias.

1918 – Lei nº 1.196, de 26 de setembro: dividiu a Secretaria Geral dos Negócios do Estado em Secretaria do Interior e Justiça e Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura.

1935 – Lei nº 13, de 14 de novembro: a Secretaria de Viação e Obras Públicas foi desvinculada da Fazenda e Agricultura.

1939 – Decreto Lei nº 393, de 19 de dezembro: transferiu as questões da agricultura para outra pasta, ficando os serviços de inspeção e coleta para a Secretaria dos Negócios da Fazenda.

1968 – Lei nº 4.262, de 28 de dezembro: a Secretaria passou por um processo de reorganização, que definiu suas atribuições como execução da política financeira do governo, a realização da receita e despesas públicas, a guarda de valores e tudo o que diz respeito às finanças estaduais na forma fixada em regulamento.

1969 – Lei nº 8.212, de 1º de agosto: criou o Departamento de Fiscalização da Fazenda.

1970 – Lei nº 4.547, de 31 de dezembro: dispôs sobre a reforma administrativa do Estado, denominando-a Secretaria da Fazenda.

1975 – Lei nº 5.089, de 30 de abril: dispôs sobre a organização da administração estadual, e estabeleceu diretrizes para a modernização administrativa, permanecendo a Secretaria com a mesma denominação.

1976 – Decreto nº 402, de 6 de junho: dispôs sobre a estrutura organizacional básica da Secretaria.

1978 – Decretos nº 4.770 e nº 4.771, de 12 de abril: dispuseram sobre a estrutura organizacional básica da Secretaria da Fazenda e aprovaram o regimento interno da Secretaria, com nominata de cargos de provimento em comissão, respectivamente.

1987 – Decreto nº 190 de 25 de junho: criou e transformou órgãos na estrutura organizacional da Secretaria da Fazenda. Extinguiu a coordenadoria do Tesouro e CIEF (Cadastro de Informações Econômico-Fiscais). Transformou a

CAFCA (Coordenação de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria) em COAFI (Coordenação de Administração Financeira).

1991 – Lei nº 8.245, de 18 de abril: dispôs sobre a reforma administrativa do Estado, que extinguiu a Secretaria da Fazenda e criou a Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda (art. 36).

1995 – Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro: dispôs sobre a organização da administração pública, estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo, extinguiu a Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda e criou a Secretaria de Estado da Fazenda.

1996 – Decreto nº 1.168, de 17 de setembro: aprovou o novo regimento interno da Secretaria de Estado da Fazenda.

2003 – Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003: dispôs sobre a Secretaria de Estado da Fazenda.

2005 – Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005: dispôs sobre a Secretaria de Estado da Fazenda.

2007 – Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007: dispôs sobre a Secretaria de Estado da Fazenda.

Desde os anos 1980, o Sindifisco vem propondo a cisão da Secretaria de Estado da Fazenda com base nas duas principais atividades da pasta, ou seja, a separação das ações relativas às receitas e às despesas. Criar-se-ia uma Secretaria de Estado da Administração Tributária, com o objetivo de gerir a fiscalização e a arrecadação estadual. De outro lado, com a nova Secretaria ficariam as demais atividades relativas à contabilidade e administração das despesas em geral. Tal modelo administrativo já funciona em vários Estados e Municípios do Brasil, com significativos resultados na arrecadação.

b) Os secretários

Desde 1866, o primeiro registro oficial existente, até os dias atuais, a Secretaria da Fazenda teve nove fiscais da Fazenda como titulares, alguns exercendo o cargo durante o mandato governamental e outros apenas interinamente.

Foram secretários de Estado da Fazenda os seguintes fiscais:

Ivan Luiz de Mattos

Catarinense de Piratuba, Ivan Luiz de Mattos fez o Contador na Academia de Comércio de Santa Catarina. A partir de 1947, passou a atuar na Secretaria da

Fazenda, atuando como auxiliar de fiscalização. Foi sub-fiscal e, em 1948, admitido como fiscal por concurso público. Ocupou cargos de inspetor e diretor da Secretaria. Presidiu o Conselho Estadual de Contribuintes. Implantou o Ipesc. Secretário de Finanças da prefeitura de Florianópolis (1964) e Secretário do Plano de Desenvolvimento Municipal da Capital (1966). Secretário Executivo do Codesul (1970), Assessor Especial da Codesc (1975), Superintendente da Codesc (1977), Diretor do BRDE (1978) e Diretor do Besc (1983). Exerceu o cargo de secretário de Estado da Fazenda de 1967 a 1971.

Cláudio Andrade Ramos

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da UFSC, Cláudio Andrade Ramos começou sua carreira no serviço público estadual como oficial de gabinete da Secretaria de Justiça em 1957, vindo de Lages, sua cidade natal. Três anos depois, ingressou na Fiscalização da Fazenda, por concurso público. Presidiu a Associação dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina em 1965. Atuou como inspetor regional em Joaçaba, de onde foi recrutado para exercer a chefia de gabinete do secretário da Fazenda em 1975. Foi secretário adjunto. Presidiu o Sindifisco nos anos de 1995 e 1996. Em 1981, atuou como secretário de Estado da Fazenda.

Nelson Amâncio Madalena

Com apenas 18 anos de idade, Nelson Madalena iniciou sua trajetória na fiscalização da Fazenda de Santa Catarina. Trabalhou como operador do serviço de rádio mantido pela fiscalização e, em 1966, passou a prestar serviços na assessoria do secretário. Colaborou com os secretários Ivan Mattos, Sérgio Uchoa de Rezende e Ivan Bonato. Nascido em Rio do Sul, ingressou por concurso na carreira de fiscal de tributos estaduais em 1978. Foi nomeado procurador geral da Fazenda, função que desempenhou até 1982. Secretário Adjunto do secretário da Fazenda Ivo Silveira (1982) e na gestão Arno Batschauer. Assessor da Sub-Comissão de Tributos da Assembleia Nacional Constituinte. Durante dois anos residiu em Brasília, onde ocupou o cargo de assessor especial do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega (1986 e 1989). Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura de Florianópolis, em 1992 e 1993, e novamente, em 1998. Entre 1983 e 1987, foi secretário de Estado da Fazenda.

Fernando Ferreira de Mello Júnior

Formado em Administração pela Esag e Direito pela UFSC, Fernando Ferreira de Mello Júnior tem especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, em Finanças Públicas no Ministério da Fazenda e em Economia na

Universidade de Alcalá (Madri). Mestrado em Administração pela UFRGS (1977). Professor Adjunto da UFSC desde 1975, atuou como titular da Udesc, de pós-graduação em várias instituições de ensino superior. Exerceu o cargo de chefe de gabinete da Secretaria da Saúde (1971-1975), Presidente da Comcap (1975 a 1977), do Ipuf (1979 a 1981) e do Conselho Municipal de Contribuintes (1985), secretário de Finanças da prefeitura de Florianópolis (1986 e 1987). Foi integrante da Junta do BRDE, membro do Confaz, presidente do Besc e de várias empresas do sistema financeiro Besc. Natural de Rio do Sul, fiscal da Fazenda por concurso, ocupou o cargo de secretário de Estado da Fazenda em 1987 e 1988.

Paulo Afonso Evangelista Vieira

Paulo Afonso Evangelista Vieira nasceu em Teresina, Piauí, mas logo se transferiu com a família para Florianópolis, onde realizou os cursos primário e secundário, formando-se em Direito pela UFSC. Tem mestrado no Instituto de Tecnologia de Massachussetts (EUA). Deputado estadual entre 1987 e 1990, pelo PMDB, foi líder da bancada. Governador de Santa Catarina entre 1995 e 1999. No período de 2003 e 2006, representou Santa Catarina na Câmara Federal. Atualmente, é diretor administrativo e financeiro da Eletrosul. Fundador do PMDB, integrou a executiva regional, sendo seu tesoureiro. É titular do Conselho Curador da Fundação Pedro Horta. Entre 1988 e 1990, ocupou o cargo de secretário de Estado da Fazenda.

Oscar Falk

Gaúcho de Tapejara, Oscar Falk é formado em Ciências Contábeis pela Furg, de Joinville. Tem pós-graduação em Auditoria de Empresas pela UFSC. Bacharel em Direito pela Univali. Fiscal de tributos estaduais desde 1984. Presidiu o Conselho de Administração do Besc e do Badesc. Membro da Junta do BRDE. Diretor de Fiscalização da Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização da Secretaria entre 1989 e 1991. Trabalhou como secretário adjunto, foi diretor econômico-financeiro da Celesc (1997), Presidente da Celesc (1997 e 1998) e do Conselho Estadual de Contribuintes. Nos anos de 1996 e 1997, foi secretário de Estado da Fazenda.

Marco Aurélio de Andrade Dutra

Com o bacharelado em Administração de Empresas pela UFRGS e Direito pela UFSC, Marco Aurélio de Andrade Dutra possui especialização em Administração Tributária (ESAF-Brasília) e Auditoria de Empresas (Fepese-UFSC). Nascido em Porto Alegre (RS), ingressou na fiscalização da Fazenda em 1984, depois de quatro anos na Caixa Econômica Federal. Integrou o Conselho Estadual de Contribuintes (1989-1991), foi executivo da Dívida Pública, conselheiro do Badesc e do Besc. Diretor do Tesouro (2003 e 2004). Ocupou o cargo de secretário de Estado da Fazenda em 1998.

Antônio Carlos Vieira

As atividades de Antônio Carlos Vieira na Fiscalização da Fazenda tiveram início em 1963. Foi inspetor regional em Curitiba, Joaçaba e Itajaí. Natural de Florianópolis, onde bacharelou-se em Economia pela UFSC. Dirigiu a Divisão de Fiscalização, foi coordenador do Tesouro e da Fiscalização (1979). Presidiu o Besc (1983 a 1986), onde também ocupou a Diretoria Financeira. Secretário de Finanças da Prefeitura de Florianópolis (1997-1998), diretor da Codesc (1986 a 1987), presidente da Comcap (1989), assessor técnico do Senado (1995-1996). Deputado estadual entre 2003 e 2006. Foi secretário de Estado da Fazenda entre 1999 e 2002.

José Abelardo Lunardelli

Ingressou no serviço público estadual em 1960, lotado em Ponta Serrada, ao ser nomeado por concurso como fiscal de Tributos Estaduais. Nascido em Gaspar (SC), era formado em Contabilidade e bacharelou-se em Odontologia pela UFSC e em Direito pela Univali. Trabalhou em várias inspetorias regionais, concluiu vários cursos de especialização em tributação. Diretor da Divisão de Análise (1977), titular do Conselho Estadual de Entorpecentes (1983), coordenador de Fiscalização e Tributação (1983-1987). Superintendente da Fundação Educacional de Santa Catarina (1991), diretor da Secretaria da Educação (1993), secretário adjunto da Educação no governo Kleinübing. Em 2002, assumiu o cargo de secretário de Estado da Fazenda. Faleceu em Natal (RN), em 14 de fevereiro de 2004.

É a seguinte a nominata histórica dos Secretários e as diversas denominações que o cargo teve:

Administração da Fazenda Provincial de Santa Catarina

00/00/1866 – Francisco Duarte da Silva

00/00/1872 – Francisco Leitão de Almeida

Secretário de Obras Públicas e Finanças

28/12/1898 – Major José Teixeira Raposo (nomeado)

18/01/1899 – Domingos Gonçalves da Silva Peixoto (interino)

28/12/1900 – Major José Teixeira Raposo (reassumiu)

Secretário Geral dos Negócios do Estado

1º – 31/12/1902 – Coronel Caetano Vieira da Costa (nomeado)

2º – 01/10/1904 – João Carlos Pereira Leite (nomeado)

3º – 28/09/1906 – Honório Hermeto Carneiro da Cunha (nomeado)

11/03/1909 – Antônio Maria Barroso Pereira (substituto)

17/03/1909 – Antônio Maria Barroso Pereira (substituto)

4º – 28/09/1910 – Coronel Caetano Vieira da Costa (nomeado)

17/10/1911 – Antônio Maria Barroso Pereira (substituto)

16/11/1912 – Antônio Maria Barroso Pereira (substituto)

5º – 22/01/1913 – Coronel Gustavo Lebon Régis (nomeado)

29/10/1914 – Antônio Maria Barroso Pereira (substituto)

6º – 28/09/1914 – Fúlvio Coriolano Aducci (nomeado)

01/09/1917 – Antônio Maria Barroso Pereira (substituto)

02/05/1918 – Antônio Maria Barroso Pereira (substituto)

Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura

1º – 28/09/1918 – Adolfo Konder (nomeado)

01/11/1919 – Gustavo Adolfo da Silveira

2º – 27/09/1920 – Gustavo Adolfo da Silveira (nomeado)

13/08/1921 – José Boiteux (substituto)

3º – 28/09/1922 – Victor Konder (nomeado)

20/02/1924 – Joe Luiz de Martins Collaço (substituto)

26/03/1924 – Joe Luiz de Martins Collaço (substituto)

08/09/1924 – Joe Luiz de Martins Collaço (substituto)

16/10/1924 – Joe Luiz de Martins Collaço (substituto)

16/10/1924 – Pedro Augusto Carneiro da Cunha (substituto)

27/10/1924 – Joe Luiz de Martins Collaço (substituto)

19/09/1924 – Pedro Augusto Carneiro da Cunha (substituto)

17/03/1925 – Ulisses Gérson Alves da Costa (substituto)

19/05/1926 – Elpídio da Silva Fragoso (substituto)

4º – 28/09/1926 – Henrique da Silva Fontes (nomeado)

02/01/1927 – Cid Campos (interino)

25/10/1928 – Cid Campos (interino)

10/01/1929 – Cid Campos (interino)

05/08/1929 – Cid Campos (em comissão)

- 5º – 14/10/1929 – Artur Ferreira da Costa (nomeado)**
- 6º – 28/10/1930 – Cândido de Oliveira Ramos (nomeado)**
18/04/1932 – Manoel Pedro da Silveira (interino)
26/10/1932 – Adão Rebelo
- 7º – 01/11/1932 – Antônio Bottini (nomeado p/ exercer interinamente)**
18/01/1933 – Manoel Pedro da Silveira (substituto)
- 8º – 19/04/1933 – José da Costa Moellmann (nomeado)**
02/05/1935 – Manoel Pedro da Silveira (substituto)
17/09/1935 – Manoel Pedro da Silveira (substituto)
02/07/1935 – Manoel Pedro da Silveira (substituto)
- 9º – 02/05/1935 – Manoel Pedro da Silveira (nomeado)**
- 10º – 28/05/1935 – Celso Fausto de Sousa (nomeado)**

Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda

- 11º – 24/05/1937 – Rodolfo Vitor Tietzmann (nomeado)**
- 12º – 04/03/1938 – Altamiro Lobo Guimarães (nomeado)**
25/02/1938 – Celso Fausto de Sousa (substituto)
22/06/1939 – Celso Fausto de Sousa (substituto)
30/09/1939 – Celso Fausto de Sousa (substituto)
05/08/1940 – Celso Fausto de Sousa (substituto)
14/02/1941 – Orlando Brasil (substituto)
27/07/1941 – Orlando Brasil (substituto)
04/05/1942 – Orlando Brasil (substituto)
- 13º – 04/01/1944 – Orlando Brasil (nomeado)**
19/03/1944 – Octávio de Oliveira (substituto)
31/08/1944 – Octávio de Oliveira (substituto)
04/04/1945 – Major Otávio de Oliveira (substituto)
12/11/1945 – Octávio de Oliveira (designado)
- 14º – 29/12/1945 – Jaú Guedes da Fonseca (nomeado)**
- 15º – 11/02/1946 – João David Ferreira Lima (nomeado)**
20/03/1946 – Octávio de Oliveira (substituto)
01/04/1946 – Octávio de Oliveira (substituto)
31/08/1946 – Octávio de Oliveira (substituto)
30/10/1946 – Octávio de Oliveira (substituto)
20/05/1947 – Octávio de Oliveira (substituto)
26/08/1947 – Octávio de Oliveira (substituto)

- 16º – 21/03/1950 – Octávio de Oliveira
17º – 31/01/1951 – João Bayer Filho
18º – 02/07/1954 – Heriberto Hülse
19º – 07/07/1955 – Júlio Archimedes Coelho de Souza
20º – 01/01/1956 – Hercílio Deeke
03/04/1957 – Antônio Carlos Konder Reis (interino)
21º – 01/06/1957 – Antônio Carlos Konder Reis
22º – 30/06/1960 – Laerte Ramos Vieira
23º – 31/01/1961 – Geraldo Wetzel
24º – 12/12/1962 – Eugênio Doin Vieira
25º – 20/11/1964 – João José de Cupertino Medeiros

Secretários de Estado da Fazenda

- 26º – 02/02/1966 – João José de Cupertino Medeiros
27º – 05/05/1967 – Ivan Luiz de Mattos
28º – 16/03/1971 – Sérgio Uchôa Rezende
29º – 15/03/1975 – Ivan Oreste Bonato
30º – 13/07/1979 – Cláudio Andrade Ramos
(em substituição até 28/08/1979)
31º – 29/09/1979 – Ivan Oreste Bonato
09/11/1979 – Cláudio Andrade Ramos (interino)
32º – 12/02/1982 – Ivo Silveira
33º – 15/03/1983 – Arno Nery Batschauer
34º – 12/09/1983 – Nelson Amâncio Madalena
35º – 15/03/1987 – Fernando Ferreira de Mello Junior
36º – 05/12/1988 – Paulo Afonso Evangelista Vieira
37º – 30/03/1990 – Félix Cristiano Theiss

Secretários de Estado do Planejamento e Fazenda

- 38º – 15/03/1991 – Fernando Marcondes de Mattos
39º – 04/11/1992 – Luiz Fernando Verdini Salomon
04/04/1994 – Luiz Fernando Verdini Salomon

- 40° – 03/08/1994 – Guilherme Júlio da Silva**
Secretários de Estado da Fazenda
- 41° – 01/01/1995 – Neuto Fausto de Conto**
- 42° – 26/02/1996 – Oscar Falk**
- 43° – 20/01/1997 – Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso**
- 44° – 14/07/1997 – Nelson Wedekin**
- 45° – 07/04/1998 – Marco Aurélio de Andrade Dutra**
- 46° – 01/01/1999 – Antônio Carlos Vieira**
- 47° – 07/05/2002 – José Abelardo Lunardelli**
- 48° – 01/01/2003 – Max Roberto Bornholdt**
- 49° – 23/08/2006 – Alfredo Felipe da Luz Sobrinho**
02/09/2006 – Marco Aurélio de Andrade Dutra (em exercício)
- 50° – 03/01/2007 – Sérgio Rodrigues Alves**
- 51° – 18/12/2008 – Antônio Marcos Gavazzoni**

A FUNDAÇÃO

DA ASSOCIAÇÃO

DOS FISCAIS

DA FAZENDA

“Se você tem uma maçã e eu tenho outra, e nós trocamos as maçãs, então cada um terá sua maçã. Mas se você tem uma ideia e eu tenho outra, e nós trocamos, então cada um terá duas ideias.”

Bernard Shaw

Os fiscais da fazenda de Santa Catarina há muito sonhavam com uma entidade para reunir a classe e defender seus interesses e direitos. A Associação dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Affesc) foi criada em 23 de junho de 1963. Mas, sete anos antes, em 15 de outubro de 1956, os integrantes do Fisco catarinense se reuniram para uma posição histórica. Decidiram fundar a Associação dos Funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda.

A assembleia geral de 1956 foi presidida por Luiz Oscar de Carvalho, tendo como secretário Jaime Mendes. De acordo com resgate histórico publicado em *O Agente Fiscal*, edição de outubro de 1968, eram objetivos:

Propugnar pela maior união da classe e beneficiá-la, buscar a realização de suas aspirações e direitos, colaborar com os poderes públicos visando o prestígio da classe, apoiar as instituições e os poderes constituídos, preservar os princípios de ordem e disciplina funcionais, lutar pela dignidade da função.

Uma comissão especial foi designada na época para elaborar o estatuto da entidade. Presidida por Luiz Oscar de Carvalho, era composta por Hernani Natalino Porto, Pedro de Alcântara Pereira Filho, Dorval José dos Reis, Ivo Bandeira Corte, Rubens Victor da Silva e José Borges Cordeiro da Silva. Problemas surgiram e a ideia acabou não se materializando.

No clima desenvolvimentista que se criou no Brasil com a inauguração de Brasília em 1960 e dos primeiros anos do governo Celso Ramos, o projeto de criação de uma entidade foi retomado. Com um grupo de fiscais bem maior, a assembleia de fundação da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina aconteceu no Edifício das Diretorias, na Rua Tenente Silveira, no Centro de Florianópolis, na manhã do dia 23 de junho de 1963. Por indicação do fiscal Nabor Teixeira Collaço, Raulino Francisco da Rosa foi aclamado presidente da assembleia geral, tendo como secretário Índio Jorge Zavarizi.

Instalados os trabalhos, os presentes passaram a discutir o estatuto, que foi logo aprovado. Em consequência, a reunião foi suspensa para eleição da primeira diretoria, o que aconteceu depois das 14 horas. O processo eleitoral teve como escrutinadores Ivan Luiz de Mattos, João da Silva Medeiros Netto, Carlos Augusto de Aguiar da Costa e Orozimbo Caetano da Silva. Foram 45 votos depositados na urna. A assembleia decidiu, então, através do voto direto, eleger primeiro presidente o fiscal Hercílio Vaz Viégas. O secretário da Fazenda Eugênio Doin Vieira participou no final do encontro, quando fez pronunciamento em nome do governador para destacar a importância da nova organização.

A ata de fundação da Associação dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina tem o seguinte teor:

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, no auditório de conferências do Edifício das Diretorias, reuniram-se os fiscais da Fazenda: Nabor Teixeira Collaço, Patrício Otacílio de Medeiros, Albano Pereira da Costa, José Bento, Olintho Zimmerman, Nery Nicolazzi, Pedro Torrens, Carlos Rebello, Gélío Osório, Índio Jorge Zavarizi, Mozart José Duarte, Raulino Francisco da Rosa, Germano Fortkamp Neto, Guilhermino da Silva Neto, Acymar Coaracy da Silva, Wilson Jorge Diener, Cláudio Andrade Ramos, Edu Alaor Lemos, Ivo Bandeira Côrte, Waldemar da Costa, Carlos Costa, Francisco de Paula da Silva Filho, Eduardo Virmond, Antônio da Cunha Mendes, Álvaro Gentil Ibirapitanga, João da Silva Medeiros Netto, Rubens Victor da Silva, Hélio Born da Silva, José Aleixo Dellagnelo, Abelardo Antônio Gomes, Octacílio Henrique Rigon, Olivério Vieira Côrte, José Zomer Sobrinho, Osvaldo Thais, Hipérides de Sá Ferreira, Antonio de Souza Filho, Orozimbo Caetano da Silva, Aldo Menezes d'Aquino, Henrique de Arruda Ramos, Theodomiro Fagundes Lemos, Dorval José dos Reis, Altir Weber de Mello, Carlos Augusto de Aguiar da Costa, Cyro Oscar Soncini, Ivan Luiz de Mattos, Abelardo Coelho da Silva, Hernani Natalino Porto, Aldo Kirsten, Dirceu de Oliveira, Hilton Cabral Faria, que assinaram as folhas 2 do livro de presença e os fiscais Paulo Grossebacher e Lauro de Albuquerque Bello, que se fizeram representar respectivamente pelos fiscais Olivério Vieira Corte e Nabor Teixeira Collaço, com a finalidade de fundar a Associação dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Iniciada a reunião, foi, por proposta do sr. Nabor Teixeira Collaço, aclamado o nome do fiscal Raulino Rosa para presidir os trabalhos que, assumindo a Presidência, convidou-me para Secretário e solicitou ao fiscal Cláudio Andrade Ramos que iniciasse a leitura do ante-projeto dos Estatutos da Associação que, debatido e apresentado emendas pelo plenário, foi aprovado por unanimidade. A seguir, o senhor presidente suspendeu a sessão, convocando nova reunião para as quatorze horas, a fim de ser eleita a primeira diretoria. A hora aprazada, para a seguinte reunião, comparecendo os fiscais que assinaram as folhas 3 do livro de presença, deu o sr. Presidente por iniciada a votação, convocando os fiscais Ivan Luiz de Mattos, João Medeiros da Silva Netto, Carlos Augusto de Aguiar da Costa, Orozimbo Caetano da Silva, para servirem como escrutinadores. Procedida a aprovação, verificou-se que votaram 45 (quarenta e cinco) fiscais, sendo eleito presidente: Hercílio Vaz Veigas, 1º vice-presidente: Hipérides de Sá Ferreira, 2º vice-presidente: José Rodrigues de Araújo, secretário geral: Índio Jorge Zavarizi, 1º secretário: Cláudio Andrade Ramos, 2º secretário: Albano Pereira da Costa, tesoureiro geral: Hernani Natalino Porto, 1º tesoureiro: Waldemar da Costa, 2º tesoureiro: Francisco de Paula da Silva Filho. Dando posse a diretoria eleita, passou a presidência ao fiscal Hercílio Vaz Viégas que, assumindo, declarou aberta a primeira reunião da assembleia geral, dando a palavra para quem dela quisesse fazer uso.

Solicitou-a o fiscal Ivan Luiz de Mattos, que propôs fosse prestada uma homenagem ao senhor Pedro de Andrade Garcia, que seria efetivada pela nova diretoria em época oportuna. Com a palavra o fiscal Albano Pereira da Costa, que agradeceu aos colegas que sufragaram o seu nome, congratulando-se com a classe por haverem fundado a Associação, velha aspiração da família fazendária. Em seguida, fez uso da palavra o fiscal Hilton Cabral Faria que, enaltecendo a pessoa do sr. presidente, felicitou os membros componentes da diretoria, augurando-lhes uma profícua gestão. Concedendo a palavra ao fiscal Carlos Augusto de Aguiar da Costa, que se expressou felicitando a classe pela realização do primeiro seminário fiscal, fazendo votos para que o conclave produzisse bons frutos para o aprimoramento do serviço de fiscalização da Fazenda. Em seguida, houve por bem o sr. presidente designar uma comissão composta dos fiscais Ivan Luiz Mattos, Henrique de Arruda Ramos, Nabor Teixeira Collaço e Hélio Born da Silva, para introduzir na sala o Exmo. Sr. Eugênio Doin Vieira, digníssimo secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Neste interregno, foi dada posse aos membros do Conselho Fiscal eleito: Srs. Ivan Luiz de Mattos, Henrique de Arruda Ramos e Hélio Born da Silva. Suplentes: João da Silva Medeiros Netto, Vicente Bauer e Montezuma Guarany de Carvalho. Conclui o sr. presidente dando a palavra ao fiscal Cláudio Andrade Ramos para saudar o ilustre visitante, e, em rápidas palavras, disse das finalidades da associação. Com a palavra o sr. presidente disse que há muito os fiscais da Fazenda do Estado necessitavam realizar e solenizar a união da classe, através de uma entidade que, juntando condições de direito, viesse a ser o melhor intérprete das nossas reivindicações. Agradeceu a honrosa incumbência conferida pelos colegas para dirigir os destinos da Associação, prometendo corresponder a confiança que os fiscais depositaram em seu nome. Finalmente, usou da palavra o Exmo. Sr. secretário, que em brilhante improviso conclamou a união da família fazendária, dizendo ser essa a grande oportunidade para um franco entendimento entre os associados e o poder público visando o interesse da carreira e dizendo-se satisfeito por ver que na sua gestão à frente da Secretaria da Fazenda fundava-se e consolidava-se a Associação dos Fiscais da Fazenda. Retirando-se do plenário acompanhado da diretoria, o Exmo. Sr. secretário retornou aos seus afazeres. Nada mais tendo a tratar, deu o sr. presidente por encerrado os trabalhos, lavrando-se a presente ata.

A fundação teve um fato inusitado. O diretor do Serviço de Fiscalização, Nabor Collaço, solicitou ao fiscal Cláudio Ramos que viajasse a Porto Alegre para levantar dados sobre atividades da Associação dos Fiscais do Rio Grande do Sul. Trouxe no retorno cópia do estatuto, cuja versão catarinense ficou a cargo de Nabor Collaço, Cláudio Ramos, Índio Zavarizi e João da Silva Medeiros Netto. Foi, então, elaborado um ante-projeto.

Acontece que na data marcada para análise e discussão do ante-projeto, o fiscal Miltom Garcia, saudoso Pitanga, encarregado de confeccionar o material, não apareceu nem deixou indicativo onde o material poderia ser encontrado. Garcia justificou depois a ausência, fato que acabou beneficiando a corporação, uma vez que o estatuto foi aprovado sem maiores discussões.

A Associação foi declarada de utilidade pública estadual em 2 de julho de 1964 através da Lei nº 3.478, sancionada pelo governador Celso Ramos. O projeto foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado pelo deputado Henrique de Arruda Ramos, também um dos fundadores. Cinco anos mais tarde, recebia o reconhecimento do povo de Florianópolis. Através da Lei nº 919/69, de 8 de maio de 1969, era declarada de utilidade pública graças à proposta apresentada pelo vereador Aloísio Acácio Piazza, igualmente fiscal, e aprovada pela Câmara Municipal.

Nestes 46 anos de atuação, a Associação tem se destacado por iniciativas e atividades que visam à unidade da classe, à confraternização com suas famílias, aos serviços assistenciais e a um conagraçamento notável, proporcionado pelas instalações da sede no Balneário de Canasvieiras.

São os seguintes os fundadores da Associação:

Nabor Teixeira Collaço
Patrício Otacílio de Medeiros
Albano Pereira da Costa
José Bento
Olintho Zimmerman
Nery Nicolazzi
Pedro Torrens
Carlos Rebello
Gélio Osório
Indio Jorge Zavarizi
Mozart José Duarte
Raulino Francisco da Rosa
Germano Fortkamp Neto
Guilhermino da Silva Neto
Acymar Coaracy da Silva
Wilson Jorge Diener
Cláudio Andrade Ramos
Edu Alaor Lemos
Ivo Bandeira Côrte
Waldemar da Costa
Carlos Costa

Francisco de Paula da Silva Filho
Eduardo Virmond
Antônio da Cunha Mendes
Álvaro Gentil Ibirapitanga
João da Silva Medeiros Netto
Rubens Victor da Silva
Hélio Born da Silva
José Aleixo Dellagnelo
Abelardo Antônio Gomes
Octacílio Henrique Rigon
Olivério Vieira Côrte
José Zomer Sobrinho
Oswaldo Thais
Hipérides de Sá Ferreira
Antonio de Souza Filho
Orozimbo Caetano da Silva
Aldo Menezes d'Aquino
Henrique de Arruda Ramos
Theodomiro Fagundes Lemos
Dorval José dos Reis
Altir Weber de Mello

Carlos Augusto de Aguiar da Costa
Cyro Oscar Soncini
Ivan Luiz de Mattos
Abelardo Coelho da Silva
Hernani Natalino Porto
Aldo Kirsten
Dirceu de Oliveira

Hilton Cabral Faria
José Rodrigues de Araújo
Lauro de Albuquerque Bello
Montezuma Guarany de Carvalho
Paulo Grossembacher
Vicente Bauer
Heinz Fritzsche

As diretorias – 1963-2009

Diretoria de 23 de junho 1963 a 7 agosto 1964

Presidente: Hercílio Vaz Viegas
1º vice: Hipérides de Sá Ferreira
2º vice: José Rodrigues de Araújo
Secretário geral: Índio Jorge Zavarizi
1º secretário: Cláudio Andrade Ramos
2º secretário: Albano Pereira da Costa
Tesoureiro geral: Hernani Natalino Porto
1º tesoureiro: Waldemar da Costa
2º tesoureiro: Francisco de Paula da Silva Filho

Diretoria de 7 de agosto 1964 a 23 junho 1965

Presidente: Índio Jorge Zavarizi
1º vice: Pedro Torrens
2º vice: Altamiro Luiz Buchele
Secretário geral: Cláudio Andrade Ramos
1º secretário: Helge Detlev Pantzier
2º secretário: Guilhermino da Silva Neto
Tesoureiro geral: Hernani Natalino Porto
1º tesoureiro: José Abelardo Lunardelli
2º tesoureiro: Antonio Carlos Vieira

Diretoria de 23 junho 1965 a 23 junho 1966

Presidente: Cláudio Andrade Ramos
1º vice: João da Silva Medeiros Netto
2º vice: Sergio Boppré
Secretário: Guilhermino da Silva Neto
1º secretário: Armando Valério de Assis Filho
2º secretário: Francisco Salgado Filho
Tesoureiro: Antonio Carlos Vieira
1º tesoureiro: Waldemar da Costa
2º tesoureiro: José Aleixo Dellagnelo

Diretoria de 23 junho 1966 a 23 junho 1967

Presidente: Gélío Osório

1º vice: Edu Alaor Lemos

2º vice: Abelardo Antonio Gomes

Secretário: Sergio Boppré

1º secretário: Waldemar Beduschi

2º secretário: Alceu Carvalho de Almeida

Tesoureiro: Antonio Carlos Vieira

1º tesoureiro: Germano Fortkamp Neto

2º tesoureiro: Pedro Gesser

Diretoria de 23 junho 1967 a 23 junho 1968

Presidente: Hermes Justino Patrianova

1º vice: Gélío Osório

2º vice: Helge Detlev Pantzier

Secretário Geral: Albio Boing

1º secretário: Sergio Boppre

2º secretário: Pedro Torrens

Tesoureiro: Heins Fritzke

1º tesoureiro: Germano Fortkamp Neto

2º tesoureiro: Aldir Alvim de Souza

Diretoria de 23 junho 1968 a 23 junho 1969

Presidente: Hermes Justino Patrianova

1º vice: Victor Morong

2º vice: Sergio Boppré

Secretário geral: Aloísio Acácio Piazza

1º secretário: Maurílio Prats Fernandes

2º secretário: Guido Américo Garcia

Tesoureiro geral: Heins Fritzke

1º tesoureiro: José Zomer Sobrinho

2º tesoureiro: Cyro Oscar Soncini

Diretoria de 23 junho 1969 a 23 junho 1970

Presidente: Gélío Osório

1º vice: Dirceu de Oliveira

2º vice: Germano Luiz Amorim

Secretário geral: Graham Bell Ganzo Fernandez

1º secretário: Heraldo Neves Arruda

2º secretário: Desiderio Meller

Tesoureiro: Abelardo Coelho da Silva

1º tesoureiro: Francisco Paula da Silva Filho

2º tesoureiro: Patrício Otacílio de Medeiros

Diretoria de 23 junho 1970 a 23 junho 1971

Presidente: Gélío Osório

1º vice: Aloísio Acácio Piazza

2º vice: Germano Luiz Amorim

Secretário geral: Victor Morong

1º secretário: Graham Bell Ganzo Fernandez

2º secretário: Sérgio Boppre

Tesoureiro: Abelardo Coelho da Silva

1º tesoureiro: Dorval José dos Reis

2º tesoureiro: Jose Zomer Sobrinho

Diretoria de 23 junho 1971 a 23 junho 1973

Presidente: Aloísio Acácio Piazza

1º vice: Vicente Bauer

2º vice: Maurílio Prats Fernandes

Secretário geral: Romildo Roberto Koenig

1º secretário: Uwe Hardt

2º secretário: Edu Alaor Lemos

Tesoureiro: Dorval José dos Reis

1º tesoureiro: Silas Cardoso

2º tesoureiro: Carlos Augusto de Aguiar da Costa

Diretoria de 23 junho 1973 a 23 junho 1975

Presidente: Orozimbo Caetano da Silva

Vice-presidente: José Thiago da Luz

Secretário geral: Graham Bell Ganzo Fernandes

1º secretário: Mario Olindo Evangelista

Tesoureiro geral: Gélío Osório

Orador: José Aleixo Dellagnelo

Diretoria de 23 junho 1975 a 20 agosto 1976

Presidente: João Acelino de Senna

Vice-presidente: Germano Fortkamp Neto

Secretário geral: Cantidio Alberto Ferraresi

1º secretário: João da Silva Medeiros Netto

Tesoureiro geral: Oscar Werner Beller

1º tesoureiro: Desidério Meller

2º tesoureiro: Erich Passig

Diretoria de 20 agosto 1976 a 23 junho 1977

Presidente: Germano Fortkamp Neto

Vice-presidente: Maurílio Prats Fernandes

Secretário geral: Cantídio Alberto Ferraresi

1º secretário: Acymar Coaracy da Silva

Tesoureiro geral: Oscar Werner Beller

Hipérides de Sá Ferreira

Carlos Costa

1º tesoureiro: Carlos Costa

2º tesoureiro: José Lima Araújo

Orador: João da Silva Medeiros Netto

Diretoria de 23 junho 1977 a 23 junho 1979

Presidente: Ivo Bandeira Corte

1º vice: Maurílio Prats Fernandes

2º vice: Wilson José Diener

Secretário geral: Mozart José Duarte

1º secretário: Cantídio Alberto Ferraresi

2º secretário: Acymar Coaracy da Silva

Tesoureiro geral: Germano Fortkamp Neto

1º tesoureiro: Carlos Costa

2º tesoureiro: Manoel Severino da Luz

Orador: João da Silva Medeiros Netto

Diretoria de 23 junho 1979 a 31 dezembro 1979

Presidente: José Aleixo Dellagnelo

1º vice: José Zomer Sobrinho

2º vice: Raul Pereira Roeder

Secretário geral: Mario Nelson Alves

1º secretário: Rubens Miguel de Souza

2º secretário: Joel Matias

Tesoureiro geral: Germano Fortkamp Neto

1º tesoureiro: Carlos Costa

2º tesoureiro: Manoel Severino da Luz

Orador: Aloísio Acácio Piazza

Diretoria de 31 dezembro 1979 a 23 junho 1980

Presidente: José Zomer Sobrinho

Vice-presidente: Raul Pereira Roeder

Secretário geral: Mario Nelson Alves

1º secretário: Rubens Miguel de Souza

2º secretário: Joel Matias

Tesoureiro geral: Germano Fortkamp Neto

1º tesoureiro: Carlos Costa

2º tesoureiro: Manoel Severino da Luz

Orador: Aloísio Acácio Piazza

Diretoria de 23 junho 1980 a 23 junho 1981

Presidente: Alceu Carvalho de Almeida

Vice-presidente: José Carlos Domingues Carneiro

Secretário geral: Edu Alaor Lemos

1º secretário: Pedro José de Oliveira Lopes

Tesoureiro geral: José Lamir dos Santos

1º tesoureiro: Osvaldo Juvêncio Cioffi

Orador: Sady Cavalheiro Marinho

Diretoria de 23 junho 1981 a 23 junho 1982

Presidente: Alceu Carvalho de Almeida

Vice-presidente: José Carlos Domingues Carneiro

Secretário geral: Aldo Menezes D'Aquino

1º secretário: José Zeferino Póvoas

Tesoureiro geral: Antonio Medeiros Vieira

1º tesoureiro: Antonio Carlos Rodrigues de Moraes Camargo

Orador: Cyro Oscar Soncini

Diretoria de 23 junho 1982 a 23 junho 1983

Presidente: José Carlos Domingues Carneiro

Vice-presidente: Aloísio Acácio Piazza

Secretário geral: Mario Luz de Medeiros

1º secretário: Edgar Rauen Soares

Tesoureiro geral: Célio Wiethorn

1º tesoureiro: Antonio Carlos Rodrigues de Moraes Camargo

Orador: Patrício Otacílio de Medeiros

Diretoria de 23 junho 1983 a 23 junho 1985

Presidente: Cyro Oscar Soncini

Vice-presidente: Aloísio Acácio Piazza

Diretor Administrativo: Antonio Carlos Rodrigues de Moraes Camargo

Diretor Financeiro: José Zomer Sobrinho

Diretor de Operações: Pedro Medeiros Santiago

Diretor Social: Cantidio Alberto Ferraresi

Diretoria de 23 junho 1985 a 23 junho 1987

Presidente: José Reinaldo Figueiredo

Vice-presidente: José Carlos Domingues Carneiro

Diretor de Administração: Ney Viana de Albuquerque

Vânia Maria Gomes Ribeiro

Diretor de Finanças: Célio Wiethorn

Diretor de Operações: Fausto Nilton Botelho

Diretor Social: João Alberto Pizzolatti Jr.

Diretor Social adjunto: Rubens Nicolau Kuhl

Diretor do Departamento para Assuntos dos Fiscais Aposentados:

Erasmus Vicente Damiani

Diretor do Departamento do Interior: Ademar Brasil Floriano

Assessor de Patrimônio: José Lamir dos Santos

Diretoria de 23 junho 1987 a 23 junho 1989

Presidente: José Carlos Domingues Carneiro

Vice-presidente: Luiz Felipe Silva

Diretor Administrativo: André Luiz Alves

Diretor Financeiro: José Zomer Sobrinho

Diretor de Operações: Índio Machado Vieira Filho

Diretor Social: Luiz Carlos Silva

Diretor do Departamento de Assuntos dos Inativos: Acymar Coaracy da Silva

Diretor do Departamento dos Fiscais do Interior: Valquir dos Santos Marques

Diretoria de 23 junho 1989 a 23 junho 1991

Presidente: Cidemar José Dutra

Vice-presidente: Marcos Aurélio de Lemos

Diretor Administrativo: Valter Melentino Ferreira / Manoel Severino da Luz

Diretor Financeiro: Alécio da Rosa Botelho

Diretor de Operações: Adalberto Aluízio Eyng / Nilton Brasil Pacheco

Diretor Social: Albio Boing

Diretoria de 23 junho 1991 a 23 junho 1993

Presidente: Guido Américo Garcia

Vice-presidente: Luiz Felipe Silva

Diretor Administrativo: Narbal José Duarte

Diretor Financeiro: Salomão Mery Rachid

Diretor de Operações: Ciro Sidney Duarte

Diretor Social: Lauro José Cardoso

Diretor de Obras: Cidemar José Dutra

Diretoria de 23 junho 1993 a 23 junho 1995

Presidente: Cyro Oscar Soncini

Vice-presidente: Paulo Dell'Antonio

Diretor Administrativo: Fausto Nilton Botelho

Diretor Financeiro: José Zomer Sobrinho

Diretor de Operações: Gerson Ávila Hulbert

Diretor Social: Romário Arthur Ferreira

Diretoria de 23 junho 1995 a 23 junho 1997

Presidente: Cidemar José Dutra

Vice-presidente: Nelson Sander

Diretor Administrativo: Luiz Felipe Silva

Diretor Financeiro: José Zeferino Povoas

Diretor de Operações: Ciro Sidney Duarte

Diretor Social: Carlos Alberto Sirydakís

Diretoria de 23 junho 1997 a 30 junho 1999

Presidente: José Zeferino Póvoas

Vice-presidente: Odair Comel Periolo

Diretor Administrativo: Osvaldo Juvêncio Cioffi

Diretor Financeiro: Carlos Alberto Sirydakís

Diretor de Operações: Ocupado Interinamente pelo Diretor Financeiro

Diretor Social: Luiz Felipe Silva

Diretor de Manutenção e Expansão: Cidemar José Dutra

Diretoria de 1º julho 1999 a 30 junho 2001

Presidente: Felipe Joaquim Simão

Vice-presidente: Ciro Sidney Duarte

Diretor Administrativo: Luiz Felipe Silva

Diretor Financeiro: Nilton Brasil Pacheco

Diretor de Operações: Ighes Toscan/ Guido Américo Garcia

Diretor de Manutenção e Expansão: Osmar Furlan

Diretoria de 2001 a 2003

Presidente: Paulo Dell'Antonio

Vice-presidente: Cyro Oscar Soncini / Inácio Erdtmann

Diretor Administrativo: Gentil Santin

Diretor Financeiro: Gerson Ávila Hulbert

Diretor de Operações: José Zomer Sobrinho

Diretor Social: Rolando Preissler Bielschowsky

Diretor de Manutenção e Expansão: Waldo José Franzoni

Diretoria de 2003 a 2005

Presidente: Paulo Dell'Antonio

Vice-presidente: Carlos Leopoldo Matte

Diretor Financeiro: José Zomer Sobrinho / Gentil Santin

Diretor Administrativo: Valter Melentino Ferreira / Waldemar de Souza

Diretor de Operações: Waldemar de Souza / José Zomer Sobrinho

Diretor Social: Nestor Raupp

Diretor de Manutenção e Expansão: Waldo José Franzoni

Diretoria de 2005 a 2007

Presidente: Paulo Dell'Antonio

Vice-presidente: Waldemar de Souza

Diretor Administrativo: Ary José Pritsch

Diretor Financeiro: Gentil Santin

Diretor Social: Nestor Raupp

Diretor de Operações: José Zomer Sobrinho

Diretor de Manutenção e Expansão: Waldo José Franzoni

Diretoria de 2007 a 2009

Presidente: Waldemar de Souza

Vice-presidente: Odair Comel Periolo

Diretor Administrativo: Ary José Pritsch

Diretor Financeiro: Gentil Santin

Nilton Brasil Pacheco

José Barbosa da Silva

Diretor de Operações: Nilton Brasil Pacheco/ depois vago

Diretor de Manutenção e Expansão: Waldo José Franzoni

Diretoria de 2009 a 2011

Presidente: Paulo Dell'Antônio

Diretor Financeiro: Ciro José Duarte

Diretor Administrativo: Helge Pantzier



A
FUNDAÇÃO
DO
SINDIFISCO

*“Eu posso contribuir apenas com
uma gota de água para o oceano,
mas, com a minha gota, ele jamais
será o mesmo.”*

Madre Teresa de Calcutá

Um sábado com tempo bom – parcialmente nublado, temperatura média, ventos soprando do nordeste – representou um estímulo adicional para que os fiscais da fazenda se reunissem na sede de sua Associação, em Canasvieiras, no Norte da Ilha de Santa Catarina, para uma decisão que se tornaria histórica: a criação do seu Sindicato.

Um marco que foi precedido de reuniões em Florianópolis, Brasília e outras cidades catarinenses sobre a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, e as perspectivas de uma atuação sindical oferecida a todas as categorias profissionais.

Os fiscais, acompanhando todos os movimentos da Constituinte, mobilizaram-se com antecedência. Já no dia 22 de setembro, a Diretoria Executiva da Associação dos Funcionários Fiscais aprovou proposta de formação de uma comissão especial para tratar exatamente da fundação de um sindicato.

No dia seguinte ao da promulgação da nova Carta, com a presença da totalidade de seus membros, a diretoria voltou a se reunir, com a participação do presidente do Conselho Deliberativo, Guido Américo Garcia, e do fiscal Walter Cantermi, convidado para fazer uma análise sobre o tema “sindicalismo”.

Já no início deste encontro, o presidente José Carlos Domingues Carneiro fez um relato da reunião do Conselho Deliberativo da Fafite (Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais). Especialistas em legislação sindical e dirigentes das Associações Estaduais chegaram a uma conclusão: recomendar às associações para que promovessem, o mais rápido possível, a criação de sindicatos, elegendo diretorias provisórias e fazendo o registro no Ministério do Trabalho.

No comando da assembleia geral, Guido Américo Garcia, presidente do Conselho Deliberativo da Associação, ofereceu os argumentos para a urgência na criação de uma organização sindical, citando o inciso II, do artigo 8º da Constituição Federal, que veda que uma categoria profissional possa ter mais que um sindicato na mesma base geográfica. O receio decorria de uma constatação: a inexistência de legislação complementar que definisse “categoria profissional” no âmbito do funcionalismo público estadual. Havia o risco de instituição de um sindicato guarda-chuva, incluindo todos os servidores públicos estaduais, com interesses e aspirações diferentes ou até conflitantes.

A diretoria deliberou, então, formar uma comissão que se encarregasse de elaborar o projeto do estatuto do sindicato para a realização de uma assembleia geral de fundação, visando a obtenção do registro provisório.

No dia 5 de outubro, o jornal *O Estado*, de Florianópolis, publicava na coluna Moacir Pereira:

Os fiscais da Fazenda vão criar um sindicato de classe em Santa Catarina, de acordo com a decisão tomada em Brasília durante reunião da Federação Nacional. Participaram do encontro o presidente da Associação dos Fiscais, José Carlos Carneiro, e o vice-presidente da Federação Nacional, José Aleixo Dellagnelo. A decisão nacional é de fortalecimento das associações já existentes e a criação de sindicatos estaduais.

O edital de convocação da assembleia geral para criação do sindicato foi publicado no *Diário Catarinense*, edição de 13 de outubro de 1988, por iniciativa da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina.

A Comissão de Estudos Sindicais da Affesc e a diretoria executiva convidavam os fiscais de tributos estaduais e os fiscais de mercadorias em trânsito para a assembleia geral que seria realizada no dia 22 de outubro, a partir das 9 horas, na sede balneária de Canasvieiras, com dois objetivos:

1 – Discussão sobre a Fundação do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina; e

2 – Outros assuntos de interesse da classe.

O edital era assinado pelo presidente José Carlos Domingues Carneiro e pelo diretor administrativo André Luiz Alves.

Florianópolis já tinha sido uma cidade incomparavelmente mais tranquila. As praias do Norte da Ilha já haviam sido descobertas pelos turistas argentinos. O intenso movimento de veranistas no verão exigia a duplicação da SC-401, o que veio a ocorrer na década seguinte, no governo Vilson Kleinübing.

O mês de outubro começava com o governo Pedro Ivo Campos publicando matéria paga nos jornais com os índices de reajuste salarial do funcionalismo público estadual.

O prefeito da Capital Edison Andrino de Oliveira vivia uma difícil crise política, causada pela greve dos servidores municipais.

A cidade de Blumenau vivia com intensidade os últimos dias da Oktoberfest, enquanto outras festas de outubro animavam as principais cidades de colonização alemã em Santa Catarina.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Juarez Furtado, anunciava no dia 11 de outubro a instalação da Assembleia Constituinte Estadual.

Em Brasília, eram iniciadas as celebrações pela aprovação da nova Constituição Federal, acontecimento que contaminaria as capitais de Estados e os meios políticos e acadêmicos de todo o país.

No plano internacional, outro fato histórico que mudaria para sempre os destinos da humanidade. O presidente da Rússia, Mikhail Gorbachev, tirava Andrei

Gromyko do poder, consolidando a *Perestroika* e iniciando uma nova etapa na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Outros registros que marcaram aquele movimentado período: o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, anunciava um novo pacto fiscal, o médico Euríclides de Jesus Zerbini, pioneiro nos transplantes de coração no Brasil, visitava Santa Catarina.

Finalmente, a campanha eleitoral que acendia os debates nos principais municípios catarinenses, com destaque para Florianópolis e Blumenau. Afinal, o resultado destas disputas iria também decidir o futuro político de Santa Catarina. Realizadas no dia 15 de novembro, as eleições indicaram como vencedores Esperidião Amin, eleito prefeito de Florianópolis, e Vilson Kleinübing, novo mandatário de Blumenau. Empossados em 1989, os dois políticos selariam um pacto em 1990, quando Amin conquistou cadeira no Senado e Kleinübing elegeu-se governador do Estado.

Na edição do dia 22 de outubro de 1988, o jornal *O Estado* estampava na coluna Moacir Pereira:

A Associação dos Fiscais da Fazenda realiza uma nova assembleia geral hoje, em sua sede em Canasvieiras. Vai decidir pela transformação em Sindicato, dentro do que prevê a nova Constituição Federal, e examinar o encaminhamento do projeto de reajuste salarial dos servidores. Os fiscais não aceitam a discriminação que sofrem na mensagem governamental.

A fundação

A lista de presença na assembleia geral constitui o melhor referencial da adesão expressiva dos fiscais em torno do chamamento à criação da entidade sindical. A mesa constituída para dirigir a assembleia de fundação foi integrada por Maria da Glória Lima, Indio Machado Vieira, José Carlos Domingues Carneiro (presidente da Affesc), Guido Américo Garcia (presidente do Conselho Deliberativo da Affesc), André Luiz Alves, Fernando Aurélio Candelot Morozi e Alcides Vettorazzi (atual diretor do foro da Justiça Federal de Santa Catarina). Foram 154 fiscais e, entre eles, os principais nomes, os líderes mais ativos e aqueles que tinham maior densidade política e prestígio na comunidade catarinense. Os deputados estaduais Paulo Afonso Vieira e Aloísio Acácio Piazza, representantes da classe no Legislativo, participaram de todos os atos.

Entidade que nasceu com o nome de Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina (Siffesc), para defender a categoria do Fisco estadual catarinense. Foi o primeiro sindicato criado para representar servidores públicos estaduais.

A ata de fundação, que relata as decisões tomadas, tem o seguinte teor:

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, nas dependências da sede balneária da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina, em Canasvieiras, Florianópolis, reuniram-se funcionários fiscais do Estado de Santa Catarina para fim de fundação de um Sindicato das carreiras de fiscal de tributos estaduais e de fiscal de mercadorias em trânsito. Iniciando-se os trabalhos, por proposta do Sr. José Carlos Domingues Carneiro, foi aclamado o nome do Sr. Guido Américo Garcia para presidir os trabalhos, o qual convidou a mim, André Luiz Alves, para secretário. Com a palavra, o presidente da mesa expôs a finalidade da reunião, qual seja a fundação, de acordo com o inciso VI do art. 37 da Constituição Federal, do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina (Siffesc), cujos objetivos serão os de representar e defender os direitos e interesses profissionais, coletivos e individuais, de seus associados, promover todas as reivindicações ligadas ao vínculo funcional de seus associados e dos integrantes das carreiras representadas e outras finalidades que os estatutos prevejam. Sendo apresentada a proposta da fundação, foi aprovada por unanimidade. A seguir o presidente apresentou o projeto de estatuto do Sindicato, previamente distribuído aos presentes, elaborado por uma comissão de estudos instituída anteriormente pela Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina (Affesc). Após discussão, foi aprovado o estatuto provisório do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina, transcrito ao final desta ata, que será alterado ou referendado no prazo de 6 (seis) meses, em Assembleia Geral dos Associados. Em seguida, por unanimidade de votos, foi eleita a diretoria provisória do Sindicato, com os seguintes componentes: presidente José Carlos Domingues Carneiro, vice-presidente Luiz Felipe Silva, diretor administrativo André Luiz Alves, diretor financeiro José Zomer Sobrinho, diretor de divulgação Luís Carlos Silva, diretor jurídico Marcos Aurélio Lemos, diretor de formação sindical e relações intersindicais Índio Machado Vieira Filho. A diretoria provisória se incumbirá das obrigações previstas no estatuto, principalmente as de providenciar o registro desta ata, do estatuto e da entidade nos órgãos competentes. Após, foi aprovado o valor da contribuição sindical mensal prevista no inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, que será equivalente a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) da remuneração total do associado, excluídos desta base o valor referente a adicionais, ajudas de custo, diárias, salário família e demais vantagens pessoais. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente submeteu a presente ata à apreciação da assembleia, e, juntamente comigo, André Luiz Alves, que a fiz, assina, com os demais presentes.

Os fundadores

A relação dos fundadores consta da ata como segue:

Guido Américo Garcia
André Luiz Alves
Aloísio Acácio Piazza
Paulo Afonso E. Vieira
Indio Machado Vieira Filho
Fernando Aurélio C. Morozi
José Aleixo Dellagnelo
Amilton T. Coelho
Rosana Aparecida de Moraes
Marilene Cristina Castagna
Pedro Herminio Maria
Ivo Bandeira Corte
João Domingos Coelho
Everaldo de Oliveira
Erasmus V. Damiani
Lênio Rocha
José Roberto Martins Quint
Arlindo Manoel Peres
Alceu Diotallevy
Widomar P. Carpes
Lourenço Rioji Sogabe
Albano Pereira da Costa
Carlos Ronald O. Reis
Alcides Vettorazzi
Rubens Miguel de Souza
Ricardo Laux
Oscar Falk
Renato Vargas Prux
Pedro Gil Palma
Fausto Nilton Botelho
Antônio Elimar da Rosa
Pedro José da Silva
Marco Aurélio de Andrade Dutra
Pedro Bartolomeu dos Santos
Nelson Aldo Mate
José Zomer Sobrinho

Marco Antônio Blanco Gogia
Edson Jorge de Moraes
João Carlos Melchers
Ari José Pritsch
Wolney Batista
Longino Pauli
Hercílio Lentz
Marcos A. Lemos
Vitacir A. Graboski
Aloizio Vicente Wesendonck
Dorval José dos Reis
Roberto Schwochow
José Romarez de Oliveira
Salomão Mery Rachid
Romualdo Galvão
Roberto Assis Soares
Henrique Zacarias Ortiga
João Luiz Dias Neto
Pedro Jacy da Silveira
Alécio da Rosa Botelho
Vicente Vitelmo Freitas
Romário Arthur Ferreira
Caetano Buzzi
André Luiz Silveira Machado
Tair Duarte da Silva
Jorge de Macedo Santos
Clair Sérgio Rodegheri
Tomé Francisco Etges
Walmor Alfredo Kath
José Barbosa da Silva
Cidemar José Dutra
Aloísio Gesser
Álvaro José Vitto
Claudino A. Cardozo Filho
Luiz Ayr F. da Slva
Hermínio Kuntze

Maria da Glória Lima
Wilson Jorge Diener
Fernando Campos Lobo
Silo José Dambrós
Werner de Oliveira
Airton do Amaral
José Scarpari
José Lamir dos Santos
Flávio Beal
Luiz Carlos Silva
Jair Antônio Hillmann
Edson Pedro Steiner
Manoel F. de C. Paes de Andrade Neto
Francisco Manoel R. de O. Silva
Libero Luiz Cirimbelli
Luiz Felipe Silva
Gilmar Knaesel
Fred Cantermi
Sérgio Nélio Bastos
Esmar Jacobsen
Adolfo Silvestre
Alcídio Adolfo Vieira
Anastácio Martins
Nelson Sander
Marcos Gesser
Godofredo H. J. Dorl
Cláudio Luiz Pereira
Ênio José Guerreiro
Valter Melentino Ferreira
Vicente Paiano
Germano Luiz Amorim
Helge Detlev Pantzier
Neander Santos
Sebastião Ogê Muniz
Nelson Cabral
Fernando Ferreira de Mello Júnior
José Lima Araújo
Evaristo Antônio Bertoli
Célio Wiethorn
Ernesto Hermann Warnecke

Acymar Coaracy da Silva
Valquir dos Santos Marques
Vaiani Kotzias Pisani
Clotildes Marina Teixeira
Reinhold Toebe
Oswaldo Thais
Celso Arruda Salomé
Paulo Dell'Antonio
Luiz Fernando de Mello
Sérgio Luiz Spiller
Paulo R. Alves
Renato Luiz Hinnig
Lauro José Cardoso
Germano Luiz Amorim Filho
Mário Lourenço Lacerda Thevenet
Rubens Cabral Faria
Cyro Oscar Soncini
Carlos Edmundo Matte
Pedro Medeiros Santiago
Humberto Pereira
Paulo Ernani da Cunha Tatim
Carlos Araujo Leonetti
Germano Fortkamp Neto
Antonio Pradi
Manoel Adolfo Vargas
Odanilo Prazeres
Bruno Kuntze
Patrício Otacílio de Medeiros
Adalberto Aluízio Eyng
Ivan Luiz de Mattos
Irineu Schwabe
Sidnei Sulzbach
Olsen Bento da Cruz
José R. Figueiredo
Guilberto Chaplin Savedra
Joel Matias
Adilson Vieira
Jorge Luiz da Silva
Geraldo Santa Cruz Sauer
Nilton Brasil Pacheco
Oswaldo Juvêncio Cioffi

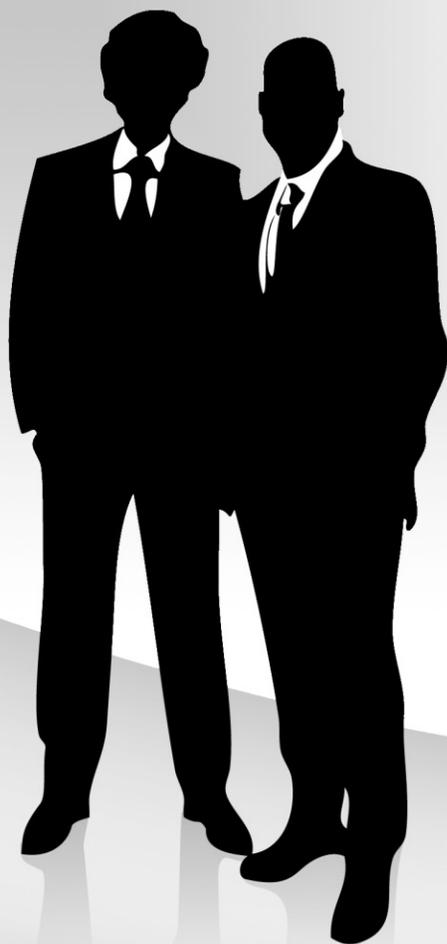
Objetivos

Nem se completaram duas semanas de sua fundação, o Siffesc tomou as primeiras providências relativas à remuneração dos fiscais. A partir de 1991, o Siffesc passou a denominar-se Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco), e atualmente é “uma organização representativa dos auditores fiscais do Estado, que defende os interesses profissionais de seus associados e da sociedade nos assuntos afetos à fiscalização e tributação, com atuação ética e transparente para a valorização da atividade fiscal”.

Entre os objetivos principais destacam-se:

- Representar e defender os direitos e interesses profissionais, coletivos e individuais de seus filiados e dos integrantes das categorias profissionais representadas, inclusive nos seus envolvimento sócio-econômicos e políticos, em juízo ou fora dele;
- Promover todos os tipos de reivindicações ligadas ao vínculo funcional de seus filiados e dos integrantes das categorias profissionais representadas;
- Defender o interesse público em questões que tratem de matéria tributária;
- Acompanhar a destinação e aplicação da receita tributária própria do Estado;
- Realizar e divulgar estudos e pesquisas técnico-científicas, organizar e executar projetos, cursos, concursos, treinamentos, eventos, estimular a adequação e sistematização da legislação tributária, criar e manter publicações, editar livros e periódicos, produzir obras fono-vídeo-gráficas, pugnar pela inclusão nos currículos escolares de matéria que versem sobre tributos e sua aplicação, assessorar entes e agentes da administração pública, patrocinar o desenvolvimento de novos produtos e equipamentos, sistemas e processos e cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais com objetivos coincidentes.

A
HISTÓRIA DO
SINDIFISCO
POR SEUS
PRESIDENTES



*“ Os fracos tem problemas.
Os fortes tem soluções.”*

L. Pauwels

Várias fórmulas foram sugeridas para obtenção de dados mais precisos sobre a retrospectiva do Sindifisco durante os 20 anos de atuação em Santa Catarina. A que acabou prevalecendo foi a de um grande encontro com todos os presidentes.

A proposta executiva pretendia atingir vários objetivos: ouvir dos presidentes os relatos sobre avanços, problemas e conquistas do período administrativo para efeito de edição do livro; deixar para a memória do Sindicato, em áudio e vídeo, uma gravação com todos os depoimentos prestados e permitir que os presidentes tivessem acesso ao texto integral para as correções, as adaptações e os eventuais acréscimos.

A mesa redonda realizada na sede do Sindifisco, no Edifício Miguel Daux, foi extremamente proveitosa. Todos compareceram com a disposição de oferecer a melhor contribuição. Providenciada depois a degravação e feitas as primeiras adaptações, foram os textos remetidos aos participantes para que providenciassem as devidas anotações.

Os relatos que estão aqui publicados foram, assim, submetidos previamente aos presidentes.

Antes da fundação do Sindicato

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte houve muitos debates em Santa Catarina, envolvendo os fiscais de tributos estaduais (FTE) e os fiscais de mercadorias em trânsito (FMT). Os fiscais que entraram em 1984 formavam a maioria. Eram novos na idade e na atividade, vinham com disposição de lutar de forma mais ativa e abertamente por melhorias no exercício profissional. O grupo de fiscais mais antigo adotava mais a política de negociação em gabinete. Pedro Ivo Campos governava Santa Catarina.

Essa injeção dos novos fiscais acabou mudando a forma de mobilização do grupo. Como resultado, foram realizadas reuniões memoráveis, segundo relato do ex-presidente Anastácio Martins. As reuniões eram auto-convocadas por algumas lideranças de Jaraguá do Sul, Lages, Itajaí, Joinville, Blumenau e Joaçaba. Os fiscais tinham a associação, mas um grupo discordava da forma como os pleitos eram encaminhados.

Várias reuniões aconteceram em Rio do Sul, organizadas por Marcos Gesser, em Jaraguá, por Renato Hinnig, em Lages, por Anastácio, entre outros. A última reunião ocorreu em Blumenau, no auditório do Sesi. Compareceram cerca de 160 fiscais. Cada um cobria suas despesas. Colocavam seu carros na rua e iam para os encontros.

Estas reuniões regionais transformaram os que delas participavam num grupo unido, informado de tudo. O que acontecia em Florianópolis, no governo, era repassado aos líderes regionais, que relatavam aos colegas do interior do Estado. Uma unidade que se refletiu depois em várias mobilizações numa conquista singular.

Uma dúvida reinou durante todas as reuniões estaduais e nacionais sobre a criação do sindicato: a transformação das associações ou o surgimento de uma nova entidade. A razão era simples. Muitos sindicatos ativos perderam todo seu patrimônio com atos de intervenção federal durante o regime militar pós-1964. A Associação dos Fiscais possuía bens que haviam sido adquiridos por todos os sócios ao longo dos anos – entre eles e o mais precioso, a sede em Canasvieiras. Haveria risco se a Associação fosse transformada em Sindicato e este incorporasse o patrimônio daquela? As opiniões se dividiam. Como na maioria dos Estados, também em Santa Catarina prevaleceu a tese de fundação de novas entidades representativas, ou seja, sindicatos. Já que esta alternativa preservaria a Associação e seu patrimônio, nasceu o Sindicato.

“Sempre defendi a posição de transformar a Associação em Sindicado, mas prevaleceu a vontade da maioria”, informou Anastácio Martins.

Os depoimentos de fiscais que testemunharam a mobilização pela fundação do Sindicato são unânimes sobre a dedicação e os esforços com que Domingues Carneiro, presidente da Affesc, comandou o processo. Apenas o grupo que de certa forma era visto como dissidente não participou desta mobilização. Também não se insurgiu com o encaminhamento dado pelo presidente da associação.

Poucos foram os membros da associação que aderiram às reuniões preparatórias para a fundação do novo Sindicato, todas elas realizadas no 11º andar do Edifício Miguel Daux, no Centro de Florianópolis, já que parte estava envolvida com o grupo que buscava mudar a forma de negociar com o governo.

Este trabalho preparatório foi fundamental, pois quando a Constituição Federal foi promulgada, a minuta do estatuto do Sindicato já estava pronta. Faltava apenas convocar a assembleia de fundação, que foi realizada na sede recreativa em Canasvieiras.

Estava fundado o Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina (Siffesc).

Há um fato, considerado histórico, que merece destaque. A criação do Siffesc aconteceu em 22 outubro de 1988, portanto, apenas 17 dias depois de promulgada a nova Constituição Federal. É um acontecimento relevante, pois os fiscais da fazenda constituem uma categoria funcional qualificada e das mais prestigiadas entre as funções de Estado. A decisão acabou incentivando outros segmentos a se organizarem também em entidades sindicais que, pela nova ordem constitucional, transformaram-se no principal instrumento reivindicatório dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos.

A instituição do Siffesc representou também uma sinalização de segurança jurídica e política para outras corporações dentro e fora do governo que também marcavam presença no cenário político-administrativo, mas através de associações. Os fatos registrados durante o regime militar não recomendavam participação nos sindicatos, muitos deles submetidos a intervenções, tendo seus líderes presos ou processados e o patrimônio confiscado.

Primeira gestão: José Domingues Carneiro

A escolha da primeira diretoria do Sindicato dos Fiscais da Fazenda, para cumprir mandato de apenas seis meses, obedeceu a um movimento espontâneo e consensual dentro da corporação. Até os “dissidentes” apoiaram a eleição por aclamação. O nome do presidente da Associação dos Funcionários Fiscais, José Carlos Domingues Carneiro, surgiu com naturalidade, em função de sua liderança e da determinação com que conduziu as reuniões e as atividades visando a criação do Sindicato.

O vice-presidente da primeira diretoria, Luiz Felipe Silva, lembra que um dos fatores decisivos na criação do Sindicato foi a necessidade de definir as aspirações da classe perante as autoridades. Até então, os fiscais eram representados pela Associação dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Com a nova Constituição Federal, os sindicatos tornaram-se as entidades de caráter reivindicatório de todas as classes funcionais e categorias profissionais.

“Criamos o Sindicato e ficamos seis meses trabalhando na ideia de convocar uma assembleia geral para eleger o presidente definitivo”, revela Luiz Felipe, ao ressaltar a preocupação dos primeiros dirigentes em ouvir toda a categoria na definição dos nomes que iriam comandar a entidade. Segundo ele, o presidente fundador era homem de extraordinárias qualidades e espírito público: “O Carneiro era incansável e tinha uma liderança fabulosa”.

No comando do Sindicato, Carneiro organizou a primeira assembleia de eleição.

1ª DIRETORIA EXECUTIVA

MANDATO: de 22/10/1988 a 22/04/1989

DIRETORIA EXECUTIVA PROVISÓRIA	MEMBROS
Presidente:	José C. Domingues Carneiro
Vice-presidente:	Luiz Felipe Silva
Diretor Administrativo:	André Luiz Alves
Diretor Financeiro:	José Zomer Sobrinho
Diretor de Divulgação:	Luiz Carlos Silva
Diretor Jurídico:	Marcos Aurélio Lemos
Diretor de Relações Sindicais:	Indio Machado Vieira Filho

Primeira diretoria eleita

Pelas iniciativas que adotara antes mesmo da criação do Sindicato, despontou também como natural o nome de Anastácio Martins. Primeiro presidente eleito em assembleia geral após a fundação do Sindicato, Anastácio Martins tomou posse em cerimônia realizada na sede da Associação dos Funcionários Fiscais. Chegou motivado pelas sucessivas e incansáveis reuniões realizadas na Capital e em diferentes regiões de Santa Catarina.

Veio, então, o desapontamento, como ele mesmo narrou na mesa redonda promovida pelo Sindifisco com todos os ex-presidentes. Imaginava uma organização já bem estruturada. Frustrou-se:

Quando aqui cheguei, cadê o Sindicato? Não tinha ficha de filiados, não tinha receita, não tinha nada. Recebi apenas o livro de atas e uma pasta contendo o material do processo eleitoral. Conseguimos que a associação nos emprestasse uma sala, com um monte de coisas velhas. Esvaziamos os armários, ganhamos uma mesa de reunião emprestada e começamos todo o trabalho. Nessa época, não tinha sido nem fixada a contribuição dos sócios. Enfim, os primeiros meses foram voltados para a estruturação.

Prosseguiu o depoimento:

A maior dificuldade que encontramos foi, sem dúvida, a desconfiança em relação ao comportamento daqueles que iriam dirigir o sindicato. A diretoria da associação, que até então comandava todo o processo, sentia-se de certa forma preterida. Mas conseguimos passar por essa turbulência sem dividir. Acreditamos, como no boxe, quando se leva um golpe, tem-se que primeiro absorvê-lo, para depois tentar retribuí-lo. Tivemos algumas dificuldades iniciais com a diretoria da época. Não é uma crítica, mas a realidade histórica que precisamos recuperar. Comentavam: “Chegou um cara do Fisco ontem apenas e já quer comandar todo o processo.” Foi uma fase de transição, até que veio a eleição do Cidemar Dutra, como presidente da Affesc. Combinamos que a associação, comandada por ele, cuidaria preferencialmente da parte social e de serviços, e que o sindicato cuidaria exclusivamente da parte reivindicatória. Trabalharíamos juntos. Se para resolver determinada questão fosse necessária a intervenção da associação no processo, eu não me sentiria preterido, absolutamente. Precisávamos ter uma forma de ação organizada, que não saísse do nosso núcleo. Se é que tínhamos disputa de espaço, então que se estabelecesse uma linha de conduta de comum acordo. Ele foi um grande parceiro, e tivemos uma convivência muito boa.

E continuou Anastácio Martins:

Esta fase foi classificada de construtiva pelos dirigentes. Conseguimos, inclusive, que fosse lançado e editado um único jornal, comum às duas entidades, com informações gerais e promovidas atividades comuns. Estes fatos contrariavam muita gente. Achavam que as atividades das entidades deviam ser separadas. Chegou o momento em que assumiu uma nova diretoria na associação e as duas entidades não conseguiram manter o mesmo grau de afinidade que havia sido alcançado. A primeira mudança foi a edição de jornais separados. Eram alguns saudosistas do tempo em que somente a associação existia. A conquista de prestígio pelo sindicato causava desconforto a alguns dos novos dirigentes da associação. Não houve uma ruptura, mas o afastamento ficou evidente.

Comentou, também, as dificuldades:

Não tínhamos dispensa do trabalho. Eu morava em Lages. Todas as terças-feiras, pela madrugada, eu descia e voltava às quintas-feiras à noite, porque as segundas e sextas-feiras eu usava para a fazer a minha produtividade. Passei seis meses fazendo isso, todas as semanas. Como era puxado demais, acabei por conseguir o apoio de alguns colegas que muito me ajudaram com a produção.

O Sindicato foi tomando corpo e se consolidando através de suas ações. A compra da primeira máquina de datilografia elétrica, marca Facit, mereceu comemoração. Era uma maravilha, agilizava tudo, já que tinha mecanismo que permitia a correção parcial do trabalho em execução. Computador ainda era item escasso e caro. A etapa seguinte foi assinalada pela contratação de uma funcionária.

Seguindo a narrativa:

Começamos a preparar um novo estatuto. Alteramos o prazo dos mandatos. Passamos para três anos, porque esta era a norma legal. Depois, achamos que não era o ideal, porque era muito longo. Decidiu-se que seria melhor renovar a direção do sindicato sempre que mudasse o governo. Assim, se o presidente fosse aliado do governo, poderia ser trocado já no primeiro ano, caso fosse necessário. Essa era a ideia que imperava na época. Se o governo eleito era do PMDB e o presidente também era, na próxima eleição já elegíamos alguém de outro partido. Não significa que tenha ocorrido necessariamente essa alternância. Era o princípio, a regra que se idealizara. Medida importante foi também a criação do Fundo de Mobilização, cujo objetivo era acumular recursos para serem utilizados em momentos de conflito com o governo ou em campanhas de valorização do Fisco.

Outro feito foi o aluguel de uma sala no mesmo local onde hoje é a sede do sindicato. Depois, compramos a sala que utilizávamos e em seguida a segunda sala, esta com a utilização de parte dos recursos do Fundo de Mobilização. As demais salas foram adquiridas pelas diretorias que se sucederam.

O período coincide com outro momento político importante da história recente de Santa Catarina, que foi a instalação e o funcionamento da Assembleia Estadual Constituinte. Anastácio Martins e seus colegas passaram a ter uma ação intensa entre os constituintes estaduais. Todos tinham uma grande expectativa em relação à eleição do deputado Aloísio Acácio Piazza, que é fiscal, para a presidência da Assembleia Constituinte. Expectativas que não se confirmaram por inteiro, como observou:

É preciso deixar registrado que durante a Constituinte Estadual apenas duas emendas adquiriram a condição de emenda preferencial, que somente poderia ser rejeitada em plenário. Para tal condição, a emenda precisava ser assinada pela maioria dos deputados. Uma era de interesse de todo o Fisco catarinense. Esta sequer foi à votação. O relator-geral era o deputado Neuzildo Fernandes, que sucedeu o deputado Paulo Afonso, nosso colega fiscal, que havia se afastado da Assembleia para assumir a Secretaria da Fazenda. O relator não levou a nossa emenda a plenário, causando grande frustração. E o presidente da Constituinte aceitou passivamente a atitude do relator. Não se insurgiu, sequer protestou, contra o descumprimento do regimento da Assembleia Constituinte pelo relator.

E, na análise sobre os debates constituintes, revelou:

Infelizmente, o presidente não abriu as portas como esperávamos. Eu e o Erasmo Damiani tomamos muito chá de cadeira lá no parlamento. Ficávamos sentados naqueles banquinhos que haviam nos corredores dos gabinetes dos parlamentares, junto às janelas de vidro. Íamos tanto à Assembleia que alguns deputados diziam que eu ocupava a 41ª cadeira na Alesc. Frequentávamos todos os dias quase todos os gabinetes. Participávamos inclusive das reuniões das comissões técnicas da Casa. Era uma maneira concreta de oferecer a nossa contribuição na área tributária. Queríamos estreitar relações com os parlamentares. Acreditamos que esta participação, efetiva e continuada, nos trabalhos da Constituinte Estadual deixou como legado o reconhecimento de que até agora desfruta o Sindifisco na Assembleia Estadual. E assim o Sindicato ficou bastante conhecido na Assembleia Legislativa. Tivemos muitos embates interessantes, muita discussão do Sindifisco com o Sintespe. Realizamos um trabalho de aproximação com o Sintespe, através do José Reinaldo Figueiredo, que foi o primeiro que falou com o Antônio Battisti. Eles tinham uma sede no Edifício Comasa e convidaram-me

para participar da reunião do sindicato dos servidores. Quando o Antônio Battisti disse que o Anastácio Martins, presidente do Sindicato dos Fiscais, estava ali, eu fui vaiado. Fiquei quieto no meu canto. Não sou do tipo que se levanta e vai embora. Esperei. Quando chegou a minha vez de falar, estava em voga a discussão da indenização pelo uso de veículo próprio, que havia sido recriada. Eles achavam um absurdo um fiscal ganhar Cr\$ 1.500,00 para usar o seu carro. Eles alegavam que sairia muito caro para o Estado e que o certo seria comprar alguns carros, que custaria bem menos e ainda integraria o patrimônio do Estado. Eu tinha que justificar o porquê disso. Lembro como se fosse hoje. Falei a eles que devia ser levado em conta as despesas com manutenção do carro, a reposição do uso e os riscos inerentes ao uso do carro. E explicava: “Vocês imaginem se eu venho de Santo Amaro, ultrapasso um ônibus e atropelo alguém que passava pela frente do ônibus. O Estado sequer toma conhecimento da ocorrência”. Fosse esse um fato real, verdadeiro, a responsabilidade seria totalmente do fiscal. “Então, isso tem um preço; isso tem que ser remunerado.” Surgiram outras questões, como a da produtividade. E eu, pacientemente, explicando. No final, a plateia reagia diferente. Só não fui aplaudido. Na saída, alguém me disse que naquele dia eu tinha vendido bem o meu peixe. E que mudara a opinião dos funcionários sobre os fiscais.

O primeiro presidente eleito em assembleia, Anastácio Martins, teve também destacada atuação nacional. Recorda que a Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Fafite), a precursora da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), que encaminhara a proposta, aceita em praticamente a totalidade das unidades da federação, de manutenção das associações e da criação de sindicatos, encontrava-se agora numa encruzilhada. Havia a preocupação de que os sindicatos invadissem os espaços das associações, que cumpriam finalidades mais amplas que iam da defesa dos interesses funcionais à assistência aos sócios através da prestação de múltiplos serviços (saúde, seguro, educação, lazer etc).

Houve uma reunião da Fafite em Goiânia, com a participação dos sindicatos recém-fundados e das associações, cuja pauta principal pretendia definir se iríamos transformar a entidade em federação de sindicatos ou se iríamos criar uma nova federação para os sindicatos. Resultou que a Fafite virou uma entidade mista, congregando sindicatos e associações, fator que não preenchia as condições legais pretendidas.

Com uma memória privilegiada, o ex-presidente, retornando aos temas restritos a Santa Catarina, descreve:

Tivemos uma disputa mais acentuada entre os fiscais de tributos estaduais e os fiscais de mercadorias em trânsito, por causa do projeto do governador Wilson Kleinübing. Começou com a reforma administrativa,

que atingiu a todos os servidores. Dizia-se até na ocasião que ele não gostava dos fiscais. Alegava-se que o pai dele tinha sido contador da região de Videira e que os fiscais tinham feito uma devassa no escritório dele. Se isso procede ou não, foi o que ficou para a parte folclórica entre nós. Tivemos, então, um período bastante delicado. Um dos projetos daquela reforma alterava as atribuições das carreiras de fiscalização e arrecadação. Este fato ensejou ferrenha discussão dentro do sindicato. Os fiscais de tributos estaduais (FTEs) e os fiscais de mercadorias em trânsito (FMTs) assumiram posições antagônicas e inconciliáveis. Ocorre que todos pertenciam ao mesmo Sindicato. Enquanto os FMTs defendiam a manutenção da lei, os FTEs queriam que a mesma fosse questionada judicialmente. Foram dias terríveis para aqueles que, juntamente comigo, estavam à frente do sindicato. Ambos os segmentos alegavam que o Sindicato devia defender os seus interesses, que eram conflitantes. Após muita pressão de ambos os lados, a diretoria decidiu realizar um “plebiscito”. Foi feita uma lista de todos os associados e colheu-se o voto de todos quantos pudessem e quisessem votar. A diretoria havia decidido que acolheria o resultado que viesse a ser apurado. Saiu vitoriosa a ala dos FTEs. Em decorrência do resultado, foi posteriormente apresentada Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal pelo Partido Popular Socialista.

Chegou o processo eleitoral. Veio a segunda eleição.

Segunda diretoria: Anastácio Martins

Luiz Felipe Silva resgata outro fato. Nesse período, havia uma divisão entre os fiscais de tributos e os fiscais de mercadorias que se acirrou por causa das leis aprovadas pelo governo Kleinübing. Instalou-se uma disputa entre os que estavam a favor e os que estavam contra as novas normas. O Sindicato, que até então representava os dois segmentos do Fisco, estava dividido. A direção presidida por Anastácio Martins precisava tomar uma decisão. Os fiscais de tributos advogavam que a lei da reforma administrativa fosse questionada no STF. Já os fiscais de mercadorias em trânsito eram contrários a essa intenção. Não restou outra alternativa a não ser realizar um “plebiscito” e verificar qual a posição da maioria. Restou que a maioria decidiu-se pelo questionamento da norma imposta.

A propositura de ADI no STF levou à ruptura da frágil convivência que havia na época entre os dois segmentos fiscais. Abriu-se uma dissidência e cada uma das alas formou uma chapa para a disputa da eleição seguinte. A ala dos FMTs resultou vencida pela chapa encabeçada por Anastácio Martins com apenas 20 votos de

diferença, em um colegiado de aproximadamente 500 filiados. Teve como consequência a saída do Sindifisco de vários integrantes do grupo de fiscais de mercadorias em trânsito (FMTs).

A Associação tinha prestígio, pois mantinha canais de comunicação com as autoridades e tinha poder para apresentar suas pretensões. Mesmo assim, seus dirigentes “tomaram muito chá de cadeira” nos gabinetes oficiais. E gestos de desconsideração acabaram provocando reações na categoria.

Anastácio Martins anota:

No segundo mandato, tivemos, então, grande receptividade dos deputados Onofre Agostini e Antônio Ceron, principalmente deste último. Depois, tivemos embates interessantes, com a criação da Quota de Produção Fiscal (QPF), precursora da RCV, que era cópia da RAV federal. A lei que instituiu a Retribuição Complementar Variável (RCV) foi a primeira lei a ser aprovada por unanimidade pelo governo Kleinübing, apesar da divisão que imperava entre os fiscais. A diferença é que os fiscais reivindicavam, mas sempre comprovando ao governo que as vantagens funcionais vinham acompanhadas de uma contrapartida de interesse público: o aumento da receita estadual.

CPI da Sonegação

No ano de 2000, durante o terceiro mandato, Anastácio Martins teve uma intensa participação na CPI da Sonegação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O episódio político acabou envolvendo diretamente o Sindicato, a partir de uma entrevista concedida ao *Diário Catarinense* por seu presidente.

A partir de panfletos apócrifos que circulavam pela cidade, que alguns estranhamente atribuíam ao então vereador Juarez Silveira, o deputado Gilmar Knaesel foi procurado na Assembleia Legislativa por uma repórter do *Diário Catarinense*. Segundo a jornalista, Knaesel teria sugerido a ela que procurasse o Sindicato para falar sobre aquele fato. A entrevista acabou gerando muita polêmica. Esclarece o presidente que na época procurou apenas sanar as dúvidas da repórter e esclarecer tecnicamente o que significava cada informação contida no papel que circulava na cidade sobre questões tributárias, sonegação e uma decisão do Conselho Estadual de Contribuintes relativa ao que ficou conhecida como o “Caso Makenji”.

A participação do Sindicato durante os trabalhos da CPI da Sonegação foi assim relatada pelo presidente Anastácio Martins:

A então deputada Ideli Salvatti (PT) convidou o Sindicato, que representava os fiscais da fazenda, para acompanhar os trabalhos, para se fazer presente, como colaborador. Eu e o Índio Machado Vieira Filho

assistíamos às reuniões, ficávamos à disposição da comissão. O clima foi muito tenso, politicamente tumultuado. O então secretário da Fazenda, convicto que estava, equivocadamente, de que eu havia sido o pivô que motivou a instalação da CPI ou de que nossa participação objetivava causar transtornos ao governo, em retaliação mandou instalar procedimento administrativo para investigar o meu processo de aposentadoria, que já havia, inclusive, sido aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado. Queria cassá-la. Mas deram com os burros n'água. Foram investigar até se a certidão que me fora fornecida pelo INSS era verdadeira. A previdência aceitava prova testemunhal, desde que amparada em depoimentos consistentes, corroborados por provas ou indícios de prova com razoável grau de segurança, apresentadas pelo interessado. O meu pai sempre foi comerciante. Assim, além de provas testemunhais, os diversos documentos que ele guardava foram decisivos para convalidar os testemunhos. Além dos documentos que apresentei devidamente periciados por profissional habilitado, a previdência analisou outros documentos.

Faço esse relato apenas para que os nossos colegas, particularmente àqueles que chegaram mais recentemente ao Fisco, conheçam parte da história do Sindifisco tal como ela de fato aconteceu. A história é antiga e já foi esquecida, mas deve ficar registrada. Poderia deixar a versão que corria na época, de que foi o sindicato que provocou a instalação da CPI. Mas haveria uma apropriação indevida do fato. Fomos apenas coadjuvantes para a sua instalação.

Instalada a CPI, dela participamos ativamente para dirimir dúvidas sobre as denúncias que lá aportavam. Agimos com transparência na defesa de colegas nossos quando algum deles era o alvo da denúncia. Surgiram várias acusações contra membros do nosso grupo. Discutíamos as denúncias recebidas pela CPI e, quando descabidas, buscávamos provar que eram denúncias sem fundamento. E o assunto ia para a gaveta.

Fato curioso é que a CPI foi instalada com o objetivo de investigar a prática de sonegação tributária pelos contribuintes, mas a partir de determinado momento se ocupava mais de analisar denúncias contra fiscais.

Surgiram, contudo, denúncias que não conseguíamos desqualificar, como um caso ocorrido em Rio do Sul, com relação a créditos, por exemplo. Dessa denúncia decorreu até exoneração de fiscais. Mas a atuação do Sindicato foi sempre muito transparente em todas as etapas do delicado processo. Índio Machado Vieira Filho e eu estivemos sempre presentes. Esse assessoramento à CPI criou dificuldades no relacionamento com o governo estadual. As autoridades entendiam que o Sindicato havia provocado a CPI, o que não corresponde a verdade histórica. O nosso trabalho era esclarecer as questões técnicas. Só que a administração via de forma diferente.

Reivindicações

Outras campanhas desencadeadas na segunda gestão tiveram capítulos importantes, como recorda Anastácio Martins:

Tivemos a RCV (Retribuição Complementar Variável), que resultava em ganho sobre as notificações recebidas pelo Estado. Esta vantagem foi posteriormente melhorada quando o Sindifisco era presidido por Renato Hinnig. Quando se fez o projeto da RCV, que teve a participação de diversos fiscais, os servidores da Secretaria da Fazenda que não eram fiscais e, portanto, não seriam beneficiados pelo projeto iniciaram uma mobilização com o objetivo de trabalhar contra a aprovação da matéria pela Assembleia Legislativa. Para contornar a situação, fizemos algumas reuniões e ficou resolvido que 10% do total da multa cobrada seria transformada em Gratificação por Atividade Fazendária (GAF) e paga aos insurgentes. A coisa funcionava assim: um percentual da multa cobrada era para os fiscais e o restante era para o governo. Por exemplo: 50% eram para o governo e 50% eram para os fiscais. Então, tiramos 10% dos 50% dos fiscais para serem atribuídos aos funcionários internos. Na época, houve certo inconformismo, os fiscais ficaram incomodados com a solução apresentada. Eles não entendiam o porquê dessa solução. Explicamos que essa seria uma forma de eles se tornarem nossos parceiros na execução das tarefas. Por exemplo, “se o fiscal ganha mais porque cobra mais, eu vou ajudá-lo porque também poderei ganhar mais”. Havia essa expectativa da nossa parte, que foi frustrada, porque poucos servidores viam a coisa desse jeito. Lamentavelmente, a maioria dos servidores imaginava que tinha direito a vantagem pelo simples fato de trabalhar na Secretaria da Fazenda. Não viam como um compromisso onde todos deviam buscar o melhor resultado na cobrança das notificações. O fato é que a GAF (Gratificação de Atividade Fazendária) não teve esse efeito multiplicador de aumento da produtividade do pessoal. Essa gratificação existe até hoje e foi motivo de remoções de servidores de outras secretarias para a Fazenda. A GAF veio como um apêndice da RCV; a RCV caiu após uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo PT no Supremo. E a GAF continuou. Quer dizer, o acessório permanece. Então, o servidor que não tem atividade diretamente voltada para a fiscalização, que resulta nas notificações para cobrança, ainda ganha a GAF. Para os atores principais, a vantagem desapareceu. E isso provoca todo esse interesse de transferência de servidores para a área da Secretaria da Fazenda. Essa vantagem foi mais tarde estendida para a Secretaria da Administração, para a Procuradoria e para a Casa Civil.

Desde o início do segundo mandato (1991-1993), Anastácio Martins contou com a cooperação de Renato Hinnig em todas as atividades. O estatuto foi

reformulado e o Sindicato mudou de nome. Passou de Siffesc para Sindifisco, que era mais apropriado. Atualmente, a maioria dos sindicatos estaduais adota a mesma sigla.

Nesse período também, no meio dessa turbulência, convivemos com a reforma administrativa do governo de Wilson Kleinübing. Ele também fundia as carreiras. Mais uma vez recorremos ao Supremo Tribunal Federal e conseguimos derrubar a tentativa de fusão. O Renato e eu pesquisamos nos arquivos a legislação que o sindicato tinha guardado. A pesquisa se estendeu pelos últimos 50 anos. Quando chegamos ao STF, fomos perguntado como poderíamos provar que eram carreiras distintas. Entregamos toda a legislação copiada do *Diário Oficial*, resultado da pesquisa que retrocedeu no tempo até 1940. Um trabalho bastante interessante, porque pudemos ter uma ideia do que era a Fazenda, a fiscalização, o porquê da diferença dos fiscais em relação aos demais segmentos.

Na ocasião, criamos aqui a legislação do ICMS. O Estado abandonou a tarefa, mas o Odilo Pritsch organizou e disponibilizou a legislação para consulta para quem dela precisasse. Durante alguns anos, foi o Sindicato quem disponibilizou a legislação na internet. Foi outro trabalho importante, exaustivo, e que só pode ser realizado porque contou com a disposição de filiados.

Fui sucedido pelo Renato Hinnig. Com o afastamento do Renato para assumir a direção de Administração Tributária, o Sindifisco passou a ser dirigido pelo Cláudio Andrade Ramos.

Nesse período, me aritei com o Renato Hinnig, que estava à frente da Administração Tributária. Fique registrado que nossas divergências nunca atingiram nosso relacionamento pessoal. O Cláudio era o presidente do Sindicato. E eu, como ele mesmo colocou aqui, o assessorava nas questões sindicais. Nessa época, eu trabalhava na região de Itajaí. Muitas vezes larguei o trabalho no meio da tarde porque ele tinha algo urgente para resolver. Aí eu largava tudo e vinha correndo pela BR-101, que ainda não estava duplicada, aqui para o Sindicato para ajudar na solução dos problemas que surgiam.

Sobreveio nova eleição (1996). Tentei o terceiro mandato. Creio que naquele momento estava melhor preparado para retornar à direção do Sindicato. Tinha saído do comando da entidade havia três anos, estava mais bem informado sobre o que ocorria lá fora, mais maduro. Avaliava que seria uma eleição relativamente tranquila. Imaginava que contava com o apoio do então presidente Cláudio Ramos, que por inúmeras vezes disse que, caso eu concorresse contra qualquer outro candidato, não deveria ter dúvida de quem ele apoiaria. Na hora da eleição, ele não me apoiou. Ele apoiou o Adalberto. Não tenho qualquer ressentimento, apenas estou procurando ser fiel aos fatos. E os fatos são esses.

Eu esperava um apoio que não correspondeu à minha expectativa. Fui vencido pelo meu amigo Adalberto Eynng. Foi uma derrota acachapante, com uma diferença de mais de duzentos votos. Eu tinha tido duas vitórias. A primeira foi tranquila; a segunda foi muito disputada, como eu nunca imaginei. E naquele momento eu estava descobrindo que tinha tido todo mundo contra meu retorno à direção da entidade: a direção da Associação dos Fiscais, a direção do Sindicato e a direção da Administração Tributária e todos os que participavam do governo e que pudessem influir no resultado do pleito. Cabe registrar uma posição divergente naquele conjunto de pessoas antes referida. Widomar Pereira Carpes reconheceu a importância de minha participação junto à direção do Sindicato e ficou ao meu lado na eleição. Esta eleição foi para mim um fato marcante. Lembro-me dos mínimos detalhes. Foi no dia 22 de outubro de 1996. Perdi a eleição, mas é justo reconhecer que o Adalberto teve um bom desempenho à frente do Sindicato. Logo percebi que foi bom não ter sido novamente eleito. A instituição precisa renovar o comando, adotar novos procedimentos e conceitos voltados para o seu objetivo e também para que não se criem vícios.

Retornei ao Sindifisco em 1999. Fiquei por mais dois mandatos. No quarto mandato, saí na metade. Ficou no meu lugar o Rogério Macanhão, uma bela revelação. Numa diretoria ele foi diretor, depois, vice-presidente, presidente e depois saiu para a Fenafisco.

Foram quatro mandatos em que estive à frente do Sindicato, todos motivo de muito orgulho para mim e para os meus descendentes. Promovemos mudanças importantes de interesse de todos os filiados. Dirigir o Sindifisco é ter a difícil tarefa de atuar junto a um grupo de pessoas com elevadíssimo grau de instrução e conhecimento. Muitos não têm ideia do grau de capacitação do nosso grupo. Hoje é comum vermos colegas com três faculdades, com quatro faculdades, com pós-graduação, mestrado, doutorado. Na última alteração realizada no estatuto, previmos a criação de uma fundação: a Fundafisco. Seu objetivo era o de implantar cursos de formação para fiscais para o Brasil inteiro. Tínhamos grandes sonhos. Se tivermos sonhos pequenos, não faremos nada. Sempre imaginei que implantaríamos a Fundafisco forte e prestigiada, tendo na retaguarda o Sindicato. Ela poderia levar adiante projetos de qualificação, de formação, para mostrar para a sociedade a real importância do Fisco. Levei o projeto para a Fenafisco, imaginando que, no futuro, poderíamos ter a atividade fiscal como uma profissão e não mais como um apêndice do Direito, da Economia, da Administração, da Contabilidade. Poderia ter formação para auditor fiscal, com especialização em previdência, em tributos federais, estaduais, municipais.

Temos mais de 5 mil municípios, 27 estados e um universo de mais de 50 mil profissionais espalhados pelo país. Então, dá para fazer

algo espetacular na formação técnica e acadêmica. Isso ficou no estatuto. É uma ideia que está plantada. Imaginava selecionar professores da UFSC, utilizar colegas nossos, como o Fernando Ferreira de Mello, o Nelson Madalena, o José Reinaldo Figueiredo, o Rogério Macanhão, o José Aleixo Dellagnelo e tantos outros com um enorme potencial. O setor público é tolhedor de iniciativa. Ele não premia a criatividade. E estou falando como alguém que entrou no setor público em 1975. Realmente, não faz diferença ser criativo em relação ao outro. De certa forma, o serviço público não permite que você se desenvolva, que você use a sua capacidade, que é diferente de um ser para outro, que mostre as diferenças, os talentos. A proposta de instituir uma fundação busca revelar aqueles que querem fazer algo mais.

Relacionamento do Sindicato com parlamentares

Anastácio Martins relembra as relações com o Legislativo:

No exercício da presidência, tivemos algumas iniciativas muito criticadas. Por exemplo, quando nos aproximamos da então deputada Ideli Salvatti. Alguns colegas nos malharam. É que enquanto dirigente do Sinte – Sindicato dos Trabalhadores na Educação – ela frequentemente apontava suas baterias para nós. O que fizemos foi mostrar a ela a importância da nossa atividade para o funcionamento e a manutenção do Estado. A hoje senadora reconhece que fazemos um trabalho de elevado grau de responsabilidade e qualidade técnica. Ela retribuiu esse reconhecimento, por exemplo, quando apoiou a emenda de criação de um sub-teto. Abriu caminhos para que pudéssemos avançar. Há os que condenam algumas dessas posições, mas a vida real está um pouco distante da ideal. O trabalho realizado na CPI da Sonegação, que permitiu o estabelecimento de respeito mútuo, continua dando bons resultados.

Dou outro exemplo: a questão da RCV. Foi o primeiro projeto no governo Kleinübing aprovado por unanimidade da Assembleia. Até o PT fechou conosco, o que para muitos era impensável. O líder do PT era o deputado Milton Mendes de Oliveira. Com argumentos irrefutáveis que lhe foram apresentados, ele se convenceu e convenceu seus pares que o projeto era de interesse do Estado, de que merecia o apoio da bancada que ele liderava.

A queda da RCV

Anastácio explicou a queda da Retribuição Complementar Variável:

A Retribuição Complementar Variável (RCV), em decorrência de ações do Sindifisco, que tinha como presidente Renato Hinnig, recebeu aprimoramentos durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis, como a incidência do Adicional por Tempo de Serviço, o que elevou

de forma significativa o valor a ser pago aos fiscais. Ao final daquele governo foi lançado um programa de recuperação de créditos tributários mediante financiamento do Badesc. A junção das alterações feitas na legislação com o resultado alcançado pelo programa de recuperação de créditos tributários gerou um montante de RCV a ser paga aos fiscais que ultrapassou em muito a melhor das expectativas que havia em relação àquele benefício salarial. O governo, que estava findando, engendrou uma manobra que fez com que a “super” RCV, que deveria ser para em dezembro daquele ano – último mês do período de governo –, ficasse para ser paga no primeiro mês do governo que se iniciaria. E o valor a pagar aos fiscais era uma enormidade. O governo estava saindo e jogou a pelota para a frente, não quis pagar. Paulo Afonso havia ganhado a eleição. Assumiu o governo (PMDB) e tinha de pagar valores que em alguns casos ultrapassou a CR\$ 18.000,00 só de RCV, quando o teto era em torno de CR\$ 4.000,00. Foi uma coisa escandalosa. Fui até a então direção da Secretaria da Fazenda e disse a eles que não deveriam pagar todo aquele valor. Sugeri que fosse editado um decreto impondo um segundo limite ao pagamento da RCV. Façam um decreto e limitem o pagamento da RCV a mais um teto. “Vamos limitar esse pagamento e vamos estabelecer que o valor excedente ao novo limite poderá ser utilizado nos meses futuros sob a mesma condição limitadora. Ficará para o futuro, não haverá prejuízo. No mês seguinte, quem não atingir esse limite novo, estabelecido por decreto, busca esse saldo até que ele se esgote.” Ouviram minhas ponderações e disseram: “Bom, chegamos ao governo agora. O governo que nos antecedeu sempre pagou. Já saímos desgastados do governo Pedro Ivo com a história dos atrasos de salários. E agora, vamos postergar o pagamento de novo?” Aleguei que deveríamos ter uma visão de futuro e que, se mantida a sistemática original, a RCV seria enterrada. Foi uma maldição. O pagamento naqueles valores vazou para o mundo todo. Realmente, era um montante que fugia ao razoável. “Tudo na vida tem um limite e seu parâmetro é o bom senso.”

A controvérsia dividia os fiscais. Luiz Felipe da Silva lembrou que outra distorção estava na incidência do adicional por tempo de serviço na RCV. Os fiscais eram contrários. Chegou a alertar à administração que aquela medida seria uma pá de cal sobre a RCV:

Eu, do Conselho Fiscal, produzindo no campo, fazia R\$ 3.000,00 em média. E um fiscal já aposentado, por exemplo, com 90% de adicional, ia para R\$ 5.700,00. Quantas vezes fui chamado pelo governador porque ele não queria pagar o inativo. Só que nós queríamos que esse pagamento fosse feito, mas pela paridade. A ideia era que o inativo ganhasse igual ao ativo. Mas houve essa distorção porque os fiscais em atividade tinham percentual de adicional por tempo de serviço menor do que os inativos.

Anastácio Martins retomou:

Começou com o então procurador do Estado, sobre arguição ou não de inconstitucionalidade. Uma das questões era o triênio, que eles resolveram não questionar. A incidência resultou de emenda parlamentar, portanto flagrantemente inconstitucional, já que impunha aumento de despesa. Claro, se alguém faz R\$ 3.000,00 de produtividade extra e aplica o Adicional por Tempo de Serviço o valor vai aumentar. Inicialmente, sobre esse valor, não tinha Adicional por Tempo de Serviço. E aí a operação do programa de recuperação de créditos feito em novembro foi jogada para dezembro. E para que não pagassem aquela conta em dezembro, ficou para janeiro. Disse para que não pagassem aquela conta, daquele tamanho, porque aquilo iria liquidar a RCV. Veio a ADI do PT. Perdemos a RCV e ficou a GAF para os funcionários internos.

Casos

I

O ex-presidente recorda alguns registros curiosos:

“O primeiro computador pessoal usado na fiscalização... O Oilson Amaral, o Renato Prux e eu fiscalizamos diversas madeireiras. O Oilson Amaral tinha um computador enorme para os padrões atuais. Concluídos os trabalhos, enviamos os relatórios de fiscalização para a direção, juntamente com cópia das notificações e de seus anexos. Surpresa! Eles devolveram o relatório porque não era possível arquivar os anexos das notificações nas pastas ‘AZ’. É que, naquela época, 1987/1988, não eram utilizados papéis nos formatos atualmente utilizados. Só se utilizava formulários com 132 colunas e estes, muito maiores, precisavam ser dobrados para serem arquivados. Ocorre que a pasta ‘AZ’ não se mantinha de pé porque o formulário abria e a pasta caía. Tivemos que apelar ao então diretor José Abelardo Lunardelli, que deu uma autorização especial para que pudéssemos continuar usando o ‘micro-computador’. É bom registrar aos novos auditores que o relatório de fiscalização era uma peça muito mais difícil de fazer do que a própria notificação e seus anexos. Uma nota se desdobrava em quatro linhas de produtividade. Desdobrar o mesmo documento era pior do que fazer a notificação em si.”

II

“Há um episódio de perseguição de contribuinte. Quando fomos para Lages, em julho de 1984, seis meses depois de termos assumido o cargo de fiscal, eu e o Gumildes Ribeiro chegamos à cidade e, loucos para assegurar a necessária e difícil ‘produção’, saímos pela cidade para dar ‘aquela olhada’. Encontramos uma galeria – Galeria Doutor Acácio, no Centro da cidade – e falei: ‘Vamos fazer essa galeria? Eu

e você? Eu pego de um lado e você pega do outro’. Ele concordou. Ocorre que nessa galeria a maioria dos contribuintes era árabe, judeu, turco, enfim. Fizemos um ‘arrastão’. Foi um escândalo. Fomos acusados até de nazistas, que não gostávamos do pessoal do Oriente... Cidemar era o diretor de fiscalização, equivalente ao atual cargo de gerente de fiscalização. José Abelardo Lunardelli era o coordenador de fiscalização, que corresponde a atual Diretoria de Administração Tributária. Nós dois, com apenas seis meses no cargo, fomos chamados pelo Jaime Roque Perottoni, que era o inspetor regional, para nos explicarmos sobre o que estava acontecendo, pois o assunto havia chegado até o governador, que era o Esperidião Amin. Esclarecido que não se tratava de ação com objetivo diverso daquele de apenas fiscalizar, o assunto ficou esclarecido.”

DIRETORIA: ANASTÁCIO MARTINS

MANDATO: de 22/04/1989 a 22/04/1991

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente	Anastácio Martins
Vice-presidente	Germano Fortkamp Neto
Diretor Administrativo	Pedro Medeiros de Santiago
Diretor Financeiro	Erasmus Vicente Damiani
Diretor de Divulgação	Valquir dos Santos Marques
Diretor Jurídico	Waldir de Freitas Jacques
Diretor de Relações Sindicais	Olsen Bento da Cruz
SUPLENTES	Alécio da Rosa Botelho; Mário Lourenço Lacerda Thevenet; Cantídio Alberto Ferraresi; Orozimbo Caetano da Silva e João Assis C. Goulart.
CONSELHO FISCAL	Titulares: Paulo Flávio C. Renner; Guilherme Chaplin Savedra; Pedro Hermínio Maria; Adalberto Aluizio Eyng e Paulo Eli. Suplentes: Oílson Carlos Amaral; Vivaldo João Martins; Guilherme Meira Quintão; Dorval José dos Reis e Ari José Pritsch

DIRETORIA: ANASTÁCIO MARTINS

MANDATO: de 22/04/1991 a 22/10/1999

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente	Anastácio Martins
Vice-presidente	José Reinaldo Figueiredo
Diretor Administrativo	Alécio da Rosa Botelho
Diretor Financeiro	Erasmus Vicente Damiani
Diretor de Divulgação	Paulo Ernani da Cunha Tatim
Diretor Jurídico	Waldir Freitas Jacques
Diretor de Relações Sindicais	Renato Luiz Hinnig
SUPLENTES	Paulo Yoitiro Kirita; Ivo Bandeira Corte; Cláudio Andrade Ramos; Luiz Gonzaga L.Scherer e Germano Fortkamp Neto.
CONSELHO FISCAL	Titulares: Aurivan Massignan; João Ciro Moreira Mussi; Luiz Ayr F. da Silva; Suplentes: Eugênio Niesciur; Hermann Franz Piske e Maurício Rocha Linhares.

DIRETORIA: ANASTÁCIO MARTINS

MANDATO: de 22/10/1999 a 22/10/2001

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente	Anastácio Martins
Vice-presidente	Ari José Pritsch
Diretor Administrativo	Waldemar de Souza
Diretor Financeiro	José Zomer Sobrinho
Diretor de Divulgação	Antônio C. L. Blaszczkiewicz
Diretor Jurídico	José Reinaldo Figueiredo
Diretor de Relações Sindicais	Rogério Macanhão
SUPLENTES	Marco Aurélio C. Ramos; Erasmo Vicente Damiani; Alcídio Adolfo Vieira; Edelvito Ferreira Júnior e Ricardo Castro dos Santos.
CONSELHO FISCAL	Titulares: Vitor Guilherme Ruschel; Elaine Aliatti e Robson Luiz Marcondes; Suplentes: Edson Amaral de Azeredo; Reinaldo Silva Lelis e Ivo Hiebert.

DIRETORIA: ANASTÁCIO MARTINS

MANDATO: de 22/10/2001 a 07/02/2003

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente	Anastácio Martins
Vice-presidente	Rogério Macanhão
Diretor Administrativo	Ari José Pritsch
Diretor Financeiro	José Zomer Sobrinho
Diretor de Divulgação	Ricardo Castro dos Santos
Diretor Jurídico	Antônio C. L. Blaszczkiewicz
Diretor de Relações Sindicais	Edelvito Ferreira Júnior
Diretor de Aposentados e Pensionistas	Waldemar de Souza
SUPLENTES	Inácio Erdtmann; Manoel Severino da Luz; Carlos Eduardo Abdon; Índio Mchado Vieira Filho; Eduardo Antônio Lobo e Widomar Pereira Carpes.
CONSELHO FISCAL	Titulares: Robson Luiz Marcondes; Erni Jackisch e João Lúcio Martins; Suplentes: Elenor Afonso Allgaier; Elaine Aliatti e Gerson Luiz Bazzotti.

Gestão de Renato Hinnig

A defesa dos direitos dos fiscais de tributos estaduais e a campanha pelo respeito à Constituição transformaram-se nas duas bandeiras políticas a motivar a presença de Renato Luiz Hinnig na movimentação da classe dentro e fora do Poder Legislativo. Ele exercia normalmente suas atividades, frequentando um curso de especialização em auditoria e prestando serviços parciais na Gerência de Fiscalização quando o governador Wilson Kleinübing remeteu projeto de lei à Assembleia unificando as carreiras na fiscalização da fazenda. Anastácio Martins presidia o Sindicato.

Foram três as marcas históricas deixadas pela gestão de Renato Hinnig: a modernização da estrutura da Fazenda, o financiamento do BID para informatização da Secretaria e a aproximação com diferentes setores da sociedade catarinense, dentro da política de mais atenção à prevenção e orientação aos contribuintes.

Exercendo hoje mandato de deputado estadual pelo PMDB, Hinnig relatou na mesa redonda do Sindicato como se deu sua candidatura a presidência:

A iniciativa do governo Kleinübing de unificar as carreiras gerou reação. Nós havíamos feito um concurso, oito anos antes, exigindo nível superior para auditor fiscal, fiscal de tributos, e qualificação de nível médio para fiscal de mercadorias em trânsito. Não era possível aceitar aquela proposta por ser inconstitucional e injusta. Eu me insurtei contra a ideia. Não tinha cargo algum de direção no Sindifisco, mas comuniquei ao gerente de fiscalização, o Pedro Orthal, que, a partir daquele momento, se precisasse de mim, eu estaria ajudando o Anastácio Martins para impedir a aprovação da mudança. Fui para o Sindicato, fiz contato com os colegas, pois logo em seguida haveria eleição no Sindifisco, e compusemos uma chapa pura, só de fiscais de tributos estaduais. Em decorrência disso, foi formada outra chapa, mista de fiscais de tributos estaduais e fiscais de mercadorias em trânsito. Houve a eleição e ganhamos. Logo em seguida, muitos fiscais de mercadorias em trânsito resolveram sair do Sindifisco e fundaram outro sindicato, enquanto alguns permaneceram no Sindifisco. Dediquei-me bastante à função de diretor de Formação Sindical e Relações Institucionais. Viviamos sempre no Sindicato com o Anastácio, meu grande mestre. Procuramos fazer um trabalho de relacionamento com a Assembleia Legislativa, mantendo um contato estreito com os parlamentares. Naquela época, o nosso ponto de apoio no parlamento foi o gabinete do deputado Antônio Ceron, que sempre nos atendeu muito bem. Havia lá o Marcelo, que era o assessor jurídico, e em conjunto começamos a desenvolver um trabalho. Assim, tudo aquilo que era matéria ligada à Fazenda ele nos passava para darmos a nossa opinião. De forma recíproca, tudo aquilo que era de interesse da categoria, levávamos para eles. Além disso, mantínhamos contato quase que diário com os deputados, visitando os gabinetes. Esse foi um passo extremamente importante na mudança de visão do parlamento em relação ao Fisco.

Nesse período também avançamos muito no relacionamento com o Ministério Público. Surgiu a Lei dos Crimes de Sonegação Fiscal. O Sindifisco procurou estreitar as relações com o Ministério Público Estadual, que criou uma coordenadoria específica para esse tipo de crime. Quem atuava nessa área à época era a promotora Márcia Arendt. Isso nos rendeu a participação em eventos nacionais, pois Santa Catarina era o Estado que havia saído na frente. Foi uma iniciativa positiva para todo o Brasil. Depois disso, fui escolhido para ser o candidato a

presidente e tive uma gestão de apenas 13 meses. Estávamos numa luta pela melhoria salarial. Ganhávamos muito pouco, entre US\$ 800,00 e US\$ 900,00 quando o nosso salário sempre havia estado entre US\$ 3.500,00 e US\$ 4.000,00. E aí eu fixei isso como o foco, a base, e construímos uma legislação. O Anastácio sempre esteve presente, mesmo sem ter cargo na diretoria. Atuamos direto com o deputado Antônio Ceron para viabilizar a aprovação de um projeto para o Fisco. O Gilson dos Santos nos ajudou, mas o apoio decisivo foi do Ceron, que era líder do governo. Era secretário da Fazenda o professor Fernando Marcondes de Mattos. Ele não aceitava que o projeto fosse de origem governamental. O governador Kleinübing também não. Aprovamos uma legislação que não era única. Foram várias emendas a diversos projetos que asseguravam nossas conquistas. Após a aprovação, houve o veto do governador. Mas conseguimos derrubar o veto e conquistamos muito mais do que imaginávamos. Tanto é que fomos depois à Procuradoria-Geral do Estado – o Flávio Collaço era o procurador-geral – e chegamos a um entendimento sobre o que ele arguiria inconstitucionalidade. Ali, conquistamos um salário em torno de US\$ 4.000. Foi a grande conquista da categoria na época. Houve até um colega que prometeu, mas não cumpriu, que, se nós conseguíssemos, ele sairia pelado do Sindifisco e iria até a Praça XV de Novembro. A melhoria foi expressiva. Saíamos de um salário médio de US\$ 800,00 no final do governo Pedro Ivo / Maldaner para US\$ 4.000,00 na gestão Kleinübing. Com o que nós ganhávamos no governo Pedro Ivo não conseguíamos comprar nem uma geladeira.

O ex-presidente faz questão de acentuar a liderança positiva nesta vitória do deputado Antônio Ceron, que teve enfrentamentos com o próprio governador Wilson Kleinübing, defendendo o Fisco, embora fosse o líder governista na Assembleia. Nos encontros com parlamentares, os fiscais contavam histórias, falavam das dificuldades encontradas na difícil missão e até nas ameaças.

Hinnig destacou:

Quando entrei na fiscalização, já tinha estado do outro lado do balcão. Tinha criado verdadeiro pavor de fiscal. E quando entrei no Fisco, passei por uma capacitação profissional. O Fisco era, porém, uma instituição muito fechada. A recomendação que davam era para que todos tomassem cuidado nas cidades onde fossem exercer atividade. Alertavam para os relacionamentos com empresários, pois poderia haver algum interesse na aproximação, e para termos cuidado também com os contadores. Enfim, a diretriz era clara: que a relação fosse extremamente profissional, sem vínculos de amizade. Foi com essa orientação que fomos a campo. Eu acabara de passar no concurso. Aquilo era a maior conquista da minha vida, sem falar no salário, algo que nunca imaginei ganhar. Fui trabalhar em Caçador, a mesma cidade em que atuava o Anastácio

Martins. Lá, fui até ameaçado com revólver. Aquilo me incomodava demais. Então, quando assumi a presidência do Sindicato achei que estava na hora de quebrar esses paradigmas. Procuramos a Fecontesc (Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina). Propusemos o patrocínio de um folder em que destacaríamos a importância do trabalho do Fisco para a sociedade catarinense. Confeccionamos o folder, distribuímos para todos os contabilistas do Estado e começamos, a partir dali, a participar de reuniões com os contabilistas.

Tínhamos, também, medo de nos relacionarmos com os empresários. E começamos a quebrar este preconceito procurando a Fampesc (Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina), presidida, à época, pelo Eldon Jung, de Blumenau. Enquanto que a Fecontesc era presidida pelo Wilson Izidoro, contador, de Lages. Procuramos as microempresas porque eram a menor federação e onde nos sentíamos mais em casa. Começamos a participar dessas reuniões da Fampesc. E quando o Jung me apresentava como presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda, sentíamos aquele clima pesado, tipo “este Jung está ficando louco. Se ele está trazendo a raposa para cuidar do galinheiro, como vamos tratar das nossas coisas?” Quando eu chegava ao Sindicato, muitos colegas também me cobravam essa postura, dizendo-me que não daria certo buscar um relacionamento com o empresário, que é o sonegador, que é aquele que tínhamos que confrontar. Mas eu tentava mostrar a eles que era importante aquela construção. Então, a partir dali, começou a quebra de uma série de paradigmas do Fisco com a sociedade em geral. Foi aí que surgiu a proposta de isenção de ICMS para a micro e pequena empresa. Este incentivo foi o diferencial da campanha do Paulo Afonso contra a Angela Amin. E o Paulo Afonso ganhou a eleição. Pela participação que sempre tivemos na Fenafisco, compus a chapa como vice-presidente da Federação Nacional do Fisco. E eu tinha sido recém-eleito quando o Paulo Afonso insistiu muito para que eu fosse o diretor de Administração Tributária. Eu não queria, porque estávamos no auge, aqui, no Sindicato. Estávamos, como vice-presidente da Federação Nacional do Fisco, com a incumbência de levar para outros Estados essa parceria de integração. Mas diante da insistência dele, reunimos o Conselho Deliberativo e as pessoas entenderam que eu realmente deveria assumir a Diretoria de Administração Tributária. Na verdade, eu estava um pouco com receio, porque eu nunca tinha sido sequer gerente e assumir a função de diretor era uma grande responsabilidade. Mas como a categoria entendeu dessa forma, assumi. E de forma institucional, começamos a fazer esse trabalho de parceria com as entidades. Na época, fui procurado pelo Egídio Locks, presidente da Associação Catarinense de Supermercados, a fim de me relatar a concorrência desleal que havia no setor e de me conscientizar de que precisávamos fazer alguma coisa para diminuir isso. Ele queria saber como os

supermercados poderiam contribuir, de forma normal sobre o faturamento, para a arrecadação de ICMS. Após alguns cálculos, concluímos que nenhum supermercado poderia arrecadar menos do que 3,5% do seu faturamento a título de ICMS. Fomos, então, participar de reuniões no interior do Estado com o setor supermercadista, dizendo que dali para frente teríamos um olhar do Fisco muito mais perto naqueles que recolhiam menos. E aqueles que estivessem no patamar ou acima, seriam olhados mais à distância. Com aquilo, conseguimos diminuir bastante a concorrência desleal do setor. Resultado: a arrecadação do Estado mais do que dobrou. Foi o primeiro avanço na proposta de se trabalhar em parceria com o setor empresarial uma fiscalização preventiva. Começou neste momento o processo de modernização do Fisco.

Tivemos o apoio do governador, do secretário da Fazenda, Neuto De Conto, a um projeto chamado Super Rede, no sentido de interligar a Secretaria da Fazenda em rede e dotar cada funcionário com um computador.

Na época, a Receita Federal tinha conseguido um financiamento no BID para se modernizar. Era a época do Ozires Lopes Filho. Surgiu, naquela oportunidade, uma viagem a Washington, e o Neuto me convidou para ir com ele. E como a sede do BID é em Washington, liguei para o Ozires Lopes Filho para saber mais detalhes de quem seria a pessoa para fazer contato em Washington. O objetivo era conseguir também para Santa Catarina o mesmo financiamento para modernização do sistema. Fomos para lá com todos os dados. Fomos a essa audiência no BID e levamos a ideia de se construir um projeto de modernização também para o Fisco de Santa Catarina. E a receptividade foi tão boa que ele aproveitou o momento em que estavam outros brasileiros lá, também administradores tributários, pediu um espaço na reunião e disse que o BID tinha interesse em fazer um projeto nacional, para todas as Secretarias de Fazenda. Conseguimos um financiamento de US\$ 17 milhões para aplicar na modernização da Fazenda. Fizemos todo o projeto. Inclusive, demoramos quase todo o tempo da nossa administração para construir o projeto. Houve, ainda, o primeiro trabalho de sensibilização dos funcionários da Secretaria da Fazenda para aplicar essa nova ferramenta e redesenhar o processo todo. E aí, já com o financiamento contratado, perdemos o governo. Mas a administração seguinte, com algumas resistências no início, deu continuidade ao processo. Dali surgiu essa modernização de toda a Fazenda. Também por isso, Santa Catarina é hoje o Estado mais avançado no sistema de administração tributária. Num segundo momento, demos continuidade nessa questão da criação dos grupos de especialistas em fiscalização, que hoje é um sucesso. Isso também foi uma grande quebra de paradigmas, porque exigia mudança de postura.

Começamos, então, com o primeiro setor, o de comunicação e energia. Conseguimos três colegas de Joinville, que aceitaram o desafio.

Em seis meses de trabalho, eles conseguiram identificar, estudando o setor, algumas coisas que não estavam sendo adequadamente detectadas. Foram conversar com as empresas e espontaneamente houve um aumento de R\$ 6 milhões de arrecadação naquela época. Com base nessa experiência, pedimos aos colegas para percorrerem todo o Estado mostrando aos outros que isso funcionava, que era bom, e aos poucos conseguimos a adesão de todo o grupo. Outro grande sucesso. Posso garantir, sem medo de errar, que nenhum outro Estado brasileiro adota a filosofia de Santa Catarina. Em geral, o Fisco de outros Estados é muito distante da sociedade, dos contribuintes, dos contabilistas. Isso é dito pelos próprios fiscais e pelas entidades. Esse é o grande diferencial, um modelo que deu certo. Só temos a comemorar. Na minha gestão no Sindifisco, que durou 13 meses, destaque essa questão das conquistas salariais e o início com as parcerias, que resultou nesse grande projeto que Santa Catarina conquistou.

A proposta de isenção do ICMS para os micro-empresários foi submetida em 1994 aos dois candidatos ao governo, mas Paulo Afonso Vieira comprou logo a ideia. Isto fez a diferença no segundo turno.

E por que o convencimento de que a isenção seria produtiva?

Porque entendíamos que o custo para controlar as microempresas era quase equivalente ao que se arrecadava. Não se justificava tributar um segmento em que o custo para controle praticamente consumia toda a arrecadação. É claro que não foi uma ideia aleatória. Fizemos todos os cálculos. Tínhamos as informações do que era arrecadado e daí dimensionamos o custo para controlar isso, fora os efeitos indiretos. A proposta pretendia dinamizar a economia, gerar oportunidade de trabalho e renda para as pessoas, incentivar os empreendedores. Hoje, por exemplo, o Super Simples está mais revigorado.

O ex-presidente entende que há muito espaço para ampliação do relacionamento e da parceria do Fisco com a sociedade. Explica:

Hoje, temos, um fórum permanente dos contabilistas com a administração tributária, com uma reunião a cada três meses. Nestes eventos, toda a administração tributária e a representação dos contadores é debatida durante um dia de reunião. Os contadores trazem para a mesa os problemas operacionais que eles têm no dia a dia. Então, resolve-se ali o que dá e o que depende de lei ou de decreto, constrói-se a legislação adequada. Há um permanente aperfeiçoamento da legislação. E agimos da mesma forma nas discussões com o segmento empresarial.

Outro avanço deu-se na redução da burocracia no sistema tributário estadual. Isso iniciou com o Super Rede, financiado pela Fazenda, pelo governo do Estado (foram R\$ 4 milhões à época), com recursos próprios. A primeira atividade desse projeto financiado pelo BID foi o

redesenho de processos. Ou seja, contratou-se uma consultoria, que sentou com cada funcionário da Fazenda para ver a atividade que ele desenvolvia e quais as propostas que poderiam ser feitas para desburocratizar, facilitar e integrar as atividades. Depois, foi feito um trabalho de sensibilização com os servidores da Fazenda no sentido de quebrar paradigmas. Um trabalho de sensibilização para que eles recebessem um novo modelo de gestão.

Hoje estou convencido de que existe campo para enriquecer a relação, desburocratizar e aprimorar a máquina do Fisco. Tendo conhecimento de como se dá a operação da atividade, de como é o processo da legislação, quais as dificuldades que existem, o próprio grupo constata que pode desburocratizar, propor benefícios, às vezes até definir melhor o que na legislação precisa ser melhorado, para não se ter que correr risco de estar mal escrito e não se conseguir tributar alguma coisa.

Isso é um pouco enigmático. Algumas pessoas questionam. Inclusive, o Roberto Requião, em um evento, no Costão do Santinho, no ano passado, quando soube que eu era deputado e que era da fiscalização, fez um gracejo que me deixou irritado: “Mas, então, não faltou dinheiro. Fiscal é fácil se eleger”. Foi quando respondi que havia disputado três eleições, mas que nunca tinha utilizado a máquina do Fisco como poder de pressão para conseguir votos. O que eu conquistei foi o respeito dos segmentos dos contribuintes, dos contabilistas, em função do trabalho realizado. Hoje, graças a Deus, ousou dizer que existem poucas pessoas no Estado que têm o relacionamento que eu tenho com o segmento empresarial, em todas as áreas. Estou relatando isso porque parece que o fiscal se elege porque exerce um poder de pressão. O que tem havido mesmo é uma integração, uma compreensão da importância da atividade, do relacionamento ético.

Procuro conscientizar todo mundo de que o contribuinte tem que pagar para o Estado arrecadar e que o fiscal tem que exercer a sua atividade. Houve a compreensão de que não existe Estado sem empresa e de que não existe empresa sem Estado. Os colegas lembram, também, outra iniciativa marcante. Foi o seminário “Como aumentar a arrecadação sem aumentar impostos”.

O Fisco sempre promoveu grandes eventos, mas voltados para o Fisco, com a participação dos fiscais. Nesses eventos, quebramos paradigmas. Fomos procurar parceria da UFSC, convidamos empresários, promotores, contadores, fiscais etc. Foi o primeiro evento e tivemos uma grande sorte. Tínhamos convidado o Ozires Lopes Filho para ser o palestrante. E 15 dias antes do evento aconteceu aquele episódio de ele ter mandado prender a bagagem da Seleção Brasileira, que causou sua demissão. Ele virou estrela nacional, celebridade. Foi o primeiro evento público em que ele participou depois da demissão. Foi procurado para entrevistas por todas as televisões. Foi um sucesso. Foi uma coisa que se espalhou por toda Santa Catarina.

Renato Hinnig fez questão de salientar que é deputado estadual representante do Fisco estadual, mas que assumiu a condição de procurador dos funcionários de toda a Secretaria da Fazenda, já que é composta de vários sindicatos e de várias associações.

DIRETORIA RENATO LUIZ HINNIG

MANDATO: de 22/10/93 a 01/01/95

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente:	Renato Luiz Hinnig
Vice-presidente:	Cláudio Andrade Ramos
Diretor Administrativo:	Widomar Pereira Carpes
Diretor Financeiro:	Nilton Brasil Pacheco
Diretor de Divulgação:	Marco Aurélio Dutra
Diretor Jurídico:	José Reinaldo Figueiredo
Diretor de Relações Sindicais:	Pedro Mendes
SUPLENTE:	Alécio da Rosa Botelho; Lênio Rocha; Pedro Hermínio Maria; Ademar Brasil Floriano e Alcídio Adolfo Vieira.
CONSELHO FISCAL:	Titulares: Ari José Pritsch; Paulo Ernani da Cunha Tatim; Cláudio Hornburg; Suplentes: João Ciro Moreira Mussi; Valêncio F. da Silva e Flávio Beal.

Gestão de Cláudio Andrade Ramos

Embora descendente de tradicional e honrada família de políticos catarinenses, Cláudio Andrade Ramos confessa que nunca cogitou de exercer atividade política ou presidir o Sindifisco por faltar-lhe o perfil de um sindicalista. Chegou ao cargo por contingências profissionais e políticas. Era vice-presidente de Renato Hinnig, que se afastou depois de assumir cargo na Administração Estadual para desempenhar novas funções.

Com humildade, Cláudio Ramos diz que a carência de atuação e formação no movimento sindical determinaram que se aconselhasse, de forma permanente, com os ex-presidentes Anastácio Martins e Renato Hinnig. Estes davam apoio logístico, sobretudo nos encontros e conversações com os deputados estaduais.

Durante depoimento na mesa redonda realizada pela diretoria do Sindifisco, Cláudio Ramos descreveu o período em que comandou a instituição:

Minha principal meta era manter a unidade. Sempre procurei unir a classe. Trabalhei duro pela ampliação do patrimônio, com a compra de mais quatro salas (o Sindicato ficou com seis), reformas, informatização, a construção de um auditório, enfim, melhorias que atendessem as necessidades dos sindicalizados. Minha carreira como fiscal começou em 1962, quando fui designado para trabalhar em Biguaçu, naquela época o município que menos arrecadava na Grande Florianópolis.

Os colegas preferiam outras regiões, economicamente mais fortes, que ensejavam uma produção fiscal mais efetiva, mais rentável. Como era solteiro, morava com os meus pais e cursava Direito, para mim era interessante trabalhar em Biguaçu. Procurei, então, conhecer o município, os contribuintes, procurando orientá-los antes de fiscalizá-los. Tal procedimento fez com que, quando transferido para outra cidade – desta feita para Florianópolis –, após permanecer quatro anos em Biguaçu, a arrecadação do município ultrapassava a de outros da Região Fiscal de Florianópolis, notadamente Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz.

Após trabalhar por breve período na Capital, fui removido para Itajaí, em 1966, onde permaneci até 1968, lá trabalhando e lecionando Direito Tributário na Faculdade de Direito daquela cidade, quando fui nomeado inspetor da 7ª Região Fiscal, com sede em Joaçaba, onde conheci e estudei a economia daquela importante região, sempre mantendo estreito contato com os contribuintes, apreendendo e travando conhecimentos. Foi lá que conheci Ivan Bonato, empresário com vários empreendimentos comerciais e industriais e meu companheiro de peladas de futebol. Ele sempre dizia, brincando, que eu era muito “caxias” e que um dia seria secretário da Fazenda.

Em 1969, fui para Joinville, nomeado inspetor daquela importante Região Fiscal, a que mais arrecadava no Estado, por lá permanecendo até 1974. A bem da verdade, eu não queria ir para Joinville. Tinha recém começado como inspetor em Joaçaba, estava aprendendo muito, conhecendo a economia do Oeste catarinense, não me sentindo preparado para Joinville. Mas fui. Fiquei lá cinco anos. Foi uma rica experiência. Nas visitas que fazia aos contribuintes, notava que algumas empresas tinham muito crédito do ICM, decorrente da fabricação de produtos isentos de ICM (naquela época ainda não era ICMS) e não obstante enfrentavam problemas financeiros. Orientávamos, então, para que produzissem produtos tributados, utilizando os créditos do imposto que possuíam e assim entrar no mercado. Por outro lado, existiam empresas que, embora produzissem bastante, enfrentavam dificuldades face à elevada carga tributária. No desempenho de nossas atribuições como inspetor, procurávamos induzir essas empresas a fabricar alguns produtos que estivessem isentos do ICM, aliviando o ônus tributário, ficando nítido para o contribuinte que o trabalho do Fisco não era só tributar, só multar. O Fisco pode e deve orientar. Houve períodos em que se conseguia mais com orientação do que com notificações. Recordo que o colega Almir Gorges sempre repetia que deveríamos analisar, sempre, a capacidade do contribuinte. Os resultados se tornam significativos na economia, com reflexos positivos também na arrecadação.

Em 1974, fui surpreendido por um convite do empresário Ivan Bonato, que conheci em Joaçaba. Chamado a Florianópolis, onde o Ivan se encontrava, ele começou a conversação pedindo desculpas. Não entendi nada. Explicou que estava tomando o meu lugar. Continuei sem entender. Esclareceu, então, que o governador eleito Antônio Carlos Konder Reis convidou-o para ser seu secretário da Fazenda. De início, relutou em aceitar, mas seu pai – Oreste Bonato – e seu sogro – Saul Brandalise – entendiam que devia responder afirmativamente. Quando finalmente aceitou, disse ao governador Konder Reis que gostaria de contar comigo na sua equipe, o que de fato aconteceu. Ivan foi secretário nos governos Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Bornhausen. Assumi como diretor de fiscalização. Ser diretor era aspiração de todos os fiscais. Naquele tempo, o segundo posto mais importante na hierarquia da Fazenda era a chefia de gabinete, cargo ocupado por Sérgio Pretto, que faleceu no desastre aviatório que também tirou a vida do secretário de Comunicações, Adolfo Zigelli, ferindo gravemente o filho do Ivan Bonato, Rodrigo, hospitalizado em Curitiba, e que permaneceu em coma por aproximadamente dois meses. Ivan e sua esposa Maria Odete se deslocaram à capital paranaense, onde acompanharam o tratamento e recuperação do Rodrigo. O governador Antônio Carlos Konder Reis me chamou no Palácio, determinando que eu fosse tocando a Secretaria na ausência do titular, pois ele queria ver o Ivan bastante ocupado. Aos sábados e domingos, eu me deslocava a Curitiba, despachava com o Ivan, levava processos, decretos, enfim, todo o expediente de competência do secretário. Foram dois meses duros, difíceis, mas o filho se recuperou, felizmente.

De volta à Capital catarinense, o Ivan indagou se havia muito expediente acumulado, muita coisa a assinar e resolver. Respondi que a mesa dele estava limpa, nenhum assunto pendente. E ele, que já estava estudando nomes para a chefia de gabinete, simplesmente me intimou para assumir o cargo, onde permaneci durante o mandato de Konder Reis e Jorge Bornhausen (no governo Jorge Bornhausen, o cargo passou a ser denominado de secretário adjunto da Fazenda). Durante o tempo em que permaneci nos cargos supracitados, procuramos – sempre com o decidido apoio do secretário Ivan Bonato – estreitar o relacionamento com o contribuinte. De resto, treinamos todos os funcionários fazendários para que desempenhassem com maior eficiência as suas tarefas.

Como presidente do Sindifisco, período de 4/1/95 a 22/10/96, nunca fui de enfrentamentos. Tinha ideia que devíamos reivindicar sim, mas apresentando sugestões, estudos, ideias, sempre pensando nos altos interesses do Estado. Entendia que o Fisco não poderia, por exemplo, entrar em greve. Certa vez, numa reunião da Fenafisco, em Brasília, quando alguns Estados da Federação cogitaram de uma greve

nacional, fui taxativo: em Santa Catarina não haveria a hipótese de a fiscalização entrar em greve. Citei, na oportunidade, o exemplo de Minas Gerais, quando o Fisco entrou em greve e a arrecadação aumentou. Desmoralizaram-se perante o governo, perante a Assembleia e perante a sociedade.

Certa ocasião, durante o meu mandato à frente do Sindifisco, fui questionado pela deputada Ideli Salvatti durante uma greve dos professores. Ela me desafiou, na frente de todos, para contar aos professores o motivo pelo qual, nós, fiscais, não queríamos entrar em greve: “Venha cá e conte para os professores que vocês não querem entrar em greve... Vá dizer ao seu governador...” Então, eu falei: “Deputada, eu não vou levar nenhum recado ao governador. E a senhora, deputada, por favor, não procure jogar a minha classe contra as professoras, contra a nobre classe das professoras, porque eu me lembro do nome de todas as professoras que tive; tudo o que sei devo e agradeço aos mestres. Nós não entramos em greve – e nem entraremos –, para que vocês possam entrar, possam reivindicar. Não podemos cruzar os braços. Não me jogue contra as professoras, pois elas sabem que nós temos que lutar pela arrecadação, para que o governo possa realizar obras, possa atender reivindicações salariais”. A deputada, hoje senadora, ficou calada. Não ficou minha inimiga; ao contrário, quando me vê, me abraça, somos amigos.

Em resumo, orgulho-me de pertencer à classe fiscal. Comandar o Sindicato da minha categoria foi um marco na minha vida. A exemplo da minha vida funcional, sempre procurei trabalhar em equipe.

DIRETORIA CLÁUDIO ANDRADE RAMOS

MANDATO: de 01/01/95 a 22/10/96

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente:	Cláudio Andrade Ramos
Vice-presidente:	Cargo vago
Diretor Administrativo:	Widomar Pereira Carpes
Diretor Financeiro:	Nilton Brasil Pacheco
Diretor de Divulgação:	Lênio Rocha
Diretor Jurídico:	José Reinaldo Figueiredo
Diretor de Relações Sindicais:	Ademar Brasil Floriano
SUPLENTES:	Alécio da Rosa Botelho; Lênio Rocha; Pedro Hermínio Maria; Ademar Brasil Floriano e Alcídio Adolfo Vieira.
CONSELHO FISCAL:	Titulares: Ari José Pritsch; Paulo Ernani da Cunha Tatim; Cláudio Hornburg; Suplentes: João Ciro Moreira Mussi; Valêncio F. da Silva e Flávio Beal.

Gestão Adalberto Eyng

No depoimento prestado por ocasião da mesa redonda organizada pelo Sindifisco, Adalberto Eyng começou destacando que nunca, em sua vida profissional e pessoal, imaginou que pudesse vir a presidir o Sindicato. Era uma hipótese fora de suas cogitações. Dedicava-se exclusivamente ao trabalho, à formação acadêmica, à família e a seus afazeres particulares. O exercício da atividade sindical, em sua imaginação e planos, fugia de seu perfil.

Sua carreira fazendária teve início como cargo em comissão a convite do secretário Ivan Bonato, em 1979. Ainda jovem, recém-formado na ESAG, cheio de ideais, assumiu o desafio de organizar e implantar o cadastro de contribuintes do Estado, pois até 1979 todo o processamento de dados era realizado pelo Serpro (Serviço de Processamento de Dados), um serviço federal, com sede em Brasília, migrando então, o sistema de cadastro para uma base de dados estadual, o Ciasc. Isto trouxe muito mais agilidade e benefícios, tanto para o contribuinte como para a Secretaria da Fazenda. Passada essa experiência como diretor do cadastro, fez concurso, aprovado e nomeado, e começou a atuar no interior, em 1980, na cidade de Campos Novos, onde permaneceu até o final de 1983.

Devido à época e às características próprias, Campos Novos tinha fortes componentes políticos locais. Foi então um começo difícil, caracterizado por um período de exceção, com muita interferência política. Para evitar incompreensões, especialmente as relacionadas às questões políticas, quando fiscalizava uma empresa de um setor – uma madeireira, um supermercado, por exemplo –, ampliava o trabalho em todas as empresas desse setor. Uma forma prática de evitar protecionismos e efetivar uma justiça fiscal sobre todo o segmento econômico, evitando que uma prática lesiva de uma empresa pudesse se constituir em vantagem concorrencial perante as demais empresas estabelecidas no município. Assim, conquistou o respeito de todo segmento econômico e político da região, fixando uma orientação uniforme de fiscalizar por categoria econômica e priorizando as empresas com maior potencial de sonegação, o que, em consequência, garantia um maior retorno de valores recuperados em prol do erário catarinense.

Saindo de Campos Novos, no final de 1983, foi convidado pelo Lunardelli e Cidemar para assessorá-los na coordenação de fiscalização. Ali teve a oportunidade de implantar o primeiro cadastro e o conta corrente dos contribuintes substitutos de fora do Estado, pois esta modalidade estava sendo implantada no início de 1984. Entendendo constituir-se a substituição tribuária em modalidade e técnica de arrecadação estratégica para o Estado, coordenou estes trabalhos gerenciais com o objetivo de acompanhar e aprimorar a fiscalização das empresas situadas fora de Santa Catarina. Planejou e coordenou as primeiras operações de fiscalização nesta

modalidade fora do Estado, em 1987 e 1988, as quais foram desenvolvidas nos Estados do RS, PR, SP e RJ.

Além do trabalho desenvolvido fora do Estado e na regional de Florianópolis, passou por várias experiências em cargos diretivos na Secretaria da Fazenda, como gerente de informática, diretor de planejamento, diretor de fiscalização e tributação.

Continuou discorrendo Eyng, assim se expressando:

Quando retornei à administração, como diretor de planejamento da Secretaria da Fazenda no governo Kleinübing, estava em debate a informatização. O pessoal do Ciasc queria colocar tudo nos computadores de grande porte do Centro. Defendi outra alternativa e a colocamos em prática: primeiro, implantação das linhas de comunicação. Precisávamos de infraestrutura para todas as redes, o que aumentaria a velocidade, além do desenvolvimento da cultura da microinformática. Queríamos que cada fiscal ficasse ligado on line com toda a rede fazendária e mundial. Coordenamos a implantação do primeiro sistema nacional automatizado de arrecadação, um enorme avanço para época. O grande passo estratégico deu-se com a implementação da automação bancária, em 1º de outubro de 1992, porque o sistema de arrecadação puxa os demais sistemas gerenciais, que são periféricos. Santa Catarina foi o Estado pioneiro no Brasil. Enfrentou até uma campanha forte da Febraban, que depois veio a ser parceira. Fizemos também um trabalho com o Banco do Brasil, com o Besc, e conseguimos implementar pioneiramente o sistema da arrecadação.

Depois de exercer vários cargos na Fazenda, retornou ao campo e levava uma vida tranquila, especializando-se em substituição tributária, até que, de repente, surgiu o desafio, nunca pensado antes, chamado Sindifisco. O desafio da candidatura à presidência do Sindicato só foi aceito depois de apelos de colegas de diferentes segmentos e de várias regiões do Estado. Convencido da disputa, tratou da elaboração da chapa, planejamento de trabalho etc. Veio a campanha, com viagens e debates com os filiados, ativos e inativos, em todas as regiões. Seu lema foi “Diálogo e Participação”, pois acredita antes na via construtiva, na conquista de soluções pela política e raramente por meio do confronto.

As realizações e conquistas da gestão foram assim descritas e resumidas por Adalberto Aluizio Eyng:

Gostaria de salientar, primeiramente, que a nossa classe é diferente das demais categorias funcionais. É como a cultura japonesa em relação às outras. É diferente e inimitável. O fiscal, por natureza, é um servidor público diferenciado. Está sempre buscando, sempre pensando na relação custo/benefício. Assim, a presidência do Sindifisco foi um

aprendizado, um verdadeiro mestrado. Aqui estamos para defender nossos associados. E para defendê-los é preciso cultivar a imagem do grupo, a imagem da classe, conquistada através do valor creditado ao Fisco pela sociedade. Para cumprir a missão, é fundamental também militar junto com o empresariado, estar junto da classe política, seja municipal, estadual ou federal. E quanto mais atuante somos, mais responsabilidades trazemos para o nosso cotidiano.

Assumi a presidência sucedendo o Renato Hinnig. Ele tem um perfil mais combativo. E quando assumiu o vice-presidente Cláudio Ramos, a coisa ficou, por um período, meio morna, sem combatividade. Sempre buscamos estar muito presentes nas questões de nosso interesse e de toda a comunidade. Mas nossos compromissos são com a ordem fiscal, tributária e compromissados com a sociedade, o povo catarinense, que é quem em última análise nos paga. Entendo que o fiscal precisa ter familiaridade total com tudo que acontece no campo tributário, sobretudo se está na ativa, sem nunca se esquecer dos seus compromissos como um qualificado servidor público. Em decorrência de sua função estratégica e única, pelo poder conferido no lançamento fiscal, os seus compromissos são naturalmente maiores.

Naquele ano de 1996 e seguintes, vivíamos o governo Fernando Henrique Cardoso. Era a época das grandes reformas. Tínhamos passado por uma reforma administrativa aqui no Estado. Brasília estava movimentada, com as três grandes reformas constitucionais: administrativa, previdenciária e tributária. Quanto à PEC 33/96, que tratava da reforma previdenciária, era a que mais interessava ao servidor público. Passou na Câmara como um trator de esteira, praticamente sem emendas, gerou grande apreensão e mobilização dada a força política esmagadora do governo FHC. O governo tinha ampla maioria no Congresso. A PEC já estava no Senado quando assumimos a presidência. A matéria foi relatada pelo senador Beni Veras. Acabava com a paridade. O paradigma tempo de serviço estava sendo substituído para tempo de contribuição. Alterava o fator idade, a questão do teto, a estabilidade, a isonomia, a relação insuficiência/desempenho, limite de gastos públicos e por aí fora. Procuramos dar continuidade ao trabalho executado por gestões anteriores.

Vou abrir um parênteses. Logo no início, no final de 1996, um dia, na Assembleia, o deputado Vanderlei Rosso fez um pronunciamento dando a entender que algum fiscal de Criciúma o teria tratado de maneira não ética ou não adequada para um servidor público. E o deputado Francisco Küster, que depois veio a ser presidente da Assembleia, corroborou as palavras dele. Eu estava lá e testemunhei tudo. Abordei na hora os dois deputados. E disse claramente que, como classista e representante de uma entidade, não poderia aceitar uma denúncia vazia. Pedi para darem nomes e provas para esclarecimento dos fatos.

E enfatizei que o Sindifisco jamais adotaria uma ação corporativista para defender alguém que agisse sem ética. Nunca apoiamos isso e jamais apoiariamos. É princípio e faz parte da cultura da nossa entidade. Aquele posicionamento legítimo de representante de uma honrada classe, que tive o prazer e a honra de representar por três anos, foi um marco naquela legislatura, sem que mais nenhum pronunciamento parlamentar daquela natureza se repetisse, pois os nobres deputados nada tinham de concreto contra a lisura dos procedimentos realizados pelos colegas do Sul do Estado. Os dois deputados passaram a dedicar grande respeito e estima à classe fiscal, sendo nossos aliados a partir de então. Saliente-se que na época da CPI da Sonegação e da Corrupção sempre foi dado apoio integral para que a verdade dos fatos transparecesse.

Enfrentamos, também, uma época muito difícil, de recessão econômica. E temos que registrar que nesse período do governo Paulo Afonso também sofremos com a questão de atraso de salário. Inclusive, tivemos em dezembro de 1996, lamentavelmente, o primeiro atraso de 13º salário na história de Santa Catarina. Entramos com um mandado de segurança e recebemos em 5 de fevereiro, ou seja, quase dois meses depois. Mas, além das questões estaduais, tínhamos que dar uma atenção fundamental à questão das reformas constitucionais federais e acompanhar os trabalhos do Congresso Nacional.

Voltando então à esfera federal, observamos que na Fenafisco o pessoal era bastante acomodado e devagar. Tivemos que dedicar uma atenção especial às atividades reformistas em andamento no Congresso Nacional. Demos plantão em Brasília. Graças à credencial fornecida pelo diretor-geral da Câmara, o catarinense Ademar Sabino, tivemos nosso acesso facilitado a todos os gabinetes, às lideranças das duas Casas. Com isso, eu tinha acesso em todos os ambientes da Câmara e do Senado. As outras entidades não tinham as mesmas facilidades. Foram viagens e reuniões quase todas as semanas, desde que assumimos em 1996 até 1998, quando as reformas foram votadas, fazendo corpo a corpo com os parlamentares e seus assessores. Dezenas de encontros com líderes, conversas com relatores, reuniões, avaliações com outros sindicatos para buscar sensibilizar e conseguir algum avanço na preservação dos direitos dos servidores públicos. É oportuno destacar que o governo tinha ampla maioria e fazia uma pressão pesada no Congresso Nacional, com o apoio da mídia nacional, o que dificultava nossas gestões junto aos parlamentares.

Na Câmara Federal, várias vezes, o deputado Vânio dos Santos (PT), que era membro da Comissão de Finanças e Tributação, nos convocava para esclarecer alguma dúvida. Para elevar o nome da entidade, para que ela tivesse mais respeitabilidade, prestamos este trabalho de assessoramento ao parlamentar, bem como a outros, independente de partidos. Isto porque na hora em que o parlamentar precisa de assessoria

técnica ele sabe da capacidade de nossos quadros, que a nossa classe serve, trabalha para o Estado, colocando em primeiro plano o interesse público. Esse corpo a corpo foi muito importante porque o governo Fernando Henrique pretendia, através das reformas, implantar o Estado mínimo. Objetivava suprimir direitos dos servidores públicos para equilibrar as finanças da União, dos Estados e Municípios. Esse era o grande objetivo e o discurso veiculado na mídia nacional. Queria suprimir direitos a qualquer custo. Começamos o trabalho no Congresso com o David, do Sinafresp, com o pessoal do Mosap, puxando a Fenafisco. Foi o Sindifisco que abriu caminho e muitas portas para que outros dirigentes tivessem acesso a todos os gabinetes. Levávamos documentos, propostas de emendas supressivas, aditivas, ou que pudessem compor alguma emenda para o aprimoramento técnico, e, especialmente, a redução de perdas de direitos. Tínhamos em mente os prejuízos a que estavam sujeitos nossos filiados, especialmente os aposentados e os em via de se aposentar.

Vou citar um fato que foi marcante para a história de todos os servidores públicos do Brasil. A PEC 33/96 tinha sido aprovada na Câmara e estava na CCJ, no Senado, no dia 17 de julho de 1997. E o relatório do senador Beni Veras (PSDB-CE) contava com mais de 200 emendas. Então, nesse dia 17 de julho, 200 emendas foram rejeitadas por 20 votos contra dois. Uma derrota acachapante para os servidores públicos e uma vitória esmagadora para o governo, com o apoio da imprensa. Mas sobraram 46 emendas apresentadas, que tinham relação com a matéria, porque não se podia apresentar matéria nova, nenhuma que amenizasse os principais direitos em vias de serem definitivamente suprimidos via alteração de nossa Magna Carta. O regimento exigia que um matéria nova teria que passar por dois turnos. As questões essenciais giravam em torno da quebra da paridade, mudança de tempo de serviço pelo tempo de contribuição, idade mínima de 60 anos e 55 anos. Além disso, o governo queria estipular um tipo de teto como o do INSS. Não queriam pagar mais integralmente; só reconheciam até R\$ 1.200,00. Com isso, nós, que já estávamos contribuindo, perderíamos totalmente o direito à aposentadoria plena e os aposentados teriam um prejuízo enorme, sem direito a reajustes futuros. Diante das perspectivas sombrias que nos aguardavam, passamos a tarde toda estudando aquela enormidade de emendas já rejeitadas para encontrar alguma que tratasse de matéria similar, com a ideia que estávamos defendendo e que tivesse relação com a emenda que pretendíamos apresentar. O regimento permitia que o relator acatasse a emenda. Nossa tentativa era convencer o relator a incorporar a emenda ao projeto global de reforma constitucional.

Fomos, então, ao senador Beni Veras e levamos uma proposta no sentido de fazer uma regra de transição. Um critério que levasse em consideração o tempo de serviço e a remuneração para amenizar o prejuízo.

Assim, protegia a todos, especialmente aqueles que estivessem próximos, que se aposentariam com quase 100%. O senador Beni Veras não aceitou. Procuramos todas as lideranças do Senado, mas ninguém aceitou. Argumentavam que a matéria feria o regimento interno.

Diante disso, procuramos o Sr. Trindade, um assessor jurídico do Senado, juntamente com o Pinto, da Fenafisco, o David, o Domingos, do Mosap, e eu. Também estava comigo o Huelinton Pickler, colega e na época representante de Joinville, que a meu convite me acompanhava no corpo a corpo naquela semana no Senado. Assim, passamos toda a tarde examinando as 200 emendas que tinham sido rejeitadas para ver se havia alguma que tivesse similaridade com a que pretendíamos. Foi quando encontramos a Emenda nº 75/97, de autoria do deputado Epitácio Cafeteira, do mesmo partido do Esperidião Amin e líder do PDS. Levamos essa emenda ao deputado autor para que ele a subscrevesse, porque ele poderia reapresentá-la diretamente na CCJ. Mas ele não quis fazê-la. Disse que não a reapresentaria, pois feria o regimento da Casa. Então, no dia 23 de julho, com a valiosa intervenção do senador Esperidião Amin, com o qual havíamos conversado anteriormente e que ficou sensibilizado para a apresentação de nossa proposta de emenda. Fomos ao plenário da CCJ, cuja sessão já havia iniciado. Para tanto, o senador interrompeu a sessão da CCJ. Ele pediu ao senador Bernardo Cabral, que presidia a sessão, para interromper, e me chamou à mesa diretiva dos trabalhos, onde estavam os senadores Antônio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, entre outros. Naquele momento inusitado, defendi a proposta de emenda, que foi então subscrita pelo senador Amin e a mesa a aceitou. Conclusão: conseguimos emplacar a emenda, ainda que pudesse haver alguma falha regimental, mas a mesa era soberana para aceitá-la e naquele momento a vontade política foi vencedora. Mas, no final da tarde, decidiram rejeitar a emenda. A mesa tinha aceitado e eles decidiram rejeitar. E rapidamente fomos ao Esperidião, que resgatou, defendeu a emenda. Por isso, o Esperidião Amin diz que sou o “senador oculto”. Por essa conquista, foi organizada uma homenagem nacional ao senador Amin, cuja solemnidade foi organizada pelo Sindifisco, no auditório do Cecomtur, em Florianópolis, no dia 08/05/98, que contou com a presença de representantes de todas as entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais, e inclusive do Mosap (inativos). Essa emenda foi muito importante porque ela abriu a possibilidade para as demais regras de transição, a questão da paridade, depois, na Câmara e no Senado, com relação à aposentadoria aos 53 anos para homens, e aos 48 anos para a mulher. E o mais importante, que destaco, a questão relativa ao resgate da paridade entre ativos e inativos.

A emenda efetivada no plano federal trouxe consequências positivas no plano estadual. Nesta direção, ressalto que a recuperação da

remuneração dos inativos catarinenses, ocorrida em 2007, com base no teto dos ativos, somente foi possível devido a esta abertura constitucional, associada à Lei da RCV, que o Executivo enviou proposta de revogação ao Legislativo, em 1997. A defesa da sua revogação era que, como tinha sido decidida a ADI, vedando a percepção extra-teto, de nada nos adiantaria manter aquela lei, que era inerte em sua eficácia. Mas, naquela época, defendi junto aos deputados, na Assembleia Legislativa e junto ao Executivo, que não vislumbrava possíveis benefícios momentâneos, mas, quem sabe, num futuro próximo, poderíamos precisar da lei da RCV. Vejam como foi uma medida acertada, a de termos conseguido o apoio político do Legislativo e do Executivo, não permitindo a revogação da lei da RCV, pois, associada à questão da paridade, 10 anos depois, os filiados inativos do Sindifisco, receberam um significativo avanço em sua remuneração. Do contrário, não haveria fundamento legal e muito menos formal para viabilizar tal equiparação aos ativos. Portanto, estas idas e vindas e todo investimento do Sindifisco valeram a pena.

Uma outra grande frente que mereceu bastante trabalho e dedicação na Câmara dos Deputados, em conjunto com as entidades representativas do Fisco estadual, especialmente com a Fenafisco e o Fisco federal, foi a construção de um projeto e a busca de apoio político parlamentar em torno de tratamento diferenciado ao Fisco nacional através do reconhecimento das carreiras exclusivas estaduais. Este trabalho teve uma grande repercussão política no Congresso, pois era conhecido de todos os parlamentares, uma vez que mereceu uma atenção especial de todos os Fiscos estaduais e da Receita Federal, todos unidos em torno de um ideal comum. Foi concretizado na Emenda 19 – PLC 248/98 –, que reconhecia as carreiras exclusivas de Estado, assegurando tratamento diferenciado ao Fisco.

Por sua vez, aqui no Estado, também tivemos que trabalhar muito. Foi uma época difícil do governo Paulo Afonso, que gastava mais do que arrecadava e enfrentou grande recessão econômica. Tivemos atraso de salários, lutas terríveis para buscar a recomposição salarial. Nessa época, conseguimos implementar o chamado “Pró-Labore de Êxito Fiscal”, que depois foi derrubado através de uma ADI em função da própria reforma administrativa. Foi considerado extra-teto.

Internamente, objetivando a efetivação do lema “Diálogo e Participação”, uma aspiração dos filiados colocada ao longo da campanha, demos uma atenção especial ao sistema de comunicação da diretoria com os seus filiados. O objetivo era a transparência de forma simples e imediata, na implementação de um sistema de comunicação constante com os filiados, veiculando os principais fatos e decisões, através de comunicados circulares, comunicados pessoais e os boletins informativos (periódicos), para que cada filiado estivesse bem informado. Para tanto, reforçamos o canal via representantes regionais, em que todos os fatos

relevantes eram imediatamente repassados aos representantes, visando reforçar a posição do mesmo, como liderança regional, mantendo um canal de comunicação mais efetivo com os filiados da base.

Um outro anseio manifestado pela classe era a busca da valorização e credibilidade perante à sociedade. Por isso, a divulgação de trabalhos de vulto, a presença constante junto aos meios de comunicação, a classe política – tanto nos executivos como nos legislativos estadual e federal – apresentou propostas em prol da coletividade, relativas à política tributária, propondo mecanismos de justiça fiscal e otimização da receita. Tudo para que o Fisco fosse cada vez mais efetivo, valorizado. O nosso compromisso sempre foi com a cidadania. O resultado desse trabalho aí está. O Fisco catarinense é um dos mais prestigiados do Brasil. Como resultado de todo um trabalho contínuo, o presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão, é de Santa Catarina. É uma longa e ampla estrada que se vai pavimentando, degrau por degrau, uma construção permanente, dando continuidade ao trabalho de todos os que nos antecederam. Foi com elevada honra que servimos representando a Entidade, em decorrência do quilate elevado e do diferencial que norteia os integrantes do Sindifisco.

Ao finalizar esta entrevista ao renomado jornalista Moacir Pereira, deixo como mensagem alusiva a comemoração dos 20 anos de história: “O Sindifisco, com base na cultura, na história do seu quadro associativo, caracterizada pelo elevado espírito público de cidadania, distingue-se das demais entidades na proposição de políticas públicas, traduzidas em resultados tributários, concretizados em recursos financeiros em prol da sociedade. Por isso, com orgulho, cumprimento aos associados pelos 20 anos de dedicação e trabalho, construindo uma imagem de respeito, credibilidade e admiração perante a sociedade e a classe política ao ser veiculado e associado ao Sindifisco”.

DIRETORIA ADALBERTO ALUIZIO EYNG

MANDATO: de 22/10/96 a 22/10/99

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente:	Adalberto Aluizio Eyng
Vice-presidente:	Cláudio Andrade Ramos
Diretor Administrativo:	Nelson Cabral
Diretor Financeiro:	Nilton Brasil Pacheco
Diretor de Divulgação:	Gentil Santin
Diretor Jurídico:	Ângelo Luiz Tonello
Diretor de Relações Sindicais:	Ademar Brasil Floriano
SUPLENTES:	Ricardo Laux; Deonísio Koch; Fernando A. Candeloti Morosi; Valdir Salvi; Edionei Charles Santolin;
CONSELHO FISCAL:	Titulares: Avelino Dorini Primo; Olândio Hornbrug; Rogério de Mello M. da Silva; Suplentes: Brani Besen; Robson Luiz Marcondes e Valdir Michelon Filho.

Gestão de Rogério Macanhão

Atual presidente da Federação Nacional dos Fiscais (Fenafisco) – o que comprova o prestígio da categoria em todo o Brasil –, Rogério Macanhão iniciou suas atividades em 1995, na cidade de Chapecó. Participou do concurso público que resultou na nomeação de 120 novos fiscais da Fazenda, um dos maiores e mais disputados da história da Fazenda estadual. Eram mais de 100 candidatos por vaga. Macanhão sentiu-se estimulado pela qualidade do funcionalismo público catarinense e pelo padrão salarial. Mencionava-se, na época, que os vencimentos variavam entre R\$ 18.000,00 e R\$ 22.000,00, cenário que não correspondia integralmente à realidade, como constatou depois.

Começou no governo Paulo Afonso Vieira, época em que a categoria sofreu muito desgaste, um período de turbulência. A imagem era de que o Fisco governava Santa Catarina. A exemplo do que ocorreu com outros presidentes, Macanhão nunca cogitou de ser presidente do Sindifisco, sequer um membro de sua diretoria. Quanto mais presidir a Federação Nacional! Vindo do Paraná, onde teve como única experiência política a presidência do Diretório Acadêmico da Universidade, Rogério Macanhão ofereceu o seguinte resumo de sua gestão durante a mesa redonda promovida pelo Sindifisco:

Quando iniciamos o mandato, procuramos dar uma conotação mais técnica às atividades do Sindicato. Sustentava que o reconhecimento do trabalho seria resultado muito mais do conteúdo técnico. A realidade conduziu para outra direção. Começamos a participar de vários movimentos. Feriveram, na época, vários movimentos pelo Estado. Vinha de uma experiência muito rica na gestão do Adalberto Eyng. Era o representante de Chapecó no Conselho, participava de todas as reuniões, viajava com frequência, redigia documentos, enviava fax etc. No período do Anastácio Martins já participei como diretor de Relações Sindicais, o que representou uma nova experiência. No segundo mandato, ocupei a vice-presidência. No meio do mandato, Anastácio se licenciou para assumir cargo de direção e assumi interinamente a presidência.

Hoje, à distância, tenho orgulho em proclamar que todas as pessoas que por aqui passaram deixaram uma marca muito forte. E saber disso é um compromisso muito grande. Não escondo de ninguém que o meu grande professor foi o Anastácio Martins. Lutou por todos durante anos, conquistou a simpatia dos novatos e firmou liderança. Eu tinha uma visão técnica na estratégia, mas digo sem medo algum que a minha gestão talvez tenha sido a mais combativa de todas. Mas eu ouvi o Almir falar e o Adalberto dirigia mais na linha da negociação. O Cláudio era totalmente negociador e o Almir deixou claro que não iria entrar no Sindicato se tivesse que fazer enfrentamento. Talvez porque ele tenha

visto que a minha gestão foi de muitos enfrentamentos, muitos embates. Na história do Sindifisco, talvez tenha sido a mais pesada. O Anastácio foi combativo, mas dentro de um embate mais político, enquanto o meu período foi um embate de enfrentamento de categoria com relação ao governo mesmo.

Trabalhamos também na mobilização, mas carregando uma fase com fama de “marajá”, de “república dos fiscais”. E foi terrível apagar esta imagem. Tivemos que reconstruir muito da nossa história. Sentia esta imagem até na universidade. Tentamos mudar isso desde a gestão do Anastácio. E foi um processo bastante forte durante a gestão. Depois, no governo Amin, ele não nos deu guarida alguma. Foi um preço alto. Vivemos uma decadência.

Até era muito visível que precisávamos trabalhar muito para não perder o que tínhamos. Eram lutas aqui e com os projetos nacionais. Surgiram as reformas constitucionais, com tendência de prejuízo, de perdas de conquistas, de direitos. Tentamos trabalhar na reconstrução. Um trabalho pautado, primeiro, pela mobilização. Comecei a visitar as regionais, debatendo exaustivamente essas questões, tentando colher sugestões. Felizmente, temos mentes privilegiadíssimas dentro do Fisco. Se rodarmos pelas regiões, encontraremos colegas que estão em total anonimato, que não fazem nada para aparecer, que pagam um horror para ficarem na sombra, mas que têm extraordinário conhecimento técnico. Tivemos alguns fatos marcantes, como três assembleias gerais muito fortes. Uma delas, em Joinville, foi histórica. Acho que foi a que teve um maior número de colegas. Foi muito emblemática, com problemas de relação até mesmo com o governo, já na época de Luiz Henrique, com enfrentamentos e debates muito pesados. Passamos a trabalhar um perfil um pouco nacional, trazendo para cá as lutas, as experiências testemunhadas no resto do país. Vimos uma tendência muito grande de perdas de direitos, que tínhamos que rever. Identificamos, também, uma tendência nacional de quebra de paridade entre ativos e aposentados. Creio, contudo, que nessas lutas tivemos grandes avanços. E cito aí avanços, porque a categoria se fixa muito na questão da remuneração. Se o Sindicato não fizer uma forte luta financeira, fica quase que sem respaldo, sem legitimidade para poder enfrentar outras lutas.

Assim, funde-se a luta de reivindicações financeiras com outras de ordem sociais, de transparência. As bandeiras pareciam desfocadas, mas uma ajudava a outra. Tínhamos, por exemplo, um teto de R\$ 6.000,00. Logo no início da minha primeira gestão, fomos para R\$ 8.000,00. Foi uma grande dificuldade defender este aumento na Assembleia. O grande trabalho foi tentar resgatar um pouco o papel do Sindifisco como categoria de referência, respeitada e fundamental na

estrutura do Estado. Procuramos trabalhar com mais profissionalismo na mídia. Acredito que regatamos isso. Começamos a publicar uma página de notícias no *Diário Catarinense*. Depois, o Fabiano aperfeiçoou o projeto com os dois jornais de maior circulação. Visualizamos a vivência de um período novo, de não só pensar na categoria, mas no retorno dado à sociedade. Se o Fisco não desse retorno à sociedade com informações, com transparência, com melhoria da receita, com trabalho produtivo, não teria como reivindicar. Tivemos interlocutores e parceiros que foram decisivos. Outros presidentes, como o Anastácio e o Renato, ressaltaram o trabalho do deputado Antônio Ceron. Registro também que o deputado Ceron foi uma referência decisiva na área parlamentar. Ele trabalhou muito e nos ajudou a negociar. Esse projeto de aumento do teto estava em negociação com o governo. Tivemos até uma audiência com o governador Luiz Henrique, em Joinville. Aumentar salário era um segundo desgaste, mas conseguimos produzir uma boa negociação. Num segundo embate, mais para frente, tivemos um aumento de limite remuneratório de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00. Foram dois avanços financeiros resultantes da mobilização da categoria, que mostrou força como grupo. Foi tão forte que pela primeira vez chegou-se a cogitar uma greve geral.

O ex-presidente Anastácio Martins recordou que, em 1992, no governo Vilson Kleinübing, houve uma ampla mobilização dos fiscais com clara disposição de declarar greve geral. A decisão chegou a ser tomada, mas ele conseguiu transferir a paralisação para segunda-feira. No final daquela semana, vários assessores do governador se movimentaram, negociaram e chegou-se a um entendimento. O projeto prometido foi então enviado à Assembleia.

Macanhão retoma a palavra:

Acredito que a única paralisação que tivemos foi na minha gestão, mas pela reforma da previdência. Lembro que fechamos todas as repartições. Foi um manifesto mais contra as reformas constitucionais – 100% das repartições estaduais pararam. Um fato histórico. Creio que ocorreu em 8 de março de 2003. Na época, eu estava há apenas um mês na presidência do Sindicato. Corremos todo o Estado. Depois desta acontecimento inédito, sentimos clima para radicalizar o movimento. O governo acabou reavaliando o valor da indenização pelo uso do veículo próprio. Veio outra luta. O governo queria dar os benefícios só para os ativos, excluindo os aposentados. Fomos incisivos. Queríamos, sim, mas teria que ser para todos. Era uma defesa institucional para que não se quebrasse paridades.

Houve, depois, um movimento muito grande, orquestrado pelo Sindifisco, contra o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%. O projeto foi para a Assembleia Legislativa e o Sindifisco

assumiu a dianteira da frente contrária. Nessa época, tínhamos grandes aliados. Buscamos parceria com o Ministério Público, com o Judiciário, com os delegados, com todos aqueles que seriam atingidos. Felizmente, o projeto não avançou.

Procuramos também estreitar relações com o parlamento, nos dois níveis. Nessa época, ganhou destaque um debate que aconteceu na Assembleia Legislativa sobre a questão dos benefícios fiscais. Falava-se muito em guerra fiscal. Constatamos que o Estado era um propulsor dessa anomalia, fazendo legislação irregular. Elaborou-se uma crítica muito forte. Houve, inclusive, uma crítica violenta ao Compex, já antecipando que havia problemas e que iria estourar lá na frente. Era um regime especial, travestido, que enganava o processo legislativo. Ou seja, que através de um regime especial concediam-se benefícios fiscais. Vimos, depois, no que deu: prisão e queda de secretário. Nesse caso do Compex, o Sindifisco mostrou transparência. Revelou que estava trazendo um perfil diferente de sindicalismo em Santa Catarina, marcado pelo interesse público e pelo legalismo. Tivemos envolvimento com todos os outros segmentos dos servidores públicos. Procuramos participar de debates em todas as esferas, de encontros e seminários. Promovemos um seminário sobre lei orgânica. Montamos uma equipe dentro do Sindifisco e o Fabiano passou a ser o coordenador dessa equipe. Trabalho que virou referência nacional.

Lembro, ainda, que a alteração estatutária para criação de duas diretorias específicas: uma parlamentar – para trabalhar mais forte o Parlamento – e uma diretoria especial – para resgate da memória do Sindicato. Todas estas atividades profissionais e sindicais deram visibilidade e criaram imagem forte de Santa Catarina no plano nacional, credenciando-me para assumir a presidência da Fenafisco. Eu friso sempre a Emenda 41, que foi algo revolucionário para o Fisco em termos de disposição constitucional. Eu não era ainda o presidente da Fenafisco. Como integrante da diretoria, participei da construção da redação. Saímos de Santa Catarina com uma redação e entregamos para o Virgílio Guimarães. Eu e o Nelson Streb fomos representar a Fenafisco. Não éramos nada da diretoria, apenas fomos representar a Fenafisco em uma reunião com a Unafisco federal. Toda esta luta valeu para me projetar nacionalmente. E acabei sendo presidente da Fenafisco (2004), único catarinense até esta data, além de reeleito (2007). Creio que todo o trabalho de Santa Catarina foi de grande valia para a presidência da Fenafisco. Quando assumi, a Federação estava mais preocupada com movimentos de rua, de trabalhar mais a questão da manifestação popular. Procuramos mudar o foco na relação com o parlamento, com outras categorias, com a mídia e com a sociedade.

Houve outro diferencial: o Fabiano, o Figueiredo e eu não ocupamos cargos na administração estadual. Não há nenhuma incompatibilidade. Mas a opção pela liderança sindical fortalece a imagem na categoria.

Isto não quer dizer que não possamos colaborar com o governo. Ao contrário, a luta sindical cria uma imagem mais técnica, sem vinculação partidária. Sempre que são promovidos seminários e eventos oficiais, procuro levar mensagens da unidade, da transparência, do aprimoramento constante.

Muitas vezes as pessoas têm uma visão equivocada do Fisco, que o Fisco tem que ser algo separado da sociedade, que não pode interagir. Acho, porém, que quando se é profissional, não se pode ter medo de enfrentar qualquer ambiente. Lembro de um encontro no Costão do Santinho. Fui um dos palestrantes, falando sobre a reforma tributária. A comissão especial sobre a reforma tributária se reuniu no Costão do Santinho. E fiquei impressionado com o Sérgio Faraco, do Conselho de Contabilidade. Ele disse que todo mundo só bate no Fisco porque o Fisco tem um lado que não agrada porque as pessoas não gostam de ser cobradas, de ser fiscalizadas, controladas. Enfatizou, também, que o nosso Fisco tem um perfil sem similar e pouco conhecido no resto do Brasil. Aqui, antes de se fazer uma legislação, os segmentos são consultados. Existe análise técnica. Empunhamos, também, bandeiras de interesse público, como a defesa da correção da tabela do Imposto de Renda. Mostramos algumas questões do problema com juros de dívida pública.

Logo no início da gestão, saí rodando pelo Estado, pregando que o Fisco é importante e que deveríamos ter um tripé: uma administração séria, profissional, qualificada; um técnico trabalhando, mostrando serviço; e uma representação política sindical consistente. Se tivéssemos esse tripé funcionando bem, toda a sociedade ganharia. Constatamos hoje que a sociedade respeita o Fisco, tem noção de sua importância na construção da cidadania. A categoria está mais amadurecida, mais qualificada. No plano nacional, isto ocorre e se consolida com o trabalho da Fenafisco.

DIRETORIA ROGÉRIO MACANHÃO

MANDATO: de 07/02/03 a 22/10/03

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente:	Rogério Macanhão
Vice-presidente:	Cargo Vago
Diretor Administrativo:	Ari José Pritsch
Diretor Financeiro:	José Zomer Sobrinho
Diretor de Divulgação:	Ricardo Castro dos Santos
Diretor Jurídico:	Antônio C. L. Blaszkiewicz
Diretor de Relações Sindicais:	Edelvito Ferreira Júnior
Diretor de Aposentados e Pensionistas:	Waldemar de Souza
SUPLENTES:	Inácio Erdtmann; Manoel Severino da Luz; Carlos Eduardo Abdon; Índio Machado Vieira Filho; Eduardo Antônio Lobo e Widomar Pereira Carpes.
CONSELHO FISCAL:	Titulares: Robson Luiz Marcondes; Erni Jackisch e João Lúcio Martins; Suplentes: Elenor Afonso Allgaier; Elaine Aliatti e Gerson Luiz Bazzotti.

DIRETORIA ROGÉRIO MACANHÃO

MANDATO: de 22/10/03 a 22/10/05

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente:	Rogério Macanhão
Vice-presidente:	Widomar Pereira Carpes
Diretor Administrativo:	Antônio C. L. Blaszkievicz
Diretor Financeiro:	José Zomer Sobrinho
Diretor de Divulgação:	Edelvito Ferreira Júnior
Substituto: Eduardo Lobo	
Diretor Jurídico:	Alcídio Adolfo Vieira
Diretor de Relações Sindicais:	Paulo Roberto de B. Gotelipe
Substituto: Edelvito Ferreira Junior	
Diretor de Aposentados e Pensionistas:	Gélio Osório
SUPLENTES:	Titulares: Eduardo Antônio Lobo; Nélio Savoldi; Manoel Severino da Luz; Carlos Eduardo Abdon; Carlos Alberto Sirydakís e Tomé Francisco Etges.
CONSELHO FISCAL:	Titulares: Robson Luiz Marcondes; Gerson Luiz Bazotti e João Lúcio Martins; Suplentes: Eugênio Niesciur; Marco Aurélio Coimbra Ramos e Maria Aparecida Mendes Ikuno.

Gestão de Almir José Gorges

Conhecido como um profissional competente, mas reservado, padrão diplomático na relação com seus colegas e no exercício profissional, Almir José Gorges confessa a falta de formação para a atividade sindical. Nunca teve perfil de líder sindical. Ele faz questão de salientar que sua escolha deu-se por força da conjuntura.

Justamente por não ter familiaridade com a vida sindical, desde que assumiu, ele decidiu quatro focos principais, como relatou durante a mesa redonda promovida pelo Sindifisco:

O primeiro foco priorizado foi a união da classe fiscal. Vínhamos de algumas dissensões, especialmente por conta das quatro categorias que existiam na área da Fazenda. A primeira e maior preocupação foi unir toda a categoria e criar uma consciência de que o Sindicato pertencia aos ativos e inativos, não somente aos ativos. A partir daí, todas as lutas reivindicatórias da categoria se referiam a ativos e inativos. O resultado foi muito bom. A antiga diretoria tinha muita habilidade para tratar destas questões mais delicadas e deu uma grande contribuição. Tivemos a colaboração de todos os ex-presidentes na luta pela união da categoria.

O segundo foco foi o de alma, de caráter particular, de foro íntimo. Sempre acreditei na responsabilidade social do Fisco. Lembro-me que muito me marcou quando, em um dia de chuva, aqui, em Florianópolis, caminhando pela calçada, ao cair da tarde, ia um adolescente de pés descalços e encolhido. Aí lembrei a importância do nosso trabalho: de nossa eficiência dependia a melhoria de vida daquele rapaz.

Realmente, aquilo me marcou muito. Sempre refleti sobre nosso trabalho. Ser fiscal é um castigo, pois a atividade implica em punir as pessoas, as empresas. Sempre por ilícitos, é verdade, mas, de qualquer forma, envolve uma relação que pode criar animosidade. Quando vislumbrei melhor essa função social da nossa profissão, fiquei com a alma lavada. Passei a quebrar os meus próprios paradigmas em relação à nossa categoria. Convenci-me que nossa profissão de fiscal tem uma importância grandiosa para toda a sociedade, com destaque, em especial, para os desvalidos, os marginalizados. Assim, passei a pregar que o nosso primeiro foco deveria ser a responsabilidade social. E que as nossas reivindicações seriam consequência do bom desempenho dessa responsabilidade social. Quando arrecadamos com justiça, quando fiscalizamos com justiça, com eficiência, estamos fazendo essa nobre atividade.

O terceiro foco que elegemos foi a credibilidade no relacionamento com os governantes, com as outras entidades e com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quando assumi, coloquei a todos que se esperassem de mim, como presidente, algum enfrentamento, de ir para a imprensa e bater em governantes e em outras categorias, eu não o faria. Não seria o dirigente ideal para o posto. Simplesmente porque não saberia fazer isso, não teria competência para tal. Pode até ser que, em algumas atividades políticas, às vezes, o enfrentamento seja necessário. Mas aí também é preciso ter competência. Como forma de preencher este vácuo da falta de disposição e capacidade para o enfrentamento, procurei mostrar a toda a sociedade que a nossa classe merecia todo o crédito.

O quarto foco foi mostrar para o governo e para a sociedade o custo/benefício do trabalho do Fisco, destacando sempre o custo/benefício das nossas reivindicações, mostrando para o governo e para a sociedade que as nossas reivindicações traziam incontáveis benefícios para a sociedade. Não era apenas e simplesmente desembolso, despesa. Essa foi uma linha que os nossos ex-presidentes também adotaram. As estratégias sempre foram nesse sentido.

Ao relatar o cuidado com que dirigiu os destinos do Sindifisco, o ex-presidente Almir Gorges relaciona as principais conquistas daquele período:

Sempre houve um sonho, nas gestões anteriores, de termos a questão remuneratória com a máxima perenidade. Estudamos uma proposta de emenda constitucional estadual que desse ao Fisco um tratamento diferenciado, até por força do que dispõe a própria Constituição Federal. Unida a classe, juntamos as experiências de todo o pessoal e começamos a trabalhar neste projeto. Conseguimos aprovar a PEC em primeiro turno. Veio, depois, o segundo turno, com a PEC também aprovada, já na gestão do Fabiano. Valeu a experiência política e profissional de todos os presidentes, que se articularam e se uniram em torno das aspirações do Fisco.

O ex-presidente narrou, também, que se fixou em outro ponto importante sobre a atuação do fiscal e o papel do sindicato: a saúde financeira do Estado. Procurou criar uma nova consciência sobre as responsabilidades de todos em torno desse objetivo, fundado na boa administração tributária dentro da Secretaria da Fazenda, criando ferramentas para combater a sonegação, reduzir a dívida ativa e aprimorar a fiscalização, sempre para dar efetividade e justiça na arrecadação.

Durante sua gestão, Gorges também ofereceu contribuição permanente no aperfeiçoamento da legislação tributária estadual, como descreveu:

O Sindicato começou a mudar o perfil criando a consciência do fiscal em relação ao contribuinte. Procurava incutir na mente do fiscal que a saúde financeira do contribuinte é muito importante, que o contribuinte não pode ser sacrificado a título de arrecadarmos mais e não termos sustentação futura da nossa economia. Essa foi outra grande preocupação do Sindifisco. Foi e continua sendo relevante, porque esta filosofia também garante competitividade às empresas catarinenses em relação a outros Estados. Dou a mão à palmatória. Esta foi uma das grandes bandeiras do Renato Hinnig aqui e na Administração Tributária. Tenho convicção de que o Fisco tem que estar preocupação com a saúde das empresas. Este tem sido um dos motivos do incremento da arrecadação. Hoje, proclamo com toda a humildade que me orgulho de ser fiscal de Santa Catarina e do papel que o Fisco tem exercido no governo e na sociedade.

Indagado sobre as metas dos quatro focos, respondeu:

Em relação à união, tivemos um clima harmonioso, um clima familiar. Temos divergências de pensamentos, mas os nossos objetivos, os nossos ideais, hoje, são bastante isonômicos. Sobre a responsabilidade social, vejo que a auto-estima do nosso pessoal melhorou. Hoje, todos têm mais consciência de que o fruto do trabalho é importante para a sociedade. Quer dizer: progredimos bastante e podemos avançar ainda mais.

Em relação à credibilidade, acho que estamos muito bem. O governo respeita o Fisco. Não é preciso que os nossos interlocutores gostem de nós. É fundamental que eles nos respeitem. E temos conseguido isso em relação a todos os poderes.

Sobre o custo/benefício, não tenho dúvidas. Os índices de arrecadação estão aí para mostrar que mesmo com os programas econômicos de reforço do PIB, que jogam a arrecadação lá para frente, a nossa receita vem crescendo sempre, porque o nosso pessoal tem feito um trabalho espetacular. Então, todo o mérito não é de quem comanda a Administração Tributária, mas do corpo funcional que está ligado ao Sindifisco.

Estou convencido de que a melhor diretriz política do Sindicato é a da busca da convergência. Até parece um paradoxo, porque sou

pavio curto e extremamente franco, direto. Acredito, contudo, que as pessoas decididas não se submetem ao enfrentamento.

Outra meta que perseguimos na união da nossa classe foi de que os fiscais não são melhores do que ninguém como funcionários públicos, mas também não são piores. Não se justifica que outras categorias de igual valor tenham remuneração muito acima. Vejo também o papel do Fisco na eficiência do seu trabalho de outras categorias de servidores em funções básicas. Por exemplo: para que o professor possa ter um melhor salário, para que o servidor da Saúde possa ter um melhor vencimento, para que todo mundo possa ter um melhor salário, o Fisco é fundamental. Por isso mesmo, não admito que o Fisco tenha remuneração inferior a outras categorias de Estado.

Antes da eclosão da crise financeira mundial, a arrecadação em Santa Catarina cresceu com solidez, revelando que o aprimoramento da máquina de fiscalização e os incentivos aos integrantes do Fisco cumpriram seus objetivos. A informatização da máquina pública, a melhoria da legislação e a criação de outras ferramentas conduziram à elevação da receita.

Como destaca Almir Gorges:

Recentemente, apresentávamos para o público o nosso último processo de automação para facilitar o relacionamento contribuinte/fisco. Estávamos em busca de um relacionamento de excelência com o contribuinte. Hoje, em Santa Catarina, não existe mais espaço para se falar em aumento da carga tributária. Essa é uma opinião que já virou consenso entre os fiscais porque a sociedade não aguenta mais. O que existe é espaço para combater a evasão fiscal.

Mas, como eu dizia, o nosso último projeto – e foi construído dentro da Fazenda – foi o ITCMD Fácil. É o maior paradigma a ser quebrado na automação. Antes, o contribuinte do Imposto de Transmissão Causa Mortis (ITCMD), por exemplo, tinha que fazer um pedido, levar documentação, enfim, um processo muito burocrático. Isso levava vários meses. Havia contraditório... Atualmente, não. Hoje, ele vai lá apenas para preencher um formulário no nosso sistema e sai com ele homologado. Entendo que o relacionamento contribuinte/fisco tem que ser totalmente automatizado. Quer dizer: não deve mais haver repartição de visita física do contribuinte.

Outra ideia que nasceu também da classe fiscal, que estamos colocando em prática, é o que chamamos de “ilhas de atendimento”. Assim como acontece nos shopping centers, onde vemos aquelas salas vips, essas serão as nossas repartições do futuro. Ali estarão dois ou três funcionários para ajudar aqueles contribuintes que não têm tanta familiaridade com a internet. Essas serão as nossas gerências de atendimento

no futuro. Gerências onde encontramos hoje um grande número de funcionários terão dois ou três. Isso está dentro do projeto de diminuição dos custos da máquina na administração de tributos.

Então, temos como caminhar na automação, na fiscalização preventiva – chegar antes da sonegação ocorrer –, no uso de ferramentas tecnológicas. Temos muito a avançar, no trânsito de mercadorias, com as chamadas cercas eletrônicas. Espero que não tenhamos mais, como temos em Garuva, um posto físico. Mas um sistema moderno, que tenha um posto virtual, em que o transportador, o caminhão, possua um chip. E o Fisco com seus receptores. Ninguém vai precisar parar e perder tempo com o Fisco. Acredito plenamente que teremos isso.

Os caminhos, as oportunidades que existem na nossa área, hoje, são de empolgar. Confesso que são até de arrepiar. Todo catarinense que entra no nosso site fica feliz, como cidadão, com a capacidade do funcionário público de Santa Catarina.

Com posição clara e definida, contra o aumento da carga tributária, o ex-presidente sustenta que Santa Catarina tem margem de manobra para aprimorar a legislação e elevar a arrecadação. Teme, contudo, que a anunciada reforma tributária retire a autonomia dos Estados. Tem convencimento de que a força da nação está na autonomia das unidades federadas. E falou sobre eventuais conflitos estaduais:

A guerra fiscal traz prejuízos para Santa Catarina. Por quê? Porque temos uma infra-estrutura espetacular. Temos cinco portos; temos a possibilidade de mais portos; temos a BR-101 praticamente duplicada; e vamos ter ferrovias. A nossa estrutura é boa, o nosso povo é disciplinado, a nossa localização geográfica em relação ao mercado consumidor é privilegiada, a nossa topografia é ótima. Assim, somos um paraíso para o desenvolvimento econômico. Dessa forma, a guerra fiscal nos traz prejuízos. Eu não trocaria a nossa liberdade pela guerra fiscal, apesar de todos os prejuízos que ela traz.

Almir Gorges concorda com seu colega Renato Hinnig no comparativo com outros Estados, sustentando que Santa Catarina conta hoje com a mais avançada legislação tributária do Brasil. Com alguma frequência, temos a visita de outros Estados buscando as experiências bem sucedidas.

Temos um corpo profissional de alta qualidade, reconhecido nacionalmente. A maioria dos nossos profissionais tem dois ou três cursos superiores em todas as áreas e está sempre buscando o aprimoramento. Vejo que o nosso pessoal tem uma ansiedade por buscar aperfeiçoamento por iniciativa própria. Então, na área de pessoal, estamos com um corpo funcional espetacular, de primeira linha. Na área de ferramentas tecnológicas, avançamos muito rapidamente. E na área de

gestão, o estilo de busca de arrecadação de Santa Catarina é dos melhores. A cada dia 6, 7 do mês, o administrador tributário tem o comportamento de cada setor econômico: se cresceu, se caiu e o porquê. Se cair a arrecadação dos combustíveis, os nossos fiscais estarão lá nas empresas olhando as razões da queda. Isso em todos os setores. Trabalhamos, hoje, com planejamento estratégico.

Na avaliação do ex-presidente, o governador Luiz Henrique tem tido uma visão moderna e progressista sobre a atuação do Fisco, apoiando todas as iniciativas que visem seu fortalecimento.

É preciso ressaltar que não tenho vinculação política. Acho que o governador tem os seus defeitos, tem coisas de que não gosto. Respeito, contudo, sua capacidade empreendedora e o respeito que tem pela parte técnica. Ele ouve sempre os técnicos da área. Neste sentido, é profissional. Geralmente, acolhe as sugestões do Sindicato e do Fisco.

Durante o período em que presidiu o Sindifisco, Almir Gorges conseguiu consolidar aquilo que é uma defesa das instituições públicas como um todo. Ou seja, a paridade entre ativos e aposentados, uniformizando direitos.

DIRETORIA ALMIR JOSÉ GORGES

MANDATO: de 22/10/03 a 22/10/05

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente:	Almir José Gorges
Vice-presidente:	José Reinaldo Figueiredo
2º Vice-presidente	Carlos Alberto Sirydakís
Diretor Administrativo:	Widomar Pereira Carpes
Diretor Financeiro:	José Zomer Sobrinho
Diretor de Divulgação:	Eduardo Antônio Lobo
Diretor Jurídico:	Fabiano Dadam Nau
Diretor de Relações Sindicais:	Antônio C. Blasczkiewicz
Diretor de Aposentados e Pensionistas:	Arlindo Corrêa
Diretor para Assuntos Parlamentares:	Rogério Macanhão
Diretor de Projetos Especiais	Roberto Kroeff
SUPLENTES:	Nélio Savoldi; Valdir Salvi; Edmundo Bittencourt; Renato Dias Marques de Lacerda; Alcídio Adolfo Vieira; Carlos Eduardo Abdon; Edelvito Ferreira Júnior e Aldir Alvim de Souza.
CONSELHO FISCAL:	Titulares: Robson Luiz Marcondes; Gerson Luiz Bazotti e João Lúcio Martins; Suplentes: Eugênio Niesciur; Marco Aurélio Coimbra Ramos e Maria Aparecida Mendes Ikuno.

Gestão de José Reinaldo Figueiredo

Quando o secretário da Fazenda Sérgio Alves decidiu implantar várias mudanças na fiscalização, inovando diferentes procedimentos, convidou o presidente Almir Gorges para a Diretoria de Administração Fazendária. Com a escolha, assumiu a presidência do Sindicato o vice José Reinaldo Figueiredo.

Nascido em São Paulo, Figueiredo foi para o Rio Grande do Sul trabalhar no governo Leonel Brizola, na montagem de escolas profissionais. Foi marceneiro. Aos 14 anos, já era operário de fábrica. Trabalhando e estudando, também se apaixonou pela política, ingressando no PTB de Brizola. Mais tarde, atuou como cabo eleitoral do Pedro Simon na primeira eleição. Suplente de vereador em São Francisco de Paula, transferiu-se em 1964 para Concórdia. Ali, em 1970 iniciou atividades como fiscal da Fazenda, registrando vários episódios profissionais e políticos.

Figueiredo participou de quase todas as diretorias, exceção da gestão Adalberto Eyng. Foi diretor jurídico de Cláudio Ramos e de Renato Hinnig, vice-presidente dos períodos Anastácio Martins e Almir Gorges. Antes da criação do Sindicato dos Fiscais, presidiu a Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina.

Ao participar da mesa redonda do Sindifisco, assim resumiu os sete meses em que comandou a entidade:

Queria destacar, em primeiro lugar, que o Sindifisco é um Sindicato de trabalhadores. A função que temos na economia, como fator de produção, é o trabalho. E no Brasil, como no resto do mundo, o trabalho tem sido sistematicamente desvalorizado, até pelo excessivo número de trabalhadores, pela industrialização, pela informatização etc. Em uma repartição, onde existem 200 funcionários, eles pretendem que fiquem apenas quatro porque as máquinas estão fazendo quase tudo. Enfrentamos essa dificuldade, também, por ser sindicato de empregado. Como o salário do funcionário público é irredutível, porque alguém definiu isso na legislação, os governos não dão aumento. E vão empobrecendo o funcionário através da inflação. Foi o que aconteceu com os fiscais no primeiro ano do governo Wilson Kleinübing, que já assumiu com o nosso salário defasado. O governador Casildo Maldaner, inclusive, tinha dado um aumento por decreto, que o Altair de Marco publicou sem assinar. O Casildo deu 99% de aumento para todo o funcionalismo, mas o Kleinübing ameaçou de não pagar. E como os empresários seguram o caixa no fim do governo, aí o Casildo cortou.

Na simples avaliação dos depoimentos, deu para entender aqui, agora, como o Sindicato sempre foi muito bem administrado. É uma categoria altamente qualificada. Isso aqui não é um Sindicato de empregados de serraria. Aqui, as diretorias se sucedem sem interrupção de

intenções, sem um ficar machucando o outro. Por exemplo, o Rogério Macanhão assumiu na renúncia do Anastácio Martins, mas continuou todo o trabalho que estava sendo desenvolvido. Quando ele saiu, passou a presidência para o Almir Gorges. E, embora o Almir não seja sindicalista, é um profissional de altas qualidades e também deu continuidade. O ex-secretário da Fazenda Sérgio Alves trabalhava junto com o Fisco, valorizava o Fisco. Então, levou o Almir Gorges para lá. Assumi um mandato tampão, justamente para continuar o mesmo trabalho, que era a aprovação da emenda constitucional que aumentava o nosso rendimento.

O ex-presidente conta um dos primeiros enfrentamentos que teve no Alto Uruguai:

Quando ocorreram os Jogos Abertos em Concórdia, o padre montou um barracão para dar comida para as delegações. A delegação de Joinville pagou por estes serviços. Fui lá e fiz o padre pagar imposto. O finado deputado Carlos Büchelle, que era meu amigo pessoal e em quem eu tinha votado, foi para a Rádio Rural de Concórdia, propriedade do senador Atílio Fontana, e “desceu o pau” em mim. Um dia, quando o deputado chegou no bar da cidade, eu cobreí aquela posição dele. Foi quando ele disse, que entre o padre e eu, ele ficaria com o padre.

Figueiredo trabalhou em Concórdia, Lages, Chapecó e Blumenau. Relata:

Como eu tinha origem político-partidária, fiquei na mesma linha. O PTB aqui no Estado era o fiel de balança. Fiquei mal, porque passar para a UDN eu não iria. Para o PSD, também não. Resolvi ficar no PTB, que aqui se vendia para um ou para outro lado. Era a época do Doutel de Andrade, do Manoel Dias. Então, enquanto existia o PTB, fiquei apagado. Com a extinção dos partidos, acabei sendo fundador do MDB. Nessa época eu ainda estava no Rio Grande do Sul, como professor da Escola Parobé, em Porto Alegre. Cassaram seis deputados e elegeram novamente o Peracchi Barcelos como governador. Em Concórdia, continuei nas lides políticas, mas por baixo dos panos. Em Lages, entrei direto e colaborei na eleição dos prefeitos Juarez Furtado e Dirceu Carneiro. Fui presidente de diretório acadêmico. Eu metia política mesmo. Eu não queria nem saber. Fiscal da Fazenda contra o governo, sempre contra. Quando fui para Chapecó, com toda aquela bagagem, presidi o MDB. E quando extinguíram o MDB, fui o primeiro presidente do PMDB. Fui candidato a deputado, mas cassaram a minha candidatura. Nessa época, era para eu ser o candidato a prefeito, mas aconteceram três coisas. Primeiro, extinguíram o partido, o João Figueiredo; segundo, eu era o presidente, futuro candidato, tinha feito uma grande festa de retorno do Genir Destri para o partido e sobrou tudo para eu pagar; terceiro, removeram-me para Blumenau. Graças a

Deus, tiraram-me da política, porque senão teria falido. Não roubo! Como manter-me na política com salário? Estaríamos eu e o Miltão de mãos dadas...

Eu sonhava chegar com o meu partido à presidência da República, a governador do Estado e a prefeito de Chapecó. E chegamos. Elegemos o Ledônio Migliorini prefeito de Chapecó, depois o Pedro Ivo como governador, e, finalmente, o José Sarney como presidente da República. Mas não aguentei os três e renunciei – saí do PMDB. Depois, com muita insistência do Francisco Küster, do Vilson de Souza, ajudei a fundar o PSDB. Sou fundador nacional do PSDB, juntamente com Mário Covas, Fernando Henrique, José Serra, Franco Montoro, José Richa e outros. Em 1990, aposentei-me. Abandonei a política e passei a trabalhar mais pela classe dos fiscais, como aposentado. Na ativa, nunca tinha atuado no Sindicato.

Essa carteira funcional, com direito a porte de arma, é fruto do nosso trabalho. Quem fez o projeto foi o Anastácio Martins, mas o grupo de fiscais batalhou na Assembleia. O governador Vilson Kleinübing concordou em assinar o decreto. Mas o Diener chegou lá e disse: “Não, senhor! Esse decreto eu vou mudar.” Mandou para o Kleinübing, que botou três besteiras. “Ao falecer o servidor, a família fica obrigada a devolver para o Estado a carteira funcional.” Primeiro, criou a obrigação para quem não é funcionário, porque a família do fiscal não é funcionária; segundo, o maior orgulho que os nossos filhos têm é dizer que o pai foi fiscal e que têm a carteira guardada. E o governo queria tomar a carteira de volta. Ao aposentar-se, o funcionário tem que devolver a carteira funcional, pois será carimbado sobre o seu cargo “aposentado”. Também não queria dar carteira para aposentado, alegando que o inativo iria dar “carteiraço”.

Quando ele se aposentou, perguntei: “Diener, já devolveu a carteira?” Participei também ativamente da criação da RCV. Mas o pessoal não entende que eu sou o pai da RCV e que o Anastácio é a mãe. Na época, o governador Kleinübing chamou o procurador Nelson Serpa para jantar em sua casa. Disse que queria três projetos de lei: um salvando os procuradores, outro salvando os fiscais da Fazenda e um outro acabando com o “balaio de siri”, que era aquele pessoal que tinha se aposentado no teto, mas que nunca tinha sido da Fazenda. É esse povo que está apertando o Luiz Henrique agora. Começamos a fazer o projeto. Ao ler um jornal, soube da notícia de que o Brizola tinha perdido uma ação para o Fisco do Rio de Janeiro. Liguei para o Rio e eles me mandaram uma cópia. Quando fui ver, era um fundo tirado das multas, destinado a reformar repartição, comprar equipamentos e ajudar a remunerar os fiscais.

Então, o Renato Hinnig, o Paulo Tatim e eu resolvemos copiar apenas os artigos que nos interessavam. Montamos o projeto e levamos para discutir com ele, que nos pediu para explicar melhor a matéria. Os procuradores não conseguiam entender. Diretores do Sindifisco foram lá, mas não resolveram. Aí, a reunião com o procurador Nelson Serpa. Essa RCV passou a ser negociada para outros funcionários. E foi criada aquela GAF.

Tive muita participação também nas convocações da Fenafisco. Sempre levantei a ideia de que temos que prestigiar os sindicatos e as federações.

DIRETORIA JOSÉ REINALDO FIGUEIREDO

MANDATO: de 02/03/2007 a 22/10/2007

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente:	José Reinaldo Figueiredo
Vice-Presidente:	Carlos Alberto Sirydakís
2º Vide-Presidente	Cargo Vago
Diretor Administrativo:	Widomar Pereira Carpes
Diretor Financeiro:	José Zomer Sobrinho
Diretor de Divulgação:	Eduardo Antônio Lobo
Diretor Jurídico:	Fabiano Dadam Nau
Diretor de Relações Sindicais:	Antônio C. Blasczkiewicz
Diretor de Aposentados e Pensionistas:	Arlindo Corrêa
Diretor para Assuntos Parlamentares:	Rogério Macanhão
Diretor de Projetos Especiais:	Roberto Kroeff
SUPLENTES:	Nélio Savoldi; Valdir Salvi; Edmundo Bittencourt; Renato Dias Marques de Lacerda; Alcídio Adolfo Vieira; Carlos Eduardo Abdon; Edelvito Ferreira Júnior e Aldir Alvim de Souza.
CONSELHO FISCAL:	Titulares: Robson Luiz Marcondes; Gerson Luiz Bazotti e João Lúcio Martins; Suplentes: Eugênio Niesciur; Marco Aurélio Coimbra Ramos e Maria Aparecida Mendes Ikuno.

Gestão de Fabiano Dadam Nau

O atual presidente do Sindifisco tem convicção pessoal sobre a importância de resgate da memória da entidade. Falando na solenidade comemorativa dos 29 anos de criação da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), em setembro de 2008, Fabiano Dadam Nau sustentou que “não teremos um futuro vencedor se não conhecermos o passado, se não conhecermos as pessoas que lutaram pelo Sindicato, quais foram suas dificuldades, as conquistas, os avanços e até as derrotas sofridas”.

Sua primeira preocupação, logo após a posse, foi realizar o planejamento estratégico. Diretores permaneceram dois dias num hotel de Jurerê com a professora de Pernambuco Widja Maria de Brito fazendo um diagnóstico e projetando as principais metas. Lá ficou estabelecido como missão do Sindicato:

O Sindifisco é a organização representativa dos auditores fiscais do Estado de Santa Catarina, que defende os interesses profissionais de seus associados e da sociedade nos assuntos afetos à fiscalização e à tributação, com atuação ética e transparente para a valorização da atividade fiscal.

E como objetivos desta gestão:

A consolidação dos projetos iniciados em 2005; a criação da Secretaria de Administração Tributária; a construção da Lei Orgânica da Administração Tributária e da Carreira AFRE; concurso público para a carreira AFRE; edição de livro, que resgate a história do Fisco catarinense; e a busca pelo aprimoramento contínuo do corpo fiscal.

Uma das metas estabelecida para a Diretoria de Projetos Especiais, ocupada por Cidemar Dutra, era recuperar a memória do Fisco, resgatar a história dos fiscais e da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina.

Ao expor as principais ações da atual diretoria, Fabiano Nau fez um retrospecto de sua atuação profissional:

Entrei no Fisco em 2002 e acabei chegando ao Sindicato por motivos provocados pela própria Secretaria da Fazenda. Fizemos o concurso em 1998, no final do governo Paulo Afonso. Com a mudança de governo, não houve a sonhada e prometida nomeação. Éramos 45 aprovados em um concurso extremamente difícil, com 104 candidatos por vaga. Não conseguíamos a nomeação. Então, entramos com um mandado de segurança. Tivemos assegurado o direito na Justiça estadual, mas o governo não queria cumpri-lo. E nessa ladainha toda passaram-se três anos. Felizmente, em janeiro de 2002, conseguimos, finalmente, tomar posse. Assim, foram três anos de muita luta, muita conversa, muito “banco esquentado”, até conseguirmos a nomeação. Assumi em Lages, onde não havia representante que gostasse de andar pelas regiões, até pela distância. Eu, ao contrário, gostava muito de me informar sobre o que estava acontecendo no nosso meio. Comecei a vir para Florianópolis. Depois de um ano e meio de trabalho no Planalto, passei a trabalhar em Blumenau. No final de 2003, fui convidado pelos colegas da Gerência Regional de Blumenau para representá-los no Conselho de Representantes do Sindifisco.

Em meados de 2004, o atual presidente Rogério Macanhão me informou que estava na Fenafisco participando de uma comissão para discutir e elaborar um anteprojeto de lei orgânica da administração tributária.

Queria que eu fosse representá-lo em uma reunião em virtude da impossibilidade de sua participação. Eu não conhecia Brasília e também nunca tinha viajado de avião. Fui participar das reuniões sobre a lei orgânica. Dela participavam sete Estados. O trabalho foi evoluindo. A cada dois meses tínhamos reunião. Acabei me efetivando nessa comissão especial como representante do Sindifisco de Santa Catarina. Passei, depois, a coordenar a comissão. Este fato projetou o Sindifisco de Santa Catarina em todo o Brasil. Passei a dar palestras em vários Estados – foram 17 visitados, falando para os auditores fiscais sobre o anteprojeto da lei orgânica da administração tributária. Procurávamos, com esse projeto, a criação de uma identidade do Fisco nacional, um regramento único de normas gerais para o Fisco brasileiro, cujo trabalho resultou na edição de um livro publicado pela Fenafisco com o título “Pareceres – análise dos dispositivos constitucionais da nova administração tributária”; na PEC 186/07, de autoria do deputado federal Décio Nery de Lima, PT/SC, em tramitação na Câmara dos Deputados; na inclusão de parte da PEC 186/07 no relatório do deputado Sandro Mabel, na PEC 233/08, conhecida como a PEC da Reforma Tributária; e na conquista de várias leis orgânicas pelos Fiscos estaduais baseadas na minuta elaborada pela comissão. Queríamos que o auditor fiscal no Brasil fosse conhecido por todos. Enfim, que a sociedade entendesse as atribuições e a importância do auditor fiscal, com a noção clara que tem hoje do juiz de direito, do promotor de justiça, do delegado de polícia. O auditor fiscal ainda não tem uma identidade nacional.

Fabiano Nau começou como diretor jurídico na gestão do presidente Almir Gorges. Durante este período, conviveu com um colega de incontáveis qualidades:

O Almir é uma pessoa muito fiel. O que ele combina com as pessoas, ele cumpre. É um valor, um princípio na relação humana e corporativa que vou levar pelo resto da minha vida: a fidelidade no trato com as pessoas. Quanto ao presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão, temos aí um grande articulador. Nesse trabalho da Fenafisco que venho realizando, constato que ele tem uma grande capacidade de agregar interesses diversos, canalizando-os para o interesse comum, do entendimento, do consenso, cedendo onde é possível ceder, para conseguir a união da categoria. Quanto ao Figueiredo, com quem tenho trabalhado, percebo a importância que dá ao enfrentamento, quando necessário. Em determinados momentos você tem que ser incisivo, firme, porque só com o diálogo, com a conversa, às vezes, não se consegue avançar. Eu falo nos três porque foi com eles que participei mais ativamente.

Assumindo a presidência, Fabiano Nau deu continuidade aos projetos iniciados na gestão de Almir Gorges. O carro chefe era a PEC, que dá ao Fisco um tratamento

diferenciado, um reconhecimento da essencialidade das suas atividades. Era fundamental que se permitisse que o limite remuneratório dos auditores fiscais seja aquele percebido pelos servidores do Poder Judiciário, conforme autorizado pela Constituição Federal.

Estamos há dois anos tratando disso. Em dezembro de 2006 conseguimos aprovar em primeiro turno. A aprovação em segundo turno deveria ocorrer em início de dezembro de 2007. Um interlocutor do Centro Administrativo conduziu uma proposta de acordo. Se provássemos aumento de arrecadação de janeiro a março de 2008, em abril eles autorizariam a aprovação da nossa emenda constitucional em segundo turno. São momentos difíceis, em que você tem que decidir sozinho. Comuniquei a este interlocutor que não havia garantia de que o governo iria autorizar a aprovação da emenda, que cumpriria o acordo. Podia levar a mensagem ao Centro Administrativo de que não aceitávamos deixar a votação da emenda constitucional para o ano seguinte. Teríamos, na semana seguinte, uma reunião do Conselho de Representantes do Sindifisco, com a presença dos 18 coordenadores dos grupos de especialistas setoriais. Convidei o então secretário da Fazenda, Sérgio Rodrigues Alves, para participar dessa reunião. Ele me chamou para uma conversa e fomos com uma comissão ao seu gabinete. Lá estavam os secretários Ivo Carminati, Sérgio Rodrigues Alves e Alexandre Fernandes, a cúpula do governo. Conseguimos fechar um acordo produtivo. Veio, finalmente, a aprovação em segundo turno da emenda constitucional no último dia de sessão na Assembleia. Com este relato, quero dizer que muitas vezes é preferível ter um perfil moderador, conciliador, sem deixar de ser firme quando for preciso.

Esta gestão está em uma campanha forte de filiação. Consegui, até junho de 2009, 20% a mais de sócios (110 novos filiados), como afirma Fabiano Nau:

Quanto mais filiados, mais unidade do grupo, maior será a nossa representatividade perante o governo para sentarmos a uma mesa de negociação. Temos hoje dois sindicatos. Mas o nosso é o mais antigo, tem mais que o dobro de filiados do outro. Nossa diretoria trabalha pela unificação dos dois. Procuramos atuar sempre em sintonia com o campo. Desde que assumimos, em outubro de 2007, a cada dois meses temos tido uma reunião do Conselho de Representantes, para ter o “feeling” do campo, ouvir todo o conjunto da categoria. Assim é mais fácil administrar os interesses do grupo. Enfatizamos, ainda, como muito importante o relacionamento com o governo e com o parlamento. O Sindifisco mantém uma relação muito boa com o secretário da Fazenda. Reputo, também, como essencial, o relacionamento com a sociedade de todo o Estado. O boletim informativo publicado nos jornais Diário Catarinense e A Notícia tem sido positivo nessa política de transparência, de informação e de contato com todos os setores da comunidade catarinense.

Também foram enviadas ao secretário Sérgio Rodrigues Alves duas propostas de redução da carga tributária, como comenta Fabiano Nau:

Recebi até algumas ligações críticas, dizendo que fiscal não pode propor redução de carga tributária. Ocorre que só se vai conseguir o respeito da sociedade se você também defender uma tributação justa. Nós todos aqui somos funcionários públicos, pagamos 27,5% de imposto de renda e 11% para o IPREV, temos uma carga tributária elevadíssima. E como trabalhamos no meio da tributação, temos a informação, sabemos onde é que pode haver redução dessa carga, para favorecer as camadas menos favorecidas.

O Fisco tem esse importante papel social. Sugeriu-se, por exemplo, em abril de 2008, a redução da tributação para produtos de higiene bucal e filtro solar, protetor solar. O Brasil é conhecido como um país de banguelas. No Vale do Itajaí, outro dado: o índice de câncer de pele é elevadíssimo. E o protetor solar é considerado um produto supérfluo. Portanto, precisa-se ter uma tributação menor, facilitando o uso do protetor por toda a sociedade. Isto vai resultar em menos despesas para o SUS. Em outro documento, foi apresentada proposta de redução de carga tributária para os produtos da cesta básica. Tem um extraordinário impacto social.

Tinha-se programado para o dia 25 de novembro de 2008 um sessão solene na Alesc para comemoração dos 20 anos de fundação do Sindifisco, que não foi realizada em função das enchentes que atingiram o Estado. A diretoria decidiu que os valores que seriam utilizados neste evento, somadas as doações recebidas de vários Sindicatos de outros Estados e da Fenafisco, iriam ser aplicados na reconstrução de uma creche atingida na cidade de Blumenau. Aplicou-se um total de R\$ 37.000,00 nesta obra de reconstrução do berçário e melhoria das instalações do CEI Dário João Vieira, que foi reinaugurada solenemente no dia 05 de junho de 2009.

Assim que a equipe coordenada por Fabiano Nau assumiu o Sindifisco, procurou melhorar sua estrutura física para melhor atender os filiados. Foram renovados todos os computadores; contratou-se consultoria que realizou o arquivamento de todos os documentos de forma técnica; foram criadas a videoteca, passando para DVD todas as fitas VHS que existiam no Sindifisco, e a biblioteca; adquiriu-se software de gestão específico para administrar sindicatos; reformulou-se o site; contratou-se estagiária de jornalismo para melhora da comunicação com os filiados; organizou-se toda a secretaria, inclusive com a troca do mobiliário e terminou-se a substituição dos condicionadores de ar convencionais por aparelhos “split”.

Realizou-se um grande cadastramento de informações dos filiados, tanto de ordem pessoal quanto profissional. Deste trabalho resultou um banco de dados

de relacionamentos dos filiados com os parlamentares. Hoje, tem-se a informação de qual filiado possui alguma relação com determinado parlamentar, seja estadual ou federal. Protocolou-se ofício ao deputado Renato Hinnig sugerindo a edição de lei que estabelecesse o dia 27 de setembro como o Dia Estadual do Auditor Fiscal, religiosamente comemorado como o Dia de São Matheus, discípulo de Cristo e conhecido na Bíblia por realizar funções de cobrador de impostos. A sugestão foi aceita e em abril de 2009 o PL 310.1/2008 converteu-se na Lei nº 14.662/2009. Como comemoração ao Dia do Auditor Fiscal em Santa Catarina, realizou-se em 21/09/09 sessão solene na Alesc, oportunidade em que foi lançado este livro. Reformulou-se o Jornal do Sindifisco, com inclusão de novas seções de forma a torná-lo mais interessante e informativo ao filiado.

Em abril de 2009, conseguiu-se importantíssima vitória para a categoria fiscal catarinense. Foi aprovada pela Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 6.2/2009, que regulamenta a emenda constitucional nº 47/08, aprovada no final de 2007, que estabelece mecanismo de acordo de resultados entre o Fisco e o Estado e melhora o regramento da carreira. Ou seja, fechou-se um ciclo iniciado com a gestão do colega Almir Gorges. Destaca Fabiano Nau:

Aqui cabe um agradecimento muito especial a diversas pessoas, mas especialmente a duas: ao atual secretário da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni, que acreditou na nossa proposta e na nossa capacidade de reverter o quadro negativo das finanças do Estado, onde a aprovação do PLC através da instituição do mecanismo de acordo de resultados seria a mola propulsora desta reação, e também ao governador Luiz Henrique da Silveira, que se sensibilizou com os argumentos apresentados pelo secretário da Fazenda e enviou para a Alesc o PLC em regime de urgência.

Para a viabilização do encaminhamento e aprovação do PLC pela Alesc, realizaram-se inúmeras reuniões no Centro Administrativo do governo e na Assembleia com diversas autoridades. Apenas a título de exemplo, de meados de outubro de 2008 a meados de dezembro do mesmo ano, foram realizadas 60 reuniões, que culminaram com o compromisso formal do novo secretário da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni, de encaminhamento do Projeto de Lei Complementar (PLC).

Em maio de 2009, dia 13, trabalhou-se na organização do maior evento do Fisco e da Secretaria da Fazenda em Santa Catarina: reunião de trabalho com o secretário da Fazenda e sanção do Projeto de Lei Complementar recentemente aprovado pela Assembleia. Foi um evento marcante e único, que lotou o auditório do Teatro Pedro Ivo, no Centro Administrativo do governo, em Florianópolis, contando

com 800 fazendários de todas as regiões do Estado e com aproximadamente 400 filiados do Sindifisco. Os pronunciamentos foram impactantes, em especial do governador Luiz Henrique da Silveira, que expressamente reconheceu a importância dos fazendários para a sustentabilidade do Estado e dos programas de governo, mencionando:

A vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial começou com o desembarque na Normandia – o Dia D contou com um núcleo de elite atuando para o fim da guerra. O exército do governo, que está operando as mudanças contra o atraso, contra o papelório/carimbório, e contra a litoralização, tem muitos soldados. Um núcleo especial é o que atua na Secretaria da Fazenda.

Em julho de 2009 foi realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, a IV Plenafisco – Plenária Nacional do Fisco Estadual e Distrital, onde contamos com a presença de 25 filiados nossos ao evento.

No primeiro dia houve a integração com os demais sindicatos através da realização de jogos, onde o Sindifisco/SC sagrou-se campeão em dominó, tênis de campo, futebol society, vôlei de dupla na areia, além do troféu de artilheiro do futebol e de campeão geral.

Nosso filiado Joacir Sevegnani obteve o primeiro lugar no segundo concurso de monografias da Fenafisco.

O secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina, Antônio Marcos Gavazzoni, fez uma explanação brilhante, que empolgou a plateia, inclusive sendo convidado para palestrar em vários estados. Ou seja, esta Plenafisco entrou para a história do nosso Sindifisco, tendo em vista o sucesso de nossa delegação e o nível das palestras apresentadas.

Em agosto de 2009, realizamos um curso de formação sindical que contou com a presença dos representantes regionais e outras lideranças convidadas, com o objetivo de se formar novos líderes para o movimento sindical, sendo o palestrante o presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão.

Em 21 de setembro de 2009, pela manhã, foi entregue o bosque do Sindifisco criado na Affesc, cujo objetivo é plantar árvores provenientes dos países que colonizaram Santa Catarina e o Brasil, começando com 21 árvores em alusão aos 21 anos de fundação do Sindifisco que se comemora este ano.

Neste momento, está se iniciando os contatos com o Sindiafre para tentar a viabilização de fusão das duas entidades, resultando na criação de uma terceira, muito mais forte para a defesa dos interesses dos auditores fiscais de Santa Catarina. Também iniciaram-se os contatos com a Fenafisco para que Santa Catarina sedie em dezembro de 2010 o V Conafisco, Congresso Nacional do Fisco Estadual.

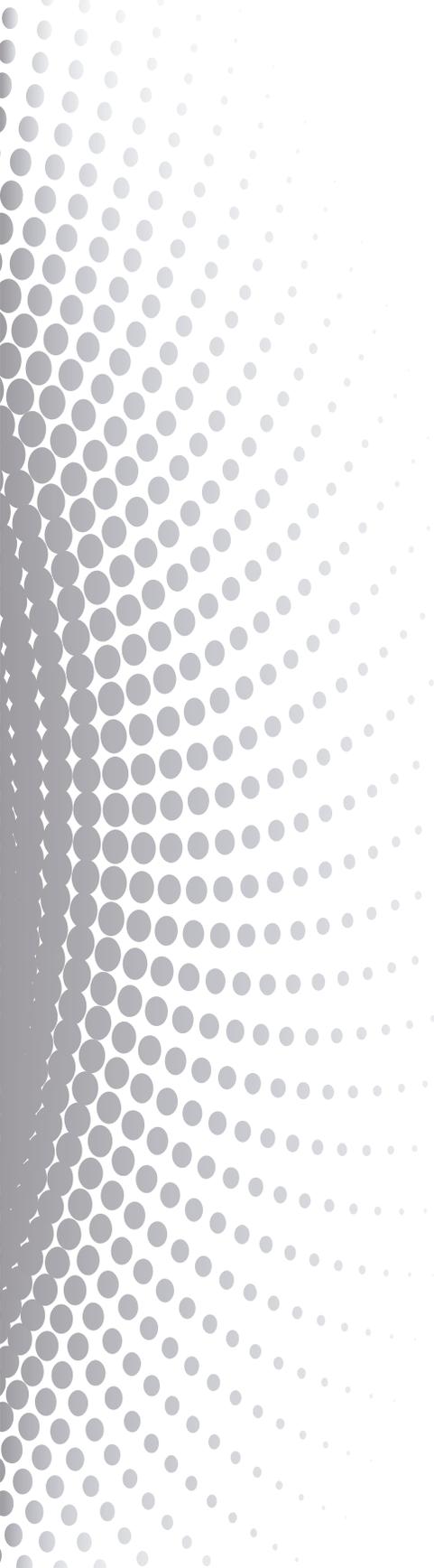
Por fim, finaliza Fabiano Nau, dizendo que:

Gostaria de agradecer aos meus colegas de gestão pelo companheirismo e trabalho desenvolvido e a todos os colegas auditores fiscais que sempre nos ajudaram a vencer as diversidades que apareceram. E dizer que os tempos de Sindicato correspondem a uma experiência de vida extremamente positiva e agradável, apesar de momentos difíceis e de muita cobrança que circundam a atividade.

DIRETORIA FABIANO DADAM NAU

MANDATO: de 22/10/2007 a 22/10/2009

DIRETORIA EXECUTIVA	MEMBROS
Presidente:	Fabiano Dadam Nau
Vice-presidente:	José Reinaldo Figueiredo
2º Vice-presidente:	Robson Luiz Marcondes
Diretor Administrativo:	Widomar Pereira Carpes
Diretor Financeiro:	Lucian Eduardo Oliveira
Diretor de Divulgação:	Nestor Raupp, substituído temporariamente por Antônio C. L. Blaszczewicz
Diretor Jurídico:	Odilo Aloício Pritsch
Diretor de Relações Sindicais:	Ingon Luiz Rodrigues
Diretor de Aposentados e Pensionistas:	José Zomer Sobrinho
Diretor para Assuntos Parlamentares:	Eduardo Antônio Lobo
Diretor de Projetos Especiais:	Cidemar José Dutra
SUPLENTES:	Nélio Savoldi; Paulo Roberto Elias; Eduardo R. Marques; Roberto Kroeff; Arlindo Correa; Antônio C. L. Blaszczewicz e Carlos Alberto Sirydakís.
CONSELHO FISCAL:	Titulares: Celso Pazinato; Paulo Pereira de Deus; Paulo Sérgio Acquaviva Carrano Suplentes: Alfredo Rovaris; Carlos Eduardo Abdom; Renato Dias Marques de Lacerda



O

FISCO

NA

IMPrensa

“ Dentro de vinte anos você se sentirá
mais desiludido pelas coisas que não fez do
que por aquelas que fez. Assim, desfralde
as velas ao vento. Afaste-se do porto seguro.
Aproveite os ventos alísios. Explore.
Sonhe. Descubra! ”

Mark Twain

Desde sua fundação, o Sindicato dos Fiscais da Fazenda tem contado com a colaboração da imprensa na ocupação de preciosos espaços nos meios de comunicação de Santa Catarina. Em mais de duas décadas, suas atividades têm merecido registros destacados nas editorias de economia, de política e de geral, com relatos precisos sobre suas propostas para melhoria da receita, ideias para combate à sonegação, iniciativas que visam o aprimoramento da legislação e tudo o que diga respeito ao pleno exercício da fiscalização, valorizando a cidadania na justa medida da cobrança do imposto real devido pelo contribuinte.

As colunas de economia e política dos jornais diários também têm sido generosas com pequenas notícias sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Sindifisco e por seus filiados. Sempre que há alguma mobilização dos dirigentes sindicais e de toda a categoria funcional, diferentes instâncias do poder constituído, as emissoras de rádio e televisão promovem, da mesma forma, a adequada divulgação.

Nos últimos cinco anos, de forma sistemática, o Sindicato marcou presença, quinzenalmente, em dois dos principais diários de Santa Catarina: o *Diário Catarinense*, de Florianópolis, e *A Notícia*, de Joinville, que trazem sempre as últimas informações relacionadas não apenas com os trabalhos dos fiscais da Fazenda, mas principalmente, decisões e opiniões que causam repercussão na comunidade ou são de interesse direto dos contribuintes.

As primeiras colunas destacaram sempre o slogan “Em defesa da ética tributária e da cidadania fiscal”. Condenaram os excessos da carga tributária (“Carga tributária elevada é estopim histórico de crises”), combateram a sonegação (“Sonegar imposto é crime contra a sociedade”), acusaram o poder dos bancos (“Nova lei de falências expõe poder dos bancos”), criticaram a guerra fiscal (“Benefícios fiscais: muito além do interesse público”), divulgaram iniciativas positivas para aprimoramento da máquina (“Fiscalização apertada em Santa Catarina”), atacaram o centralismo de Brasília (“Governo federal instaura ditadura fiscal no país”), sentenciaram contra as disputas estaduais (“Guerra fiscal é inútil”), defenderam a descentralização e o combateram o unitarismo (“A nação e a lenda do pacto federativo”), protegeram o direito coletivo na polêmica das taxas telefônicas (“A novela da assinatura básica da telefonia”), encamparam campanhas éticas (“Nepotismo vira tema de debate no país”), noticiaram mobilizações no parlamento estadual (“Debate produtivo na Assembleia”), debateram as propostas de novos códigos tributários (“Código traz embaraço ao trabalho do Fisco”), veicularam matérias de apoio a campanhas de combate à sonegação (“Mega-operação manda dezenas para a cadeia”), advogaram teses de responsabilidade fiscal (“Choque de gestão ou busca de superávit”), denunciaram práticas eleitorais e políticas ilícitas (“Brasil: país do caixa dois?”), acusaram

o uso indevido do prédio clássico da Secretaria da Fazenda (“Repúdio ao uso político do prédio da Fazenda estadual”), promoveram ações de aprimoramento na Fazenda (“Sindifisco prega mudança na Fazenda estadual de Santa Catarina”), abriram o debate sobre projetos fiscais (“Audiência pública para Código do Contribuinte”), e assim, sucessivamente, marcando presença em todos os fatos de interesse público.

Algumas colunas foram enriquecidas com ilustrações e charges do cartunista Sérgio Bonson, dando sua visão crítica e transmitindo seu reconhecido talento em questões técnicas e matérias polêmicas.

Elaborada pelos próprios diretores do Sindicato, a coluna quinzenal noticiou os trabalhos executados pelos fiscais nas diferentes regiões de Santa Catarina, bem como operações especiais de combate à sonegação.

Com igual destaque, advogou a redução da carga tributária dos produtos da cesta básica, por sua relevância social e por não interferir no resultado da arrecadação, bem como de artigos que possam contribuir para a melhoria da saúde da população, como aqueles relacionados com a higiene bucal e de proteção solar.

Nos últimos anos, preconizando o lema “Se depender da gente, Santa Catarina vive melhor”, a coluna Notícias do Fisco transformou-se em trincheira permanente de informações do interesse dos fiscais, mas, sobretudo, em tribuna a relatar com precisão que tudo o que ocorre na esfera tributária tem relação com os direitos individuais e que possa contribuir para o interesse público.



**OS
RISCOS
DA
FUNÇÃO**

“O livro foi a maior invenção da história e a base de todas as outras conquistas da civilização.”

Darcy Ribeiro

O cumprimento do dever pelos profissionais da fiscalização da fazenda tem exigido sacrifícios, determinação, ética e uma postura firme diante da sonegação, de falsificações e de ilícitos que prejudicam o conjunto da população. Pressões, perseguições, ameaças e todo tipo de constrangimento marcam a história dos auditores e fiscais ao longo de décadas em diferentes pontos de Santa Catarina e de outros Estados brasileiros.

O caso mais recente marcou o início de 2009. Registrou-se, no dia 12 de março, por volta das 22 horas, em Itajaí, que o carro do auditor fiscal Carlos Henrique de Barros fora alvejado com três tiros na garagem de sua residência. Barros é integrante do Grupo de Especialistas em Combustíveis e Lubrificantes (Gescol), realizando um exemplar trabalho de combate à sonegação fiscal e várias formas de adulteração dos combustíveis. O fato ganhou a mais ampla repercussão em diferentes setores da sociedade catarinense: foi condenado com veemência e de forma unânime nas intervenções da Assembleia Legislativa, mereceu notas de repúdio do Sindifisco, manifestações de indignação das entidades nacionais – a começar pela Fenafisco –, e incontáveis pronunciamentos de condenação por parte de organizações da sociedade civil.

O Sindifisco proclamou que “o ato praticado por pessoas inescrupulosas merece o mais profundo repúdio de toda a categoria fiscal catarinense, por representar uma grave ameaça a um cidadão que exerce com dignidade a mister tarefa de auditor fiscal estadual no árduo trabalho de fiscalizar e gerar receitas para que o Estado possa cumprir as funções sociais que lhe são reservadas nas cartas políticas federal e estadual”. A Fenafisco apelou às autoridades estaduais para que a lamentável ocorrência tivesse rápida elucidação, a fim de que não se repetisse em território catarinense.

Levado ao conhecimento do secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, pelo presidente do Sindifisco, Fabiano Dadam Nau, o atentado motivou reunião emergencial com representantes da fiscalização, do Sindifisco e do Deic.

Os revendedores de combustíveis também se posicionaram sobre o ocorrido, lançando nota oficial no 1º. Encontro Sul Brasileiro, realizado em Gaspar. Depois de repudiarem o atentado, sustentaram que a elevação dos índices de adulteração de combustíveis em Santa Catarina é resultante da migração de quadrilhas vindas do Paraná e de São Paulo. “Do jeito que está a sonegação fiscal no Estado de Santa Catarina na questão do álcool, daqui a pouco o mercado vai ser dominado pelos bandidos”, sentenciou Luiz Amin, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Santa Catarina.

O crime praticado no Vale do Itajaí não se constitui em fato isolado na vida dos fiscais catarinenses. Há muito que sonegadores e criminosos procuram intimidar estes agentes públicos. De acordo com os registros da Associação dos Funcionários

Fiscais e do Sindifisco, em junho de 1966, o guarda fiscal José Angelino de Souza da Silva foi brutalmente assassinado no interior do posto fiscal de Mondaí, no Oeste do Estado. Sócio da Affesc, Angelino era um servidor zeloso que gozava de conceito comunitário. Sua morte causou grande comoção em toda a região.

Dois anos mais tarde, outro registro fúnebre enlutou mais uma vez a Associação dos Funcionários e a família da fiscalização catarinense. No dia 28 de janeiro de 1968, o auxiliar de fiscalização Ardoíno Amicherle Antonioli foi assassinado na cidade de Xanxerê, também no Oeste. Antonioli promovia a vistoria de um estabelecimento comercial quando foi surpreendido por um desconhecido, que disparou quatro projéteis. Igualmente estimado em toda a comunidade, sua morte causou profundo pesar, como ficou demonstrado na cerimônia de sepultamento, registrando o maior acompanhamento da história do município.

Durante o governo Pedro Ivo Campos, 20 anos depois, o procurador geral do Estado, advogado Paulo Medeiros Vieira, escreveu um contundente artigo em defesa dos agentes públicos que atuavam na fiscalização. Invocou alguns exemplos concretos da época. Três anos antes, dois fiscais de mercadorias em trânsito foram ameaçados por 20 pessoas em Campos Novos, junto com um policial que os acompanhavam, e foram expulsos da cidade com várias “recomendações” para que lá não mais retornassem.

Recordou outro caso envolvendo perseguição a um fiscal da 10ª Região, um prefeito expulsando fiscais de mercadorias em trânsito sob a alegação de que a cidade era dele, além de outras ameaças em diferentes regiões do Estado.

Em Braço do Norte, naquele período, os fiscais Rubens da Silva Vicente e João Rodrigues Padilha executavam operação em uma estrada estadual sobre controle de mercadorias em trânsito. O motorista não só deixou de obedecer a ordem de parada para inspeção como jogou o caminhão contra os dois fiscais. No artigo, o procurador sugeriu intervenção decidida de todas as autoridades estaduais e municipais em várias instâncias para fortalecimento da ação da fiscalização e, especialmente, de combate e punição de todos os que tentam impedir o exercício de suas atividades.

Outro episódio, anotado também em Braço do Norte, ganhou destaque nos jornais do Sul catarinense. Um empresário, alegando ser irmão do proprietário de uma indústria de bebidas submetida à fiscalização no transporte de mercadorias, fez grave declaração contra Nahur Cardoso, ameaçando que na próxima vez que o fiscal inspecionasse outro veículo da empresa do irmão “não sairia vivo da cidade”.

No Planalto Norte de Santa Catarina também há fatos lamentáveis a registrar. Em fevereiro de 1988, o fiscal de mercadorias em trânsito Andrei Goulart teve seu carro incendiado em represália às atividades funcionais que exercia. Ele estava no

terceiro dia de serviço, participando da Operação Safra, e realizara 16 notificações fiscais na área.

Outra tentativa de homicídio, igualmente, veiculada amplamente pela mídia, envolveu o fiscal de mercadorias em trânsito Manoel Francisco de Carvalho Paes de Andrade Neto, baleado no dia 28 de maio de 1989, em Abelardo Luz, onde um grupo especial da fiscalização executava Operação Safra. O motorista de caminhão Izaltino Gomes da Silva e Sá, que transportava feijão sem nota fiscal, foi convidado a se dirigir ao Tourist Hotel para a respectiva notificação. Inconformado, o infrator retirou-se do local e retornou depois com vários capangas. Uma grande confusão se estabeleceu, incluindo familiares do motorista/agricultor. O fiscal Paulo Botelho chegou depois e testemunhou todos os fatos depois narrados pela vítima. De surpresa, o filho do agricultor, Alzino Gomes da Silva e Sá, sacou de um revólver calibre 38 e disparou contra o fiscal, atingindo-o. Ia disparar outra vez, com o fiscal caído e sangrando, quando foi impedido pela mãe. Um terceiro fiscal, Reinhold Toebe, que chegara após a primeira discussão, foi impedido de entrar no hotel e também ameaçado com arma de fogo quando anunciou que iria pedir socorro e intervenção policial. Paulo Botelho, desesperado com a cena e o disparo, saltou do segundo andar, caindo sobre um caminhão estacionado. Manoel Andrade foi atendido no Hospital de Xanxerê e depois transferido para Florianópolis. O presidente do Sindifisco, Anastácio Martins, ao tempo em que condenava publicamente o atentado, viajava para Abelardo Luz, onde obteve cópia do inquérito policial e determinou acompanhamento jurídico da ocorrência.

Flagrante inédito aconteceu em setembro de 1991, na cidade de Caçador, onde os fiscais Pedro Mendes e Jacob da Silva Júnior foram ameaçados, perseguidos e reagiram de forma enérgica às tentativas de suborno.

Matéria amplamente veiculada pelos jornais catarinenses reproduziu ações ilícitas do vereador do PMDB Flares Rosar, dono de um supermercado na região de Campos Novos. Ele foi preso em flagrante em Caçador durante tentativa de suborno a dois fiscais, que haviam detectado irregularidade na filial daquele estabelecimento comercial. O total de impostos sonegados, em moeda da época, atingia a cifra de 27 milhões de cruzeiros. No primeiro momento, o vereador-empresário ofereceu 800 mil aos fiscais para que relevassem as notificações. Aumentou a oferta depois para um milhão de cruzeiros, quando os fiscais prepararam o flagrante. Jacob da Silva Júnior já havia recebido ameaça de morte, através de carta anônima, além de carta com a proposta de suborno. O fiscal entrou com representação contra Rosar na Secretaria da Fazenda, narrando todas as investidas.

A black and white photograph of a field of tall grass. A large, dark shadow is cast across the grass from the upper right towards the lower left. The text 'AÇÃO SOCIAL' is overlaid on the right side of the image, following the curve of the shadow.

AÇÃO
SOCIAL

*“ Eis a fórmula do sucesso:
define o teu objetivo, investe
nele e dá o teu melhor para
o alcançares. ”*

Michael Skok

Dois datas são marcantes na história do Centro Educacional Infantil João Dário Vieira, de Blumenau. A primeira, trágica, em novembro de 2008, com a catástrofe que se abateu sobre o Vale do Itajaí, destruindo suas instalações. A segunda, comemorativa, no mês de junho de 2009, com a entrega da reconstrução, viável pela colaboração decisiva do Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina. O ato festivo contou com a presença do prefeito João Paulo Kleinübing, do presidente do Sindifisco, Fabiano Dadam Nau, do presidente da Federação Nacional, Rogério Macanhão, além de outras autoridades municipais e grande número de fiscais. O projeto de reconstrução só foi possível pela adesão de vários Sindicatos filiados à Fenafisco à campanha do Sindifisco. Já em dezembro de 2008, começaram a chegar doações do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pará, Ceará, Maranhão, São Paulo, Paraíba, Acre, Alagoas, Rio Grande do Norte e Fenafisco, além daquelas enviadas individualmente pelos sócios. Entre os depoimentos prestados durante a festiva entrega destacaram-se:

Prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing:

A esperança para a reconstrução, depois da tragédia que abalou nosso Estado, veio de iniciativas como a do Sindifisco, que comemorou seus 20 anos de forma diferente. No lugar de festa, comemorou estendendo sua mão, levando um gesto de esperança para a cidade.

Deputado estadual Giancarlo Tomelin(PSDB):

Parabenizo o Sindifisco, o presidente e toda classe fiscal, da qual meu avô Honorato Tomelin, também fiscal, muito se orgulhava, pela iniciativa e execução da creche em Blumenau. São exemplos como esse que mantêm acesa a chama da solidariedade e a responsabilidade social.

Presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão:

Eu venho de Brasília com uma alegria de ver em primeiro lugar um Sindicato com uma postura diferente, um Sindicato que não se preocupa tão só com o aspecto da sua categoria, que não se preocupa tão só com o seu umbigo. Eu venho aqui feliz de ver um Sindicato preocupado com a sociedade, preocupado com a comunidade e preocupado com uma cidade que precisou de um auxílio.

Diretora do Centro de Educação Infantil, professora Priscila Leite:

A gente conseguiu reformar com a ajuda do Sindifisco. Esse espaço estava sem nenhuma utilidade e o nosso berçário ficou numa das

situações mais difíceis, por ter sido interditado. A gente não pode deixar passar esse momento para agradecer em nome de todos os pais e de todos os educadores e principalmente em nome de todas as crianças, que é por eles e para eles que a gente está aqui.

Os arquivos do Sindifisco estão recheados de ofícios, notas e manifestações de inúmeras entidades comunitárias, religiosas, escolares e filantrópicas, registrando agradecimentos por doações que permitiram a execução de vários projetos de caráter social. Nestas duas décadas de atuação, o Sindicato não tem poupado esforços para colaborar com estas organizações que atuam em todo o território catarinense. Antes da existência do Sindifisco, os fiscais já se engajavam efetivamente em atividades e movimentos sociais e filantrópicos, em todas as regiões do Estado.

É o caso da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, a mais antiga instituição religiosa e popular de Santa Catarina, mantenedora em Florianópolis do Hospital de Caridade, modelo no Estado e cuja assistência é assegurada, principalmente, a pacientes do Sistema Único de Saúde, o SUS. São vários os fiscais da Fazenda que fazem parte daquela entidade assistencial. Um dos mais destacados irmãos é o fiscal aposentado Aloisio Acácio Piazza, que há mais de 50 anos a ela se dedica. Ele considera o espaço do Hospital de Caridade o seu segundo lar. Vive inteiramente dedicado e integrado desde que passou a fazer parte da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, uma entidade sem fins lucrativos.

Quando não está envolvido com a política – destacou-se sempre como um dos mais éticos e atuantes vereadores da Câmara Municipal de Florianópolis – Piazza faz questão de dedicar-se ao trabalho voluntário junto à Irmandade. “Aqui os irmãos não têm privilégio. Pagamos do próprio bolso até mesmo o estacionamento”, observa Piazza, que já exerceu as funções de provedor da entidade em duas oportunidades e atualmente faz parte do Conselho Superior Pleno da Irmandade.

Com entusiasmo, destaca o trabalho filantrópico do hospital, através do qual são atendidos pacientes pelo SUS. Hospital mantido graças ao empenho dos integrantes da Irmandade, que se desdobram entre as atividades. O pai do vereador, ex-diretor financeiro da Irmandade, foi quem o introduziu na entidade. O Sindicato custeou, ainda, a reconstrução da Ala Coração de Jesus, destinando, em moeda da época, R\$ 5.500,00.

Exemplo do alcance social do Sindifisco pode ser extraído, também, dos expedientes recebidos no início de 2009. O presidente da Sociedade Espírita de Joinville, Wilmar Manske, e o coordenador do Curso de Informática, filiado do Sindifisco, Hélio Sussumu Oba, transmitiam o reconhecimento da entidade ao Sindifisco pela doação de vários equipamentos de informática (CPUs, monitores, teclados,

mouses, estabilizadores, carcaças de gabinetes, caixas de som para computador e equipamentos de fax), todos substituídos por nova tecnologia. “Os equipamentos são usados no programa de inclusão digital que esta instituição mantém junto à comunidade do Morro do Amaral, em Joinville”, informam os dois dirigentes, através do ofício de 22 de janeiro. Acrescentam: “Serão ministrados cursos de manutenção de microcomputadores, noções básicas de informática e digitação. O público-alvo dos cursos são crianças e jovens daquela comunidade que, via de regra, pobres e carentes, entrarão em contato pela primeira vez com o computador”.

Durante as festas de Natal, o Sindifisco comparece com contribuições a várias entidades carentes. As economias oriundas com a não confecção de cartões de Natal e outras despesas evitadas com comemorações de datas históricas são transformadas em doações a instituições, sendo contempladas nas primeiras edições a Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, a Associação dos Hemofílicos de Santa Catarina, ambas com sede em Florianópolis; a Associação de Pais e Amigos de Crianças Portadoras de Neoplasia, de Blumenau; o Grupo de Apoio, Respaldo à Adoção, de Mafra; a Casa dos Girassóis, de Florianópolis, entre as dezenas de beneficiárias.

Quando o patrimônio é substituído por mobiliário novo, a destinação prioritária tem sido as instituições com forte atuação social e comunitária. Com extrema dedicação e um trabalho ainda mais notável de solidariedade humana, sobressaem, em ação silenciosa, os fiscais da Fazenda, em suas respectivas cidades.

Em Florianópolis, outro belo exemplo está materializado na manutenção e o funcionamento do Projeto Casa-Lar, uma das obras sociais da Paróquia de Coqueiros, em duas unidades, encontra a destacada presença do fiscal aposentado Cidemar José Dutra, duas vezes presidente da Associação dos Funcionários Fiscais e atual Diretor do Sindifisco. Ali, encontram-se meninas e meninos em situação de risco social, encaminhadas pelo juizado da infância e da juventude, através do Conselho Tutelar. Aos 69 anos, Cidemar preside a entidade das obras sociais da Paróquia de Coqueiros, mantenedora do projeto: a Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo e a Casa-Lar São João da Cruz. Logo após tomar posse, em abril de 2002 na presidência da organização não-governamental para um mandato de dois anos – e que até 2009 ainda se mantém, razão de sucessivas reeleições –, ele pronunciou, gratificado: “Aqui, damos toda a assistência que crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 18 anos, precisam, em período integral”. A capacidade de cada uma das casas é de atender 13 crianças, mas excepcionalmente as casas abrigam números maiores. “A demanda é muito grande”, explica ele, dizendo que a maior parte das crianças passou por problemas familiares, como maus tratos, negligência, exploração do trabalho infantil e abuso sexual.

O atendimento prestado compreende atividades lúdicas e escolares, cursos profissionalizantes e educativos, refeições diárias e reforço escolar, além de acompanhamento médico, psicológico e do serviço social. Procura-se priorizar o retorno familiar e, quando este não se faz possível, a colocação em família substituída, objetivando evitar a institucionalização das crianças e adolescentes abrigados. Garante-se, desta forma, o direito de convivência familiar e comunitária, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal nº 8069/90). “Nossa maior dificuldade é com a manutenção e a falta de recursos financeiros”, informa, assinando que convênios mantidos com órgãos públicos não cobrem todas as despesas com as crianças.

Algumas empresas contribuem com as duas unidades, como a Churrascaria Ataliba, que garante a refeição das crianças às quintas-feiras, além de doações periódicas de aves da empresa Frangos Macedo, de São José. Outros recursos são oriundos de brechós, almoços comunitários, jantares beneficentes, etc, além de doações de particulares.

Entusiasmado com o voluntariado, Cidemar Dutra destaca que nos últimos anos as crianças foram aprovadas em suas escolas. Confessa: “A gente traz experiência para ajudar a melhorar a vida dos outros”. Diz mais: “O sorriso de uma criança não tem preço”.

Dose dupla de doação tem um paradigma no fiscal Álbio Boing e sua esposa, a professora Mafalda. Seu lema: “Ser voluntário é mais que doar tempo, trabalho e talento. É doar autoestima”. O casal está envolvido com trabalhos voltados à comunidade desde o casamento, há 50 anos. Primeiro, eram palestras sobre relacionamento, promovidas pelas equipes de Nossa Senhora, ligadas à Igreja Católica. Há mais de 30 anos os dois somam a estas atividades o trabalho voluntário na área de saúde mental, realizado semanalmente no Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ/SC), a antiga Colônia Santana.

O trabalho na área de voluntariado da saúde começou antes que se começasse a debater o chamado Terceiro Setor e foi iniciativa de Dona Mafalda, que começou com uma amiga, de forma pioneira, um trabalho voluntário na então chamada Colônia Santana. “Ser voluntário é ser amigo do paciente. Nós somos, muitas vezes, a família que estes pacientes não têm mais aqui fora, somos as pessoas que ligam o paciente com a comunidade”, diz Dona Mafalda.

Álbio envolveu-se nesta história aos poucos, sempre na “retaguarda”. Era um cheque para a compra de sabonetes aqui, uma carona ali... Hoje, o fiscal aposentado calcula que tenha rodado milhares de quilômetros entre a residência da família, em Florianópolis, e a Colônia Santana, a 30 quilômetros da Capital.

Quando iniciaram o trabalho, eram quase 3 mil internos no hospital, muitos deles sem qualquer contato com a família e alguns internados há mais de quatro

décadas. De lá para cá, muita coisa mudou. “Hoje, é um hospital, mas na época em que começamos era um depósito”, conta dona Mafalda, que conta com a ajuda de muitas senhoras e voluntários de saúde.

Quando Álbio e Mafalda começaram a visitar a Colônia Santana, em meados da década de 1970, as condições de higiene dos internos eram chocantes. Uma das primeiras iniciativas do trabalho voluntário foi a campanha para arrecadar sabonetes. Com esta e outras decisões que viriam a seguir, como a organização de passeios e festas, o casal teve de aprender – muitas vezes errando – sobre a rotina tão diferente de pacientes tão especiais.

No início da década de 1980, Dona Mafalda organizou a Acadom (Associação Catarinense de Apoio ao Doente Mental), hoje chamada de Acasme (Associação Catarinense de Apoio à Saúde Mental). Nestas quase três décadas, a sensação de ter feito a diferença esteve sempre presente. Pessoas que estavam há 40 anos dentro do hospital passaram a fazer passeios às praias, no início com a ajuda de funcionários da própria Colônia Santana e da Polícia Militar, e mais tarde contando também com a colaboração do Corpo de Bombeiros.

O tipo de tratamento dado aos pacientes mudou e casas construídas inicialmente para abrigar funcionários hoje são utilizadas como pensões protegidas, dando mais autonomia aos internos. O casal, natural de Ituporanga, no Vale do Itajaí, se conhece desde a infância. Para quem quer seguir o caminho trilhado até agora pelos dois na busca por uma sociedade mais justa, um aviso do casal: “Quem começa deve estar preparado para enfrentar barreiras, decepções. Nosso coração está lá na Colônia Santana, com os pacientes”, dizem emocionados.

Prova de que o envolvimento com os pacientes é grande é a saudade sentida pelo casal sempre que ficam impossibilitados de fazer a visita semanal aos amigos do Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina. Em duas viagens grandes feitas pelo casal, os únicos “familiares” a receber cartões postais foram os internos do IPQ/SC – eles fazem parte da família Boing.

Outro fiscal aposentado que se doa no voluntariado é Alceu Diotalevy, ativo colaborador da Associação Catarinense de Integração do Cego (Acic). “Faço de tudo um pouco, procurando apoios para a entidade”, explica ele, portador da carteira de voluntário número 001. “Foi minha filha Vera quem me trouxe para cá”, revela. O fato é que já conseguiu muita coisa para a entidade.

O Sindicato apoiou doando móveis após a reforma da sede, além de recursos para que um dos alunos pudesse fazer um curso de massagens. Através de um sobrinho construtor, Alceu viabilizou a edificação de uma ponte de concreto no terreno da entidade, o que vai permitir a utilização mais racional da parte dos fundos

do terreno, onde está instalada uma pequena fábrica de material reciclável. A Acic atende em média 130 pessoas, gratuitamente, e é mantida pelo Fundo Municipal de Assistência e de doações da iniciativa privada. “São recursos da comunidade para viabilizar o atendimento. Por isso, o trabalho voluntário é vital”, completa Alceu Diotalevy.

Aos 92 anos, lúcido e com uma memória vivaz, Ivo Bandeira Corte representa outro excepcional paradigma para quem deseja atuar como voluntário. Atuou na fiscalização depois de ingressar na carreira no concurso de 1953. Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Florianópolis, trabalhou em Blumenau, Lages, Mafra e Araranguá, além da Capital. “Naquela época, o quadro de pessoal era menor e a gente se conhecia mais”. Ivo Corte recorda com carinho as boas relações que mantinha com Ivan Mattos: “Ele tinha muita vivacidade e era uma pessoa muito rigorosa, tinha muita ascendência sobre a classe dos fiscais”.

Seguidor da doutrina espírita, Ivo Corte começou seu trabalho voluntário no início dos anos 70 na Serte (Secretaria Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação), onde estreou como voluntário e depois atuou como diretor. “Nós plantávamos verduras e cuidávamos da horta que mantinha o asilo de idosos e crianças, com uma área de 700 mil metros quadrados”, lembra. Apesar de estar hoje afastado da instituição, ele ainda mantém o vínculo com uma contribuição mensal. “O que nos move é o sentimento de poder ajudar aos outros”, diz Corte, que até dezembro de 2008 dedicou-se à seccional de Florianópolis da Escola de Pais do Brasil. Participa de encontros com jovens casais para dar palestras e orientar os mais jovens quanto à vida em família.

As atividades na Escola de Pais eram feitas em companhia da esposa Maria de Lourdes Valente Corte. Seu Ivo mantém o entusiasmo de quando começou, há 30 anos. Na época ele também ajudava a Caixa de Esmolas, sociedade que dirige o Albergue Noturno de Florianópolis, entidade que abriga carentes e migrantes sem teto na Capital.

A ação voluntária ganhou novo impulso recentemente, quando a ONU definiu o ano de 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado. As ações voluntárias representam um fator de crescimento e civilização. Muitas vezes os voluntários substituem e antecipam as intervenções das instituições públicas, às quais compete reconhecer adequadamente as obras que surgiram, graças à sua coragem, e favorecê-las sem sufocar o seu espírito original.

Outra experiência marcante de doação ao próximo registra-se há anos na cidade de Joinville. O fiscal Hélio Oba passou a desenvolver um projeto inovador para ocupação e recuperação dos detentos. Tudo começou em 1999, quando era acadêmico de Direito e visitou o Presídio de Joinville. Impressionado com a ociosidade

dos detentos, decidiu oferecer aulas e dar orientação sobre Origami, arte milenar japonesa que consiste em executar dobras com o uso do papel. A aceitação do projeto foi excelente. Manteve os presidiários em atividade e ofereceu-lhes oportunidade de mostrarem suas habilidades artesanais. O Origami estimula a psicomotricidade, desperta a criatividade e atua sobre os detentos como excepcional terapia ocupacional.

O Sindifisco desencadeou, também, a partir de 2002, uma campanha de ampla repercussão social ao incentivar todos os fiscais do Estado a repassarem para instituições filantrópicas e assistenciais parte do imposto de renda através do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. O Sindicato destacou a importância dessa adesão enfatizando que os recursos ficavam nos municípios e ajudavam diretamente as crianças e os adolescentes da região. Além de incentivar todos os associados, procurou esclarecer como era fácil aderir à campanha.

O
INCENTIVO
AOS
ESPORTES



Os primeiros movimentos dentro da estrutura da Secretaria da Fazenda para estimular a prática desportiva entre os integrantes da fiscalização registram-se em 1965. Guido Garcia relata algumas façanhas futebolísticas do pessoal da 3ª regional, Blumenau. Informa: “Visando uma aproximação mais direta entre as diversas regiões, a 3ª Região achou por bem promover umas competições esportivas, procurando criar aquele clima tão a nosso gosto, a amizade e a confraternização entre a família fazendária”. Diz mais: “Formamos um time de futebol, esporte das multidões, e saímos a desafiar outras equipes. Temos na classe verdadeiros cobras da pelota, o que talvez não seja do conhecimento de muitos”.

O primeiro jogo foi contra a 2ª regional, Itajaí, no gramado do Clube Náutico Almirante Barroso, e houve empate de 1 a 1. A equipe de Blumenau era formada por Pedro Martins; Lunardelli, Rocha, Ivo e Laux; Vilmar e Albano; Picolli, Schneider, Uwe e Garcia. Critério técnico? O famoso 4-2-4.

Foi marcada uma revanche e, em casa, no gramado do Amazonas Futebol Clube, venceu o time anfitrião pelo escore de 4 a 3. A segunda regional, desafiada foi Joinville, 5ª Região, com jogo disputado no campo do Caxias, no dia 11 de setembro. O placar, mais uma vez, favoreceu a equipe de Blumenau, que venceu por 3 a 2. O time foi o mesmo, só não atuando, por contusão, o “center” Uwe, que foi substituído pelo Araújo. Nesta partida, estrearam o técnico Malheiros e o preparador psicológico, Helge Pantzier.

O sucesso levou a outros desafios e foram marcados confrontos também com Rio do Sul, 4ª Região, e Florianópolis, 1ª Região. Merecem destaque, também, os jogos realizados no Lagoa Iate Clube (LIC) em 1972, em comemoração à inauguração da sede social no Centro de Florianópolis, na gestão de Aloísio Acácio Piazza. Evento social e esportivo que teve a participação de várias autoridades, entre elas, o governador Colombo Machado Salles, o secretário da Fazenda Sérgio Uchoa de Rezende, o prefeito da Capital Ari Oliveira, o desembargador Norberto Miranda Ramos e os ex-governadores Celso Ramos e Ivo Silveira.

Três anos mais tarde, aconteceu no Vale do Itajaí a primeira partida de futebol entre equipes de Blumenau e de Florianópolis. O placar registrou vitória de 3 a 2 para o time da casa. O fato relevante da competição foi a presença de jogadores que mais tarde se notabilizariam no Fisco catarinense, entre eles, Nelson Madalena, José Abelardo Lunardelli, Nelson Cabral, Flávio Galluf Pederneiras. Numa das publicações da Affesc há um pequeno comentário, assinado por César Luiz da Silva, intitulado “Esporte na Fiscalização”. Escreveu: “Notamos um movimento esportivo no seio da classe, com o surgimento de equipes futebolísticas, organizadas espontaneamente por elementos da fiscalização estacionados aqui na Capital, em Itajaí, em Blumenau e em Joinville”.

Mas é a década de 1970 que vai marcar uma inédita, salutar e produtiva integração entre os fiscais pela prática dos esportes, em especial, do futebol. Surgem os Jogos Inter-Regionais da Fiscalização do Estado de Santa Catarina. De acordo com os jornais da Associação, a primeira edição aconteceu em Joaçaba, em junho de 1979, graças à iniciativa do inspetor regional Pedro Medeiros de Santiago, com o decisivo empenho dos fiscais lotados na região, entre eles Paulo Ernani da Cunha Tatim, com a participação de seis regiões fiscais. Joaçaba recebeu as delegações de Curitiba, Chapecó, Lages, Florianópolis e São Miguel do Oeste. Informa o boletim:

Em consequência do notável êxito, germinada a ideia da continuidade, foi indicada entre as regiões participantes a 10ª Região, sediada em Lages, para a realização dos jogos seguintes. Imbuído pelo sucesso do primeiro, o colega Alceu Carvalho de Almeida, incentivado pelo inspetor regional Cidemar José Dutra, deu início imediatamente à organização dos jogos, que realizaram-se no mês de setembro de 1979, desta vez com a participação de 10 regiões fiscais do Estado. Esta segunda edição dos Jogos congregou mais de 300 pessoas.

No ano seguinte, em Araranguá, o sucesso se repetiu com a realização da terceira edição dos Jogos, comparecendo 11 delegações. E assim, em cidades diferentes, o evento foi ganhando mais participação e crescente êxito. Até 1987, as competições aconteceram em Florianópolis (4ª edição), Blumenau (5ª), Criciúma (6ª), Florianópolis/coordenação (7ª), Chapecó (8ª), Itajaí (9ª) e Lages (10ª).

Em artigo publicado em setembro de 1979, o presidente José Carlos Carneiro relatou, em detalhes, as modalidades esportivas que deram brilho aos jogos de Lages. Mencionou os “craques” do futebol, os vencedores dos torneios de bocha, xadrez, dominó, tênis, bolão masculino, bolão feminino e canastra. Fez questão de ressaltar a confraternização e “o bem organizado programa social”.

Nota veiculada também em boletim, agora sobre os jogos de Criciúma, tendo por título “Caros Amigos”, tinha a assinatura de Alceu Carvalho de Almeida, presidente da Affesc. Destaca o empenho dos fiscais do Sul do Estado: “Merece um registro elogioso a atitude dos colegas de Criciúma, liderados pelo grande amigo Cidemar, que, de peito aberto e sem medir sacrifícios, resolveram assumir a responsabilidade de realizar os VI Jogos Inter Regionais da Fiscalização”.

O sucesso foi tão marcante que a coordenação de fiscalização e tributação da Secretaria da Fazenda chegou a emitir uma “nota” enaltecendo a importância do encontro. E destacou as disputas que aconteceram na cidade de Mafra.

No *Jornal da Affesc*, edição de outubro de 1986, em nome da comissão organizadora dos Jogos de Itajaí, Afonso Pedrini subscreveu uma espécie de editorial ressaltando “o espírito dos IX Jogos Inter-Regionais da Fiscalização”. Proclama textualmente:

É fato sabido que para todo e qualquer evento que se promove são estabelecidas diretrizes a serem observadas e nestes jogos promovidos pela nossa 2ª Inspeção Regional de Tributação não foi diferente. Apesar de não serem diretrizes escritas, em princípio vale dizer que procuramos o convívio de todos os colegas das diversas regiões do Estado, mais preocupados com a confraternização do que com a competição.

Durante quatro décadas, eventos isolados no campo esportivo foram promovidos em diferentes regiões do Estado pela Associação, com o apoio do Sindifisco, merecendo sempre divulgação por seus boletins.

Integrados às comunidades em que atuam e optando pela prática desportiva em diferentes modalidades, os fiscais também se projetaram como ídolos de torcidas e conquistaram títulos históricos para Santa Catarina.

Já na década de 1950, por exemplo, Acymar Coaracy da Silva era considerado um dos maiores craques do então “Campo do Manejo”. Chegou a atuar na equipe principal do Avaí, de Florianópolis.

Fausto Nilton Botelho, outro nome conhecido no quadro da fiscalização, atuou como titular nos principais clubes de futebol de Florianópolis e do interior. Ídolo do Guarani, foi seis vezes campeão pelo Figueirense, cinco pelo Avaí e uma pelo Olímpico de Blumenau. Integrou a Seleção Catarinense e com ela trouxe para o Estado o título de Campeão Sul-Brasileiro. Atuou na fiscalização desde 1961.

Nos anos 1960, brilhou no futebol do Sul do Brasil o fiscal José Leal Nunes, natural de Tijucas e com passagens destacadas pelo Tiradentes, Olímpico e grande sucesso no Grêmio Porto Alegrense. Jogou com ídolos que depois viraram treinadores muito conhecidos dos catarinenses, como Áureo Malinverni e Sérgio Lopes. Destaca que o que mais lhe agradou na carreira de jogador de futebol foi quando integrava a equipe do Palmeiras, de Blumenau, e acabou convocado para a Seleção Catarinense de Futebol. Conquistou o Troféu Belfort Duarte, concedido aos jogadores mais disciplinados de toda a competição.

No Sul catarinense, um dos nomes em destaque no período era o goleiro Luiz José Collaço, conhecido como Gijo, que disputou títulos em seleções de futebol de salão e futebol de campo.

Também de Tubarão, ganhou espaços na crônica esportiva o zagueiro central Flávio Luiz Gomes, que jogou no Grêmio Cidade Azul, Torpedo e Damasco, onde conquistou vários campeonatos.

O ex-presidente da Affesc e do Sindifisco Cláudio Andrade Ramos é outra referência histórica para a fiscalização. Entre medalhas e títulos conquistados no Paula Ramos, jogando sempre no ataque, guarda com carinho a faixa de campeão estadual juvenil, ao lado do falecido cantor Luiz Henrique Rosa.

Período de grandes registros esportivos, encontramos no fiscal Nilton Brasil Pacheco o grande campeão nas competições de remo. Remou no Riachuelo e no Martinelli, na Capital. Integrou a Seleção Catarinense. Entre os troféus, os de campeão de remo da cidade de Florianópolis, campeão estadual, campeão internacional, vice-campeão sul-americano e vice-campeão brasileiro.

Esporte também praticado no mar que se tornou coqueluche nacional nas décadas de 70 e 80, o windsurf teve adeptos na fiscalização. O mais aplicado foi Álbio Boing, que, mesmo sem ter disputado campeonatos, transformou-se num paradigma para toda a comunidade em função de estar vivendo seus 45 anos. Um fato que mereceu os melhores comentários de colegas e amigos, eis que Álbio Boing já se destacava com suas atividades filantrópicas em vários movimentos sociais e assistenciais do Estado. Não foi um campeão nesse esporte que tanto sucesso fez em todo o litoral brasileiro, mas transformou-se numa referência para todas as idades.

O auditor fiscal aposentado Edson Xicota também teve destacada atuação na área esportiva nos municípios em que exerceu suas atividades profissionais. Seu relato:

O início do trabalho como fiscal de tributos estaduais foi na região de Capinzal, Ouro, Piratuba, Ipira. Na região de Capinzal, fiz amizades. Não tive muito atrito em Capinzal. Na região de Piratuba, os que exploram madeiras são menos educados, pois houve até ameaça de morte. Fiscalizei na região de Joaçaba, Curitiba e Blumenau. Durante quatro anos, trabalhei com o carro “Fusca”, pois de Joaçaba até Piratuba era quase estrada de terra. O asfalto só chegou mais tarde. Gostei de trabalhar em todas as regiões aonde fui designado. Minha esposa se chama Toshie.

Pratiquei vários esportes. Campeão em Criciúma (Jafesc) em tênis de mesa, em novembro de 1981. Um ano antes, havia ficado com o vice, em setembro de 1980, em Blumenau. Jogando xadrez, fui vice-campeão em Lages. Na sede da Affesc, em Florianópolis, ao lado do parceiro Ferrari, fiquei com o título da bocha nos IX Jaffesc, em 2001. Em 2004, jogando dupla com meu filho, fui vice-campeão da Jafesc.

Minha esposa, Toshie, foi campeão da maratona nos XVI Jaffesc, em 2008. Na bocha, ela já conquistou três títulos: VII Jaffesc, em 2000; XIII Jaffesc, em 2005; e XV Jaffesc, em 2007.

A
VEIA
ARTÍSTICA
DOS
FISCAIS



Constituindo um segmento especializado do serviço público estadual na busca permanente pelo aprimoramento profissional, a categoria dos fiscais da Fazenda tem se revelado, igualmente, em diferentes campos da atividade humana.

A mais visível e que confere maior visibilidade tem sido, nas últimas décadas, aquela voltada à atividade política, ou seja, na conquista e exercício de mandatos parlamentares, nos planos nacional, estadual e municipal, e atuando, também, em funções destacadas do Poder Executivo. Neste, o principal destaque é o fiscal Paulo Afonso Evangelista Vieira, governador de Santa Catarina de 1994 a 1998. E os secretários da Fazenda Ivan Luiz de Mattos, Cláudio Andrade Ramos, Nelson Amâncio Madalena, Fernando Ferreira de Mello Júnior, Paulo Afonso Evangelista Vieira, Oscar Falk, Antônio Carlos Vieira, José Abelardo Lunardelli e Marco Aurélio de Andrade Dutra.

Na representação popular, fazem história os fiscais eleitos para a Câmara Federal. Foram eles: Abel Ávila dos Santos, João Alberto Pizzollatti Júnior, Osmar Dutra e Paulo Afonso Evangelista Vieira.

A Assembleia Legislativa relaciona entre os fiscais que a integraram: Altir Weber de Mello, Abel Ávila dos Santos, Mário Orestes Brusa, Henrique de Arruda Ramos, Sadi Cavalheiro Marinho, Honorato Tomelin, Aloísio Acácio Piazza (presidente da Assembleia Estadual Constituinte), Paulo Afonso Evangelista Vieira, Gilmar Knaesel, Antônio Carlos Vieira e Renato Luiz Hining.

E há, também, os que se mostram criativos na atividade artística. Não são poucos, embora tenham merecido reduzida divulgação, pela natureza e pela timidez decorrente da própria função pública.

Há fiscais que realizam destacados trabalhos de esclarecimento da sociedade, com criativos programas de comunicação social na mídia catarinense em várias regiões, cujo exemplo mais recente é do fiscal Pedro Hermínio Maria, com programa radiofônico no Sul e colaboração nos jornais regionais sobre Fisco e cidadania. Outros se revelam poetas e cronistas. Há os que cantam, tocam instrumentos, cultivam o trabalho artesanal.

Alguns mostram sensibilidade artística no traço de charges e caricaturas. Nesta última categoria, um dos destaques é o fiscal Edmundo Bittencourt, que há muitos anos tem deixado seu traço marcante na história do Sindifisco com trabalhos que têm merecido elogios da crítica. Começou a se encantar pelo desenho artístico ainda jovem, tentando dar seu toque pessoal às histórias em quadrinhos. Era um grande admirador do Zorro. Os primeiros traços foram definidos no Paraná, Estado que patrocinou sua ida para aprendizado especial na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Exercitou seu talento com múltiplas ferramentas, do nanquin às telas pintadas a óleo, passando pelas charges de políticos e caricaturas de colegas.

Ingressou na fiscalização da Fazenda no governo Celso Ramos, destacado para a região de Canoinhas. Estudou Direito Tributário e assumiu atividades na área da filantropia. Exerceu três mandatos de vereador, tendo presidido a Câmara Municipal de Canoinhas. Ao longo da carreira, em Joinville, Caçador, Chapecó e Dionísio Cerqueira, entre outros municípios, manteve-se ligado à prática de arte que leva como uma de suas paixões.

Executando incontáveis missões de fiscalização, testemunhou fatos inéditos. E viveu outros tantos, alguns protegidos por poderes “especiais”. Conta, por exemplo, que no Vale do Rio do Peixe, Meio-Oeste, costumava hospedar-se sempre num hotel de madeira em Piratuba. Era parada obrigatória para os que atuavam em campo. Numa única noite, decidiu retornar para Joaçaba, cancelando a tradicional decisão do descanso noturno. Soube, no dia seguinte, que sua decisão tinha sido premonitória. O hotel fora totalmente destruído por um pavoroso incêndio.

Na literatura, destacam-se também fiscais com obras publicadas e outros que, mesmo com produções consideradas de alto nível, optaram pela não edição de suas criações.

Em Florianópolis, o trabalho mais conhecido é do fiscal Waldemar da Costa, o popular Vadeco, que já editou três livros de crônicas. O primeiro tem por título *O falar de uma época*, de caráter autobiográfico, lançado pela Editora Terra Viva. Veio, depois, o trabalho *O encanto de viver – momento de prazer*, editado em 2006. De acordo com a artista plástica Martina Knoll: “Vadeco nos ensina que a verdadeira sabedoria está no transportar os sentimentos da alma para a escrita, revelando sua paixão pela vida com um olhar positivo e feliz”. A obra inicia com a mensagem Viver:

De bem com a vida,
amando as pessoas de todas as formas.
É o que faz a diferença
entre quem sabe viver
e quem vive sem saber.

Apaixonado pelos cruzeiros marítimos, seus três livros trazem justamente crônicas de suas viagens e experiências nas relações humanas, que cultiva com diplomacia, simplicidade, tolerância e muito bom humor.

O terceiro, intitulado *Lutar para vencer – caminhar para chegar*, veio com selo da Editora Secco, lançado em 2008. Outra vez, valorizando o ser humano, cultivando as antigas e as novas amizades, enfim, uma personalidade cativante que transporta para a literatura todo seu potencial humano e solidário.

O ex-presidente e atual vice do Sindifisco, José Reinaldo Figueiredo, também integra a galeria dos escritores. Publicou a obra *Licitações públicas para principiantes*, pela Editora Insular, contendo análise e orientação sobre a legislação que trata das licitações.

Na literatura, outro nome conhecido é do fiscal Benjamim Silva, que publicou os livros *As flores do caminho – poesias e pensamentos* e *Você na vitrine – a responsabilidade pela linguagem para quem lida com o público*. Também constam de sua produção as obras *Imagine só – charges virtuais*, divertida crônica política que retrata períodos diferentes da vida brasileira. E, o quarto da série, autobiográfico, *Quase uma vida – trajetória de um ex-menino pobre*. Todos com o selo da Editora Insular.

Outro livro de crônicas leva a assinatura do fiscal Hermes Justino Patrianova, ex-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina. Intitulado *Pequeno livro*, traz estudos sobre os tupis e os guaranis e relatos sobre Itajaí.

Pesquisas de caráter técnico ou jurídico foram publicadas nos últimos anos por fiscais da Fazenda, contendo estudos inéditos. E entre os mais prestigiados trabalhos estão os de autoria de José Aleixo Dellagnelo. São diversas obras: *História dos gregos* (tradução do italiano – 1960), *Os trapaceiros* (tradução do francês – 1961), *O ICM em Santa Catarina* (1968), *O ICM em Santa Catarina* (dois volumes, em co-autoria com Antônio Carlos Vieira – 1973), *Constituição e estatuto dos funcionários públicos de Santa Catarina* (1974), *Dicionário do ICM – Santa Catarina* (em parceria com Vaiani Kotzias Pisani – 1978), *Lançamento por arbitramento* (em parceria com José Abelardo Lunardelli – 1979) e *Direito Tributário* (em parceria com Helge Pantzier – 2002).

O ex-presidente do Sindifisco e ex-diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda Almir Gorges é outro com renome nacional, pelo best-seller *O dicionário do ICMS em Santa Catarina*, editado pela Cenofisco – está na décima edição, com mais de 20 mil cópias vendidas.

Deonísio Koch, atualmente no Conselho Estadual de Contribuintes e professor de Direito Tributário, tem três obras editadas. Em 2003, lançou *Processo Administrativo Tributário*, pela Editora Momento Atual. Dois anos mais tarde, autografou *Desconsideração da personalidade jurídica, com o mesmo selo editorial*. Em 2006, colocou no mercado o livro *Manual do ICMS – comentários à Lei Complementar 87/96*, da Editora da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina.

O fiscal Flávio Beal publicou, em 2006, o livro *Morosidade da justiça = impunidade + injustiça*, editora da OAB-SC, em 2006.

O resgate do município de Cocal do Sul foi produzido pelo auditor fiscal Hylário Ernesto de Faveri, em parceria com João Carlos De Pellegrin de Souza. Título: *Cocal do Sul – um mergulho em sua história*.

Uma das publicações de maior repercussão no meio artístico catarinense tem a autoria do fiscal Ney Cláudio Franzoni Viégas, filho do fundador e primeiro presidente da Affesc, Hercílio Viégas. O trabalho do também historiador Ney Viégas compreende as magníficas pinturas de Lúcio José Lanzzone, reproduzindo as principais construções portuguesas existentes na Ilha de Santa Catarina. A obra foi lançada em 2002.

A categoria orgulha-se de contar com artistas em outras áreas, como pintura, escultura e música. Em 1984, a crônica intitulada *Nossos artistas*, citava a qualidade de Donaldo Sassi, compositor e violonista dos melhores. Os versos cantados há 25 anos representavam homenagem ao coordenador de tributação e fiscalização José Abelardo Lunardelli e ao presidente da Affesc José Reinaldo Figueiredo.

O conceituado jornalista Paulo da Costa Ramos, fiscal concursado conhecido por suas atividades na imprensa catarinense, também está inscrito na galeria dos autores. Escreveu o livro de crônicas *O Jôquei da Paz*, de grande sucesso na década de 1970.

O filiado Paulo Tatim escreveu, em parceria com Toni Jochem e Ruy Tatim, o livro *Os Tatim e os Cunha na história de Soledade*, obra lançada em 2005, com edição dos autores.

Roberto Kroeff escreveu, em co-autoria com Rodrigo Meyer e Marcelo Harger, o livro *ICMS-SC: regulamento anotado*, com a coordenação de Max Bornholdt, trabalho da Editora Juruá, de 2000.

O mais recente lançamento tem a assinatura do fiscal Joacir Sevegnani. Apresentado por Índio Jorge Zavarizi, o livro *A resistência aos tributos no Brasil: Estado e sociedade em conflito*, publicado pela Conceito Editorial, resultou de tese de Mestrado.

Qualquer balanço que se faça sobre a atividade política, a representação popular, a veia artística e literária dos fiscais da Fazenda de Santa Catarina encontrará várias crônicas escritas por Gélío Osório, fundador da Associação dos Fiscais da Fazenda (Affesc) e também ex-diretor do Sindifisco, atualmente com 86 anos de idade. Não tem livros publicados, mas durante décadas ilustrou os boletins e jornais da Affesc e do Sindifisco com suas saborosas e aplaudidas crônicas.

FISCAIS: CRÔNICAS, RELATOS



E

“CAUSOS”

Convidados a participar do livro comemorativo dos 20 anos do Sindicato, os fiscais enviaram relatos, crônicas e “causos” registrados durante anos de atividades, em diferentes regiões de Santa Catarina. Os principais relatos, selecionados pelos diretores do Sindicato, constam deste capítulo.

A loja do Zequinha

Helge Pantzier

O Zequinha foi um menino criado numa família paupérrima. Muitas vezes, ia dormir com o estômago roncando. Teve piolho aos montes, sarna, vermes de todos os tipos e um grande complexo de inferioridade. Dizem que, por causa disto, saíra tão pequenino.

Tinha apenas um metro e cinquenta e três centímetros de altura. O Zequinha podia ser pequeno, mas era esforçado. Trabalhou em plantação de arroz, capinou a roça do vizinho, fez de tudo para subir na vida. Escrever não sabia quase nada, mas que era bom de contas, era.

Economiza daqui, economiza dali, coloca mais uma sola no sapato velho e vai juntando dinheiro. Um dia, resolveu jogar no bicho. Não é que deu a sorte grande? Ele ganhou tanto dinheiro como nunca tinha visto na vida. Comprou sete cortes de tecido com um atacadista e saiu mascateando pelo interior, como tinha visto um outro mascatear fazer. Foi um sucesso. Geralmente por cada Cruzeiro investido, no começo tirava dois limpinhos. Entretanto, as malas eram pesadas. Deu para comprar uma bicicleta e sair por aí.

Um dia, resolveu abrir uma lojinha. A cidade escolhida foi sua amada Gaspar. Alugou uma sala na esquina de uma rua que dava para a via principal. Já tinha comprado tábuas para fazer as prateleiras e o balcão.

Com a ajuda do cunhado e de um sobrinho, num fim de semana deu para fazer tudo. Na segunda-feira, o Zequinha abriu a sua loja cheio de esperanças.

A freguesia foi aparecendo mas era rala. Um metro e meio de chita, um corte para fazer uma calça e assim por diante. Era difícil competir com as Casas Peiter e Willy Sievert, de Blumenau.

Passou a vender fechos, botões, fitas e outras quinquilharias.

Zequinha andava muito nervoso. Dava para pagar o aluguel e manter o estoque, mas dinheiro que era bom não sobrava muita coisa.

Nos fins de semana, continuava a mascatear. Em alguns lugares não se arriscava a ir, pois trabalhar aos domingos podia ser pecado. Ele queria ir para o céu. Assim, sempre ia para a missa bem cedinho e depois ia mascatear.

Foi obrigado a contratar um contador para fazer a escrita da loja. Tudo custava dinheiro. Um ano e meio mais tarde, os negócios começaram a melhorar. O Zequinha estava feliz. Era ano de 1949. Havia um colega nosso, o fiscal Paulo Grossembacher, filho de família abastada e importante de Blumenau, um brincalhão e gozador de primeira. Ele já tinha ouvido falar do Zequinha. Sabia que ele era muito esforçado, mas muito medroso.

O Paulo era um cara enorme. Tinha um automóvel portentoso. Resolveu parar o carro na frente da lojinha do Zequinha e desembarcar com aquela pose. Olhou lá do alto do seu metro e noventa para o Zequinha e disse:

– Zequinha, onde estão os teus livros? Eu sou o fiscal Paulo Grossenbacher.

O Zequinha tremeu nas bases. Trêmulo, respondeu:

– Estão no contador.

O Paulo, então, retrucou.

– Então, vá buscá-los, Zequinha.

Ele queria mesmo meter um susto no pobre do Zequinha. O coitado do homem, não sabendo da brincadeira que nosso colega estava armando, saiu correndo a pé, desesperado, até o contador. Pegou os livros o mais depressa que lhe foi possível e voltou totalmente esbaforido. Mal conseguia respirar.

O Paulo, um gozador nato, passou a língua pelo dedo indicador inteiro e disse:

– Zequinha, estás “frito”. Só pelo que vejo nesta folha já vai o estoque de toda esta prateleira para pagar imposto e multa atrasados.

Em seguida, virou com pompa a página seguinte e soltou:

– Com o que tem de errado aqui, vai a outra prateleira.

Em seguida, virou a outra página e disse:

– Com o que tem aqui, vão as prateleiras vazias e os balcões.

Nesse instante, Paulo ouviu um baque. Olhou para o lado e lá estava o Zequinha esticado no chão, desmaiado. O Paulo pediu socorro aos vizinhos, se meteu no carrão e nunca mais voltou para a loja do Zequinha.

Promissórias irreais ou em reais?

Eduardo Lobo

No longínquo ano de 1996, ocorreu este fato peculiar. Iniciou-se fiscalização numa metalúrgica do Vale do Itajaí que havia sido denunciada por um ex-funcionário. Ele afirmava que grande parte das vendas da empresa eram realizadas com subfaturamento ou “meia-nota”, ou seja, com valores abaixo da realidade a fim de sonegar tributos.

Fomos à empresa, demos aquela vasculhada inicial e não encontramos controles paralelos. Absolutamente nada. Na parte fiscal, também não encontramos evidências que nos chamasse mais atenção. Partimos, então, para a verificação contábil. Primeiro foco: ingressos de valores muito elevados na conta CAIXA. Notamos que periodicamente havia débitos de empréstimos de alguns dos sócios. Confrontamos os valores recebidos a título de pró-labore de sócios com os empréstimos e estes davam bem mais. Paridade de aproximadamente 40 para 1. Para cada R\$ 1,00 retirado como pró-labore, eram injetados na empresa a título de empréstimos cerca de R\$ 40,00. Ou seja, os sócios estavam pagando para a metalúrgica funcionar. Como os empréstimos eram apenas indícios de sonegação até aquele momento, encaminhamos intimação à empresa, solicitando explicações documentais. Alguns dias depois, chegaram os papéis. Trinta e poucas notas promissórias assinadas por representantes da empresa e pelos sócios emprestadores, em formulário pré-impresso – desses que são vendidos em papelarias.

Importante salientar que empréstimo fictício é uma técnica usual de sonegação fiscal. Normalmente, as empresas que vendiam sem emissão de nota fiscal tinham dificuldade de justificar ingresso de valores em caixa e, por isso, simulavam empréstimos “frios” para justificar os valores no seu caixa.

Mas era muito estranho! Empréstimos sem comprovação de fonte de renda dos cedentes, sem recibo bancário, sem cópia de cheque, somente umas “promissóriaszinhas” para acobertar as operações, que em valores corrigidos até 1996 totalizavam cerca de R\$ 420 mil.

E agora? O que fazer com aquele calhamaço de notas promissórias? Vários dias analisando outros aspectos fiscais e contábeis e nada mais de irregularidade. Outros trabalhos entraram na fila de urgência, foram iniciados, concluídos e aquele papelório da metalúrgica num canto da mesa clamando por um desfecho. Eis que numa sexta-feira, em fim de expediente, ao fitar pela enésima vez o montinho de NPs, surgiu a luz.

Eureca!

A fiscalização estava ocorrendo em 1996. Até 1994, início do Plano Real, a moeda nacional era o Cruzeiro. Entretanto, nas promissórias que acobertaram empréstimos entre 1991 e 1995, constava em todas elas no canto superior direito um quadradinho impresso para preenchimento do valor, assim: “R\$ _____”. Ou seja, empréstimos anteriores à instituição do Plano Real assinados em impressos onde constava o valor em reais.

Como?

Todas aquelas promissórias haviam sido arditosamente preenchidas após a nossa intimação fiscal. Na correria, o contador deve ter saído de supetão, comprado os formulários na papelaria da esquina e sem o menor pudor datilografado os ditos documentos, para tentar burlar o Fisco, na pessoa deste que vos escreve.

Resultado: houve a notificação e a reclamação por parte do contribuinte. Respondemos à mesma. Houve representação ao Ministério Público. Após alguns meses da audiência na justiça, foi efetuado o pagamento integral, cerca de US\$ 160 mil.

Caso de polícia

Eduardo Lobo

Essa história ocorreu no início de 2008, numa fiscalização de ICMS-Substituição Tributária em empresas paulistas. A equipe era constituída por mim, Eduardo Lobo, Fabiano Nau, e, Gerson Xikota, auditores fiscais de Santa Catarina.

Estávamos a bordo de um veículo Chevrolet Blazer da Secretaria da Fazenda. Toda branca, com os vidros totalmente pretos e sem nenhum tipo de identificação de órgão público. Um veículo muito parecido com aqueles antigos camburões da Polícia Militar. Estávamos no município de Barueri, na Grande São Paulo, região de muitos condomínios residenciais fechados. Procurávamos uma distribuidora de lubrificantes que revendia principalmente produtos derivados de petróleo para estabelecimentos industriais. Tínhamos o endereço da mesma em mãos, juntamente com um mapinha conseguido na internet, uma tal de Rua São Paulo. Fomos para um lado do bairro e nos deparamos com um muro alto de condomínio. Fomos para o outro lado e ao longo de todo o lado esquerdo da via, paredões e câmeras. Perguntamos numa empresa a respeito daquela rua que procurávamos e ninguém a conhecia.

Embicamos o carro na entrada de um condomínio para perguntar ao segurança sobre a firma que procurávamos e ficamos sabendo que naquela região existiam duas ruas com este mesmo nome. Uma ficava ali, dentro dos muros condominiais, mas era região estritamente residencial. E outra a alguns quilômetros, às margens do rio Tietê. Fizemos a volta na portaria do condomínio e saímos em direção ao nosso objetivo. Fomos à direita e subimos uma ladeira. Eis que aparece uma viatura de polícia no retrovisor do nosso veículo. Rodamos mais um pouco e tivemos que parar novamente para pedir informações. Desta vez, na portaria de uma faculdade. O porteiro da instituição de ensino nos deu as coordenadas para chegarmos à distribuidora. Então, quando fizemos o balão e passamos para o lado esquerdo da via, aparece a mesma viatura de polícia. Desta vez, se fez presente com a sirene acionada. Encostaram atrás da Blazer, ligaram luzes e sons. Deram sinal para estacionarmos. Em seguida, saíram da viatura com duas armas em punho, cada um dos policiais.

Paramos o automóvel e ficamos estáticos, tomados pela surpresa. Os policiais disseram em bom som:

– Desliguem o carro e saiam com as mãos para cima.

Obedecemos. Saímos devagarinho. Os guardas pediram que colocássemos as mãos em cima da Blazer. Percebemos que somente eu e o Xikota, que estávamos na parte dianteira do veículo, é que saímos. O Fabiano, que havia sentado atrás, ficou dentro do carro, pois as portas traseiras estavam com a trava central acionada. Nesse meio tempo, os policiais foram ficando exaltados e preocupados com aquela situação de um dos elementos não obedecer às ordens.

– Mandem o elemento sair do veículo com as mãos para cima.

Eles estavam muito preocupados com este terceiro ocupante, pois os vidros eram muito escuros e eles só viam o vulto do sujeito. E continuavam com as armas apontadas. O Fabiano, estarecido com aquela situação, tratou de levantar as mãos, na esperança de que percebessem que não estava armado.

Eu tentei dizer para os homens da lei que éramos fiscais de Santa Catarina e estávamos procurando uma empresa. Mas não deram ouvidos. Não era para menos, convencer os policiais de que éramos de uma missão catarinense, quando tinham visto dois elementos, um de origem oriental e outro meio moreno, ou na linguagem policiais, pardo. Era para gerar desconfiança, mesmo.

E continuavam preocupados com o terceiro elemento. O Xikota perguntou se poderia abrir a porta traseira para o Fabiano sair. Eles consentiram. O Fabiano estava dentro do veículo, estático, mumificado, com as mãos para cima. Com a abertura da porta ele se refez do susto e foi saindo de mansinho.

Continuamos todos com as mãos para cima e insistindo em informar a nossa profissão. Eles, ainda desconfiados, pediram para apresentarmos a carteira funcional. Mas, com as mãos para o céu, não dava para procurá-las. Liberaram para um abaixar os braços e encontrar as funcionais.

Mostramos. Eles olharam com ar desconfiado. Devem ter pensado: “Mas o que fiscais de Santa Catarina estariam fazendo por aqui, ainda mais a bordo de uma ‘barca’ sem identificação”?

O Xikota, que era o coordenador da expedição e que tinha a “fachada” mais confiável – afinal de contas, um oriental catarino-paulistano –, explicou para os exigentes praças que estávamos ali procurando uma empresa por conta da substituição tributária do ICMS, que é quando uma empresa de um Estado recolhe ICMS para outro Estado, onde ocorria o consumo final etc.

Enfim, os milicos se convenceram da veracidade da história e concluíram dizendo que era para tomarmos cuidado naquela região, pois tinha a fama de “boca brava”. Se precisássemos de ajuda, poderíamos contar com o apoio deles.

Ufa, estávamos liberados, e daí uns 10 minutos chegaríamos à inesquecível empresa.

Resultado da visita: lavratura de duas notificações de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, ainda em fase de discussão administrativa, e um relatório de trabalho em SP, onde solicitamos ao pessoal da administração de veículos da SEF que coloque a devida identificação nos carros para evitar futuros inconvenientes e a necessidade de ministrar aulas de tributação para policiais militares.

Óculos de fiscal

Renato Dias de Lacerda

Quando o Renato Lacerda passou no concurso de 1995 e veio do Rio de Janeiro, era um dos fiscais de tributos estaduais mais novos a tomar posse no Estado de Santa Catarina. Ele tomou posse em agosto de 1995, com pouco mais de 22 anos.

Com jeitão típico de carioca, ainda com cara de garoto, passou por uma enrascada logo na primeira operação, poucos meses depois.

A “ocorrência” foi no município de Piçarras, que foi, naquele Verão, excepcionalmente incluída na programação de diligências da Gerência Regional de Joinville por ficar a poucos minutos de Barra Velha, último município litorâneo sob jurisdição da 5a Gerência Regional.

Partiram Renato Lacerda e Marco Aurélio Barros, seu parceiro de dupla, com a incumbência de verificar se havia estabelecimentos atuando sem inscrição estadual ou sem regime especial de funcionamento na temporada.

O Renato, sempre falador, e o Marcão, na média, formavam uma dupla afinada de cariocas.

Pois bem, pastinhas na mão, bastante formulário e carbono, lá foram os dois para Piçarras. Era Operação Verão. Então, blusão estampado, moda comum nos anos 1990 (nem faz tanto tempo assim), óculos escuros e calça jeans, foram no Chevette do Marcão dois dos representantes do sangue novo da Fazenda!

Um dos primeiros estabelecimentos em que entraram era uma típica mercearia de cidade praiana. Havia desde pipas, bóias de praia e bolas penduradas até enlatados, biscoitos e produtos diversos, acondicionados em prateleiras que formavam pequenos e estreitos corredores no meio da loja.

O proprietário, um senhor de idade, já com seus poucos cabelos totalmente embranquecidos pela experiência, levantou-se de uma mesinha, expondo seu bermudão surrado e suas havaianas, para atender à dupla dinâmica. Procedida a identificação, os fiscais solicitaram o talonário de notas fiscais, como de praxe.

Da mesinha onde ficava a máquina calculadora, o ainda simpático senhor abriu a gavetinha de troco para pegar o talão de notas

fiscais. Eis que lá dentro estava o famoso caderninho, que sob olhar dos novatos da Fazenda parecia reluzir com luz néon e pisca-pisca com os dizeres “Estou aqui, apreenda-me”!

Naquela época, a metodologia de trabalho da fiscalização dava valor à apreensão de controles paralelos de vendas não registradas, principalmente quando as operações envolviam estabelecimentos de menor porte. A Operação Verão era tipicamente orientativa, mas aquilo era um caderninho de controle paralelo! Isso era praticamente um desrespeito à inteligência do Fisco! E a atividade vinculada exige: viu, tem que apreender e notificar.

Enquanto o colega Renato calmamente preenchia o termo de apreensão do caderno, caprichando na letra por causa do carbono, o Marcão, atencioso, folheava aquela preciosa fonte de informações, com vendas de “quase” um ano inteiro. Mas o dono do estabelecimento, apesar da avançada idade, com extrema agilidade, aproveitou-se do descuido e arrancou das mãos do fiscal o caderninho.

Mas o apurado reflexo da juventude fez com que o caderno fosse recuperado imediatamente:

– Dá pra cá!

Aquele senhor não se conformou. Tentou a todo custo tomar o caderno das mãos do Marco Aurélio, que segurava o caderno no alto. Quando o Renato levantou a cabeça da batalha individual que travava com o papel carbono e duas vias de formulário, que teimavam em não ficar juntas, praticamente levou com o caderno na cabeça:

– Toma, segura aí!

Nem teve tempo de pensar. Numa mão já segurava o caderninho e com outra tentava impedir o nervosíssimo proprietário de alcançá-lo. A situação era constrangedora. O velhinho puxava o Lacerda pela camisa e pelo ombro, tentando alcançar a prova do crime, e o fiscal suava, sem saber o que fazer, tentando proteger o documento.

Já estava valendo até arranhão no braço! O nervosismo dava forças ao gerente preocupado. Afinal, lá se ia o lucro da temporada, com a provável emissão de multa pelo fiscal.

Mas um momento de inspiração impediu o que poderia ser uma tragédia. É claro que se desse um empurrão o Renato se livraria do seu violento agressor, que já parecia ter uns dois metros de altura, tamanha

sua indignação. Mas num relance o novato conseguiu imaginar a cena seguinte: aquele truculento senhor, apesar de seu excelente preparo físico e de sua imensa força muscular, poderia cair sobre uma prateleira daquelas, derrubando todas as latas no chão. E se uma estante derrubasse outra e fizesse um dominó na loja? E se a estante caísse sobre o seu oponente?

Em estágio probatório, Renato Lacerda seria demitido, preso por agressão, tomariam sua carteirinha e voltaria para o Rio de Janeiro, derrotado e ferido em seu orgulho, pensou.

“Sai pra lá, toma aí seu caderninho”, teria pensado o fiscal. E o “brutamontes” do gerente, com o caderno nas mãos, pareceu voltar ao seu tamanho natural, pouco mais de um metro e meio, e já não parecia tão forte... Mas ligeiro ainda era: correu pra calçada, entrou numa Marajó velha que estava estacionada em frente e saiu cantando pneus.

Que situação! Dois cariocas, cheios de ginga, “poderosos” com suas novíssimas carteiras de fiscal, derrotados por um vovô diante de uma pequena platéia que se formara durante aqueles longos três ou quatro minutos.

Mas isso não podia ficar assim: a instrução era ainda fresca, dos estudos e do treinamento antes da posse: chamar a polícia. “Somos autoridades, eles vão nos ajudar”. Celular? Quase ninguém tinha ainda. Liga pra Joinville, que liga pra Itajaí. Calma, calma, o reforço já vem...

E os dois cariocas ficaram na sombra, tomando sorvete, do outro lado da calçada, até que meia hora depois começa o segundo ato.

Chegou o reforço. Dois policiais e um fiscal que veio de Itajaí, já que Piçarras era jurisdição da 2ª Gerência Regional. Aquilo sim que era fiscal: alto, experiente, voz altiva. Uau! E que óculos maneiro! Ray-Ban de aviador. Parecia um dos patrulheiros do CHiPs...

Voltaram à cena os antigos personagens, os dois fiscais novatos, o dono da lojinha, o filho dele, que também trabalhava ali, mais a filha, que também apareceu. Todo mundo veio para esclarecer o acontecido, menos um: o caderninho.

– Que caderninho? Aquilo eram só anotações pessoais, não tinha nada da loja não! – era a frase repetida a todo instante e que os fiscais novatos ainda ouviriam muito nos próximos anos, em diversos outros estabelecimentos e situações.

Mas o melhor estava por vir. A filha do dono estabelecimento, com seus cerca de 30 anos, deu a mensagem final:

– O meu pai achou que vocês não eram fiscais. Mas também, usando esses óculos escuros! Isso não é óculos de fiscal!

E daí pra frente, ficou marcado: não basta ter carteirinha, tem que usar óculos de fiscal. Esse pessoal do Rio de Janeiro tinha que usar óculos espelhados, típicos de jogadores de vôlei de praia?

Isso não é óculos de fiscal, menino!

Orgulho profissional

Fernando Ferreira de Mello Júnior

Texto de depoimento enviado pelo ex-secretário da Fazenda, o fiscal Fernando Ferreira de Mello Júnior:

“Em primeiro lugar, um abraço e cumprimentos pela dedicação ao projeto de resgatar a história do Fisco catarinense. Com a tua ajuda, Cidemar, menor será o fardo do Moacir Pereira na dura tarefa de recolher dados e informações e assim desenvolver o trabalho.

Nós todos nos orgulhamos do Fisco catarinense e de seu reconhecimento no cenário nacional, seja nas lutas e desafios corporativos, seja na contribuição para a melhoria do sistema tributário nacional, aí consideradas a legislação, a administração tributária, os programas de qualificação e formação de pessoal fazendário – em especial a contribuição para a melhoria contínua dos processos de fiscalização e controle.

O relevo do Fisco catarinense se deve a inúmeros fatores, mas arrisco afirmar os seis seguintes como determinantes:

- a) a qualidade da formação de seus integrantes associada à prevalência do interesse público na execução de suas atividades;
- b) a qualidade dos procedimentos de fiscalização e dos julgamentos administrativos;
- c) o espírito empreendedor no campo da administração pública, demonstrado pela imensa maioria de seus integrantes que ocuparam cargos de chefia, desde o nuclear nível de “inspetoria”;
- d) a capacidade de o fiscal integrar-se às comunidades em que exerce suas atividades;
- e) a atuação qualificada de fiscais em outros campos da administração pública estadual; e
- f) a atuação da Associação e do Sindicato, inclusive no âmbito nacional.

Tive a honra de ser convidado pelo saudoso governador Pedro Ivo de Figueiredo Campos para exercer o cargo de secretário. Dei de mim o melhor de meus esforços, dedicação e conhecimento

em respeito à categoria a que pertencço. Conteí com a ajuda de um grande número de companheiros fiscaís e de outras pessoas. Tenho orgulho de ter servido a um estadista, nem sempre compreendido em sua época, mas que a história já justiça, como bem prova a importante obra do Moacir sobre sua vida.

Estive secretário de 15 de março de 1987 a 18 de outubro de 1988, quando decidi voltar à outra e permanente 'pasta'."

Sem proteção

Osmar Furlan

O fiscal Osmar Furlan enviou a seguinte mensagem ao diretor Cidemar Dutra: “Quero, através deste relato, demonstrar como nós, os fiscais de mercadorias em trânsito, éramos designados na minha época. Trabalhávamos para cumprir as escolas previamente estabelecidas pela direção.

Vou aqui citar quando tirávamos o plantão no Posto Fiscal de Garuva, que era de 24 horas consecutivas. E ainda tínhamos que efetuar serviço de fiscalização volante dentro da região, também com escala.

Houve uma época que, depois do plantão fiscal de 24 horas, folgávamos apenas outras 24 horas e em seguida retornávamos ao Posto Fiscal, um verdadeiro martírio, pois perdíamos até a noção do tempo.

Como se não bastasse, tínhamos que correr atrás dos sonegadores, principalmente à noite, que era o horário preferido daqueles que transitavam com mercadoria sem a devida nota fiscal.

Além de tudo, precisávamos produzir, isto é, notificar e também cobrar a notificação no ato, emitindo o talão 2/146, que era o comprovante do recolhimento na época se o notificado não fosse estabelecido no Estado de Santa Catarina. Claro que, como fiscais, a nossa missão era fazer com que o contribuinte transportasse as mercadorias sempre legalizadas, mas, por outro lado, dependíamos de produção. Se não notificássemos e cobrássemos, não receberíamos o teto máximo previsto em lei, um verdadeiro absurdo.

Resumindo: o fiscal torcia para que o transportador de mercadorias andasse sempre irregular, pois seu salário dependia quase que totalmente da produção realizada durante o mês. Quando iria fazer seu relatório no final do mês, ainda tinha que percorrer as Exatorias para apurar o comprovante de pagamento de notificações para anexar no relatório, pois sem isso as parcelas de produtividade não eram creditadas.

Até o início da década de 1970 trabalhávamos sem segurança alguma. Muitas vezes, correndo risco de vida. Depois, contamos com a Polícia Militar para nos proteger, como acontece até os dias atuais.”

A pobre jaguatirica

Osmar Furlan

Pois é, na noite de 24 de julho de 1987, precisamente às 2 horas da madrugada, quando retornávamos de uma blitz realizada na localidade de Fragoso, município de São Bento do Sul, é que ocorreu este fato. Trafegando pela BR-280 em direção a Mafra, onde estávamos lotados, eu, Osmar Furlan, e Sílvio Miranda, deparamos com uma jaguatirica atravessando a pista de rolamento em disparada.

Eu, que estava dirigindo, assustei-me e tentei desviar, mas não foi possível evitar o choque. Acabei batendo no bicho, que infelizmente morreu.

Colocamos o animal no porta-malas do carro e de manhã tiramos a foto. Com um detalhe: dava a impressão de que a jaguatirica estava viva, mas na verdade ela já estava dura (pleno inverno). Apareço segurando-a para ela ficar em pé. A imagem foi registrada nos fundos do antigo Posto Fiscal de Mafra.

Mal Entendido

Waldemar Schlichting

Fiscal aposentado, Waldemar Schlichting começou como escrivão de Exatoria em Jaraguá do Sul. Trabalhou um tempo depois no Tesouro do Estado como conferente de balancetes e mais tarde exerceu o cargo de inspetor de Exatorias em São Miguel do Oeste, Campos Novos, Joaçaba e Tubarão.

Conta ele que Carneiro (José Carlos Domingues Carneiro) era lotado em Concórdia. Residia lá também um colega fiscal do INSS. Eram todos amigos.

Determinado final de semana, as esposas viajaram para Florianópolis e os dois solteiros foram se divertir num barzinho, jogando sinuca para passar o tempo. Enquanto jogavam, o colega do INSS falou para Carneiro:

– Podíamos comer um churrasquinho ao meio-dia.

– É mesmo, podíamos até comer uma ovelhinha lá no Dassi (que era especialista em ovelha). Pede ao dono do bar, seu conhecido, para ligar encomendando.

O dono do bar diz:

– Não, vai lá você, pega o telefone e liga.

Carneiro ligou. Atendeu o Dassi:

– Tens uma ovelhinha para a gente comer?

Dassi retrucou:

– Quem está falando?

– É o Carneiro.

Pá! Dassi bateu o telefone e desligou na cara, deixando o fiscal desapontado.

Depois disso, como era próximo do meio-dia, pegaram o carro e foram até o local, uma quadra e meia de onde estavam. Chegando lá, Carneiro cumprimenta:

– Bom-dia Dassi. Então o senhor desliga o telefone na minha cara!

– Seu Carneiro, me desculpe, pensei que era uma brincadeira de mau gosto. Desfeito o mal-entendido, a ovelhinha, bem assada, foi comida pelos três amigos.

Os banhos

Ricardo Paludo

Dentro da história da Fazenda, também cabe lembrar da Exatoria, em uma alusão aos tempos idos. Podemos dizer: “Que bons tempos aqueles”! Da emissão de guias manuais, do atendimento a qualquer hora do dia ou da noite, bem antes do surgimento de nossos computadores, de nossos telefones celulares, da TV em cores, dos bancos informatizados. Era a época da presença da máquina de somar (quando tinha), da velha máquina de datilografia, do posto telefônico, da comunicação por telex a cada encerramento de período quinzena.

É, lá ia o coletor para o município sede da regional prestar contas ao inspetor, levar relatórios, balancetes. Ia buscar o cheque da folha de pagamento e as vias amarelas das notificações emitidas pelos fiscais para realizar a cobrança, tirar dúvidas, participar de reuniões com os demais colegas da região. Este era o cenário em que vivemos por muitos anos.

Lembro muito bem no meu primeiro emprego, bem antes do concurso para a Fazenda, na iniciativa privada. Foi como auxiliar de escritório que ouvi alguém me dizer: “Esta é a nota fiscal”. A diferença é que a nota fiscal era furadinha, numa alusão à autenticidade destas através de processo mecânico, tipo picote ou perfuração, feito pelas inspetorias de fiscalização ou IRTEs.

Assim, constava em todas as vias das notas de forma perfurada a expressão “10a IRTE” – era, por exemplo, o controle que a fiscalização fazia sobre a impressão e uso de tais documentos. Estas notas, após emitidas para a saída de uma carga para fora do Estado, eram levadas à Exatoria, juntamente com o dinheiro do imposto. Após muitas assinaturas e carimbadas – ou “carimbaços” –, processava-se o pagamento do tributo.

Como fazendário, não poderia esquecer das histórias, estórias e lembranças como as do Danilo Thiago de Castro, fiscal de tributos recentemente falecido em Lages. Com os seus 80 e poucos anos, entre o que podemos chamar de suas virtudes era a de nunca esquecer da repartição. Quase que diariamente comparecia à Gerência Regional. Sempre com muito bom humor, fazendo rir os colegas da ativa.

Já nos primeiros dias do mês, chegando à repartição, tirava um papel no bolso com cálculos para noticiar há quantos dias estávamos do próximo depósito bancário da folha de pagamento. Em suas despedidas, geralmente saía cantarolando: “Vou-me embora, vou-me embora, prenda minha”... “Tenho muito pra fazer”... Ou então: “Tchau, futuro chefe”, referindo-se ao gerente regional, que com certeza amanhã ou depois seria substituído.

Outra hilariante façanha, contada pelo próprio Danilo, teria ocorrido quando, ainda na ativa, no decorrer de uma reunião com o então diretor Lunardelli, discutia-se com fazendeiros de Lages sobre o procedimento a ser adotado com o gado que era levado de uma propriedade para outra para fins de banho, como tratamento com carrapaticidas, inseticidas e coisas do gênero. Aí, surge a sugestão do saudoso colega: “Façamos o seguinte. Se for para o banho, não é necessário nota fiscal, desde que coloquem em cada vaca uma toalha no pescoço e um sabonete na guampa”.

Além dos risos, rendeu-lhe, publicamente, uma repreensão do superior que estava tratando de um assunto sério.

Nossos artistas

Donaldo Sassi

Nem todos sabem, mas temos no meio fazendário alguns colegas que, de uma maneira ou outra, fazem jus ao título de artista. Dedilhando um violão, batendo um pandeiro, tocando um piano, fazendo versos ou pintando telas, esculpindo ou compondo, representando ou escrevendo, todos nós temos algo de artista, não duvidem.

Entre nossos colegas, temos um que não permite que ocasiões festivas passem sem o seu registro musical, sempre preenche de alegria e muita amizade por todos os seus colegas fazendários. Referimo-nos ao nosso colega Donaldo Sassi, que aproveitou a reunião de colegas da região de Mafra, Florianópolis e Porto União, empunhou seu violão e mandou o seu recado cantando os versos em homenagem ao falecido coordenador da tributação e fiscalização da Fazenda, Dr. José Abelardo Lunardelli:

Senhor coordenador de tributos
e da fiscalização
Eu morro na cidade de Mafra
e vim para esta função
Me acompanha minha gaita de boca
e meu inesquecível – violão

Para todos que estão presentes
Vão meus versos bem bolados
Saudando vossa senhoria
E todos os colegas estimados

Para a família fazendária
Meu abraço de coração
No balanço da milonga
Nas cordas do meu violão

A gaita que eu toco
Na Hering foi fabricada
Os instrumentos desta fábrica
Jamais serão imitados

Para a rainha das fábricas
A Hering não tem rival
Ela supera boas qualidades
Nas cidades e nas capitais

Os versos que aqui canto
Nada tem de maldade
Saúdo os nobres colegas
Com grande capacidade

Saudando todos os inspetores
Que se reúnem neste dia
Festa linda como esta
Faz tempo que eu não via

Saúdo também os supervisores
No braço do meu violão
Em cada colega um amigo
Em cada amigo um irmão

Transmito um abraço saudoso
Aos colegas estimados
No som do violão amigo
Que obedece o que for mandado

Na rima dos meus versos
Gaita de boca e violão
Peço bênção para todos
Ao Pai do Céu – nosso patrão

Patrão de todas as estâncias
Nos proteja dos perigos
Peço vossa Santa Bênção
E nos afaste aos perigos

Abençoei a família fazendária
Com longos anos de vida
Juntos de nossos filhos
E da esposa querida

Me apresento aqui cantando
Pegando de mão em mão
Deus abençoe – todos os colegas
Da grande fiscalização

Me despeço caros colegas
E defendo minha classe
Sou um fiscal rodoviário
Me chamo Donaldo Sassi

Outro canto, do mesmo Donaldo Sassi, em homenagem ao residente da Affesc José Reinaldo Figueiredo e ao vice-presidente José Carlos Domingues Carneiro:

Saudações

Abro meu peito cantando
Colegas, peço atenção
Quem nasceu como eu nasci
No berço da tradição
Mando meu abraço aos colegas
Com José Figueiredo no coração

I
Para os colegas candidatos
Meu abraço estou mandando
Nos meus versos sem malícia
Abro meu peito e vou cantando

II
Estou dando o meu recado
Nesta homenagem cantada
Saúdo os nobres colegas
Com gabarito e qualidade

III

Saúdo quem está presente
Pegando de mão em mão
Nesta milonga ponteada
Nas cordas do meu violão

IV

Saúdo – José Figueiredo
Com este copo na mão
Tomando este chope gelado
Com muita satisfação
Na vitória de um nobre colega
De um amigo, de um irmão

V

Para o colega – José Carneiro
Nosso vice-presidente
Junto de José Figueiredo
Estamos todos confiantes
Para que a nova Affesc
Esteja sempre presente

VI

Ao presidente José Figueiredo
E sua família também
Sua equipe de trabalho
Da Affesc que eu quero bem
Que seja brilhante mandato
Que os anjos digam amém

VII

Peço a Deus das alturas
Que faça brilhar a luz
Para o povo brasileiro
Com a bênção de Jesus
Que para viver de novo
Teve que morrer na cruz

VIII

Termino minha homenagem cantando
No braço do meu violão
Ao presidente José Figueiredo
Peço a Deus sua bênção
Para que a Affesc fique mais sólida
Que reine a paz, e a união
São os votos de Donald Sassi
Teu colega – teu irmão

O Arturzinho

Benjamim Fernando da Silva

Foram muitas as pessoas interessantes com as quais tive a satisfação de trabalhar. Uma delas chamava-se Arthur de Monteiro e Costa Filho, o nosso Arturzinho, que hoje deve ser figura destacada lá na fiscalização celestial. Era marcante a forma pela qual ele resolvia certos problemas.

Nos anos de 1984 e 1985, fui lotado na 2ª IRTE (Inspetoria Regional de Tributos Estaduais), sediada em Itajaí, cujo titular, à época inspetor, era o Arturzinho, protagonistas de cenas inesquecíveis, de raro teor pedagógico.

Se algum colega, sem ser convidado, chegasse enquanto ele atendia no balcão, interferindo em seu atendimento, ele emendava, dirigindo-se ao contribuinte e ao colega: “O Doutor Leonardo justamente acabou de fazer minucioso estudo sobre esta matéria. Eis aqui a pessoa mais qualificada para tirar todas as suas dúvidas”. Dito isso, pedia licença e retirava-se, numa clara transferência de responsabilidade.

Quando o contribuinte era atendido na sala de expediente, e às vezes dava aquela meia-sentada na borda de uma escrivaninha, o Arturzinho saía de seu gabinete, assim como se fosse por acaso, fazia uma paradinha estratégica e solicitava, com a mão direita estendida: “Alguém aí, por gentileza, providencie uma cadeira”. O contribuinte, percebendo a gafe que cometera, punha-se imediatamente de pé.

E esses procedimentos aparentavam tanta naturalidade que não permitiam qualquer contestação.

Amigo Arturzinho, valeu mesmo!

Um brinquedo raro

Benjamim Fernando da Silva

Lá no Morro da Cruz, num fim de tarde,
Olhar e passeando
O encanto da paisagem de Floripa,
Eu fiquei, do mirante, desfrutando.

Na graça das baías Norte e Sul,
Na ponte Hercílio Luz (o cisne negro),
Em tudo, quer posição ou natural,
Teve o belo, de fato, pleno emprego.

Pareceu-me Floripa uma boneca,
Uma boneca rara e cobiçada
Desses brinquedos lindos que conseguem
Deixar qualquer criança fascinada.

O mar me pareceu bem distraído,
Num mar de fantasias mergulhando,
A envolve-la com beijos e carícias
Qual criança feliz ali brincando.

8 o número de cabeças é...

Antonio Carlos Lopes Blaszczkiewicz

Esta estória me foi passada pelo nosso querido coleta Arlindo Correia. Ele me jurou ser verdadeira. A ele a dedico.

Certa vez, contou-me ele, que lá pelos idos dos anos 1960, onde o que mais havia por aqui era estrada de chão, tinha um certo fiscal (e acreditem, não me recordo o nome), que trabalhava há anos nos caminhos para os campos de Lages somente pilchado a preceito. Só ele, o jipe e o 38 na cintura faziam a justiça fiscal por aqueles cafundós. O que mais descia daquelas paragens, naquela época, eram caminhões trazendo gado para abate no litoral, a maioria desviando por trilhas e picadões, e, é óbvio, sem nota fiscal.

Um dia, o tal fiscal, pilchado a rigor, descuidou-se, possivelmente para aliviar-se nalguma macega. Nesse momento, desceu um caminhão cheio de gado rumo ao litoral. Pronto, o dia estava perdido, pois não tinha como alcançá-lo.

Mas, macaco velho que era, ficou ali em campana até que algumas horas depois voltava o caminhão subindo a serra, porém agora vazio.

Abordou o veículo e pediu ao motorista a nota fiscal do gado. O motorista, na maior cara-de-pau, disse, apontando para a carroceria:

– A autoridade não tá vendo que eu tava vazio?

Indignado, o fiscal não se deu por vencido. Mesmo vendo que estava realmente vazia, subiu na carreta e contou o número de bostas frescas no chão e não titubeou:

– O número de cabeças é....

E lascou uma notificação fiscal “por transportar de 'X' cabeças de gado sem documento fiscal”, atribuindo, par cada bosta fresca, uma rês. E o motorista, sem argumentos, não teve outra saída que não a de pagar sem chiar.

Uma comunicação quase perfeita

Pedro Herminio Maria

Da linguagem dos sinais do homem pré-histórico, passando pelos estudos como o da retórica na Grécia antiga, chegando aos especialistas que introduziram a comunicação nas disciplinas acadêmicas, emergindo então em meados do século XX, tendo como pioneiros Marshall McLuhan, Theodor Adorno e Paul Lazarsfeld, a comunicação permeia em todos os campos como um instrumento imprescindível.

E não é diferente no seio da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. Ela acompanha todos os movimentos. Muitas vezes, esclarece, conforta e soluciona. E vez por outra impõe dúvidas, discussões e desprazeres. A dosagem depende do emitente ou receptor. Há casos em que se torna incompreensível, com interpretações dúbias, por vezes cômicas. Principalmente a prerrogativa de possuir “olho clínico” para adivinhar os rabiscos dos contribuintes transcritos nas notas fiscais e dos hieróglifos (garranchos) dos contabilistas esparramados nos livros fiscais.

Ao ingressar em qualquer carreira profissional, o indivíduo submete-se a exames médicos. Foi assim no concurso de 1983 para fiscal de tributos estaduais. Pois bem! Última etapa antes de assumir a função pública: passar pelo crivo do oftalmo. E tinha que ser rápido. Mas quanta dificuldade em encontrar um profissional disponível. Além de ter que pagar, a maioria na pindaíba por terem saído de seus empregos – pior seria aguardar a semana seguinte. O tempo urgia para a entrega da documentação no departamento pessoal. Foi quando pensei no Dr. J. J. Barreto, conhecido oftalmo de Florianópolis. Comentei a respeito com alguns colegas mais próximos que ele certamente nos atenderia. Dirigi-me ao seu consultório seguido por uma fila. Um bom papo com o porteiro que fazia o papel de recepcionista e adentramos na ante-sala. Lá havia mais nove pessoas simples a espera do chamado. De repente, a porta se abre e o Dr. Barreto, acenando com a mão:

– Podem entrar.

Quinze sentaram-se nas cadeiras posicionadas em semicírculo. Proferiu rápidas palavras a cada um e perguntou:

– Quem apresenta algum tipo de desconforto ou dor nos olhos?

Claro que todos estavam ali por algum motivo. Mas, na hora H, todos ficaram mudos. De pé, com uma bisnaga na mão e com a outra segurando a cabeça do paciente, pedia:

– Arregala bem o olho e não pisca.

Tascava-lhe a pomada milagrosa.

– Deixa aberto, agora fecha e abre, não ponha a mão.

E prosseguia até o último. Sentado, reiniciou uma conversa com seu timbre ensurdecido:

– O que fazes? Onde moras? O que tens mesmo?

Cada um contava sua historinha, enquanto o doutor anotava tudo. Dependendo do caso, liberava alguns para o trabalho. Como sempre, ainda mais na Capital, um “convite ao ócio”, onde meia dúzia de vadios prontos a contaminar servidores públicos honrados e comprometidos, emendando final de semana. No meu caso, pelo fato de conhecer-me, demorou um pouco mais.

– Então, Pedro, qual o problema? Algum atestado?

Respondi:

– Não, Doutor. Na realidade, até quero um exame com atestado, porém não por faltar ao trabalho e sim por que vou assumir a função de fiscal na Secretaria da Fazenda. Vou precisar “enxergar” bem.

– Puxa vida! Que bom! Parabéns! Então, quer dizer que vais pra Fazenda? Da Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) até aqui, quanta evolução!

– Claro, Doutor, claro.

Foi quando lá do lado oposto um senhor falou:

– Ah é? Vais pra Fazenda fazer o quê? Cuidar de gado? Ser capataz?

Antes mesmo que respondesse, Dr. Barreto, direto como sempre, não, pestanejou, e deu-lhe na espinha:

– Seu... seu... (e segurou), que capataz coisa nenhuma. Ele vai ser fiscal da Fazenda, Fiscaaaaal. Vai cobrar ICM, vai ser um funcionário respeitado e bem remunerado.

Gargalhadas gerais. E assim todos foram atendidos, assumindo seus cargos. E a comunicação pregando as suas.

Calejado na função, lá pelos idos de 1992, iniciava-se a sistemática da substituição tributária. O colega Ricardo Laux, encarregado

do setor, resolveu ampliar o grupo convidando eu e colega Orlando Jacó Silva, o Furioso, a participar de operações no Rio Grande do Sul para atuar no setor de combustíveis. Dentre os motivos, um foi o de residirmos em Tubarão, mais próximos à base petrolífera de Canoas (RS). Convite feito, convite aceito. Lá, permanecemos por seis meses, alternando em cada semana. Passaram em nossas mãos empresas distribuidoras de óleo diesel e lubrificantes, de óleo reciclado, companhias Texaco, Atlantic, Shell, Esso e faltava a mãe Petrobras. Uma dificuldade em arrebatar a documentação, diferente da iniciativa privada. Qualquer comparação à época é mera coincidência...

Conversa vai, conversa vem, após emitida a intimação, ficou definido que o contador, de nome Mário, nos comunicaria assim que a documentação estivesse reunida. Retornamos a Tubarão e aguardamos o comunicado. Venceu o prazo e nada. Perguntamos na recepção se alguém havia recebido telefonema de Canoas. E um estagiário, que também atendia ao telefone, informava que não havia nenhum recado.

Olhamos um para outro e concluímos: já passou do tempo, vamos assim mesmo. Dirigimo-nos ao Rio Grande amado pela Estrada do Mar, que não tinha tantos radares. Lá chegando, o Jacó, com cara de brabo, pasta entre as pernas, acendendo um daqueles cigarros com filtro branco, pasta retornando às mãos, tragando numa cigarilha, passando as mãos na rala cabeleira, foi logo dizendo:

– Bom-dia! Queremos falar com o Mário.

Pensei: “agora o Furioso vai na jugular do gaudério”. Cá com meus botões: em terra estranha, bancar o macho, logo ele que, embora sério, não demonstrava nenhuma tendência a duelo. Para garantia, vou ficar na retaguarda, em alerta. Afinal, éramos uma dupla conhecida por “Cosmo e Damião”.

– Bom-dia, Mário – disse Furioso, com voz em meio aos dentes.

– Olá, catarinas! Tudo bem? Sejam bem-vindos! – respondeu, sorridente, o contador.

– Pois não é que...

O contador ia mansamente abrindo uma vasta pasta e eis que foi interrompido brutaemente pelo Jacó, que não deu tempo e falou alto.

– Tudo bem! Tudo bem, uma... – dobrou a língua, quase engolindo cigarro e cigarrilha.

– E a documentação, prosseguiu?

A fumaça foi direcionada aos olhos do assustado Mário, fazendo valer o lema “serrar de cima”.

– Ficasse de ligar e nada. Estamos esperando até agora.

Estupefato e avermelhado, respondeu Mário:

– Mas bah, tchê! Te liguei sim e por mais de duas vezes. Como não te encontrei, deixei um recado. Te digo mais. Podes confirmar quando retornar, sou homem de palavra.

Que ninguém ouse enfrentar fiscal. Os que desafiaram até agora se deram mal. E como experiente que era, baixou a guarda.

Do outro lado, de sobranceiras baixas, nos entreolhamos, pegamos os documentos e os relatórios, demos meia-volta e rumamos ao hotel. Como ninguém é de ferro, aproveitamos a noite para assistir ao amistoso entre Corinthians e Inter, no Beira-Rio.

Mastigando amendoim torrãozinho, entre o chute do ataque alvinegro e o voo do quero-quero que azucrinava o goleiro colorado (o jogo ficou empatado em um gol), Ricardo disse:

– Pedro, Orlando, não estou acreditando naquele gringo.

Sorvendo um gole de chope, disparou.

– Acho que nos enrolou, mas tudo bem, Deixa pra lá! Já temos o que queríamos.

– Olha – retruquei – Agora donos da situação, vamos chegar lá e, se for mentira, tacamo-lhe até o bucho, nem que seja uma multa acessória para esse cabra deixar de ser bobo.

Chegando à repartição, fomos conferir o tal recado.

– Bom-dia pessoal! Tudo bem? Por acaso vocês receberam algum telefonema de alguém da Petrobras?

– Petrobras! Não, não, mas tem um senhor que deixou um recado e já faz um tempão. Ah, sim. Está aqui. Pega, Pedro.

Li, reli e não me contive. Afinado, passei ao Orlando e o cabra atirou-se sobre uma cadeira, roxo.

– Ai, meu Deus! Que foi, Seu Orlando? – gritou o estagiário, assustado.

Enquanto ele rolava de rir, eu fiquei imaginando o que passava na sua cabeça e não aguentei.

– Estás pensando o mesmo que eu?

Ele, na gargalhada, (com os mesmos decibéis das conhecidas do colega Luiz Alberto Martins) acenava afirmativamente com o polegar. Olhando o bilhete, olhos lacrimejando, soletei:

– Mário “Pedro Brás” ligou às 14 horas o dia 10 de setembro.

O gajo do estagiário havia confundido Mário da Petrobras com Mário Pedro Brás. Resumindo: o verdadeiro Mário, da Petrobras, havia ligado sim. Exatos 15 dias antes e dentro do prazo estipulado por nós. Suspensa então a ideia da multa assessória por embarço dos trabalhos fiscais. Sobrou, então, a de auditoria.

Pobre estagiário. Sofreu um bocado em nossas mãos. Hoje, é um grande homem, formado, casado e pai de família.

Vamos “a la playa”

Pedro Herminio Maria

Para quem vive próximo ao mar, junto a familiares e amigos, é difícil imaginar um deslocamento de cerca de 750 quilômetros Estado adentro, sem perspectiva de regresso em médio prazo, somente por uma grande causa. Essa é uma experiência vivenciada pela maioria dos fiscais aprovados nos concursos públicos realizados pela Secretaria da Fazenda. A “pecha de interior” e rechaçada por alguns colegas (com alcunha burguesa) eu ostento com orgulho, até porque advenho de família de agricultores, lá bem do interior. Parafraçando a gauchada amiga: “Fui de mala e cuia à distante São Miguel do Oeste”.

Imagine a rotina de domingo pela manhã, a curiosidade em saber das notícias. Após o café, uma caminhada pela cidade na busca do jornal diário, na época O Estado. Fui à banca no Centro e me indicaram a da Rodoviária. Lá chegando, tinha somente o jornal de sábado. Perguntei pelo de domingo e disseram-me que somente após às 17 horas, quando o ônibus chegaria de Florianópolis. Caí na realidade e adquiri o de sábado, retornando ao lar.

São Miguel, para quem não conhece, é uma cidade aconchegante, remodelada e muito linda. Um povo, na sua maioria, oriundos do Rio Grande do Sul, acolhedor. Diferente daqueles que apregoavam: terra de gente braba com berro na cintura e pronto para briga. O que vi foram pessoas que se poderia fixar no olho, confiante, honrando palavra. Coisa que há tempo não se percebia. E assim foi.

Primeiro dia de trabalho. Nelson Abraão Netto (o Nelsinho da Laguna) como um gentleman, acolhendo todos seus pupilos, indicando um senhor de cabelos brancos, o colega Alfredo Leofler, para repassar suas experiências – a reboque, vieram também suas “traquinices”. No mesmo prédio, comportava a Exatoria e a Inspetoria de Exatorias, hoje todas incorporadas à Gerência Regional da Fazenda. Não raras vezes tomávamos o primeiro mate por lá mesmo. Porém, no andar superior, onde se instalava a Inspetoria Regional de Tributos, nos aguardava com um delicioso chimarrão a copeira Dona Érica.

Marinheiros de primeira viagem num território desconhecido, fomos ciceroneados pelo companheiro de mercadorias em trânsito

Severino Furlanetto, no seu robusto Fiat 147 bege. Enfrentando estradas esburacadas, lá íamos nós aprimorando os conhecimentos sobre fiscalização. Enquanto vistoriávamos estabelecimentos, volta e meia Furlanetto interceptava um caminhão com toras, suínos, milho, soja. Nos veículos sem nota fiscal, tascava-lhe uma notificação. E adiantava: “todos vão participar do resultado”. O homem, além de nos dar carona, ainda nos premiava com o fruto do seu trabalho. Quanta solidariedade!

Mas o tempo foi passando e a turma foi se cansando daquele ambiente e com saudade do cheiro de maresia. Todos contavam a hora de pegar férias e dirigir-se ao litoral. Antes, porém, foi feito um convite para quem quisesse participar de uma “Operação Praia” na região de Balneário de Camboriú no período de dezembro a fevereiro. Detalhe: sem diária. Salário igual, com despesas por conta. Em pleno Verão, com aluguéis pela hora da morte? Sobraram vagas. Todos queriam era curtir um pouco da “vadiagem” à beira-mar junto de seus familiares.

Enquanto isso, trocando ideias com o colega Eugênio Niesciur, uma dupla afinada, topamos o desafio. Convite feito, convite aceito, ainda que no prejuízo, pensávamos em unir o útil ao agradável. Levei a família para Palhoça, que ficou, alternativamente, entre a casa dos sogros e a dos meus pais. Quando a situação permitia, em um hotel na “Copacabana” catarinense. Foram 60 dias de trabalho, vistoriando e monitorando o comércio local. Alguma noite, Rubens Faria, o Rubinho, veterano do tênis e colunista do jornal da Affesc (Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina), dava uma palhinha entoando seresta e bolero em restaurante de um amigo seu. E nós acompanhávamos, deliciando aquele camarão regado a cerveja. Ainda bem que era por somente uma hora, do contrário quebraria o amigo, não pela alimentação que obviamente era paga, mas pela audiência de fregueses, que raleava quando o “menino” empunhava o microfone. Até que dava para o gasto!

Às quartas-feiras, a turma se reunia na sede da Cooperativa de Leite, próxima ao trevo de acesso a Brusque. Onze de cada lado, os de fora contra os da diretoria, e o bicho pegava. Do lado da diretoria, Cidemar José Dutra, então diretor de Fiscalização, regia a orquestra. Do outro, uma disputa de liderança, que sempre finalizava em acordo. Numa tarde inspirada, o irrequieto Rubinho, “enfezado” não se sabe o

porquê, pegou a bola e foi “comendo” todo mundo. Também pudera! Uma turma de senhores de meia idade... Passou por um, por dois e lá na sua frente o diretor Abelardo Lunardelli (Tio Luna). Parou, pensou e meteu-lhe a bola entre as canetas. Não se contendo, voltou e tacou-lhe o drible da vaca à moda Rivelino.

Percebendo que a coisa estava ficando preta, parou e esperou o Tio Luna. Agachou e pôs a bola embaixo do braço. Fitando nos olhos, cumprimentou-o, dizendo:

– Desculpa, chefe, mas tinha que fazer. Estava entalado na garganta e agora estou vingado.

Ao sábio diretor, restou uma senhora gargalhada, ovacionada pela turma do trago, composta pelos lesionados, pelos do banco e pelos que apreciavam o espetáculo do lado de fora do campo. Chega o homem de preto, aplica-lhe um amarelo, bola no chão, e reinicia-se o jogo. Lá na frente, postado na banheira, Edson Roberto Búrigo, aos berros olhando para mim:

– Pedrão, Pedrão, deixa de ciscar e passa de uma vez que estou livre. A defesa deles é uma baba.

E lá seguia o cruzamento, de pé trocado, a pelota redondinha, direta na cabeça do italiano, metendo nas redes adversárias. Esmurrava o ar como Pelé e corria para o abraço. Pena que as cenas não eram gravadas. Edson Búrigo, centroavante hoje bastante calvo, ainda em atividade, que nas horas vagas preside o Tigre de Criciúma.

Fim de jogo, muita carne e “cachaçada”. Com as cabeças quentes, começavam as gozações e até as discussões. Um dia, soltou-me a pérola o diretor Lunardelli:

– És bom, mas como afirma o Búrigo, jogas no outro time. És do contra. Vem pro nosso lado.

Eu não estava nem aí para o que me diziam. Não era do contra coisíssima nenhuma, apenas tinha opinião contrária em muitas ocasiões. Todavia, o respeito e amizade permaneceram até nos seus últimos dias. Quanto aos demais, creio que será para sempre.

No Verão, Balneário Camboriú quadruplica sua população. Surge de tudo. Atrás do bom, vem também o marginal. E não é que uma dupla, um galego alto e um moreno baixo, inventaram de assaltar, fazendo o maior estrago na região. Foi quando um delegado conhecido avisou-nos:

– Rapazes, cuidado! Vejo vocês juntos e com um Passat bege. Pois foi justamente uma dupla com características semelhantes que andaram aprontando esta semana. Nieseieur e eu, como prudência, diminuímos as saídas. Depois de os marginais serem presos, seguimos vida normal. Tarefas concluídas, retornamos bronzeados para a querida São Miguel, que nos aguardava de braços abertos, com muito trabalho pela frente.

Ah! Os que rejeitaram a proposta da “Operação Praia” não puderam dizer não à convocação à “Operação Safra”, de milho, feijão e soja, que já caminhava para seu segundo mês. E os praianos chegaram para reforçar a frota. Sol e muita poeira. Os trabalhos eram nas três fronteiras: Sul, Itapiranga e Mondaí, com o Rio Grande do Sul; Oeste e Dionísio Cerqueira, com Bernardo de Irigoyen, na Argentina; e Norte, Palma Sola e Campo Erê, com o Paraná. A fronteira Leste, com Maravilha, ficava totalmente dentro do Estado.

Na ocasião, até colegas do Litoral Sul contribuíram com suas estadas na região. Nas folgas, caçavam pombas, que eram preparadas, recheadas e servidas com polenta, radiche e um bom vinho colonial.

Por se tratar de região com mais de 600 metros de altitude, de campos abertos e com frente frias, as noites tornavam-se insuportáveis. Alguns levavam café, outros uma graspa, que degustavam às escondidas para esquentar o corpo. Numa noite gelada, repleta de sereno, chão coberto de lâminas de madeira (espécie de compensado) para se proteger do barro vermelho. Quando chovia, o terreno virava um lodaçal. Quando o sol abria, imperava uma poeira insuportável.

Júlio Hiroshi Fuji, que acabara de adquirir um belo Fusca bordô, inventou de ir à cidade distante uns dois quilômetros. Como o carro não pegou, chamou-nos para dar uma ajuda. Noite de lua, morro abaixo, o Japa esqueceu de limpar o para-brisa, embaçado de orvalho. Só deu tempo de gritar:

– Olha o barranco!

Quando botou a cabeça para fora, não deu tempo. Bum! Enquanto rolávamos no chão de tanta risada, o moço queria dar um tiro no carro. Ainda bem que não era em nós. Não queria briga, mas ficou uma arara, como se fôssemos culpado por comprar carro enguiçado.

Dia seguinte, além de ter que arrumar o carro e agradecer pelo feito, pois sozinho não teria ido à cidade. Ele teve que cuidar sempre de completar o óleo – a cada 10 quilômetros, meio litro do remédio.

A melhor de todas foi quando o dinheiro de março já havia terminado. É sempre assim: sobra mês no fim do dinheiro. Para surpresa da turma da praia, lá estavam depositados duas ajudas de custo por conta dos trabalhos desenvolvidos. Quem não gostou muito foram os que rejeitaram a proposta de ir a “la playa”.

O porteiro exemplar

Alfredo Rovaris Jr.

Iniciada fiscalização em multinacional da Região Norte do Estado, a empresa foi “convidada” (intimada) a apresentar os livros fiscais de curto período (apenas um semestre), mas que, diante de suas operações, perfaziam grande volume.

O funcionário da contabilidade viu-se obrigado a requisitar um veículo exclusivamente para o transporte dos livros fiscais. Devidamente autorizado pela chefia imediata, carregou os livros fiscais e dirigiu-se à portaria da empresa.

O porteiro, recém-contratado, orientado de que nada poderia sair sem nota fiscal, solicitou ao funcionário da contabilidade que abrisse o porta-malas do veículo para a devida averiguação de rotina.

Diante do volume de livros fiscais, exigiu a apresentação da correspondente nota fiscal para transporte das mercadorias. Perplexo, o funcionário da contabilidade argumentou que eram livros fiscais, os quais não necessitariam de notas fiscais para o transporte.

Diante desta negativa, o porteiro foi incisivo:

– Durante meu plantão, nada sai sem nota fiscal. Pode voltar.

Impedido de prosseguir, restou ao funcionário retornar ao seu local de trabalho e aguardar o porteiro no dia seguinte. Ainda no prazo para a entrega dos documentos, apresentou-os ao fiscal e relatou o episódio ocorrido na portaria da empresa, o que “rendeu” muita graça nas semanas que se seguiram.

A cobra

Alfredo Rovaris Jr.

Ingressei no Fisco em agosto de 1995. Durante a Operação Safra de 1996/1997, fui designado para realizar plantão fiscal na BR-116, junto à PRF de Santa Cecília, em local denominado Campo Alto. Descobri, da pior maneira, que o nome não era por acaso. Perto dali, placas indicam ser ali o ponto mais alto da BR-116 em todo o país.

Em pleno mês de janeiro, os fiscais mais antigos recomendaram levar casaco, cobertor, café quente na garrafa, ou seja, todos os “aparatos” para uma noite fria de Inverno. Desconfiado, julguei que se tratava de galhofa comigo, por ser novato.

Saí do litoral catarinense após um belo fim de semana de sol e calor. Levei apenas um cobertor, daqueles mais fininhos, e ainda escondi no porta-malas, para ninguém ver. Afinal, mesmo novato, eu era “esperto”.

Às 22 horas, o vento frio era de lascar. O fiscal mais antigo, vendo que eu estava desprotegido e encarangado, disse que faria a primeira parte do plantão na madrugada. Depois de muito bater o queixo, consegui pegar no sono. Pouquíssimo tempo depois, cerca de 30 segundos para quem está dormindo, fui acordado para a troca de plantão. Fiquei o máximo possível dentro do motor-home.

O objetivo principal da “Operação Safra” naquela região é cobrar o ICMS relativo às mercadorias remetidas para outros Estados, principalmente feijão e alho. Ainda, secundariamente, é recolhido o ICMS do frete (serviço de transporte rodoviário de cargas), principalmente de tomates produzidos na região de Caçador.

Para evitar o inclemente sol de Verão, transportavam as cargas de tomate de madrugada, com expectativa de chegar a São Paulo no início da manhã do dia seguinte. Dentre os vários caminhoneiros, um deles chamou minha atenção. Sem camisa, elétrico, olhos esbugalhados, ele falava sem parar. Com um frio daqueles, não era normal. O “rebite” era o seu combustível, um dos seus companheiros de estrada relevou-me. Dura realidade.

No prazo estipulado pelo colega fiscal, trocamos o plantão novamente. No fim das contas, o cochilo do fiscal mais antigo havia sido muito maior. E vi que o novato tinha que pagar pedágio.

Às 7 horas, repentinamente, um caminhão fura a barreira e, apesar da ordem do policial militar que nos acompanhava, somente parou a vários metros de distância. Deixei o fiscal mais antigo ir na frente e fiquei acompanhando o momento tenso. Já me aproximando por trás do caminhão, vi um papel voar para fora da janela do “carona”, o qual não poderia ter sido visto pelo fiscal mais antigo que se aproximava para a abordagem, pelo lado do motorista.

Solicitados os documentos ao motorista, discretamente relatei o ocorrido e o fiscal mais antigo desconfiou que se tratava do “pedido” com os valores reais da operação (subfaturamento).

Dirigimo-nos ao acostamento e ficamos procurando os papéis, mas o mato alto impedia maior visibilidade. Encontrei os papéis e não fiz alarde, ainda lembrando o plantão desigual e o breve cochilo na madrugada. Indiquei o local vagamente e fiquei atrás do fiscal mais antigo. Quando ele se inclinou para pegar os papéis e falou em voz alta:

– Achei.

Peguei no seu calcanhar e gritei:

– Cobra!

Os papéis voaram prum lado e ele saiu em disparada pro outro.

Após muitas risadas, ele lavrou a notificação fiscal. O plantão seguinte foi mais igual. Quer dizer, nem tanto! Afinal, eu era novato...

Passos de matuto, vitória da persistência

Pedro Júlio Sulzbach

Naturalmente, não devemos iniciar um conto em sua metade, portanto, reportemo-nos há exatamente 56 anos ao passado. Em 1952, nasce o terceiro filho da família Sulzbach no interior de Xanxerê, numa localidade denominada Linha Invernadinha. Iniciava, então, a caminhada de um matuto que passo a passo, quem diria, iria morar na Capital!

O sacrifício, a luta, a força de vontade são atributos transformadores de comportamento, de situações – da miséria à abundância. Dificuldade foi a palavra-chave na trajetória de nosso personagem. Espírito vencedor foi o antídoto para transpor cada uma das barreiras.

Seria mesmo coisa do destino? Ou o que muitos chamam de reencarnação, resgate de espírito? Seja o que for para o que viemos, a certeza é que existe uma divindade coordenando esses movimentos. Todos já ouviram, pelo menos uma vez: “Parece coisa do destino”.

Dizemos isso por que, aos dois anos de idade, Pedro foi acometido pela poleomelite, fato que o marcou com sequelas profundas, tanto físicas quanto psíquicas. Ainda era cedo demais, poucos sabiam quem ele era. Só que ele jamais ficaria excluído, inútil. O costume da época, até pouco tempo, pessoas “diferentes” eram deixadas de lado. “Ah! Esse cara é doente, não serve para nada.”

Não foi isso que aconteceu com Pedro Júlio, segundo nos relata. Sem saber o que hoje chamamos de discriminação positiva, sua família já a praticava há 50 anos. Todos queriam sua proteção, livrando-o dos serviços pesados da lavoura, ficando em casa para ajudar a mãe nas tarefas consideradas domésticas. Situação tal que lhe incomodava e, quando menos se esperava, lá estava reunido com a turma. Veio a adolescência, o futebol, a escola, os primeiros passos em uma profissão – o magistério.

Destino ou planejamento supremo? Foi ser professor na mesma escola, onde iniciou os primeiros anos como aluno. Então, para dar seguimento, cursou, no 2º grau, Magistério; no superior, Letras.

Como preferem dizer alguns acomodados, um sujeito de sorte, de muita sorte. Porém, quem está na luta já prefere chamar tal situação de preparação. “Quanto mais nos preparamos, mais sorte teremos”.

Como todos sabem, no Magistério o salário sempre foi pouco. Portanto, o espírito inquieto planejava sua investidura em outros rumos. Surge, então, o concurso de ingresso na Exatoria Estadual – hoje, analista. Ainda não seria o suficiente. Procurou mais preparação e ingressou no curso de Direito, na Fundação Unoesc, em Chapecó. Curso que lhe abriu possibilidades para participar de vários concursos públicos, um deles para o cargo de fiscal de tributos do Estado de Santa Catarina.

Juntando a preparação buscada incessantemente com o preceito constitucional conhecido como vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, no concurso de 1998, Pedro foi aprovado para o cargo que hoje exerce, desempenhando suas funções na 1ª Gerfe (Gerência Regional da Fazenda Estadual).

Dessa maneira, passamos aos amigos leitores uma parte da história de nosso filiado, podendo denominá-la de vitória da persistência. Quem o conhece nas entrelinhas, sabe o porquê!

A morte dos porcos

Odair Comel Periolo

Atuando na localidade de Passos das Antas, em Abelardo Luz, Odair Comel Periolo conta que interceptou um caminhão de porcos carregados em Passos das Antas, na Empresa Ernesto Paglia, comerciante naquela região. A legislação exigia para tal transporte o recolhimento antecipado do imposto.

Constatou que o motorista não tinha nota fiscal para acobertar os 30 porcos que transportava. Perguntado sobre isso, respondeu que nota fiscal era com a empresa. Foi feito, então, termo de ocorrência e apreensão. Os porcos, cansados, foram descarregados num chiqueiro. Acontece, porém, que ao descarregar na prensa, houve uma queda. Quatro porcos passaram mal e morreram.

Mais tarde, chega o dono da empresa e traz consigo um advogado. É chamado então o fiscal responsável pelo setor, Pedro Medeiros Santiago, para resolver a pendenga. Vendo os porcos mortos, o dono esbravejou.

– Doutor, o responsável pela morte é a Fazenda ou esse desgraçado aí – disse ao advogado, apontando para o Odair.

Nesse meio-tempo, enquanto a discussão caminhava, Odair preparou a notificação colocando como observação: “A carga trazia tantos porcos vivos e tantos porcos mortos”.

Com isso, fundamentou o ato fiscal, não dando chance para reclamação futura.

A notificação

Odair Comel Períolo (confirmar)

Comissão fiscal fazia um levantamento físico de feijão numa cooperativa que, segundo denúncia, não pagava imposto. Fazia parte da comissão o colega Sidnei Sulsback, amigo do presidente da cooperativa, que concordara em iniciar a fiscalização no dia seguinte para verificação do estoque, que deveria estar em sacas de 60 quilos.

No dia seguinte, ao iniciar a fiscalização, abrindo-se o depósito, tamanho foi o espanto. Todo o estoque de feijão passou a ser a granel, encontrando-se pela frente um grande monte do produto.

Sidnei falou:

– E agora? Como contar?

Veio a ideia. Pegaram uma ripa de madeira e começaram a espetar o volume. Depois de alguns cálculos, chegaram a um número “X” de sacos. O curioso foi que, por incrível que possa parecer, o número praticamente coincidiu e o presidente da Cooperativa desabafou:

– Não é que quase acertaram mesmo!

Notificação lavrada, notificação aceita.

O Jacaré

Odair Comel Perólo (confirmar)

Um inspetor tinha o hábito de chamar os funcionários (assistentes de inspetor) com uma campainha. Odair, assistente na época, e também Jaime Perotoni, hoje aposentado como auditor fiscal e que exerce o cargo de procurador da Justiça do Trabalho.

Büchele usava o toque da campainha para chamar este ou aquele funcionário, apertando uma ou duas vezes o instrumento, conforme a necessidade do serviço. Querendo aprontar, referidos funcionários resolveram pregar uma peça e tiveram a ideia de colocar algodão (cotonete) na campainha, abafando o som. Frustrado na tentativa de chamar o funcionário por toque, irritado, arremessou-a contra a parede que chegou a quebrar o badalo. Ele não se conteve e gritou:

– Jacaré!

Jacaré era o apelido do Odair, que até hoje permanece, como é mais conhecido.

O fardo

Sílvio Miranda

Na época, tinha o cargo de fiscal de mercadoria de trânsito. Em 1962, o diretor de fiscalização era Henrique de Arruda Ramos e o inspetor regional de Tubarão, Nabor Teixeira Collaço. Assim é que, nos dias 1º, 2 e 3 de março, Hamilton Viana e Adolar Speck deram assistência a ele, deixando-o sozinho para cuidar do posto fiscal.

De madrugada, amanhecendo o dia, na Serra do Rio do Rastro, no posto fiscal recém-criado (o famoso Posto da Subida) desceu uma tropa de bois sem qualquer documentação fiscal. Eram 151 bois o total da tropa, que importou numa notificação de 151 contos de réis. Tropa apreendida, notificação emitida. E o pagamento? O pagamento veio à tarde do mesmo dia, num grande saco cheio de notas de 500 num jipes Candango. Assustado com tamanha quantidade de dinheiro e preocupado com a segurança do mesmo, dormiu naquela noite em cima do saco (de dinheiro). Na manhã seguinte foi a coletoria de São Joaquim. O coletor era o Celso, que se recusou a receber a grana.

Aí, não restou outra alternativa. Usando o carro do colega Viana, se deslocou até Tubarão, sede da Inspetoria, onde o inspetor era Nabor Teixeira Collaço que mais tarde veio a ser diretor de Fiscalização. Imediatamente foi providenciado o depósito e assim saiu um pesado fardo (saco de dinheiro) das costas do zeloso fiscal.

A boiada

Cantídio Alberto Ferrarezi

Quando eu trabalhava em Porto União, era comum ir para a estrada para exercer a função fiscalizadora num trabalho executado mais como fiscal de mercadorias de trânsito.

Numa dessas ocasiões, interceptei uma tropa de bois sendo conduzida por um só tropeiro. Como de costume, pedi o documento fiscal para acobertar tal transporte e recebi como resposta que não tinha nenhuma documentação por parte do tropeiro, em quem observou certo nervosismo.

Com calma, então, perguntei quantas cabeças estava transportando e este respondeu: 30 cabeças.

Assim, lavrei a ocorrência. Fazendo os cálculos, emiti a notificação pedindo ao tropeiro que assinasse o ato fiscal. Após ver o documento apresentado, o tropeiro arregalou os olhos e disse:

– Eu não assino isto coisa nenhuma. Fica com a tropa.

Ele montou no cavalo e saiu em disparada.

Como fiscal, fiquei desesperado. O que fazer agora com a boiada? Parei, pensei e não achei outra alternativa a não ser ir tocando a tropa devagar até encontrar alguma pastagem mais à frente para resolver o problema.

Tempo depois, avistei um pasto grande com uma casa. Pedi licença e expliquei o caso à moradora. Obtive permissão para colocar o gado. Outro imprevisto ocorreria após lavar termo de depósito e pedir para a mulher assinar. Ela recusou:

– Eu não vou assinar isto moço, não quero incomodação pra mim.

Mais essa.. Só que não teve outro jeito e deixei ali o gado. Expliquei para a mulher que ia buscar o tropeiro. Peguei o jipe e me mandei atrás do dito cujo. Encontrando-o, expliquei a situação e falei que não existia mais notificação e que podia retornar para pegar o gado. Dito e feito. Respirei aliviado e berrei, escapei de boa. O dia tinha sido pesado.

O ladrão

Alécio Botelho

Havia sido prometida pelo coordenador de fiscalização Abelardo Lunardelli a remoção do Ledo, de Porto União para Joinville. Enquanto a remoção oficial não acontecia, Ledo trabalhava em Joinville, mas morando em Porto União.

Alécio, lotado em Porto União, quando vinha para Florianópolis, pegava sempre carona até Joinville. Nestas viagens, Alécio notava a preocupação do colega Ledo quando via algum veículo emparelhar ou mesmo vindo atrás, achando que estava sendo seguido. A preocupação ou o medo fazia com o que o colega ficasse de arma em punho, esperando, quem sabe, um atentado (talvez reflexo de alguma ameaça que tivesse sofrido com o trabalho fiscal).

Essa atitude continuada levou Alécio a chamá-lo de “O Pistoleiro”. O mais engraçado disso tudo é que, bem mais tarde, contado por ele mesmo, Ledo, já aposentado, morando em Coqueiros, na Capital. Sua casa era bem protegida por muro alto, mas foi invadida por um ladrão à noite, que fez muito barulho, acordando O Pistoleiro.

Não deu outra. De arma em punho, Ledo flagrou o ladrão com sua televisão na mão.

– Pare, se não eu atiro – gritou.

Como o dito cujo continuou carregando sua TV, não restou outra alternativa. Puxou o gatilho e esperou o estampido, mas nada se ouviu. Mais uma puxada e mais uma vez, nada.

Foi quando o ladrão, debochando da situação embaraçosa que se apresentava, botou a língua pra fora e gozou do pistoleiro, que não teve outra saída, já com medo, deixar que levasse seu precioso bem.

Até hoje está sem saber se puxou mesmo o gatilho...

A mala
Nelson Cabral

Oficial de Gabinete dos secretários Cupertino de Medeiros, Ondino Doin Vieira, Nelson Madalena e Ivan Matos, nos anos de 1964 e 1965, exerceu a função durante o período do secretário Ivan Matos. E aí conta que o secretário não recebia no gabinete colega que não estivesse de gravata.

Numa ocasião, o colega Fausto precisava muito falar com o secretário e teve seu nome anunciado. Mesmo com a ressalva de que estava sem gravata, pensou que isto não teria problema, dado o bom relacionamento com o chefe. Para justificar a falta da gravata, alertou ao colega Fausto para que se dissesse ao secretário que tinha perdido a mala.

Não colou. A resposta do chefe não deixou dúvidas.

– Diga ao Fiscal que, quando achar a mala, venha conversar.

Multando no grito

Valdemar Schlichting

O fiscal Vitor Morong, que mais tarde foi inspetor da região de Joaçaba, morava em um hotel. Atrás, a uns 50 metros, existia um açougue que carneava porcos.

Era voz corrente que o açougue matava vários porcos por semana. Fiscal precavido que era, ele começou a marcar, em forma de risco, cada berro que ouvia tantas vezes por semana. Depois de muitas anotações, resolveu fiscalizar tal açougue. Para sua surpresa, o registro contava apenas um porco abatido por semana.

Não teve dúvida. Puxou do caderninho e emitiu a notificação considerando suas anotações (berro do porco abatido) como sendo abate semanal de 4 a 5 cabeças, no que o contribuinte concordou.

Ficou conhecido, depois, como o fiscal que multou pelo grito do porco.

O entrevero

Rubens Cabral Faria

Por ocasião da safra de milho e feijão, eram designadas comissões fiscais para levantamento de grãos em empresas do ramo. Nesse trabalho, sempre se fazia necessária a presença de um fiscal auxiliar supervisionando o serviço.

Numa dessas visitas houve uma conversação entre os responsáveis pelo estabelecimento em alemão. O que eles não suspeitavam é o que iria acontecer.

Machadinho, de cor preta, era membro da comissão e tinha um porte avantajado. Depois de ouvir a conversa em alemão, saiu em direção ao jipe, voltando armado e subiu a escada para pôr fim a questão.

Depois é que vim a saber do que estava sendo preparado pra mim: uma agressão física. Acontece que os fulanos não poderiam imaginar é que Machadinho tivesse sido criado por uma família alemã em Jaraguá do Sul e que entendia tudo do idioma.

Desta forma, antes de qualquer entrevero, tratou de calar a boca dos ameaçadores. Escapei de boa e o trabalho continuou tranquilo.

A inscrição

Celso Harri Freitag

Pelos idos de 1985, estava de plantão em um trailer, nos arredores da cidade de Campo Erê, junto à divisa com o Paraná, fiscalizando a circulação de grãos, principalmente a soja, que estava em época de colheita na região. Avistei a vinda de dois rapazes, ao longe, que ao verem o trailer pararam e começaram a conversar entre si. Não demorando muito, aproximaram-se e perguntaram “se havia vaga para trabalhar”. Disse-lhes que não e que, mesmo que houvesse, haveria a necessidade de prestar concurso público. Surpreso um deles indagou:

– Concurso para colher soja?

Então percebi que o equívoco se deu pela inscrição estampada no trailer: Secretaria da Fazenda.

O auxiliar

Waldo José Franzoni

Índio Zavarizi e Cláudio Ramos, quando se dirigiam ao interior da Grande Florianópolis no trabalho de fiscalização, levavam sempre, com concordância do inspetor regional, um fiscal auxiliar. O escolhido era sempre o Franzoni.

Certa feita, em direção a Anitápolis, numa estrada de chão, tiveram que atravessar riachos. Em alguns deles, não tinham ideia da profundidade. Não querendo arriscar, tiveram uma ideia luminosa ou “encharcada” de usar o auxiliar Franzoni como testador de profundidade, no que se sentia muito útil e prestigiado. Era um tal de tirar o sapato, suspender a calça – quando não tinha que tirá-la –, para garantir a travessia. Claro que isto era feito com muito riso e tornava a missão mais prazerosa.

Razoável também, seria carregar um varal ambulante para ajudar na secagem das roupas do pobre auxiliar.

O caroneiro

Waldo José Franzoni (confirmar)

Franzoni e Erich Passig, que tinha o apelido de Hulk, dado o seu corpo avantajado e a característica de apertar a mão com muita força, às vezes até estralando os ossos de quem recebia a saudação, formavam uma comissão fiscal. Aliás, era uma “comissão de peso”, já que Franzoni também passava dos 100 quilos.

Certa vez, em Garopaba, onde já tinha estado em outra época o fiscal Guilherme, a dupla fazia fiscalização em contribuintes da região, na taxação de valores para recolhimento do imposto conhecida como estimativa fiscal (valor fixo mensal).

Eles usavam da seguinte estratégia: primeiro, mapeavam os contribuintes a serem visitados e em cada um deles solicitavam todos os documentos fiscais que possuísem (blocos, notas, guias) e procuravam saber também o guarda-livro (contador). Foi então que um deles estranhou a solicitação e esbravejou:

– Nossa, este é mais brava que a “pintada”.

Foi uma referência ao fiscal Guilherme, que era todo sardento.

Contou também Franzoni que, dado seu peso, o Fusca do colega Seara (Sebastião Seara) na hora da revenda (troca) era sempre desvalorizado em razão do desnível do carro. Franzoni sempre ia como caroneiro na fiscalização no interior.

Muito obrigado

Helge Pantzier

Este artigo homenageia um homem brilhante, que atrás de sua simplicidade tinha uma grande sabedoria.

Oswaldo Silveira era um senhor mulato, cuja mulatice naquela época era objeto de mais preconceitos do que é hoje. Ele tinha sido presidente da Liga Operária de Florianópolis, vindo de uma família extremamente humilde – o pai era trabalhador do porto, o avô fora escravo. Ele, por seus próprios méritos, havia chegado a sub-diretor técnico da Fiscalização da Fazenda.

Fora nomeado pelo secretário João Baier Filho, em quem dera uma bronca quando foi presidente da Liga Operária. O João Baier Filho (Joça Baier), outro homem sábio, depois da bronca que levou, disse:

– Preciso de um homem desses. Ele tem dignidade.

O Joça Baier o nomeou diretor técnico da Fiscalização da Fazenda.

Na época, concurso público era coisa raríssima. O Oswaldo honrou o seu cargo. Era um homem de rara dignidade. Todas as pessoas mais lúcidas da Fiscalização o admiravam e respeitavam.

O cargo importante não lhe subiu à cabeça. Continuava o homem simples e sábio de sempre, que ajudava a todos que viessem procurá-lo com seus conselhos e sugestões. Era incapaz de praticar uma maldade, mas tinha grande senso de humor. Os mais safadinhos às vezes tentavam aproveitar-se de suas bondades, mas ele sempre achava uma forma de contornar o assunto com habilidade.

Em 1960, passei no concurso para o cargo de fiscal da Fazenda. Antes disto, havia sido funcionário administrativo da fiscalização. Nesse tempo, o conheci bem. Nosso concurso foi muito tumultuado. Havia a transição do governo Heriberto Hülse para o governo Celso Ramos, adversários políticos.

Todos os tipos de boatos corriam à boca pequena. Tínhamos que tomar posse antes que o novo governo assumisse, pois havia a promessa de anular todos os concursos que foram feitos a rodo, no apagar das luzes do governo que saía. Muitas pessoas achavam que a transição seria o fim do mundo. Todos os colegas recém aprovados foram tomando posse.

Montezuma de Carvalho, o então diretor da fiscalização havia licenciado ao apagar das luzes do governo que saía e o Osvaldo assumiu a direção geral. Um dia, ele estava na portaria comandada pelo Sadi Silva procurando por um processo quando apareceu um dos últimos colocados no concurso, todo paramentado, de terno feito em alfaiate, gravata de primeira, um lenço no bolso do paletó e sapatos lustradíssimos.

Chegou na portaria, viu o Osvaldo e disse do alto de sua importância.

– Ô, moço, onde se toma posse para o cargo de fiscal da Fazenda?

O Osvaldo, como sempre em mangas de camisa, disse a ele:

– Ah, o senhor vem tomar posse? Muito prazer, eu sou o Osvaldo. O senhor venha comigo, vou apresenta-lo à Dona Zulma que já preparou o seu termo de posse.

A Dona Zulma pediu os documentos necessários, que ele já tinha consigo, e mais dois selos estaduais que teriam que ser colados no termo de posse. Era praxe escrever a data manualmente por cima dos selos ao final do termo de posse e o aprovado assinar também por cima dos selos.

Ainda não havia caneta esferográfica naquela época. Assinava-se com caneta tinteiro. Como ele não sabia onde comprar selos, encontrou o seu Osvaldo no corredor e perguntou a ele do alto da sua importância:

– Ô, moço, onde a gente compra os selos para a posse?

O Osvaldo disse a ele que descesse as escadas e virasse para a direita que na parte mais baixa do prédio, que ficava virada para a Rua Trajano, havia a Coletoria Estadual, que vendia os tais selos para a posse.

Com os selos na mão, ele voltou. Colados os selos, ele assinou e estava empossado mais um novo fiscal da Fazenda. Ficou combinado que, no dia seguinte, ele voltaria para saber onde seria lotado.

Ao sair, ele novamente encontrou no corredor o Osvaldo, que tentava gerenciar a tumultuada transição de governo da forma mais sensata possível. Nosso herói, recém-empossado, cheio de pose, ia saindo quando viu o Osvaldo. Não teve dúvida, e o chamou de forma peremptória:

– Ô, moço vem cá.

O Osvaldo obedientemente foi até ele. Neste instante, o novo fiscal tirou uma nota de 20 cruzeiros e os enfiou no bolso da camisa do Osvaldo, que era abstêmio, e disse:

– Ó, é pra você tomar uma cerveja.

O Osvaldo pegou os 20 cruzeiros na mão e fez umas 10 mesuras, dizendo:

– Muito obrigado, senhor. Muito obrigado, senhor.

Isto foi assistido por todos que trabalhavam por perto. Nosso novo colega saiu todo empertigado. Depois de sua saída, a gargalhada foi geral. O Osvaldo, com seu senso de humor fantástico, pediu que ninguém dissesse nada ao novo colega sobre o seu cargo e que no dia seguinte iria fazer uma brincadeira com ele. Todo mundo entrou no clima.

O Sadi deveria o avisar quando o dito cujo aparecesse. Dito e feito. No dia seguinte, lá pelas 10 horas, ele apareceu. O Sadi, bem sério, disse a ele:

– Olha, o senhor diretor geral da fiscalização da Fazenda quer falar com o senhor. Parece que tem um problema. O senhor aguarda um pouco aqui que vou anunciá-lo.

O novo fiscal ficou bastante nervoso por causa do tom do Sadi, que sabia encenar muito bem. Depois de um tempo, o Sadi voltou e disse:

– O senhor pode se acomodar no gabinete que o senhor diretor já vai atendê-lo. Nesse ínterim, o Osvaldo foi até um canto da sala e ficou remexendo em alguma coisa. Neste momento, entra nosso herói. Quando viu o Osvaldo, seu cenho carregado ficou um pouco mais aliviado.

– Que bom ver você por aí. Me mandaram falar com o senhor diretor, parece que tem um problema. Me disseram que deveria aguardar aqui pelo senhor diretor que ele já viria. Você sabe onde ele está?

Com toda humildade, o Osvaldo disse:

– Ora, o diretor sou eu.

Não se sabe o que conversaram. A única coisa que eu vi foi que nosso herói errou o caminho de saída em direção ao elevador e foi direto noutra direção, abriu uma porta e entrou direto dentro do almoxarifado.

O resto cada um pode concluir por si...

Driblando o Fisco

Germano Luiz Amorim

Para o fiscal aposentado da Fazenda de Santa Catarina, Germano Amorim, 73 anos, o problema da sonegação fiscal reside justamente em uma das causas mais comuns: a falta de emissão da nota fiscal.

– Exigir a nota fiscal é papel do próprio cidadão. O Fisco não tem como estar onipresente – constata.

Amorim conta que o problema da sonegação fiscal é muito sério e também bem antigo. Segundo ele, tentar escapar do Fisco é um costume arraigado.

– Antigamente, fazíamos o que chamamos dentro do Fisco de regimes especiais. O fiscal permanecia durante 30 dias no estabelecimento ao lado do caixa, anotando a real venda – lembra.

Entre as principais artimanhas utilizadas para enganar a fiscalização, uma das mais inusitadas, conta Amorim, era de que, ao chegar para vistoriar determinadas empresas, os proprietários jogavam inseticidas e outros produtos químicos que impediam a vistoria do Fisco.

Outra forma aplicada era da chamada “nota calçada”, utilizada ainda hoje, onde o dono da indústria vende um número de mercadorias com determinado valor, porém a segunda via do documento fiscal era incompatível à venda real, que é vistoriada pelo Fisco.

Amorim ainda conta sobre o chamado “suprimento de caixa”, que ocorria frequentemente na época em que trabalhava.

– O dono do estabelecimento fazia uma simulação de entrada de dinheiro no caixa. Não registrava determinadas vendas para não pagar impostos. É uma prática comum que deve ocorrer ainda – complementa.

Ambiente carregado

Helge Pantzier

Não me lembro do ano. Era uma sexta-feira do mês de julho. O diretor da fiscalização era o Índio Jorge Zavarizi. A fiscalização funcionava no Edifício das Secretarias, defronte ao antigo Palácio do Governo, hoje Museu Cruz e Souza. Também não me lembro em qual andar era, já que mudamos diversas vezes de um lugar para o outro. Entretanto, me lembro que a sala do diretor ficava no meio e de um lado funcionava a recepção e do outro lado, a assessoria. Nessa sala, trabalhavam: o Lauvir Lacerda Barcellos, o Ledo Bráulio Leite, o Antônio Alcântara Athayde e eu, Helge.

Nós nos dávamos muito bem e o trabalho rendia bastante. Um ajudava o outro. De repente, todos nós estávamos sentindo que o ambiente estava ficando muito carregado. Ninguém conseguia trabalhar direito. Decidimos então, depois de dias de confabulação, que era necessário queimar um incenso para ver se a coisa melhorava.

Na época, não havia esses bastões de incenso de todas as cores e cheiros vindos da Índia e sei lá de quantos outros lugares. Fizemos uma vaquinha e encarregamos um servente, de cujo nome infelizmente não me lembro, de comprar incenso. Ele demorou bastante tempo, pois custou a encontrar o produto. Finalmente o achou na Farmácia Homeopática do velho “farmacêutico” Di Bernadi, homem generoso que ajudou tanta gente.

Quero aqui reverenciar a sua memória. A farmácia funcionava na Praça 15, ao lado do Banco Inco, futuro Bradesco. O servente apenas voltou perto do meio-dia. Deixamos, então, a operação de limpeza para o período da tarde.

Ao abrirmos o pacote, verificamos que eram pedrinhas de muitas cores e tamanhos. O dinheiro que havíamos dado a ele permitiu a compra de grande quantidade. Pegamos um pedaço e tentamos incendiá-lo à base de fósforos. Não funcionou. Então, alguém se lembrou de um enorme cinzeiro de cristal que havia na sala.

Resolvemos pegar um jornal, rasgá-lo em pedacinhos e colocá-lo no cinzeiro. No meio, colocamos bem espalhadinhas as pedrinhas de

incenso. O Lauvir colocou fogo. Foi um fogo bem grande e as pedrinhas se incendiaram também.

Não imaginávamos que o resultado fosse tão marcante. Como o vapor do incenso era mais leve do que o ar e o clima era invernal, com todas as janelas fechadas, sem circulação de ar, formou-se uma densa nuvem logo acima das nossas cabeças. O cheiro era bem forte e o espetáculo era sensacional.

Estávamos todos sentados, quietos, em nossas mesas apreciando a nuvem que quase batia nas nossas cabeças e ia até o teto. Estávamos alguns minutos assim sentados quando veio uma delegação de representantes de uma multinacional com sede no Rio de Janeiro, que queria discutir um assunto com o diretor da fiscalização.

Por um acidente da natureza, em vez de entrarem na recepção, erraram de rumo e abriram a porta da nossa sala. Só deu para ver os ilustres cidadãos, todos engravatados e empaletozados, até uns trinta centímetros da cintura para cima. O resto foi encoberto pela nuvem incensada.

A comitiva parou, olhou para a nuvem e um dos membros do grupo disse:

– Xiii, eu acho que não é aqui. Aqui tem macumba da pesada.

A porta se fechou novamente. Um pouco da nuvem escapou para fora da sala e nós ficamos ainda curtindo o espetáculo por um certo tempo.

A ervateira

Helge Pantzier

Transcorria o ano de 1961. Eu estava lotado em Joaçaba. Faziam parte da minha zona fiscal as localidades de Catanduvras, Jaborá, Faxinal do Irani e Ponte Serrada, hoje todas municípios devidamente emancipados.

As estradas eram de terra. Nos dias secos, a gente voltava vermelho de pó. Uma vez, inclusive, a esposa do seu Fritz, dono do Hotel do Comércio de Joaçaba, onde eu morava no quarto nº 13 com o João Medeiros, não me reconheceu. A estrada que ia de Joaçaba até Ponte Serrada em parte já estava encascalhada e serviria de base para a futura BR. Quando chovia, só se andava de corrente, isto se o carro não ficasse preso na beira de algum barranco.

Naquele tempo, poucos fiscais tinham o seu carro. O Joãozinho e eu éramos novatos e dependíamos de carros do governo ou então de ônibus. O Estado tinha um Jipe Nissan, com quatro pneus carecas, sem estepe. As juntas do motor vazavam muito óleo. O motor era de antigos tanques japoneses, da Segunda Guerra, que não chegaram a ser utilizados e foram montados nos jipes vendidos em parte ao Brasil. A potência do motor era desproporcional. A caixa de trocas era seca. Se a gente não desse o tempo certo, ela arranhava e custava a engatar a marcha certa. Nunca aprendi a trocar as marchas desse bicho. Como o motor era muito potente, a gente arrancava na terceira e depois de alcançada certa velocidade, trocava para a quarta e ia embora. Ele não negava fogo. Com a quarta engatada, subia qualquer morro.

Fomos muitas vezes a Ponte Serrada com o velho Nissan. Quem mais me levava era o atual colega Zuchetti. Entretanto, tive outros motoristas. Tinha um colega guarda-fiscal, de cujo nome não me lembro, que também o dirigiu diversas vezes. Com esse colega, fui uma vez fiscalizar uma ervateira no interior de Ponte Serrada.

A ervateira (barbaquá) não tinha um só livro. Era totalmente clandestina. Chegamos logo depois do almoço. Perguntei pelo nome do dono e um cidadão mais ou menos da minha altura se apresentou e disse:

– Sou eu mesmo.

Eu disse quem nós éramos e ele mudou de cor. Eu, com muita delicadeza, perguntei pelas notas fiscais das bolsas nas quais eles punham a erva, já que saco era um nome feio e ele me deu as notas. Fiz um termo de apreensão dessas notas e em seguida multipliquei o número de sacos pelo valor do conteúdo. Depois de ter tomado muitas cuias de chimarrão juntos e contado vários causos, eu terminei a notificação.

Expliquei tudo direitinho. As notas que consegui eram de mais ou menos nove meses. Mesmo assim, deu uma notificação com valor respeitável. Cabe ainda lembrar que o Jipe Nissan só pegava no tranco, já que o motor de arranque não funcionava. Ele estava a uns 40 metros da entrada do escritório numa ladeirinha.

Quando terminei o serviço, era final de tarde e o pessoal estava voltando do trabalho, a maioria com um facão na cintura e alguns inclusive com um trabuco. Neste momento, o dono da ervateira ficou um pouco mais corajoso. Eu vi que os homens dele estavam caminhando em redor da mesa de jeito meio ameaçador. O dono disse:

– Quem sabe o senhor dá um jeito nessa coisa aí.

Neste momento, o meu colega foi direto para o Jipe. Meu medo maior era que ele fugisse e me deixasse sozinho no meio dessa encrenca. Eu tive um lance de presença de espírito. Abracei o cara e disse a ele:

– Meu amigo. Eu sei que você é um homem honrado como eu também sou. Vamos achar uma forma muito legal com o meu chefe o inspetor Ivan Mattos, que sabe que eu estou aqui e que me está esperando em Ponte Serrada para dividir este valor em prestações que o senhor pode pagar tranquilo.

Ainda agarrado ao pescoço do cara, eu disse aos operários:

– Este cara aqui é meu amigo, vocês podem ficar tranquilos.

Em seguida, pedi a ele assinar aqui. Por incrível que pareça, ele assinou a notificação. Arranquei a primeira via, ainda agarrado ao pescoço do cara, e fui caminhando com ele agarrado no pescoço até o Jipe, não parando de falar. Os operários não sabiam o que fazer. Eles riam, cochichavam e vinham atrás de nós. Então surgiu o impasse. Eu só conseguiria embarcar no Jipe se trocasse o pescoço do homem do braço

esquerdo para o direito. Foi difícil mas deu certo. Consegui pular para dentro do Jipe. O Jipe saiu rolando morro abaixo “ron, ron, ron” e finalmente pegou. Eu berrei pro meu colega motorista:

– Toca o porrete, seu cagão.

Aí eu olhei para o espelho retrovisor e vi que eu estava mais branco do que o meu colega. Não passava nem pensamento por aquele lugar. De longe se ouvia alguns xingamentos e uns tiros para o ar. Nosso Jipe seguiu sem mais contratempos até Joaçaba, para onde nos levou o farol do lado direito que, graças a Deus, não estava queimado.

O caminhoneiro

Helge Pantzier

Corria o ano de 1962. Nosso amigo Nery sempre foi um cidadão muito organizado e sistemático. Gostava de tudo muito limpo e tudo muito certo. Quando o governo do Estado resolveu financiar jipes para os fiscais, o Nery também ficou com um, mas resolveu trocá-lo por uma Rural Willys Owerland tinindo de nova. Ela era de duas cores: uma parte verde musgo claro e a outra, bege. Ele se sentia incomodado com o desleixo com o qual os colegas tratavam os seus carros, tocando-os na lama, passando a toda pelas estradas esburacadas, não mantendo os filtros de ar limpinhos, não engraxando a suspensão e trocando o óleo nas datas certas. Ele costumava só sair de casa com o carro em dias de sol, passava cera com frequência e sempre que houvesse alguma sujeira, logo a limpava. Entrar com os pés sujos no carro dele era motivo de desentendimento.

A Inspeção ficava perto da ponte, defronte da agência da Willys. Numa sexta-feira de manhã, o Nery encosta sua belíssima Rural defronte da Inspeção. Assim que para, um pássaro bem grande, dizem que foi um urubu, fez cocô bem no capô do carro. O Nery, muito incomodado foi correndo pegar uma estopa para tirar o cagalhão. Explicou aos colegas que o produto era muito cáustico e que, se ficasse por algum tempo, poderia afetar a pintura do carro.

Depois de tudo lavado e secado, estávamos todos parados do outro lado da rua apreciando o belo veículo. Neste momento, aparece um caminhão Ford bem velho carregando lenha. Quando ele estava bem em frente da Rural, ouviu-se um estouro. Naquela época, os pneus dos caminhões eram fixados ao aro por um arco de aço. Não é que o danado se soltou e bateu com toda a força no para-lama dianteiro da amada viatura?

Nosso colega mudou de cor, encheu-se de fúria e avançou no caminhoneiro. Neste momento, enriqueci o meu vocabulário. Pois nosso colega, altamente emocionado, não utilizou o clássico nome que se costuma atribuir à distinta senhora mãe de um juiz de futebol, mas sim um palavreado que em parte me era desconhecido.

O caminhoneiro, que foi obrigado a parar, só deduziu pela emoção que ele não estava sendo amado, mas não entendeu absolutamente nada. Depois de ouvida a “catilinária”, ele balbuciou meio constrangido:

– O “senhô” me “discurpa”, “mais” eu não tenho dinheiro para “pagá”.

Novo acesso de fúria. Nós entrevistamos, pois o caminhoneiro era grande e forte, estava apenas constrangido. Se ele tivesse reagido, poderia acontecer algo imprevisível. No final, então, num acesso de magnanimidade, nosso colega disse:

– Está bem, então você está perdoado, mas nunca mais apareça na minha frente.

A oficina da Willys resolveu o problema de graça para o Nery, como homenagem ao seu carinho para com a viatura.

Umas senhoritas de muito respeito

Helge Pantzier

Antes de terminada a BR para ir de Joaçaba a Catanduvas, Ponte Serrada, Chapecó, São Miguel do Oeste e assim por diante, a gente passava por dentro de Joaçaba, subia um morro bastante íngreme nos fundos da cidade, e seguia em frente por uma estrada de terra mais ou menos encascalhada. Quando chovia, era necessário colocar correntes, muitas vezes nas rodas dianteiras e traseiras do carro.

Quando se chegava ao alto do platô, vindo do litoral via Joaçaba, a gente podia seguir em frente e encontraria o distrito de Catanduvas como primeira localidade. Entretanto, se dobrasse à direita em Joaçaba, era outra coisa.

Naquela época, as moças, pelo menos oficialmente, casavam donzelas. As que tivessem experimentado as delícias do sexo antes do casamento e por acaso fossem abandonadas pelo pretendente ou pelo sedutor eram apontadas com o dedo se o assunto viesse a público. Algumas que desgraçadamente tivessem engravidado, muitas vezes se jogavam da ponte ou tomavam formicida, água sanitária ou outros venenos para fugirem deste mundo atroz.

Em muitas famílias, os pais, neste momento de desgraça, mandavam as filhas saírem de casa, pois como elas haviam perdido a honra não eram mais dignas de frequentarem a casa paterna. Nessas circunstâncias atroz, algumas conseguiam ir para o convento, mas a maioria ia para um outro local que talvez a curto prazo fosse um pouco menos ruim para elas do que um convento.

Havia uma modificação total. De mocinhas prendadas, elas, em poucos dias, eram obrigadas a se transformarem em profissionais do sexo. Não havia tempo para pudores, medos, angústias ou sofrimento. Algumas enlouqueciam. A maioria se conformava e seguia em frente.

Para entrar nessa vida, havia uma disciplina ferreamente imposta. Elas ganhavam comissão sobre as bebidas que conseguissem empurrar para quem as procurasse e elas geralmente bebiam junto. Sobre os atendimentos personalizados também havia uma certa comissão e o resto ficava para a casa.

Em algumas casas, o clima era mais alegre. Em outras, o regime era de quase escravidão. Em cada local, de acordo com o tamanho, viviam de 10 a 20 moças “nada donzelas”. Elas levavam os seus às vezes fogosos e às vezes não tão fogosos clientes para o quarto e satisfaziam os desejos deles da melhor maneira possível. Algumas eram meio canhestras e não tinham muito jeito para a profissão, quase tão antiga como a humanidade.

Outras, nem sempre as mais belas, eram exímias profissionais e o pessoal fazia fila para passar um tempo com elas. Às vezes, se bem que raramente, até saía um casamento que frequentemente durava a vida inteira.

Os cavalheiros da cidade frequentavam essas casas, que eram em número bastante elevado, com bastante assiduidade. Havia até um comerciante palestino, o Salin, que teve que fugir de sua pátria quando os judeus invadiram a sua terra natal e que não conseguia juntar o dinheiro para trazer sua família. Ele como era muito econômico, mas precisava de vez em quando satisfazer as suas necessidades. Pagava os serviços prestados principalmente com calcinhas e às vezes com sutiãs. Como a religião muçulmana não permitia o consumo de álcool, ele também economizava na bebida.

A data não me lembro, mas era entre fins dos anos 1950 e começo dos anos 1960 quando um inspetor regional resolveu intimar todos os bordéis lá do morro para se inscreverem como contribuintes do IVC, pois eles vendiam bebidas em grande quantidade e de maneira adoidada.

As moças profissionais não passavam despercebidas como hoje. Elas usavam um uniforme. Era uma saia bem curta, plissada e feita em camadas. As moças “decentes” daquela época não costumavam mostrar os joelhos. Elas sim. Quando uma aparecia na rua, todo mundo ficava alvoroçado. Elas sentiam um certo prazer nisto. Só que raramente uma tinha coragem de aparecer no Centro devidamente uniformizada. Era coisa que levava anos para acontecer.

Depois da intimação para se inscreverem como contribuintes do IVC, elas tomaram uma decisão radical. Resolveram todas as meninas, ao mesmo tempo, devidamente vestidas a rigor com suas mais escandalosas saias plissadas e rodadas, descerem o morro a pé. Devem ter sido entre 50 e 100 moças.

A comitiva dirigiu-se para a Rua Paraná, bem no Centro de Joaçaba, onde a Exatoria funcionava no andar térreo e a Inspetoria de Fiscalização no primeiro piso. As moças eram uma gente desgraçada, que vivia totalmente à margem da sociedade. A maioria das senhoras “respeitáveis” apenas havia ouvido falar delas. Elas tratavam dessas desqualificadas aos sussurros. Jamais as haviam visto ao vivo e a cores, ainda mais à plena luz do dia.

Quando elas apareceram no Centro da cidade, as mães puxavam suas filhas para dentro de casa. Por acaso, naquele momento, havia uma freira acompanhada de algumas colegiais andando pela Rua Paraná. Ao se depararem com algo tão escandaloso, que certamente representava a encarnação do “demo”, resolveram sair correndo em desabalada carreira.

As lojas chegaram a fechar as portas. Os curiosos e as curiosas, entretanto, olhavam do andar de cima para ver o que aconteceria. A comitiva parou na frente da Exatoria, que na época era chamada de Coletoria. Não apenas as senhoras distintas se escandalizaram, mas também os distintos cavalheiros, dos quais muitos à noite, na surdina, frequentavam os bordéis. Nenhum teve coragem de aparecer na rua. Imaginem se alguma das mocinhas corresse para um deles e dissesse: “oi, querido, você por aqui”?

O inspetor que dera a ordem de intimar os tais estabelecimentos levou um baita susto. Depois de o trânsito ficar interditado por quase 10 minutos, ele tomou uma sábia decisão. Desceu as escadas e disse:

– Pode ir todo mundo embora, ninguém precisa se inscrever como contribuinte do IVC.

Assim se fez a paz e tudo voltou ao normal.

A linguiça maior

Hermes Justino Patrianova

Muito antes do dia 30 de março de 1958, quando fui aposentado no cargo de fiscal de tributos estaduais, trabalhando na Capital do Estado, viajei pelo interior da Ilha, sempre acompanhado de um fiscal auxiliar.

Dos colegas que trabalharam comigo, lembro-me ainda de alguns, que depois foram todos promovidos a fiscal de tributos: Ciro Soncini, José Zommer, Germano Fortkamp, Abelardo Gomes, Abelardo Coelho da Silva, Acimar da Silva, José Bento, Mozart Duarte, Milton Garcia, Aloísio Piazza, Erich Passig, Osvaldo Ciofi, Waldo Franzoni, Carlos Costa, Erasmo Damiani; Graham Bell Ganzo Fernandez, José Tiago da Luz, Nicolau Teixeira, Valdemar Costa, o próprio Hipólito Mafra e outros que não posso lembrar.

O meu veículo era um automovelzinho Opel Kadett, que mais parecia uma casca de amendoim. De vez em quando, o carrinho atolava na areia solta das estradinhas vicinais da época e, como era levinho, raramente tirávamos com ajuda de bois ou cavalos.

Certa feita, viajava em companhia de Hipólito Mafra, na região entre Campeche e Lagoa da Conceição, no Leste da Ilha, onde, naquele tempo, não se encontrava nada para mitigar a fome. Estávamos com ela a roer os estômagos e, comida que era boa, nada.

Lá pelas 3 horas da tarde encontramos uma bodega, que exibia dois pedacinhos de linguiça enforcados, cada qual no seu cordão. Não tinha macarrão, nada de arroz, de enlatados nem se falava, mas havia muita farinha de mandioca.

Conversa vai, conversa vem, o bodegueiro prometeu-nos servir os dois enforcados com pirão d'água, que aceitamos sem pestanejar. Pedimos ao cavalheiro que pusesse urgência no serviço, porque a nossa fome já beirava à bulimia.

Sentamo-nos à mesa, pusemos água, sal e farinha em cada prato e começamos a fazer o pirão, enquanto mirávamos os dois troféus: um pequeno e outro ainda menor. Terminada a feitura do pirão, começamos o diálogo:

– Serve-te, Hipólito – disse eu.

– Sirva-se o senhor primeiro, o senhor é o mais velho, é o chefe.

– Aqui não há chefe, nem mais velho, somos dois famintos. Serve-te.

Hipólito, então ponderou:

– O senhor, como homem bem educado que é, se fosse servir-se primeiro, de que pedaço se serviria?

– No caso de homem educado, não de faminto, como agora, é natural que me serviria do pedaço menor.

Hipólito nem me deixou terminar e já com o pedaço maior fispado em seu garfo, foi conduzindo a lingüiça em direção ao interior de seu prato. Ele falou rápido e decisivo:

– Então, eu me sirvo do maior.

E, antes que eu pudesse formular o meu protesto, ele já estava com o pedaço maior em seu prato, cortando-o, sem a menor consideração ou respeito à minha condição de chefe, de mais velho ou de mais pesado – por isso, mais faminto.

Diante disso, só me restou o consolo de formular o seguinte e desajeitado provérbio: “O educado come pirão seco; o descortês, a lingüiça maior!”

Combate ao contrabando

Gélio Osório

Um contrabando de pinhão que nos exigiu constante vigilância, muito embora o delegado Zechi dos Anjos, de São Miguel, tenha nos prevenido que não poderia impedir nosso risco de vida, aconteceu na localidade de Paraíso, quando fui avisado da grande quantidade de pinhão vindo de Lages. Determinei ao guarda rodoviário Barcelos para fazer a verificação, mas ele se recusou dizendo que preferia deixar o serviço, temendo confronto armado. Diante disso, me prontifiquei a acompanhá-lo e ele aceitou.

A estrada que dava acesso ao ponto culminante, ou seja, na beira do Rio Peperi, era estreita e, além disso, estava fechada com troncos colocados propositalmente por líderes do contrabando. Tendo o guarda Barcelos como motorista conhecedor da região, sugeriu ele atravessarmos por uma roça de cana que nos obrigava a rodar por mais 12 quilômetros para chegarmos ao destino. Assim, decidimos que na volta viríamos por outra estrada.

Ao estacionarmos a uma distância de 200 metros do Rio Peperi, ficamos pasmos com a quantidade de sacos de pinhão na margem do rio, com seis guardas argentinos uniformizados de verde vigiando o produto a ser transportado aos compradores. Ao nosso lado direito, um casebre com mais ou menos 10 trabalhadores. Enquanto pensávamos, o meu “guarda-costas” falou!

– E agora, chefe, se o contrabando já está em outro país?

Respondi:

– Estou pensando em dialogar com aquelas pessoas que estão almoçando para saber quem vendeu.

Mandei que levasse a Rural para mais perto, a fim de mostrar a placa, que era de São Carlos (SC). Salte, cumprimentei-os e começamos a conversar. Disse que tinha em Lages um pinhão bom para venda, mas não sabia se o preço compensava e como poderia fazer para não ser preso pela fiscalização. Disse um homem chamado Mário, confirmado pelo de nome Godofredo:

– É fácil e vale a pena. Em Lages, ele está a sete cruzeiros o saco de 50 quilos. Os Argentinos pagam 25 ou 30 cruzeiros. Esse que passamos

hoje, cobramos três cruzeiros para atravessar. São 400 sacos vendidos pelo Sebastião Peres. Tem outros, mas o Tião é mais esperto e o vendedor tem confiança nele. Hoje, fechamos a estrada porque era dia, mas nunca precisa. O dono do Pinhão traz a carga até o posto de gasolina do Granzoto, em São Miguel e manda aviso para o Tião, que vai buscar de noite. Depois de vendido, leva o dinheiro e o caminhão, ficando tudo acertado.

Adquirimos essas informações e saímos à procura do Sebastião. Encontramo-nos em casa, que a princípio não nos queria atender, queixando de estar adoentado. Depois, ao reconhecer o Barcelos, que tinha sido motorista de ônibus urbano, resolveu atender-nos. Ao afirmarmos que éramos da fiscalização, ele argumentou que a mercadoria não era dele. Esclarecemos que todas as informações que tínhamos e que a pessoa implicada com o contrabando era ele e isso era um crime contra a pátria e que desse ninguém escapa. Sendo assim, com a denúncia feita, vamos deixar uma notificação para o senhor pagar o que poderá cobrar do dono do pinhão. Pode também procurar o advogado Molina, em São Miguel, que poderá achar alguma saída mais segura para fazer o vendedor, pagar ou pagar em prestação. Pela documentação que temos e que fazem parte de um processo no qual o senhor tem muitas vendas, vamos apenas cobrar o que fotografamos hoje. As outras multas somente vão aparecer se essa não for paga.

Depois que aceitou, saímos a procura do delegado, mas este estava em Florianópolis em busca de mais soldados, porque só possuía um. Informou-nos o praça que espantou-se quando falamos a ele que havíamos multado o Sebastião Peres e perguntou:

– Ele não se revoltou? Pois foi muita sorte dos senhores. Ele matou um a pau essa noite e o cara era ajudante dele. E foi por ciúme besta e não posso prendê-lo porque estou sozinho e o delegado viajou. Ainda por cima, não temos arma que preste nem condução para resolver um caso desse. Como vocês tão vendo, essa delegacia não vai poder cercar contrabandista. Não é só pinhão. É cebola também. Eles são muito abusados e cinco deles são desordeiros que enfrentam qualquer coisa.

Entendendo que havíamos cumprido nosso dever, iniciamos nossa volta no cair da tarde por outra estrada, via Rio Grande do Sul, para não ter que pedir desculpa pelo estrago na roça de cana.

As armas

Edmundo Bittencourt

Na estrada da vida, como fiscal, tive momentos de luta, alegrias e tristezas. Porém, nunca esmoreci. Precisava produzir, produzir mesmo. Certa ocasião, fui escalado para fiscalizar uma serraria em Caçador, a qual era tida como sonegadora. Quando cheguei, logo fui para o escritório me identificar. Falei que faria uma auditoria na firma. Foi então que o proprietário me recebeu e abriu um armário, não com comprovantes fiscais, mas sim com pistolas, metralhadoras e fuzis e disse:

– Para fiscais, temos isso.

Que susto! Fui no meu carro e trouxe uma bereta e mostrei a ele que me falou:

– Isto serve para matar um mosquito.

Resultado: fizemos amizade, fiquei 30 dias ali, fazendo levantamento, recolhi notas frias, fiz notificação que foi parcelada e paga, recolhi os blocos frios. Mais tarde, soube que “ele” era o manda-chuva do lugar. Juiz e delegado eram submissos a ele. Meu Deus! Pelo que passei!

Trabalhei também em Chapecó, Dionísio Cerqueira, enfim, em boa parte do Oeste. Sempre me saí muito bem, notificações sem brigas e muitas amizades. A mando do inspetor, fui a Jaborá verificar um comércio de porcos. Os suínos eram transportados para um frigorífico ali perto para o abate. Na época, eu tinha um Fusca. Chegando a Jaborá, entrei no estabelecimento indicado. Deparei com uma senhora fazendo anotações em um livro, justamente aquele que eu precisava. Quando ela ia guardá-lo, me apresentei e coloquei a mão no mesmo e falei que iria ficar com ele. De repente, uma mão grande fez o mesmo falando:

– Você não vai levá-lo.

Ele estava armado. Eu, então, recuei, meio assustado, dizendo:

– Queria apenas fazer vistoria, não vou levá-lo, não!

Saí devagarinho, fui para o carro e observei que estava rodeado de capangas. Cruz-credo...

O pomerano

Gélio Osório

O distrito de Caraíba, pertencente ao município de Seara, integrante da zona fiscal de Itá, continha contribuintes inscritos e outros não legalizados. A colaboração dos coletores sempre foi muito importante, e nesse caso, o Senhor Valdemar Elízio oferecia uma dedicação à altura do cargo que ocupava. Fez alerta de que os comerciantes do mencionado distrito precisavam de vigilância fiscal. Agradei a colaboração e efetuei a implantação dos serviços no local, sem existência de hotel, salvo a serventia particular do Senhor Guilherme Bohn, de quem utilizei por duas semanas a custo baixo.

Numa conversa noturna, na hora da refeição, contou-me que havia hospedado o governador Adolfo Konder em 1930, que chegara montado à cavalo, apenas por um dia. Salientou que a minha missão precisava de cuidado porque um açougueiro de nome Arlindo, sabendo da minha presença, dizia no boteco:

– Se esse fiscal de calça larga me perseguir, eu escalo ele de cima a baixo.

Com um suposto levantamento inconsistente colhido na prefeitura, com registro mensal hipotético de matança de gado, sem explicação quantitativa, operação de nove anos sem nenhuma inscrição e sem recolhimento ao Estado, não poderia deixar passar em branco. Ao final do tempo necessário à conclusão dos serviços prementes, coloquei na cintura um pedaço de pau, coberto com paletó, que aparentava o volume de uma arma e parti para fiscalizá-lo. Como era de origem alemã, cumprimentei-o com frase alemã. Logo me perguntou se eu falava a língua alemã ao que respondi de imediato entender mais do que falar.

Alegou que o alemão utilizado ali era o pomerano. Com isso, observei que o nervosismo dele havia neutralizado um pouco. Continuando, perguntei se era verdade o que a prefeitura havia informado: de que ele estava localizado ali há nove anos. Afirmou que sim. Logo, fui dizendo que esse tempo todo sem pagar imposto eu não iria cobrar porque era muito alto e ele, talvez, não pudesse pagar. Só vendendo a propriedade.

– Deus me “livra” – disse ele, numa linguagem arrastada. Expliquei, então, que o Estado não quer acabar com o contribuinte. Prefere que continue pagando o que é certo.

– Só para o senhor ter uma ideia, o valor seria tal. Logo, a metade seria também pesada, mas ainda reconheço que é alto. Se eu fizer um lançamento equivalente a um quarto em seis pagamentos lhe ajudaria?

Continuei falando e expliquei dizendo:

– O senhor sabe que o governo cobra imposto para poder fazer escola, estrada, hospitais, policiamento etc. Isso todo mundo sabe.

Ele afirmou dizendo “ja” (se diz “já”, que quer dizer sim, em alemão) e propôs que o inspetor cobrasse o equivalente a seis meses uma multa de dois anos.

– Vou atender o seu pedido, mas o senhor não deve reclamar porque senão o Estado manda cobrar a diferença depois.

– Eu nunca vou falar nada.

Diante disso, fiz o próprio requerimento de parcelamento para ele. Pagou tudo direitinho e aceitei o convite dele para determinado dia churrasquear uma ovelha que valeu por dedicar respeitosa amizade e um “Auf Wiedersehen” (tchau, em alemão). O Estado não perdeu nada porque foram cobrados IVC sobre valor hipotético, embora se soubesse que algo era devido, porém sem prova por descuido governamental.

Os carros funebres

Gélio Osório

Fui designado, por confiança do Dr. Eugênio Doin Vieira, secretário da Fazenda, para instalar e assumir a 15ª Inspetoria de Fiscalização da Fazenda, que antes era região vinculada a Chapecó, e ressaltando que era de muito trabalho e desempenho heróico para o cerceamento da sonegação, notadamente na área de arrecadação do imposto sobre o contrabando, via Paraíso e Dionísio Cerqueira.

A explanação que se relata deve trazer análise, dúvida e até admiração aos que não conheceram o município nos idos de 1960. Necessitava muito tirocínio do Fisco para não deixar a influência política dominar o trabalho de arrecadação.

Ao efetuar a primeira visita de reconhecimento, encontrei as firmas fechadas e como alternativa fiquei hospedado no hotel, imaginando algum feriado ou dia santo. Sabendo da minha estadia, o coletor Danilo Nunes procurou-me e cientificou que os comerciantes e industriais de madeiras estavam apreensivo com a minha chegada, visto que por muito tempo não havia fiscalização. Contou que o colega fiscal Guilhermino ficara doente, amedrontado com as atitudes violentas originadas pela prática do uso do dinheiro no contrabando de cebola, pneus, farinha de trigo, pinhão e banha e foi embora. Falei ao coletor que se fosse possível ter contato com algum contribuinte poderia avisá-lo que eu havia chegado para orientar e sanar irregularidades. No outro dia, tudo estava normalizado. Comecei os trabalhos e as irregularidades eram muitas a ponto de pedir um novo fiscal. Essa minha atitude desagradou o coletor, que era influente político, ao ponto de radiografar ao governador Celso Ramos comunicando que o meu trabalho dificultava o progresso do município. Mostrou-me o que tinha feito e a resposta, dizendo:

– O secretário da Fazenda tomará as providências cabíveis. Escreva sempre. Resolvi dizer a ele que nada será modificado no modo da fiscalização e arrecadação porque tanto o senhor como o governador ficariam responsabilizados pela sonegação criminosa. Aos gritos, disse:

– Eu sou de Brusque e nada me faz medo – e lá se foi indignado.

Era titular da Delegacia Polícia o Coronel Zózimo, casado com a Senhora Edí Cardoso, nativos de Florianópolis. Ao procurá-lo, pedindo auxílio policial, se prontificou dizendo que tinha um efetivo de 12 soldados e que era pouco, mas procuraria a maneira de atender a necessidade. Advertiu-me que tomasse muito cuidado porque os contrabandistas eram violentos. Usavam o cemitério localizado na linha de divisa, encostavam altas horas da noite as traseiras dos caminhões e baldeavam as mercadorias, tendo vigilâncias armadas.

– O risco de vida é muito grande – disse.

Em outro ponto no Rio Peperi-Guaçu, o movimento de contrabando não era diferente.

Por via da nossa Secretaria da Fazenda, Gendarmería da Argentina e o secretário da Agricultura Catarinense de nome Gabriel, que tinha grande relação de amizade com autoridades argentinas, ficou disciplinado um meio-termo para liberar às segundas-feiras, por pessoa, uma quantidade certa dos produtos argentinos e com reciprocidade os produtos brasileiros. Embora tenha se dado uma trégua, as notícias de contrabando eram constantes.

Junto com mais dois guardas, efetuamos o cerco de um carro fúnebre que passava várias vezes, durante vários dias, com urnas mortuárias de diferentes formatos. Descobriu-se que o contrabandista montava pneus velhos nos rodados do carro e voltava com novos, visando lucrar com o câmbio. O preço brasileiro oferecia grande vantagem sem documento, só que demorou muito a descoberta da sonegação.

A chegada do novo fiscal Daniel Heins Horongoso veio auxiliar ao disciplinamento das atividades fiscalizadoras.

As doações

Gélio Osório

Numa outra oportunidade, no interior de Chapecó, visitamos um comércio de pequeno porte. Ao colocar a pasta no balcão e dar os cumprimentos necessários à esposa do proprietário ausente, ela retirou-se, voltando em seguida com 20 mil cruzeiros, pedindo que contasse. Admiramo-nos e perguntei o que desejava, já que não estávamos cobrando nada. Indagou em seguida se não éramos o português da bala a quem ela teria feito compra. Com a nossa negativa, recolheu o dinheiro. Tendo em vista a ausência do marido, ficamos de voltar noutro dia, após havermos apresentado nossa identificação.

Ao sairmos, notamos o grande calor que fazia, com o astro Sol dirigindo para a Terra toda sua luz potencial. Seguindo a missão fiscalizadora após percorrermos alguns quilômetros, paramos em um boteco para tomar algum líquido que aliviasse o calor e ao mesmo tempo verificar a legalidade do estabelecimento e nos deparamos com 40 sacos de milho, sem documentação da compra. Inquirido, o proprietário manifestou ser de propriedade da Igreja Católica, fronteira ao seu estabelecimento. Aceitamos a explicação, mas assinou uma declaração citando a doação com nome do colono doador. Como no nosso seguimento encontramos casualmente o pároco, que andava em missão arrecadadora de doações, mesmo correndo o risco de ficar sem cópia, entregamos a ele a declaração.

Uma quinzena depois, encontramos o padre na sede do município. Ele nos agradeceu muito, pois dera boa renda no leilão. Informou que foi procurado pelo colono, que queria o valor do custo da mercadoria e a Igreja ficaria com a diferença, o que não foi aceito. Ainda mas por dizer que pertencia à Assembleia de Deus.

Aí aproveitamos a oportunidade e pedimos ao padre um esforço político em favor da UDN, já que este trabalho, não caracterizando coação, trazia bons resultados políticos.

O descuido

Gélio Osório

Em outra, diligência, acompanhado do fiscal Niewert Debrassi, visitamos um contribuinte de origem alemã, após o contador, Senhor Josef Schweigof, residente em São José do Cedro, haver entregue os livros. No balcão do contribuinte, comunicamos-lhe que iríamos dar prosseguimento ao exame fiscal. Antes porém, queríamos que ele fizesse a leitura de um bilhete que o contador deixou dentro do livro de registo de inventário, porém escrito em alemão. Respondeu que não sabia ler em alemão, embora falasse um pouco.

Então o Debrassi, que entendia, disse:

– Então, eu vou ler: “Aqueles documentos que estão na gaveta debaixo do balcão não estão registrados. Não deixa os fiscais verem porque a multa será grande”.

O alemão, atendendo ao nosso pedido, se abaixou e trouxe a gaveta diante de uma tremedeira incrível. Ficou o trabalho facilitado para a produção do mês.

O fiscal Debrassi, ao receber um processo SIF, compareceu à Inspetoria solicitando a minha assistência para irmos à Fazenda Caldato fiscalizar a Madeireira Caldato. Como ele se fizera acompanhar da família, trocamos de veículo e nossas famílias acompanharam a viagem até Palma Sola, onde ficaram hospedadas. Nós seguimos a Campo Erê, onde se situava a firma a ser fiscalizada na viagem. Já no cair adiantado da tarde, concordamos em transferir para o dia seguinte, tendo por motivo maior a falta de luz.

Pela única estrada, muito estreita, tipo caminho de roça, aproveitamos a existência de uma encruzilhada para fazermos a volta. Ao chegarmos ao encontro da família, o proprietário do estabelecimento que nos acomodava informou que nessa encruzilhada que fazemos a volta está fazendo menos de uma hora que foi feito uma espera para matar o advogado Coutinho, de Xanxerê, que havia ganhado uma questão de terra em favor da Caldato, mas quem foi atingido mortalmente foi um viajante que tinha uma Rural igual a nossa e igual a do advogado.

Disse ele que escapamos por alguns minutos. A noite providenciou uma passarinhada com muita fartura de verdura e polenta. Ao término do alegre jantar, o Debrassi, desconfiado com o tamanho dos passarinhos, foi até a cozinha e nos mostrou três cabeças de coruja, duas de papagaio e duas de anu. Mesmo assim, não houve revolta porque estava um jantar muito gostoso e inesquecível.

Ainda que a situação inesperada apresentasse apreensão, o trabalho fiscal foi concluído dias adiante.

Os marimbondos

Gélio Osório

Decorrido o prazo previsto para a posse, apresentei-me na Regional. No dia seguinte, iniciei o trabalho normalmente, em dupla com Waldemar Beduschi, hoje com 86 anos e ainda morando em Brusque, dotado de uma amabilidade social apreciável. Era um eterno gozador, apresentando sempre situações hilariantes e não perdia oportunidades de aprontar com os colegas nos trabalhos fiscais que realizava ou mesmo no percurso que faziam efetuando as fiscalizações, aproveitando-se sempre do descuido dos colegas.

Em relaxada ocasião, visitando um contribuinte que tinha na frente de sua mercearia um pé de goiaba com uma apetitosa fruta madura, pediu-me que a apanhasse. Propositalmente, não disse que ao lado tinha uma cachopa de marimbondos, que de imediato me sacrificaram o nariz. Com a consciência nada tranqüila, o Beduschi levou-me aos risos à presença do contribuinte, que aplicou remédio caseiro para alívio. Durante a semana, se desculpava, dizendo que esperava que eu não fosse apanhar porque a cachopa era maior que a fruta. Malvadeza possível de registro histórico.

Em outra oportunidade, ao trabalharmos na fiscalização de um contribuinte do ramo de açougue com matança própria, ele se recusou a participar do trabalho final, não assinando a notificação resultante, porque, quando solteiro, tinha brigado com a filha do açougueiro, terminando um noivado.

Em razão disso, criou-se um clima familiar pesado e esse ato de notificá-lo poderia ser considerado como represália. Efetuei o trabalho fiscal sozinho, procurando paz para o amigo.

Medo de boi

Sebastião Seara

Eu e meu amigo Franzoni estávamos em serviço fiscal na localidade de Sul do Rio, em Santo Amaro da Imperatriz. Ao sairmos do primeiro estacionamento visitado, fomos alertados que havia nas imediações a famigerada “brincadeira” da farra do boi. Agradecemos o alerta e seguimos o caminho. De repente, após vencermos uma curva, depáramos com uma extensa reta e não poderia ter sido pior a nossa surpresa quando contatamos que, como um ciclone vindo contra nós, lá estava o boi furioso, seguido de uma turba ensandecida a instigá-lo. Muita poeira e gritaria. O boi arrastava pedaços de moirões e arame farpado que com certeza ficaram presos ao seu pescoço ao passar por cercados no afã de fugir de seus algozes. Estava estabelecido o pânico.

Franzoni, por sugestão minha e praticamente decisão espontânea, apavorado, abriu a porta do carro e, apressado, procurou refúgio em uma pequena vendola à beira da estrada. Eu, não menos aterrorizado, engatei a ré no veículo e me afastei numa corrida maluca de costas, procurando um abrigo onde pudesse me safar. Aproveitei um vão na cerca e entrei com tudo em cima do matagal rasteiro. O boi e a turba passaram. Quando me senti livre do perigo, retornei à estrada e fui procurar o amigo. Fiquei estupefato quando entrei na dita vendola onde Franzoni fora se abrigar, pois balcão e prateleiras estavam semi-destruídos. Franzoni, mal feito do susto, me explicou que na ânsia de proteger-se fechou portas e janelas, pulando de imediato para dentro do balcão. Este, não resistindo com tamanho peso, quebrou, fazendo com que meu amigo fosse de encontro às prateleiras.

Baixinho, a bondosa dona do estabelecimento, ostentando um leve e irônico sorriso me confidenciou:

– Pois é, seu fiscal, se o boi tivesse entrado aqui, talvez não fizesse tanto estrago!

As auditorias

Valquir Marques

Levar a bom termo a tarefa da fiscalização não é fácil. Há muito tempo as ameaças de morte ou de surras deixaram de ser veladas para serem diretas e objetivas. Ao invés de progredimos, regredimos.

É de conhecimento geral que no preço final de um produto estão considerados todos os custos, despesas e impostos e quem paga esse preço final é o consumidor. O industrial ou o comerciante é mero repassador de impostos ao governo estadual, por isso não se chama “pagamento do imposto”, “recolhimento do imposto” e apelida-se tecnicamente esse repassador de “contribuinte”. O real contribuinte é o consumidor final. No entanto, os chamados “contribuintes” consideram esses impostos como ganho da sua empresa e não entregam os valores ao seu verdadeiro dono, que precisa devolver esse dinheiro ao povo em forma de infraestrutura, energia, água, escolas, segurança, saúde etc.

O ato de não recolher os impostos representa apropriação indébita, para não dizer roubo, que gera o enriquecimento ilícito. Os empresários que não recolhem os impostos aos cofres do governo na certa não querem ver suas comunidades progredirem nem querem o progresso de seus concidadãos. É o velho jogo do poder: concentrar a renda nesse país em que 10% da população (as elites) detém 48,7% da renda nacional é um verdadeiro crime contra a economia. Há empresários que teimam em afirmar que imposto serve para discutir preço de uma concorrência ou que faz parte integrante do lucro, argumentando ainda que a carga tributária nacional é muito pesada, o que por si só justificaria a sonegação.

Em 1989, o município de Alfredo Wagner passou a fazer parte da Divisão Administrativo Fiscal (DAF) do fiscal de tributo especial (FTE) Benjamim Fernando da Silva. Este passou a ir periodicamente àquela cidade e efetuar fiscalizações, mas pôde fazer poucas, porque logo a seguir os empresários recusavam-se a entregar os livros e documentos

fiscais. O FTE passou a emitir notificações por obrigação acessória (50 UFR's). Mesmo assim, ninguém obedecia. Tornou-se impossível examinar qualquer livro ou documento fiscal.

Com a insistência do fiscal em levar as obrigações que o cargo lhe impunha até o fim, não tardaram ameaças de morte em diversas ocasiões. Devido ao clima pesado que a comunidade impôs ao fiscal, eu o acompanhei no dia 26 de maio de 1989, e ambos recebemos ameaças de morte verbal de um microempresário que tinha dois estabelecimentos. Benjamim voltou lá sozinho outras vezes até que foi cercado no escritório de um contador que detinha (ou detém) cerca de 90% da escrita das empresas da localidade por cerca de 15 “contribuintes” que os ameaçaram pessoalmente, cara a cara, dizendo-lhe que toda vez que ele saía da cidade era um verdadeiro milagre, porque muitos queriam matá-lo. O fato foi levado ao conhecimento da chefia e sugeridas as medidas cabíveis. O FTE Benjamim aposentou-se a seguir.

Assim, por quatro anos Alfredo Wagner não teve mais fiscalizações e voltou a ser um lugar “tranquilo” e parado no tempo. Atualmente, esse município passou a integrar a 10ª Região Fiscal, cuja sede fica em Lages.

Em 3 de abril, o agente fiscal Lauro Barbosa e um policial foram agredidos no exercício das suas funções, naquela cidade. O “contribuinte” que transportava mercadorias sem documento fiscal foi notificado, e, juntamente com uma pequena multidão, agrediu o policial e o agente fiscal. Quebram-lhe os óculos, apedrejaram seu carro e rasgaram a notificação já emitida. Proferiram ameaças como: “Vamos jogá-lo no rio” e “vocês devem se retirar da cidade”. Diante de tal selvageria, os dois se retiraram do lugar e prestaram queixa à Polícia Civil.

Dias após, voltaram ao local os agentes fiscais Paulo A. da Silva e Enoir de Andrade. A eles também foi prometido, por populares, um tratamento idêntico ao dado aos já citados acima.

Desse modo, estava tornando-se inviável fiscalizar até as proximidades do município. Diante desses fatos, o FTE Deonísio Koch,

delegado regional da Secretaria da 10ª Região Fiscal, decidiu tomar uma atitude altamente técnica e saneadora. Formou uma comissão e realizou uma operação especial na cidade.

Foram feitas auditorias em 13 empresas e ação no trânsito das mercadorias em três postos fixos, nos quais foram emitidas 16 notificações fiscais. Nos estabelecimentos foram apreendidos documentos que ficaram sujeitos à exame fiscal.

Atitudes extremas geram atitudes extremas. A consciência exagerada de impunidade necessita de punições severas. Louvável a atitude tomada por Deonísio Koch em favor dos agentes fiscais que sofreram o desacato, porque assim resgatou a dignidade não só de um agente fiscal mas de toda a classe. A fiscalização existe porque há um governo constituído, eleito pelo povo deste Estado e porque existe uma Constituição Estadual para ser obedecida. Os agentes fiscais são funcionários públicos encarregados de verificar a sonegação dos impostos estaduais e devem ser respeitados na execução de seus trabalhos como as autoridades que são e representam.

O santo delegado

Gélio Osório

Numa ação de visita fiscal no distrito de Alto Irani, pertencente ao município de Seara, cuja localidade era de difícil acesso, não havendo linha de ônibus e não possuindo veículo próprio, mas valendo-me de um jipe Lander Rover, conseguido com a prefeitura, através do coletor e vereador Waldemar Elízio e que era dirigido pelo funcionário de apelido Gigeto, apresentei uma notificação que montava em 150 mil cruzeiros ao comerciante de nome Mateus Piacheski. De origem polonesa, ele se recusou a receber, dizendo que havia sido libertado da Penitenciária do Estado e tinha, mostrando um 44, para se defender.

Imediatamente voltei e com digno apoio do coletor Waldemar Elízio registrei ocorrência na Delegacia de Polícia de Seara, cujo delegado foi no dia seguinte fazer a apreensão da arma que se comentava ser de guerra. Para surpresa minha, o delegado compareceu com ele na coletoria e ajoelhado pediu desculpas e queria assinar a notificação, pedindo para retirar a queixa porque não desejava voltar a ser preso, o que era muito triste. O que ele fez foi uma brincadeira e não esperava que tomasse por verdade. Requereu prestações da dívida, pagou no prazo, ficando tudo em paz.

O suicídio

Gélio Osório

Em mais uma oportunidade junto com o auxiliar de fiscalização Alberto Carvalho de Medeiros, visitamos, na localidade de Lajeado Mariano, zona fiscal de Piratuba, um fornecedor de mercadorias para outro Estado com pagamento de somente uma operação. Dentro da sala dele, rodeado por seus familiares, o Alberto, com um revólver na cinta à mostra, tomou a iniciativa de pedir a assinatura das notificações. Teria que ser pago 20 mil cruzeiros. O alemão se levantou com os braços para o alto, gesticulando muito e falando alemão, quando os familiares o seguraram num alvoroço desesperado. Então o Alberto, perguntou o que era aquilo. A filha respondeu:

– Ele está dizendo que vai se jogar no rio.

Então o Alberto falou:

– Ah, deixa, pensei que era outra coisa!

Dentro do prazo certo, o alemão pagou a notificação.



SANTA

CATARINA

NA

PENAFISCO

 auditor fiscal catarinense Rogério Macanhão, ex-presidente do Sindifisco, é o atual presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, a Fenafisco. Cumpre o segundo mandato. Assumiu com a nova diretoria no dia 29 de novembro de 2008, no XIV Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital, no Estado de Sergipe. Seu mandato termina em 2010. Venceu a eleição realizada no dia 26 de novembro, liderando a chapa “Construindo o Futuro do Fisco”, conquistando 76% dos votos, em relação à “Fenaluta”, numa das disputas mais tranquilas da instituição.

A Fenafisco está completando 30 anos de atividade. Foi fundada dia 6 de setembro de 1979, no Recife (PE), durante o I Congresso Brasileiro de Fiscais de Tributos Estaduais, com a participação de 18 associações estaduais. Nasceu denominada Federação das Associações dos Fiscais de Tributos Estaduais, Fafite. Era governador de Pernambuco o atual senador Marco Maciel, ex-vice-presidente da República, e secretário da Fazenda o professor Everardo Maciel, mais tarde secretário da Receita Federal.

Coube ao gaúcho Emílio Rodrigues presidir a Fafite durante os dois primeiros anos. A primeira diretoria teve como 1º vice-presidente João da Rocha Bezerra Filho, do Rio Grande do Norte, e como 2º vice-presidente o carioca Luciano Maia Costa.

A mudança do nome aconteceu em Manaus, dia 6 de setembro de 1990, durante reunião do Conselho Deliberativo da Fafite, encontro dirigido pelo presidente Petrônio Omar Querino Tavares.

No ano seguinte, em Fortaleza, o Conselho promoveu alteração no estatuto social, ampliando o quadro social e admitindo a participação de associações de fiscais da fazenda e de fiscais de mercadorias em trânsito.

A Fenafisco congrega hoje 29 sindicatos, perfazendo um total de 35 mil filiados em todo o Brasil.

Sua principal missão:

Valorizar e inserir o Fisco estadual como agente da sociedade, ressaltando sua importância na solução da crise financeira do Estado. Em outras palavras, construir a identidade nacional do Fisco.

Seus objetivos constam do documento oficial:

A Fenafisco acredita que não basta centrar seus objetivos na luta corporativa, ou seja, na valorização do Fisco e da categoria Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF). A participação ativa de todos os cidadãos-contribuintes em uma realidade da qual fazem parte, consciente ou inconscientemente, é de extrema importância para a reversão do quadro de concentração de rendas e tributos no Brasil. Para isso, busca integrar as ações em todos os Estados e trazer a sociedade para a luta por um Fisco forte e moderno.

A Federação tem como solene compromisso a probidade na ação fiscal, a dignidade do servidor do grupo TAF estadual e a modernização da administração tributária, voltada para o processo de transformação e desenvolvimento da sociedade brasileira.

A diretoria

É a seguinte a atual composição da Diretoria da Fenafisco:

Presidente: Rogério Macanhão (SC)

Vice-presidente: Manoel Isidro dos Santos Neto (PB)

Diretor Administrativo e Financeiro: Paulo Roberto Ferreira Bonfim (MS)

Diretor Formação Sindical e Rel. Inter-Sindicais: Luis Augusto Rodrigues Moraes (PA)

Diretor para Assuntos Técnicos e Comunicação: João José Farah Rios (MA)

Dir. Assuntos Parlamentares e Rel. Institucionais: Cláudio Fambrini Moraes (SP)

Diretor Jurídico e Defesa Profissional: Antonio Mendes Patriota (DF)

Diretora de Aposentados e Pensionistas: Maria Cristina Lima de Sousa (PI)

Departamento de Políticas e Ações Sociais: Marinês Cortellini (PR)

Departamento Técnico: Antonio Augusto de Assis Berriel Jr. (MS)

Suplente de diretoria: Aunides de Freitas Costa Nunes (AL)

Suplente de diretoria: Belmiro Rosa Borges (GO)

Suplente de diretoria: Clea Siqueira da Silva (RO)

Suplente de diretoria: Étore Zoccoli Sobrinho (MT)

Suplente de diretoria: Getúlio Ramos Pimentel (ES)

Suplente de diretoria: José Roberto Ferreira de Souza (RR)

Suplente de diretoria: José Ronaldo dos Santos (TO)

Suplente de diretoria: Otarci Nunes da Rosa (MT)

Conselheiro fiscal: Rudimar Braz de Melo (SE)

Conselheiro fiscal: José Zomer Sobrinho (SC)

Conselheiro fiscal: José Carlos Carvalho (PR)

Suplente Conselho fiscal: Marcelo Elias Barbosa (DF)

Suplente do Conselho fiscal: Alcides Pereira de Castro (RN)

Suplente do Conselho fiscal: José Alves Coelho (CE)

Galeria dos Ex-presidentes

- De 1979 até 1983: Emílio Rodrigues (RS)
De 1983 até 1987: José Militão Costa (MG)
De 1987 até 1990: Antônio Luiz Barbosa (DF)
De 1990 até 1995: Petrônio Omar Quirino Tavares (PE)
De 1995 até 1997: José Antônio Pinto de Lima (SP)
De 1997 até 1999: Jeovalter Corrêa Santos (GO)
De 1999 até 2001: Carlos Alberto Agostini (RS)
De 2002 até 2004: Severino Francisco Ribeiro Sobrinho (MG)
De 2004 até 2007: Rogério Macanhão (SC)
De 2007 até 2010: Rogério Macanhão (SC)

Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital

Endereço: SCS Quadra 6 Bloco A – Ed. Citibank, 4º andar

CEP: 70306-910 – Brasília (DF)

Fones: (61) 3224-0515 / 3226-4070 / 3225-6227 / 3225-3968 | **Fax:** 3225-6554

Home Page: www.fenafisco.org.br

E-mail: fenafisco@fenafisco.org.br

Os Sindicatos Filiados

SINDIFISCO/AC – Sindicato do Fisco Estadual do Acre

SINDIFISCO/AL – Sindicato do Fisco de Alagoas

SINDIFISCO/AM – Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas

SINDIFISCO/AP – Sindicato dos Auditores e Fiscais do Grupo TAF da Secretaria da Receita Estadual do Estado do Amapá

SINDSEFAZ/BA – Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia

SINTAF/CE – Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Ceará

SINAFITE/DF – Sindicato dos Funcionário Integrantes da Carreira Auditoria Fiscal do Distrito Federal

SINDIFISCAL/ES – Sindicato do Pessoal do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado do Espírito Santo

SINDIFISCO/GO – Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás

SINTAF/MA – Sindicato dos Funcionários do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão

SINDIFISCO/MG – Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais

SINDATE/MS – Sindicato dos Agentes Tributários de Mato Grosso do Sul

SINDIFISCA/MS – Sindicato dos Fiscais de Renda do Estado de Mato Grosso do Sul

SINFATE/MT – Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso

SIPROTAF/MT – Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização Estadual de Mato Grosso

SINDITAF/PA – Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará

SINDIFISCO/PB – Sindicato dos Integrantes do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado da Paraíba

SINDIFISCO/PE – Sindicato do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco

SINAFPEPI/PI – Sindicato dos Auditores Fiscais da Fazenda do Estado do Piauí

SINDAFEP/PR – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná

SINDIFERN/RN – Sindicato dos Auditores Fiscais do Tesouro Estadual do Rio Grande do Norte

SINDAFISCO/RO – Sindicato dos Auditores Fiscais de Tributos Estaduais de Rondônia

SINFITER/RR – Sindicato dos Fiscais de Tributos do Estado de Roraima

SINDIFISCO/RS – Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul

SINDIFISCO/SC – Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina

SINDIFISCO/SE – Sindicato do Fisco do Estado de Sergipe

SINAFRESP/SP – Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo

SINDARE/TO – Sindicato dos Auditores de Rendas do Estado do Tocantins

SINDIFISCAL/TO – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Estado do Tocantins



O ACORDO DE
RESULTADOS

***“Não importa o quanto ganha um fiscal;
me importa o quanto ele, com seu trabalho,
carreia para os cofres públicos do Estado”.***

Ivo Silveira, governador de SC

 Dia D e a Batalha da Normandia, fatos históricos ocorridos em junho de 1944 e que marcaram o desembarque das tropas aliadas para um dos mais sangrentos confrontos bélicos da Segunda Guerra Mundial, decretando o fim do nazismo, viraram um dos destaques na reunião convocada pelo secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, para a assinatura da Lei Complementar nº 442, que viabilizaria o Acordo de Resultados. Era o ato que faltava para execução plena da emenda constitucional nº 47, que estabeleceu um novo limite remuneratório aos auditores fiscais da Receita Estadual.

A solenidade foi uma das mais prestigiadas de todo o ano de 2009 dentre as realizadas no Teatro Pedro Ivo Campos. Lá estiveram o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Melo, e o vice-presidente, deputado Gelson Merísio, vários secretários de Estado, líderes de várias bancadas aliadas, os presidentes dos sindicatos que congregam diferentes categorias na Secretaria da Fazenda e a quase totalidade dos fiscais da Fazenda e profissionais envolvidos com o aumento da receita tributária catarinense. Mais de 800 fazendários compareceram ao evento.

O ato foi conduzido pelo próprio secretário Antônio Gavazzoni, que ressaltou “o momento histórico vivido pela Fiscalização”, quando se referiu tanto ao “Acordo de Resultados”, que oficialmente foi anunciado como “Gestão por Resultados”. Falou das expectativas positivas criadas com os incentivos a serem dadas aos auditores fiscais visando a recuperação das perdas da receita com a catástrofe de novembro de 2008 no Vale do Itajaí e decorrentes da crise financeira mundial.

Gavazzoni reiterou que as perdas totais, de novembro de 2008 a abril de 2009, haviam superado mais de R\$ 400 milhões e que confiava plenamente na recuperação com os incentivos conferidos à estrutura da fiscalização. Metas audaciosas foram fixadas até o final do ano.

O Teatro Pedro Ivo Campos estava totalmente lotado com a presença de auditores fiscais vindos de todos os pontos do Estado, além de aposentados e pensionistas, também convidados e que se incorporaram à nova cruzada fazendária.

Durante a cerimônia, o secretário da Fazenda fez uma exposição sobre o Programa de Gestão Fiscal, o Profisco, que terá financiamento de US\$ 30 milhões do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), mais US\$ 15 milhões de contrapartida do governo, para modernização da gestão pública, envolvendo as Secretarias da Fazenda, Administração e Planejamento, além da Procuradoria Geral do Estado.

De acordo com o documento lançado na ocasião, os Grupos de Especialistas Setoriais, que monitoram 18 grandes setores da economia que respondem por 85% da arrecadação de ICMS, têm por meta o crescimento de 12% este ano, independente dos prejuízos já causados pelas crises econômica e ambiental. Este percentual equivale a R\$ 8,7 bilhões que devem ser alcançados por meio do combate à sonegação e ao monitoramento preventivo dos principais contribuintes.

Todos os discursos ressaltaram a atuação dos servidores da Fazenda na melhoria das condições de vida da população, porque viabilizam elevações constantes na arrecadação.

O vice-governador, Leonel Pavan, sustentou que o desempenho de Santa Catarina surpreende o Brasil, apesar dos cenários de crise. Proclamou: “Estamos conseguindo cumprir nossos compromissos graças à equipe da Secretaria da Fazenda”.

O presidente e a motivação

O presidente do Sindifisco, Fabiano Dadam Nau, participou de todas as articulações, reuniões e contatos, visando a aprovação da PEC nº 47, e da Lei Complementar nº 442/09. Discursou durante a solenidade, em nome de todas as entidades representativas dos servidores fazendários, bem como em nome dos servidores públicos. Fez questão de destacar o empenho de todos em torno da mobilização para melhoria da arrecadação estadual. Agradeceu ao secretário Antônio Gavazzoni, aos deputados que aprovaram as leis necessárias e ao governador Luiz Henrique da Silveira pelas decisões que fortalecem toda a estrutura da Secretaria da Fazenda.

Seu discurso teve o seguinte teor:

Começo relatando um trecho da entrevista proferida pelo senhor governador no dia 23 de novembro de 2008, quando questionado sobre sua vinda para Blumenau, em plena catástrofe. Foi mais ou menos o seguinte comentário:

“Devido ao mau tempo, não pude vir de aeronave, vim de carro, e chegando próximo a Blumenau, havia várias barreiras caídas e as máquinas abrindo caminho. Fui aconselhado por um de meus assessores a não prosseguir a viagem, pois corríamos o risco de ficarmos presos na cidade. Então eu disse: 'se o nosso povo de Blumenau e região ficar ilhado, vamos ficar junto com eles, vamos prestar nossa solidariedade e ajudar no que for possível'.”

Ao escutarmos esta declaração, recebemos uma injeção de ânimo e percebemos que estávamos diante de uma pessoa sensível, que se abalou profundamente com tudo o que estava acontecendo em nosso Estado. E acredito que foi esta sensibilidade que o fez entender a importância das leis que acabaram de ser sancionadas para a Secretaria da Fazenda e sua relevância para todos nós fazendários.

Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram nesta caminhada, em especial ao secretário da Fazenda, Sr. Antônio Marcos Gavazoni, a quem aprendemos a admirar por apenas uma de suas muitas qualidades: palavra empenhada é palavra cumprida. Agradecemos aos senhores deputados, que entenderam a importância das legislações sancionadas bem como a todas as demais autoridades que colaboraram nesta jornada.

Já sentimos os sinais da recuperação financeira do Estado e, conhecendo o nosso corpo técnico, temos a certeza que será um excelente ano para que a Secretaria da Fazenda cumpra suas missões institucionais.

Assim, senhor governador, para concluir, gostaria de destacar duas coisas: a primeira é dizer-lhe que a admiração e o respeito que os fazendários já tinham por Vossa Excelência aqui se solidifica ainda mais; e a segunda é para lhe dizer muito obrigado!

O governador e a Normandia

Luiz Henrique da Silveira fez um discurso irretocável. De improviso, começou citando pensamento de Ulisses Guimarães para definir a importância daqueles atos: “Nós somos eleitos para mudar. Ou fazemos as mudanças ou merecemos ser mudados”.

“Recebi o governo num pardiêiro que chamavam de Palácio. Cortinas puídas, buracos nos carpetes, sistema de comunicação obsoleto, total descontrole administrativo”, acusou o governador. Ele revelou as principais mudanças: “A primeira mudança foi rejeitar a efetivação de despesa de R\$ 500 mil para confecção da foto oficial do governador. Sepultamos uma cultura personalista. A segunda, transferindo o Centro Administrativo para a SC-401, mesmo enfrentando uma oposição raivosa”.

Completo dizendo que a terceira mudança foi marcada pela execução do plano de governo, com quatro metas principais:

1. Descentralização político-administrativa, aproximando o governo do povo através das Secretarias e dos Conselhos de Desenvolvimento Regional.
2. Internacionalização de Santa Catarina, divulgando seu potencial turístico, seu modelo industrial e a qualificação de sua mão de obra para atrair turistas e investimentos internacionais de nível.

3. Substituição da burocracia cartorial do papelório e do “carimbório” pelo governo eletrônico.
4. Combate à litoralização.

Entre os benefícios já conquistados pela realização destes objetivos, o governador citou que “há três anos que não surge uma nova favela em Florianópolis”. Por quê? Ele mesmo respondeu: “Porque o governo gerou mais riquezas no interior”, citando uma realização que já se tornou histórica: a pavimentação asfáltica no acesso a 55 municípios catarinenses.

As obras contratadas nos municípios, com licitações regionais, mão de obra e material da mesma área, deram uma nova dinâmica na economia do interior catarinense.

“Surgiram novas empresas, outras se especializaram. Quando assumimos, encontramos 59 escolas com obras abandonadas porque as empresas contratadas eram de outros Estados e não cumpriram suas obrigações. Com empresas locais, isto não acontece mais”, garantiu o governador.

Voltou a reiterar tese que vem defendendo em seus discursos de que estas medidas oficiais acabam protegendo Florianópolis das migrações desqualificadas, tornando-a cada vez melhor pelo turismo e pela inovação tecnológica.

Fato que criou uma nova etapa na estrutura da Administração Estadual começou na Secretaria da Fazenda, com a atuação decisiva dos fiscais, que formam o grupo de elite: a implantação do governo eletrônico. Inovação que permite em Santa Catarina a baixa de empresas em no máximo 48 horas.

Comparou os profissionais da Secretaria da Fazenda às tropas de elite que atuaram no desembarque da Normandia, no histórico Dia D, decisivo para a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial.

“Aqueles soldados formaram a linha de frente, tornando a operação vitoriosa. A Fazenda assumiu a linha de frente do governo eletrônico, tornando-o mais eficiente”, prosseguiu.

Para comprovar o fundamento deste destaque, Luiz Henrique revelou que a arrecadação estadual pulou de R\$ 5,5 bilhões em 2003 para R\$ 10,4 bilhões em 2008, apesar das enchentes, das estiagens e de vários fatores adversos que atingiram a economia.

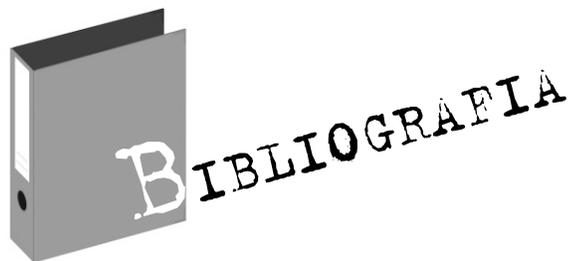
Neste mesmo período, o governo aplicou em obras, serviços, salários e investimentos, por conta do aumento da receita, mais de R\$ 5,5 bilhões.

Concluiu, sob os entusiásticos aplausos da platéia de pé:

Vocês foram a vanguarda desse novo processo de modernização do governo. Vocês permitiram estes investimentos bilionários que beneficiaram toda a população de Santa Catarina. Por isso, vocês formam,

como os heróicos soldados da Normandia, o primeiro grupo especial de servidores no novo modelo de governo eletrônico dentro deste avançado processo de integração e de gestão por resultados.

A Secretaria da Fazenda de Santa Catarina conta com 1.100 funcionários, dos quais mais de 800 possuem curso universitário. E desse total, 450 tem cursos de pós-graduação.



1. Amed, Fernando José e Negreiros, Plínio José Labriola de. *História dos Tributos no Brasil*. Edições Sinafresp, São Paulo, 2.000
2. Buriti, Iranilson e Hiluey, Xênia Fernandes. *Guerreiros do Fisco – A História do Agente Fiscal na Paraíba*. Gráfica Off Set Marcone, João Pessoa, 1999.
3. Da Mata, Joaquim Reginaldo Dias. *Memórias do Fisco Candango*. Editora Associação dos Auditores Tributários do Distrito Federal, Brasília, 2003.
4. Gomes, Maria José Teixeira Lopes e Lopes Filho, José Galdino. *O Processo Histórico do Fisco Paraibano*. Ideia Editora, João Pessoa, 2008.
5. Andrade, Manuel Correia de. *Secretaria da Fazenda: Um Século de História*. Editora Secretaria da Fazenda de Pernambuco, Recife, 1991.
6. Lima, Auricéia Antunes de. *O Papel do Fisco Potiguar na Construção do Estado*. Natal, 2005
7. Prazeres, Edson Murilo. *Cinquentenário do Majestoso Palácio das Secretarias*. Editograf, Florianópolis, 2005.
8. Jornal do Sindifisco Santa Catarina. Florianópolis.
9. Boletins da Associação dos Funcionários Fiscais de Santa Catarina, Florianópolis.
10. Jornais de Florianópolis. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado



A s s o c i a d o s

Abelardo Pacheco Mendonça
Achilles Cesar C. Barroso Silva
Achilles Santos Silva
Adalberto Aluízio Eyng
Adarci Sbruzzi
Adei Louzada De Moura
Adhemar Schumacher
Adilson Fontana
Adilson Jorge Da Silva
Adilson Vieira
Adolar Speck
Adolfo Pedro Veiga Da Silva
Adolphina Cordeiro Da Rosa
Adúcio Jacques
Afonso Pedrini
Agar Pacheco
Aida Vieira Bessa
Ailton Donizete Alves Pereira
Ailton Fernandez De Menezes
Ailton Pereira
Airton Do Amaral
Aladim Carneiro De Farias
Alaor Neves De Arruda
Alberto Carvalho De Medeiros
Albio Boing
Alceu Carvalho De Almeida
Alceu Diotallevy
Alda Kotkiewicz Coimbra
Alda Rosa Da Rocha
Aldemar Vettori

Aldir Alvim De Souza
Aldo Timóteo Alves Filho
Alécio Da Rosa Botelho
Aleixo Zabudowski
Alexandre Rocha Dias
Alfredo Loeffler
Alfredo Rovaris Junior
Almir José Gorges
Aloísio Acacio Piazza
Altaneu Bertolin
Alvani Maria Refosco Massignan
Álvaro Adir Rosar
Álvaro João Zimmermann
Álvaro José Vitto
Alyrio Alede Piccoli
Alzira Quellmalz
Amélia Lopes Fernandes
Amélia Pereira Roeder
Américo Germano Maroso
Amilton Moura
Ana Maria Moreira De Oliveira
Anastácio Martins
André Luiz Silveira Machado
Andréa Cristine Siqueira
Andréia Teresinha Hartmann
Ângelo Choji Ikuno
Ângelo Luiz Tonello
Antônio Carlos Campos De Souza
Antônio Carlos Jussim De Souza
Antônio Carlos L. Blasczkiewicz

Antônio Carlos Orselli Junior
Antônio Carlos Vieira
Antônio Dallacosta
Antônio Elimar Da Rosa
Antônio F. De Alcantara Athayde
Antônio Medeiros Vieira
Antônio Pradi
Antônio Prieto Gameiro
Aquino Alves Dos Santos
Ari José Dell Antônia
Ari José Pritsch
Arlindo Gondin
Armando Ferreira
Arnildo Mühl
Arnoldo Roque
Artêmio Felipe Schmidt
Ary Da Luz Pereira
Ary Ribeiro
Asty Pereira Junior
Augusto Bertuol
Aurea Alves Da Silva
Avelino Dorini Primo
Beatriz Branco Simão
Beatriz Buchele Campos
Benjamim Fernando Da Silva
Boaventura Vieira
Brani Besen
Bruno Kuntze
Cacilda Da Silva Collaço
Caetano Buzzi
Cantídio Alberto Ferraresi
Carívio Santo Martinelli
Carlos Alberto Quaresma
Carlos Alberto Sirydakís
Carlos Antonio Quaresma
Carlos Eduardo Abdom
Carlos Henrique Batista De Barros
Carlos Kracik Filho

Carlos Leopoldo Matte
Carlos Livio Winter
Carlos Rebello
Carlos Roberto Molim
Carlos Ronald Correa Reis
Carlos Targino De Orleans
Carolina Babiretzki Petters
Catarina Leite
Cecy Carvalho Machado
Celso Marcos Lessa
Celso Pazinato
Celso Ribeiro Braga
Celson Harri Freitag
César Eduardo Grando Coletti
Cidemar José Dutra
Clara De Oliveira
Claudemir Antonio Piola Da Silva
Claudino Anacleto Cardozo Filho
Cláudio Alberto Baumgarten
Cláudio Andrade Ramos
Cláudio Emilio Guasco
Cláudio Luiz Knorst
Cláudio Pacheco Ferreira
Cláudio Roberto Chiesa
Cláudio Roberto De Freitas
Cláudio Wiliam Amoêdo Guimarães
Clementina Raquel Mariath
Cleoni Maria Esmério Trindade
Clóvis Luis Jacoski
Dair Dotta
Dalila Da Rosa Kuhl
Danilocollato
Darcy Da Silva Souza
Daura Da Silva Carvalho
Delmar Hugo Linck Dorneles
Deonísio Koch
Dilma De Souza Vieira
Dilza Anderson Monteiro

Dino Picoli
Diva Helena Flores Gesser
Diva Santos Melim
Divair Das Graças Krautchychyn
Domingos Alves Guimaraes
Dorval Vieira
Dorvalina Antonio Morlo
Dyonisio Bortolon
Ecelso Zanato
Edegar Antonio Castegnaro
Edelvito Ferreira Junior
Eden Ricardo Zanato
Edioney Charles Santolin
Edison Luiz Da Silveira
Edite Wille Porto
Edith Damschi Sulzbach
Edith Pinto Rachid
Edmundo Bittencourt
Edna Di Bernardi De Assis
Edson Amaral De Azeredo
Edson Carlos Durli
Edson Dalazen
Edson Fernandes Santos
Edson Gonzaga Polonini
Edson Roberto Burigo
Edson Xikota
Eduardo Antonio Lobo
Eduardo Renato Marques
Elena Maria Raizer
Elenor Afonso Allgaier
Eliane Edith Henschel
Élio Járbas De Matos
Elisabete Alexandre Dutra
Elisabete Martins
Emerson De Arruda Serafini
Emílio Hoinacki
Ênio José Guerreiro
Ênio Laus

Eraclydes Bento Osório
Erasmus Vicente Damiani
Erica Lopes De Souza
Erich Passig
Ernesto Henrique Ballstaedt
Ernesto Hermann Warnecke
Erni Jackisch
Esmar Jacobsen
Eudo Nerino Rebelo
Eugênio Niesciur
Fabiano Dadam Nau
Fábio Da Costa Ramos
Fausto Nilton Botelho
Felice Sardagna
Felipe André Naderer
Felipe Letsch
Félix Albano Michels
Fernando A. Candelot Morozi
Fernando Caberlon Geissler
Fernando Campos Lobo
Fernando F. De Mello Junior
Flávio Luiz Gomes
Flávio Roberto Collaço
Francisca Tives Kuntze
Francisco Araujo
Francisco C Dos Santos Peixoto
Francisco Daniel Imhof
Francisco De Assis Martins
Francisco Jares Filho
Francisco José Granemann
Francisco Ricieri Fontanella
Francisco Urubatan De Oliveira
Francisco Vady Nozar Mello
Fridolino Francisco Thiesen
Gélio Osório
Genésia Silveira Da Silva
Gentil Santin
Geovane João Elias

Geraldo De Mello Rocha
Geraldo Santa Cruz Sauer
Germano Luiz Amorim
Germano Luiz Amorim Filho
Gerson Luiz Bazotti
Gerson Pedro Berti
Gerson Xikota
Gervásio Ari Nunes
Glauca Maria Azevedo Cardoso
Godofredo Hermes Josué Dorl
Goralia Mattedi
Graziela Peixoto Dos Reis
Guido Américo Garcia
Guilberto Chaplin Savedra
Guilherme Ferdinando Arnt
Guilherme Meira Quintao
Heins Daniel Horongoso
Helena Meira Teixeira
Helge Detlev Pantzier
Hélio Francisco Villas Boas
Hélio Martins
Hélio Sussumu Oba
Henrique De Arruda Ramos
Henrique Roberto Kunzler
Henrique Zacarias Ortiga
Henriqueta Maria Bardio Da Costa
Heraldo Neves De Arruda
Hercílio Lentz
Hercílio Martins
Hercinia Lentz Ibirapitanga
Hermann Franz Piske
Hermano Marinho Pereira
Hermogenes Fernandes
Hermozila Salles Garcia
Hiltom Cabral Faria
Huélinton Willy Pickler
Humberto Pereira Vecchio
Ian Peter Kohanevic

Ignes Toscan
Ilmar Volkmann
Inácia Maria De Espindola Viegas
Inácia Renita Graeff
Inácio Erdtmann
Índio Jorge Zavarizi
Índio Machado Vieira Filho
Ingon Luiz Rodrigues
Irapuan Francisco Bussmann
Iria Maria Raizer Zimmermann
Irineu Giombelli
Irlan Hairton Leiria
Isaque José De Abreu
Isaura Maria Seibel
Isolde Beal
Isolde Hedel
Ivan Deeke
Ivaneide Squisatti
Ivanilso Pasquali
Ivany Schimidt Simas
Ivo Bandeira Corte
Ivo Hiebert
Ivo Zanoni
Jacob Silva Junior
Jaime Roque Perottoni
Jaimor Rufino De Souza
Jaldir Antonio Bunn
Jamil Silva Furtado
Jany Neves Medeiros
Jesus Do Espírito Santo Oliveira
Joacir Sevegnani
Joanício Felisberto
João Antônio Martins Da Luz
João Batista De Faria
João Carlos Amboni Premoli
João Carlos Kunzler
João Carlos Martins
João Ciro Moreira Mussi

João De Oliveira
João Francisco De Souza
João José Da Silva
João Lúcio Martins
João Paulo Mosena
João Wilton Paz De Mendonca
Joaquim Tadeu Borges
Joel Matias
Jordão Luiz Moratelli
Jorge Da Cunha O. Moré Junior
Jorge De Macedo Santos
Jorge Henrique Bernardes
Jorge Luiz Da Silva
Jorge Luiz Steigleder
José Aleixo Dellagnelo
José Augusto De Faro Martins
José Augusto Kretzer
José Barbosa Da Silva
José Carlos Borges
José Darcy Wandembruck
José Francisco Alves Filho
José Gervásio Justino
José Hélio Guidalli
José Lamir Dos Santos
José Lima Araujo
José Luiz Gavioli
José Nilson Souza Castro
José Reinaldo Figueiredo
José Rubens Schidolski
José Sérgio Della Giustina
José T. Mossmann Rodrigues
José Zaniolo
José Zeferino Povoas
José Zomer Sobrinho
Juciane Fischer Costa
Jurandir Araújo Figueiredo
Juvencia Ermeli Santos Silva
Karla Da Silva Raupp Barbosa

Lacy Enid Mariot Cordini
Laura Carneiro Neves Meller
Lauro José Cardoso
Léa Carmem Conceição Ortal
Leandro Espartel Bohrer
Ledo Benedicto Salies Ferreira
Leilane Mendonça Lavarizi Da Rosa
Lenai Michels
Lênio Rocha
Leonor Alves Fagundes
Lidia Araujo Wiethorn
Linnea Ida Fleith
Lintney Nazareno Da Veiga
Lócio Antunes
Lourdes Piaz
Lourenço José Migliorini
Lucas Pivatto
Lúcia Pótrickos
Lucian Eduardo Oliveira
Luciana Sanae Asari Takahara
Luciano Andrade De Castro
Luciano Trevisan Freitas
Luís Otto Schaefer
Luiz Alberto Martins
Luiz Ayr Ferreira Da Silva
Luiz Carlos De Lima Feitoza
Luiz Carlos Mello Sa Silva
Luiz Carlos Rihl De Azambuja
Luiz Cláudio Heine Domingues
Luiz Felipe Silva
Luiz Fernando Cezar Karmann
Luiz Fernando De Mello
Luiz Gonzaga Da Silva
Luiz Gonzaga Leal Scherer
Luiz José Collaço
Luiz Meireles Soares Nunes
Luiz Santana
Madalena Borjes Tarachucky

Manoel Adolfo Vargas
Manoel Alves Das Neves Filho
Manoel Francisco De Carvalho Paes
De Andrade Neto
Manoel Nivaldo Pereira
Manoel Severino Da Luz
Marcelo Andrezzo
Marcilino J. Bonorino Figueiredo
Márcio Dirschnabel
Marco A. De Andrade Dutra
Marco Aurélio Coímbra Ramos
Marco Aurélio José Tack
Marcos Gesser
Margareth Dos Santos
Maria Aparecida Achar Theodoro
Maria Aparecida Mendes Ikuno
Maria Da Glória Lima
Maria Dalva Farias Goulart
Maria De Fátima Meira
Maria De Lourdes Franzoni Dau
Maria De Lourdes Goulart
Maria Delurdes De Oliveira Silva
Maria Dias
Maria Dos Santos Carneiro
Maria Edite Barro Viana
Maria Geni Ribeiro
Maria Helena Bellei
Maria Luiza Alberton
Maria Luzia Karasek Rocha
Maria Madalena De Quadra Salgado
Maria Madalena Laus Leal
Maria Salomé Fortkamp
Maria Todescato Lemos
Marilene Cristina Castagna
Marilu Campos Lemos
Mário Abe
Mário L. Lacerda Thevenet
Mário Nagao

Mário Nelson Alves
Marionete De Bem Coelho
Marlene Maria Beneton
Marlene Nogueira Da Silva
Marlete Garcia
Mauri Fernando Mafra
Maurício Da Rocha Linhares
Maurício José De Lima
Mauro Delfino De Moura Luiz
Maury Dutra
Max Baranenko
Mérin P. Zinni Bertoli
Milton Manoel Péres
Milton Martini
Milton Monguilhott
Miraci Severo Vieira
Miriam Dantas De Campos
Moises Maurilo Mazzola
Murilo Bergler Lúcio
Nadir Nice Botelho Soncini
Nahur Cardoso
Nair Agostini
Nair Gomes Batista
Neander Santos
Nélio Savoldi
Nelson Abraham Netto
Nelson Aldo Mate
Nelson Amâncio Madalena
Nelson Cabral
Nelson Rodrigues Ribeiro
Nelson Sander
Nelson Teobaldo Streb
Neri Sebastião Ferreira
Nery Nicolazzi
Nestor Raupp
Neusa Maria Portinho
Neuza De Souza
Ney Claudio Franzoni Viegas

Ney Viana De Albuquerque
Neyde Bittencourt Sandrini
Nilson Ricardo De Macedo
Nilto Bogo
Nilton Brasil Pacheco
Nilton Ribeiro Filippon
Norberto Kuhnen Neto
Norma Rocha Carreirão
Octacílio Henrique Rigon
Odair Comel Periolo
Odanilo Prazeres
Odilia Maria Marques Peres
Odílio José De Souza
Odilo Aloicio Pritsch
Odilon Celso Dos Santos
Oilson Carlos Amaral
Olândio Hornburg
Olsen Bento Da Cruz
Omar Roberto Afif Alemsan
Onorina Conte Nunes
Orlando Jaco Silva
Orozimbo Caetano Da Silva
Oscar Cesar Amaral Werner
Oscar Falk
Oscar Jacinto Zucchetti
Osmael Cidral Da Costa
Osmar Dutra
Osmar Furlan
Osni Hutner
Osvaldo De Oliveira Nunes
Osvaldo Juvencio Cioffi
Osvaldo Thais
Patricio Otacilio Medeiros
Patrocínia Galvão Issler
Paulo Afonso Accorsi De Godoy
Paulo Antonio Botelho
Paulo Da Costa Ramos
Paulo Dall Antonia

Paulo Eli
Paulo Ernani Da Cunha Tatim
Paulo Flávio Cardoso Renner
Paulo Mendes
Paulo Pereira De Deus
Paulo Ricardo Hinnig
Paulo Roberto Barros Gotelip
Paulo Roberto Elias
Paulo Ronchi
Paulo Sérgio Acquaviva Carrano
Paulo Yoitiro Kirita
Pedro Herminio Maria
Pedro Jacy Da Silveira
Pedro José De Oliveira Lopes
Pedro Júlio Sulsbach
Pedro Medeiros De Santiago
Pedro Mendes
Pedro Salomé Dutra
Plácido De Oliveira Cercal
Rachel Machado Lehmann
Ramon Santos De Medeiros
Raul Thomaz De Souza
Regina Ostetto Mondardo
Reinaldo Da Silva Lelis
Reinaldo Raposo Mathias
Renan De Oliveira Remor
Renate Steingraber Floriano
Renato Dias Marques De Lacerda
Renato Henrique Wandrey
Renato Luiz Hinnig
Renato Vargas Prux
Ricardo De Almeida Finkelstein
Ricardo Laux
Ricardo Paludo
Roardinda Kurten
Roberto Ferreira
Roberto José Gobbi
Roberto Kroeff

Robson Luiz Marcondes
Rogério De Mello Macedo Da Silva
Rogério Leite Do Canto
Rogério Macanhão
Rolando P.Bielschowsky
Romário Arthur Ferreira
Romeu Haroldo Krambech
Ronaldo Borges Espíndola
Ronaldo Dutra
Ronaldo Velasco
Rosa Dulcelina Lima De Aviz
Rosalina Lima Bento
Rosemari Dilma Da Silva
Rosita Alzira Da Silva Souza
Rubens Cabral Faria
Rubens Da Silva
Rubens Miguel De Souza
Rui José Hinnig
Ruth Perpétua De Rosa Schimitz
Ruy Carlos Kriesel
Salim José Da Silva
Samuel Fernando Linhares
Selma Arns Damiani
Sérgio Dias Pinetti
Sérgio Henrique Moura
Sérgio Luiz Spiller
Sérgio T. Faustino Da Silva
Sidirlei Da Silva Eli
Silas Cardozo
Sílvio Miranda
Soli Carlos Schwab
Sônia Ivete Paul Patruni
Sônia Luersen Wiethorn
Sônia Maritza Rosa
Sueli M. V. Zimmermann
Sueli S. Di Domenico
Syndah Oliveira De Senna
Syra Thiesen Fritzke

Tânia Maria Schubert De Oliveira
Terezinha Aparecida Baby
Timolau Adada
Tomé Francisco Etges
Uwe Hardt
Vaiani Kotzias Pisani
Valdir Erminio Ferrari
Valdir Espíndola
Valdir Lopes
Valdir Michelin Filho
Valdir Salvi
Valdir Sebastiani
Valêncio Ferreira Da Silva Neto
Valli Grohs Correa
Valquir Dos Santos Marques
Valter Melentino Ferreira
Vandeli Rohsig Dannebrock
Vania Maria Graboski
Velocino Pacheco Filho
Venilton Machado Do Nascimento
Vera Beatriz Da Silva Oliveira
Vera Lúcia Da S. Pereira
Vicente Rogério De Araujo
Vilma Branco De Camargo
Vilmar Everling
Walburga Schmid Kirsten
Waldemar Beduschi
Waldemar Da Costa
Waldemar De Souza
Waldemar Schlichting
Waldir Freitas Jacques
Waldir Vidal Da Fonseca
Waldo José Franzoni
Walmira Luz
Walmor Alfredo Kath
Walmor Zozimo Peixoto
Walter Cantermi
Walter Jaci Langer

Walter Kuss
Wanda Koniski Fernandes
Wanderley Peres De Lima
Wendelin V.Costa
Werner Gerson Dannebrock
Widomar Pereira Carpes
Wilson Bunn

Wilson Jorge Diener
Wilson Walter Batschauer
Zélio Junkes
Zenaide Conceição Nunes Lunardelli
Zilá Neusa Braga
Zulma Medeiros Da Silveira
Zulmar João Elias



Obras

de Moacir Pereira

- Jornalista: Orientação Profissional* (1976)
Comunicação e Liberdade (1978)
Imprensa: Um Compromisso com a Liberdade (1980)
Aspectos da Realidade Política de Santa Catarina (1980)
Imprensa: Um Caminho para a Liberdade (1980)
A Imprensa em Debate (1980)
O Golpe do Silêncio (1984)
O Poder da Constituinte (1986)
A Democratização da Comunicação (1987)
Imprensa e Poder: A Comunicação em Santa Catarina (1992)
O Profeta da Esperança (1992)
O Direito à Informação na Nova Lei de Imprensa (1993)
O Golpe das Letras (1997)
Ivo Silveira: Um Depoimento (1998)
Adolfo Zigelli: Jornalismo de Vanguarda (2000)
Kleinübing: Uma trajetória de coerência (2001)
Santa Catarina, Padroeira – Tesouros no Sinai (2ª ed. 2003)
Jornalismo, Cultura e Cidadania (2003)
Senhor dos Passos: o Protetor de Florianópolis (2004)
A Primeira Viagem: o Índio Carijó que virou Príncipe Francês (2004)
Novembrada: um relato da Revolta Popular (2005)
Manual do Jornalismo e da Comunicação (2005)
Pedro Ivo: um Coronel Democrata (2006)
Victor Fontana: Percorrendo Caminhos (2006)
Colombo Salles: o Jogo da Verdade (2007)
CREA 50 Anos: Orgulhando Santa Catarina (2008)
Gustavo de Lacerda: Catarinense, Fundador da ABI (2008)
Um Catarinense Visionário: Gustavo de Lacerda e o Centenário da ABI (2ª ed. 2009)
Dakir Polidoro: A Hora do Despertador (2009)
História do Fisco Catarinense: Construindo uma Santa Catarina Melhor (2009)



O jornalista e escritor **Moacir Pereira**, com 30 livros já publicados, tem desenvolvido um notável trabalho de preservação da memória histórica, política e social de Santa Catarina. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras, entre outras obras, vem biografando a trajetória de vida de algumas das nossas mais importantes personalidades e resgatando a evolução de entidades corporativas, como o faz neste livro sobre a História do Fisco Catarinense: Construindo uma Santa Catarina Melhor.

ISBN 978-85-7474-460-5



9 788574 744605

Preservar neste Livro

O Sindifisco tem a grata satisfação de presentear os filiados e o público com este relato histórico de sua trajetória e a do Fisco catarinense. Importante condensar este conjunto de informações numa publicação. Como dizia o mestre Darcy Ribeiro, "o livro foi a maior invenção da história e a base de todas as outras conquistas da civilização". A obra contém o precioso relato das lideranças da entidade, coletado numa inédita "mesa-redonda", quando o presidente e os ex-presidentes puderam lembrar suas lutas sindicais.

Importante captar desses relatos a aproximação do Sindifisco com a Assembleia Legislativa e seus principais líderes, bem como a interface com o Governo do Estado, extremamente profícua nos últimos anos. Como resultado dessa interação, construiu-se uma Emenda Constitucional e uma Lei Complementar que mudaram a dinâmica do Fisco catarinense, através da inovadora sistemática do "Acordo de Resultados". O tempo haverá de confirmar que tal sistemática produzirá excelentes resultados para o Estado e para o povo de Santa Catarina.

Destaque-se por fim, o riquíssimo relato dos "causos" ocorridos com os profissionais do Fisco. Ali aflora o lado humano, por vezes engraçado, por vezes dramático, do dia-a-dia do Auditor Fiscal da Receita Estadual.

Parabéns a todos os colegas que participaram desse grandioso projeto!

Eduardo Antônio Lobo

Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco-Santa Catarina